

III JORNADA
ACADÊMICA DE

GESTÃO

2023

III JORNADA ACADÊMICA DE GESTÃO
IV ENCCONT Encontro de Ciências Contábeis
III ENCAD Encontro de Administração

ORGANIZADORES

Geison Calyo Varela de Melo
Wendy Karla M. de Souza Bezerra
Ítalo Carlos Soares do Nascimento
Natália Queiroz da Silva Oliveira



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE



III JORNADA ACADÊMICA DE GESTÃO
IV ENCCONT Encontro de Ciências Contábeis
III ENCAD Encontro de Administração

ORGANIZADORES

Geison Calyo Varela de Melo
Wendy Karla M. de Souza Bezerra
Ítalo Carlos Soares do Nascimento
Natália Queiroz da Silva Oliveira



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE



Editor Chefe: Ítalo Carlos Soares do Nascimento
Projeto Gráfico/ Designer: Antônio Laurindo de Holanda Paiva Filho e Edvaldo Rodrigues Júnior
Diagramação: Ítalo Carlos Soares do Nascimento
Publicação: Faculdade Católica do Rio Grande do Norte.

FCRN, Faculdade Católica do Rio Grande do Norte
Praça Dom João Costa, 511 - Bairro Santo Antônio.
Mossoró/RN | CEP 59.611-120
(84) 3318-7648
E-mail: jornadaacademicadegestao@catolicadorn.com.br
Site: www.catolicadorn.com.br

Editoração:
Ítalo Carlos Soares do Nascimento
Geison Calyo Varela de Melo
Natália Queiroz da Silva Oliveira
Wendy Karla Medeiros de Souza Bezerra

Catálogo da Publicação na Fonte
Associação Santa Teresinha de Mossoró
Biblioteca Dom Mariano Manzana

F143

Faculdade Católica do Rio Grande do Norte.

III Jornada Acadêmica de Gestão da Católica do RN - IV ENCCONT - Encontro de Ciências Contábeis ; III ENCAD : Encontro de Administração [recurso eletrônico] / Organização de Geison Calyo Varela de Melo, Wendy Karla M. de Souza Bezerra, Ítalo Carlo Soares do Nascimento, Natália Queiroz da Silva Oliveira. - Mossoró, RN: FCRN, 2023.

Dados eletrônicos (1 arquivo PDF : ca 5000 Mb)

E-book com artigos completos, referente aos trabalhos apresentados III Jornada Acadêmica de Gestão da Católica do RN, IV ENCCONT e III ENCAD realizados no período de 22 a 24 de maio de 2023, na cidade de Mossoró, RN.

ISBN: 978-65-80565-02-3

1. Gestão de Negócios. 2. Empreendedorismo. 3. Inovação. I. Melo, Geison Calyo Varela de (Org.). II. Bezerra, Wendy Karla M. de Souza (Org.). Nascimento, Ítalo Carlo Soares do (Org.). III. Oliveira, Natália Queiroz da Silva (Org.). IV. Título.

CDD: 658

Bibliotecária: Adriana de L. Teixeira CRB 15/0550

Os conteúdos, a formatação de referências e as opiniões externadas nesta obra são de responsabilidade exclusiva dos autores de cada texto.

Todos os direitos de publicação e divulgação em língua portuguesa estão reservados à FCRN - Faculdade Católica do Rio Grande do Norte e aos organizadores da obra.



FACULDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO NORTE (FCRN), 2023
JORNADA ACADÊMICA DE GESTÃO DA FCRN
IV ENCONTRO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA FCRN
III ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO DA FCRN
Praça Dom João Costa, 511 – Bairro Santo Antônio. FCRN,
Faculdade Católica do Rio Grande do Norte | CEP 59.611-120 (84) 3318-7648

ORGANIZAÇÃO GERAL DO EVENTO

Prof. Me. Geison Calyo Varela de Melo
Profa. Ma. Wendy Karla Medeiros de Souza Bezerra

COORDENAÇÃO COMISSÃO CIENTÍFICA

Prof. Me. Ítalo Carlos Soares do Nascimento
Profa. Ma. Natália Queiroz da Silva Oliveira

COORDENAÇÃO COMISSÃO TÉCNICA

Profa. Ma. Jane Elly Nunes da Costa Lima
Profa. Ma. Monikely de Oliveira Silva Paiva

AVALIADORES

Profa. Dra. Adriana Martins de Oliveira
Prof. Me. Antonio Gustavo Nicácio
Prof. Esp. Carlos Augusto Magalhães Costa
Prof. Me. Francisco Aluziê Barbosa das Chagas
Prof. Me. Francisco Valdeque de Oliveira Júnior
Prof. Me. Ítalo Carlos Soares do Nascimento
Profa. Dra. Iriane Teresa de Araújo
Prof. Dr. Ivo Franklin de Moura Bezerra
Profa. Esp. Keliane de Melo Ramalho
Prof. Me. Gabriel Leite de Freitas Junior
Prof. Me. Geison Calyo Varela de Melo
Prof. Me. Gildson Souza Bezerra
Profa. Ma. Glória Cristiana de Oliveira Moraes
Profa. Ma. Jane Elly Nunes da Costa Lima
Profa. Ma. Lia Rodrigues Lessa Lima
Profa. Dra. Maria do Socorro Oliveira
Profa. Ma. Monikely de Oliveira Silva Paiva
Profa. Ma. Natália Queiroz da Silva Oliveira
Profa. Esp. Sabrina Paulino de Oliveira
Profa. Ma. Wendy Karla Medeiros de Souza Bezerra



APRESENTAÇÃO

A III Jornada Acadêmica de Gestão é o evento científico dos cursos de Gestão da Faculdade Católica do Rio Grande do Norte. Paralelamente, na edição de 2023, dentro da III Jornada Acadêmica de Gestão, ocorreram o III Encontro de Administração (ENCAD), o IV Encontro de Ciências Contábeis (ENCAD) e a IV Feira de Negócios e Custos. O evento foi realizado de 22 a 24 de maio de 2023, sob a organização geral das coordenações dos cursos de Administração e Ciências Contábeis da FCRN.

O objetivo do evento é promover o conhecimento e o debate acerca das principais temáticas relacionadas à Inovação nas áreas de Administração e Ciências Contábeis. Nesta edição, com o tema “Inovar: caminho para a felicidade”, discutiu-se, dentre outros aspectos, sobre: Ecossistema de Inovação, Impactos Estratégicos no desenvolvimento socioeconômico de Mossoró e Região, *PoweBi* no cenário empresarial, Contabilidade 4.0, Mercado Digital, Gestão da Inovação, Inteligência Artificial e seus impactos na humanidade, dentre outras temáticas relacionadas ao Empreendedorismo e Inovação.

O evento teve como público-alvo os discentes dos cursos da área de gestão, como Administração, Ciências Contábeis, Economia e áreas afins, bem como os profissionais da área, com o objetivo de estimular a discussão e o aprofundamento do tema e permitir a interação entre academia e mercado. Além disso, buscou-se o incentivo à produção acadêmica, tendo em vista o estímulo dado à iniciação científica.

Assim, considerando-se a busca pelo conhecimento e o estímulo à novas pesquisas no âmbito acadêmico e profissional, realizou-se este evento, culminando neste produto final que reúne as pesquisas apresentadas durante a programação científica. Desejamos a todos uma boa leitura, na expectativa de que boas reflexões e aprendizados surgirão.

Os organizadores!

*III Jornada Acadêmica de Gestão da FCRN
22 a 24 de maio de 2023*



ADMINISTRAÇÃO



ANÁLISE DO PLANEJAMENTO E CONTROLE DA PRODUÇÃO: O caso do açougue de um supermercado no Vale do Açu

Maxwell Michel Batista da Costa

Bacharel em Administração

E-mail: maxwellcosta1355@hotmail.com

Rosa Adeyse Silva Rosa Adeyse Silva

Mestra em Ciências Sociais e Humanas (UERN)

E-mail: rosa@faculdadecesa.edu.br

Ana Karina dos Santos Silva

Mestra em Administração (UNP)

E-mail: karinasantos@faculdadecesa.edu.br

Pedro Balduino de Sousa Neto

Mestrando em Administração (UFERSA)

E-mail: pedro_balduino@gmail.com

Lucas Gabriel de Souza Galvão

Mestrando em Administração (UFERSA)

E-mail: acesso.lucas09@gmail.com

RESUMO

O planejamento e controle da produção é uma ferramenta da administração que auxilia as empresas na busca pela qualidade e controle de seus insumos, prevenção de perdas e previsão de vendas. Esse trabalho tem como objetivo identificar perdas no açougue de um supermercado varejista atuante na região do vale do Rio Grande do norte. A atuação dos colaboradores é uma peça fundamental na realização desses processos, já que toda realização parte de execuções manuais do processo de recebimento ao processo de venda. Dentro desse trabalho, será visto com base em fundamentação teórica pontos importantes do Planejamento e controle da produção, prevenção de perdas e gestão de estoque. Essa pesquisa busca, além, mostrar alternativas com métodos científicos ao setor, buscando auxiliar na melhoria dos processos com a ideia de evitar retrabalho e perdas de produtos antes de sua comercialização final. Para identificar processos errôneos, essa pesquisa tem o método qualitativo, partindo de uma entrevista a 3 (três) colaboradores ligados diretamente aos processos realizados pelo açougue, com perguntas subjetivas, onde os entrevistados pudessem detalhar como funciona os processos em questão. Analisado o ambiente do estudo, foi notório que esses processos utilizados pelos colaboradores se davam por falta de preparação e treinamentos para atuação no setor, e a partir de teorias e dados mostrados a equipe, ficou nítido uma melhora na realização dos processos, reduzindo o índice de perda

Palavras-chave: PCP. Perdas. Varejo. Gestão de Estoque.

1 INTRODUÇÃO

O mercado atual global vive em constante mudança, obrigando empresas de grande e médio porte a se reinventarem dentro de suas próprias instalações, e para o auxílio dessas mudanças são



indicados sempre o uso de ferramentas antigas, e ao mesmo tempo, conhecidas e utilizadas no cenário administrativo, que são reconhecidas pelo sucesso. O uso dessas ferramentas engloba métodos utilizados de um modo geral, pela empresa, no auxílio da busca pela excelência de sua produção e de seus produtos, reduzindo custos e melhorando os resultados. A falta de um controle dos métodos utilizados pela organização as deixa um passo atrás no mercado, considerando que as empresas vivem em constante concorrência dentro de seu setor.

O Planejamento e Controle da Produção (PCP) se apresenta como uma dessas ferramentas, e tem como principais características gerenciar operações e atividades produtivas da empresa. “PCP é cooperar com as táticas de gestão cada dia mais intrincadas, cujos maiores desafios são aumentar a eficiência e o rendimento das empresas” (SILVA; MONTEIRO; FERREIRA, 2019, p.02).

A análise feita obedecendo as regras do PCP encontra soluções que facilitam a produção, minimizando custos do retrabalho, e auxiliam no resultado que a organização busca, e dentro dessas regras, a qualidade na visão do cliente passa pela gestão feita no processo em que a organização apresenta. O PCP se mostra dentro das organizações um dos aliados principais para manter-se em vantagem competitiva, garantindo que o sistema adotado pela organização obtenha sucesso com as rápidas mudanças que o mercado propõe.

Dentro do comércio varejista não é diferente, e torna-se ainda mais complexo quando esses métodos passam a ser utilizados por setores de produções independentes, com o mesmo objetivo final: manter a organização em crescimento, sem que nenhum setor fique parado no tempo.

No âmbito de um açougue, por exemplo, realizam-se processos diários que são necessários para que as vendas obedeçam a um padrão de qualidade. O ambiente onde foi realizado esse estudo, esses métodos são feitos de maneiras desordenadas, que causam prejuízos funcionais à organização por gerarem retrabalhos, avarias e mal planejamento na estocagem dos insumos.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo geral identificar processos errôneos utilizados dentro de um açougue de um supermercado varejista no vale do Açu/RN, partindo do pressuposto de que acontecem perdas como consequências da utilização desses métodos, que não se adequava dentro do ambiente em análise, e ao cenário em que a organização se encontrava: em crescimento e com plano de expansão.

Tendo ainda os seguintes objetivos específicos: (a) analisar o nível de retrabalho dentro do processo produtivo (b) sugerir métodos que auxiliem na padronização e qualidade dos produtos produzidos dentro da organização.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PLANEJAMENTO E CONTROLE DA PRODUÇÃO - PCP

O PCP é um método utilizado pelas empresas como estratégia de organização em curto, médio e longo prazo. Qualquer atividade administrativa de produção deve ter um planejamento que alcance o objetivo final: manter o consumidor satisfeito. Para Tubino (p. 2, 2007) “o PCP é responsável pela coordenação e aplicação dos recursos produtivos de forma a atender da melhor maneira possível aos planos estabelecidos nos níveis estratégico, tático e operacional.”

Mas, para que possamos entender melhor do que se trata o planejamento e controle da produção, vamos relembrar um pouco de sua história e da sua evolução com o passar dos anos. Desde os tempos antigos, já havia uma preocupação com as perdas causadas por fatores diversos, e décadas antes de ganhar o modelo que passou seguido nos dias de hoje, eram notadas quando essas perdas atrapalhavam trabalhadores da época. Durante a segunda revolução industrial, esse método ganhou um novo formato, um formato mais robusto após a era chamada de “fordismo”, com seu plano de produção em massa, e na terceira revolução tendo um de seus principais fatos históricos o “Toyotismo” que buscava um padrão de qualidade mais rigoroso e com estoques mais enxutos.



O PCP avança à medida que a tecnologia evolui, com máquinas, computação e automação das empresas e grandes fábricas, e o mercado se transforma a cada dia em acordo com a tecnologia e o nível de exigência do consumidor final. É um método que auxilia as empresas na busca pela padronização e métodos científicos utilizados na produção dos insumos em produto, de modo que a organização aumente a eficiência da produção e o rendimento do que está sendo produzido, com um baixo índice de perda na transformação.

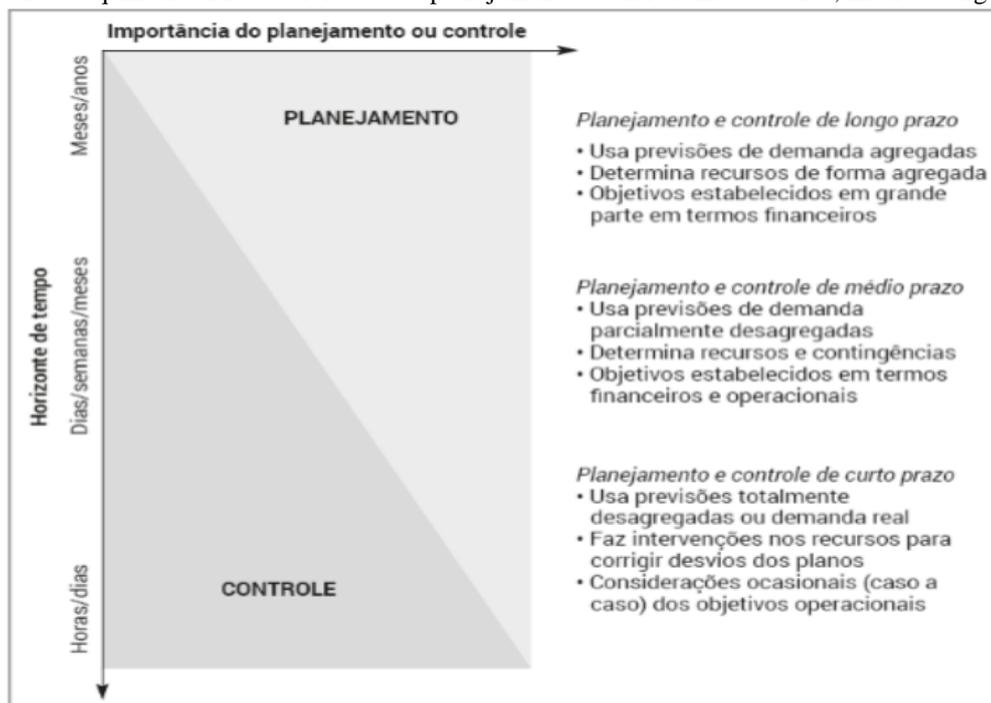
Para Estender (et al., p. 2, 2017):

“O PCP é uma das atividades essenciais para uma organização, pois é a área responsável por monitorar e gerenciar as atividades de produção para satisfazer continuamente a demanda dos consumidores, e reduzir os custos relacionados aos processos (matéria-prima, insumos, mão-de-obra, entre outros). A falta desse planejamento impacta diretamente no processo produtivo e logístico, ocasionando retrabalho, transtornos com atrasos em entregas, falta de estoque de materiais produtivos, comprometendo a credibilidade com clientes e fornecedores, gerando sobrecarga sobre os colaboradores.”

A falta de planejamento dentro das organizações é um fator que prejudica o crescimento desejado pela empresa. É necessário esse planejamento para que seja feito o acompanhamento dos processos utilizados pelos setores, prevendo riscos que venham prejudicar o andamento dele, além de monitorar possíveis mudanças pontuais dentro do plano traçado, que são identificados dentro da execução.

Slack, Brandon-Jones e Johnston (2018) dividem o planejamento e o controle como dois métodos com diferentes objetivos dentro do plano. O autor diz que a natureza do planejamento e controle muda ao longo do tempo, usando previsões de demanda provável, recursos que precisam e objetivos que pretende seguir. No curto prazo, os recursos já estão definidos e não é possível fazer grandes mudanças, entretanto, intervenções serão possíveis caso os processos fujam do planejado. Os autores ainda afirmam que “ao fazer intervenções e mudanças no plano a curto prazo, os gerentes de produção tentarão equilibrar a qualidade, a rapidez, a confiabilidade, a flexibilidade e os custos de suas operações de forma ocasional” (SLACK, BRANDON-JONES; JOHNSTON, p.330, 2018).

Figura 1 - O equilíbrio entre as atividades de planejamento e controle muda a curto, médio e longo prazos



Fonte: SLACK, BRANDON-JONES, JOHNSTON (2018, p. 331).



2.2 PREVENÇÃO DE PERDAS

As perdas são responsáveis pela falência de pequenos mercados varejistas, e em algumas situações sem que o empresário sequer perceba onde está o erro, por falta de controle e planejamento, onde geralmente são utilizados métodos empíricos e ultrapassados para o setor de atuação. Manter-se em vantagem competitiva é estar um passo à frente no mercado, e para que esse passo à frente seja perspicaz é necessário o planejamento adequado, e para que esse planejamento seja adequado é necessário o uso de métodos que apresentem uma visão geral do mercado em questão.

Para Souza (p.11, 2019) “as perdas no setor varejista podem estar relacionadas a diversos fatores como os comerciais, administrativos, por produtividade, financeiros e por operações que merecem ser quantificadas e mapeadas até a solução da causa raiz geradora das mesmas.” O autor ainda aponta cinco principais fatores para as perdas: perdas comerciais; perdas administrativas; perdas de produtividade; perdas financeiras; perdas nas operações. Vejamos, as perdas elas existem em todos os setores ocupantes no processo, o que indica que dentro de uma organização, esses setores devem estar em uma comunicação constante, clara e eficiente com a mentalidade de que esses processos precisam ser seguidos e que todos os componentes fazem parte desse processo.

Tubino (p.2, 2007) diz que:

“Como departamento de apoio, o PCP é responsável pela coordenação e aplicação dos recursos produtivos de forma a atender da melhor maneira possível aos planos estabelecidos nos níveis estratégicos, tático e operacional. Para atingir seus objetivos, o PCP administra informações vindas de diversas áreas do sistema produtivo. (...). Como desempenha uma função de coordenação de apoio ao sistema produtivo, o PCP, de forma direta, ou de forma indireta, relaciona-se praticamente com todas as funções deste sistema.”

O método de controle da produção apresenta-se como um conjunto de planos que são estudados, desenvolvidos e aplicados no intuito não só de oferecer qualidade no produto, mas também manter o controle estrutural da organização. Esses métodos quando aplicados identificam as deficiências pelo setor, o que agiliza no processo de correção do problema, em contramão, a falha dentro de um único setor presente nesse processo quando não utilizado o acompanhamento correto acaba comprometendo o funcionamento da organização como um todo, onde o tempo utilizado buscando encontrar o problema, até que esse problema seja encontrado, prejudica o processo causando danos no planejamento geral da organização.

“Para definir os objetivos do planejamento e controle de produção no século XXI, é necessário que incluam-se nesses objetivos: garantir eficiência, eficácia e resposta rápida às mudanças de mercado (responsividade) na coordenação de fatores e recursos; ter flexibilidade para produtos e processos que atendam uma ampla gama de clientes.” (GUERRINI, BELHOT E AZZOLINI JÚNIOR, 2014, p. 20).

Para garantir esses objetivos é necessário que tenha informações de diferentes setores da organização, com acompanhamentos sistemáticos que permitam a elaboração de um planejamento de produção, e de reposição adequada de insumos.

Nos dias de hoje é comum que as organizações façam investimentos buscando melhorias dentro dos processos, minimizando o retrabalho e maximizando o tempo utilizado, Paladini (2012) cita como “custos da qualidade”, dividindo-os como custos de conformidade e não conformidade, que também podem ser classificadas como prevenção, análises e falhas.

Os custos de conformidade são associados ao fornecimento de produtos ou serviços dentro das especificações de qualidade aceitáveis. Por outro lado, os custos de não



conformidades são aqueles relacionados à ineficiência de um processo, resultando em desperdícios de materiais, mão de obra e capacidade, seja no recebimento, na produção, expedição e correção de produtos ou serviços. Se esses custos forem altos, podem indicar que são necessárias ações para prevenir ou reduzir a ocorrência de problemas. (PALADINI *et al.*, p.303, 2012).

A análise de custos junto a análise da qualidade deve ser feita como um dos processos integrados aos resultados, onde serão identificados possíveis pontos de melhorias no planejamento inicial. O planejamento e controle existem para que a organização não se perca no caminho em que está seguindo na busca de metas e objetivos. O setor estratégico traça planos com processos que devem ser seguidos por todos os demais setores da organização, e quando esses objetivos são traçados em longo prazo, é comum que sofra alterações durante a execução do planejamento, e esse fator se dá pela constante mudança de mercado e do desejo do consumidor, e a organização tem o dever de estar ciente e preparada para essas mudanças.

A prevenção de perdas surgiu com o intuito de manter a lucratividade da organização, mantendo no menor nível possível o índice de desperdício. O objetivo principal da prevenção de perdas, é reconhecer o setor em onde ocorre, investigar os motivos e criar soluções cabíveis para o momento. A solução, aliada a eficiência da execução elevam a capacidade competitiva, e cria um horizonte de desafios que a organização busque alcançar, determinando o tempo e metas para que isso aconteça, algo que o uso adequado do PCP permite na organização.

2.3 GESTÃO DE ESTOQUE

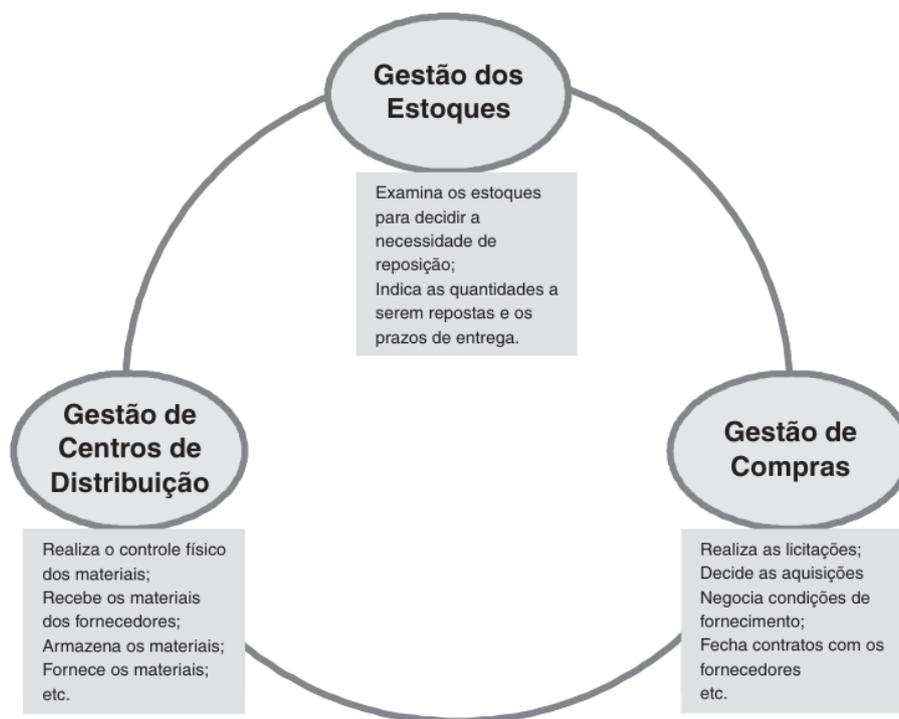
Como bem já foi falado nesse trabalho, as perdas quando acontecem de maneira descontrolada tem sido motivo de falência de pequenos e médios comércios de varejo, e com organizações que trabalham com insumos é improvável que não exista perdas, a administração delas é um ponto em que pode manter a organização em constante disputa de mercado.

A análise correta dessas perdas tem seu ponto de partida pelo setor responsável por compras e reposição de estoque de produtos, mantendo a quantidade necessária a ser utilizada no processo de produção, ou outros meios utilizados pela empresa. Essa análise tem seu ponto de ignição na busca por fornecedores adequados, que sejam responsáveis por entregar produtos de bens ou serviços com a qualidade necessária que não atrapalhe o andamento dos processos. Essa análise tem a maneira adequada quando feito a gestão correta dos estoques. Gonçalves (2010) diz que a administração de materiais pode ser dividida em três especialidades: Gestão de estoque, Gestão de compras e Gestão de centros de distribuição. Essas especialidades são apresentadas como um ciclo de retroalimentação, e em cada área, com uma boa gestão, existe a possibilidade de redução de custos.

Como mostra a figura 1, essas especialidades estão interligadas, mas individualmente separadas por suas responsabilidades. A *gestão de compras* é responsável por realizar cotações de custo, analisando fatores além do preço de aquisição, como a qualidade da mercadoria oferecida, uma entrega com responsabilidade com finalidade de oferecer aos demais setores produtos ou serviços de boa qualidade que atendam com eficiência as demandas da empresa. A *gestão de estoque* mantém a segurança do estoque, prevendo possíveis danos ou paralisações por falta de insumo, avarias ou qualquer outro fator que venha a atrapalhar os processos da empresa. A área de *gestão de centro de distribuição* tem a responsabilidade pelo produto físico, garantindo que tais produtos sejam estocados de maneira correta e coerente com os setores da empresa, além de atender as demandas que sejam solicitadas pelos demais setores da organização.



Figura 2 – Principais atividades da administração de materiais



Fonte: GONÇALVES (2010, p. 9).

Uma das características do varejo é manter um alto mix de produtos com giro rápido, mesmo que esse produto tenha uma margem baixa. Essa característica põe à prova os métodos utilizados pela gestão da empresa, onde é necessário ter um constante controle da estocagem, e os produtos não fiquem por muito tempo parado, o que causaria um prejuízo, haja vista que para esse ramo do varejo o dinheiro está investido no estoque, e dentro dessa perspectiva pode ser considerado que a organização está com “dinheiro parado”, em contrapartida esse controle deve ser feito de modo que o estoque não seja mantido dentro de um limite mínimo e que corra o risco de ruptura de mercadoria, atrasando os processos contínuos do controle de produção, e venda direta de mercadorias.

O setor responsável por compras pode ser visto como um conciliador entre setor financeiro da organização, fornecedores e Ponto de Venda - PDV da organização, buscando uma otimização no processo de previsão e estoque de segurança, reduzindo as perdas por rupturas, ou avaria causada por estoque acima do máximo permitido. Os processos, quando seguidos de maneira correta e eficiente, tendem a elevar o nível de satisfação do consumidor, com produtos com uma qualidade desejada, e preços competitivos no mercado com a margem de lucro dentro do padrão da organização.

A união desses setores trás para organização a vantagem competitiva citada anteriormente, de maneira que a organização esteja sempre competindo com o mercado, e principalmente obtendo bons lucros e entregando para seus clientes um serviço prestado de qualidade, e satisfação no consumo do produto. É importante a comunicação entre os setores, pois apesar da independência de responsabilidades, quaisquer que seja uma falha, os demais setores serão prejudicados, prejudicando também a organização de modo geral.



3 METODOLOGIA

3.1 ABORDAGEM E TIPO DA PESQUISA

À vista dos interesses desta pesquisa, ela se configura enquanto uma abordagem qualitativa. Logo, consideramos a definição de Deslauriers e Kérisi (2008, p. 32) que descreve “[...] na pesquisa qualitativa, o cientista é, ao mesmo tempo, o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado”. Dessa forma, entendemos que em pesquisas desse teor, o pesquisador produz suas informações, aprofundadas e/ou ilustrativas e essas novas informações podem existir, seja em pequena ou grande escala. Destarte, nos asseguramos em Minayo (1996, p. 24), que sobre a pesquisa qualitativa assevera:

É aquela que não se preocupa em quantificar, mas sim em compreender e explicar a dinâmica das relações sociais que, por sua vez, são depositárias de crenças, valores, atitudes e hábitos. Trabalha com a vivência, com a experiência, com a cotidianidade e também com a compreensão das estruturas e instituições como resultados da ação humana objetivada.

Nesta conjuntura, o tipo de pesquisa foi difundido enquanto um estudo de caso. Para Yin (2005) o estudo de caso se trata da pesquisa que faz uso, em geral, de dados qualitativos que são coletados mediante eventos reais e que tem por finalidade principal explorar e explicar determinados fenômenos dentro de um contexto específico. Para Gil (2002, p. 54):

O estudo de caso é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados.

Como postulado pelo autor, o amplo detalhamento dentro do que deseja está dentro das intenções desse tipo de estudo. Conforme ainda ressalta Gil (2002, p. 55), “[...] sua capacidade de estimular novas descobertas, a possibilidade de visualização do todo e a simplicidade de aplicação dos procedimentos, desde a coleta até a análise de dados”. Nesse sentido, podemos entender que no estudo de caso pode ser formuladas hipóteses e teorias. Em diálogo com nossa abordagem e o tipo de estudo, a bibliografia também valida esta investigação.

3.2 DELIMITAÇÃO DO UNIVERSO PESQUISA

O supermercado onde foi realizado o estudo, faz parte de uma rede de supermercados com 19 lojas dentro do Rio Grande do norte, e está localizada na região do vale, conta com um quadro de 60 funcionários, com 6 atuando no setor do açougue, divididos em 1 camarista, 1 repositor de frios, 1 encarregados e 3 atendentes de balcão. O supermercado conta ainda com 2 (dois) compradores, com 1 deles destinado a carnes, frios industrializados e laticínios resfriados. O setor do açougue é visto como o “coração” deste supermercado por seus gestores, e por durante anos não tinha os cuidados necessários para o setor, utilizando de métodos empíricos e que eram prejudiciais à saúde da loja.

Essa pesquisa teve início a partir da necessidade da utilização de métodos científicos nos processos utilizados pelo setor de açougue de um supermercado varejista do vale do Açu/RN, dentro de uma perspectiva de melhorias no processamento das carnes, desde as compras, o devido recebimento com pesagem e desagregação (ou desossa) de carnes bovinas, a alimentação do sistema de acordo com as informações de recebimento, e venda já em seu corte final, obtendo os melhores resultados possíveis quando tratados sobre prevenção de perdas.



3.3 SUJEITOS DA PESQUISA E MÉTODOS PARA A COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Considerando Severino (2016), o processo de coleta de dados em um contexto de estudo de caso deve compreender os aspectos qualitativos, pois esse tipo de investigação se constrói através de dados mais subjetivos, estudando as suas particularidades e experiências individuais. Nessa perspectiva, os dados serão coletados com 3 (três) funcionários que exercem funções nos setores de compras, açougue e faturamento.

A pesquisa buscou entender a maneira em que esses processos prejudicava os métodos desejados pela organização, e a partir de um questionário aplicado aos colaboradores para obtenção de dados e informações, buscou-se entender em níveis diferentes de atuação ligados ao setor, como se dava a realização desses processos de maneira em que, tais erros fossem identificados pelos próprios entrevistados.

No que tange à coleta de dados, ela se dará por meio um questionário com 7 perguntas, dando respaldo para a proposta que perpassa esta pesquisa. O questionário foi aplicado no âmbito do supermercado nos dias 05/11/2022 e 10/11/2022, buscou-se, por fim, confrontar os dados encontrados com a literatura basilar.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O setor utilizado como universo dessa pesquisa, o açougue, é onde são utilizados os maiores processos de controle de produção até que a mercadoria chegue ao ponto de venda. Dentro dessa perspectiva, foi destinada a pesquisa aos setores que estão ligados diretamente ao açougue, que são o setor de compras e o setor de faturamento, que atua dentro da central de processamento de dados (CPD), onde são realizadas as transformações dos produtos, a partir dos dados coletados pelo setor de recebimento utilizados para alimentar o sistema da empresa.

Os questionamentos foram feitos com perguntas iguais para os entrevistados, mas com respostas que variam de acordo com cada setor presente nessa pesquisa, já que são processos diferentes entre eles. Foi questionado aos entrevistados sobre possíveis procedimentos utilizados pelo setor em questão, que geram algum tipo de perda, e no setor de compras, o comprador falou sobre quando as negociações acontecem, e os produtos negociados não atinge as expectativas de vendas, e o produto fica “encalhado” com um alto estoque e baixa venda.

Guerrini, Belhot e Azzolini Júnior (p.28, 2014) diz que “para mensurar as perdas é comum estabelecer um parâmetro definido como fator de carga ou fator de correção da capacidade efetiva”. O responsável pelo recebimento dessas mercadorias é o camarista, e ele nos falou sobre perdas que são inevitáveis, como por exemplo, acontece os cortes de produtos e “tudo que vai ser feito na produção, se perde, principalmente na serra onde se perde muito pó (restos dos cortes que não são utilizados). Também quando são fatiados queijos, presuntos e mortadela se perde bastante”.

O faturista é o responsável por analisar essas perdas, e nos relatou sobre perdas que acontecem por irresponsabilidades:

“possíveis procedimentos que podem gerar perdas, é a não anotação correta de uma desagregação que pode gerar perda financeira, perda de tempo, perda de estoque, uma desagregação feita de maneira incorreta vai entrar no sistema de maneira incorreta, e vai gerar valores financeiros incorretos a partir das anotações passadas, além da perda de tempo, fazendo um serviço errado” (Faturista da empresa, 2022.).

O comprador destacou que essas perdas poderiam ser evitadas a partir de negociações adequadas dentro do período sazonal, atuando de uma maneira estratégica que alia reduções de custos de aquisição, com um armazenamento adequado para impulso de vendas. Gonçalves (2010, p. 302) diz que “os órgãos destinados a realizar os processos de aquisição de materiais podem



produzir consideráveis economias, tanto no que se refere à otimização de seus processos, quanto às negociações dos contratos de fornecimento de materiais e serviços.” O camarista completou falando sobre a importância da armazenagem correta dos produtos, dentro de câmaras com a temperatura correta para a armazenagem, e processar somente a demanda necessária para atender as vendas do dia.

Dentro do processo de alimentação do sistema, o faturista afirmou que “essas perdas poderiam ser evitadas com mais atenção, sendo separados de forma correta os rendimentos das carnes, processo que levaria a alimentar o sistema de forma correta.”

No terceiro ponto dessa pesquisa, foi perguntado se algum deles tinha conhecimento sobre o que significa retrabalho, e entre os entrevistados, somente o comprador respondeu saber o que é retrabalho, destacando como “prejuízo, trabalhar duas vezes, e perda de tempo”, e esse retrabalho poderia ser evitado com a qualificação adequada da equipe, além de atenção nos processos diários da equipe. Paladini (*et al.*, 2012) afirma que o retrabalho é hoje nas empresas uma atividade extremamente lesiva, e que a constante prática de retrabalhos pode causar um problema chamado de “fábrica oculta”, que é uma atividade que não aparece e que acaba reduzindo o desempenho e a produtividade do setor.

Ao tomar conhecimento do que é retrabalho, o faturista ressaltou que é comum acontecer nos processos do açougue, principalmente por falta de atenção da equipe, quando por exemplo acontece a desagregação (desossa) e é identificado erros principalmente de pesagem dos produtos, é necessário refazer todo o processo de conferência, pois o mesmo relatou que “uma desagregação feita de maneira incorreta, vai entrar no sistema de maneira incorreta” (FATURISTA, 2022), o que acabou confirmado pelo comprador em sua resposta ao questionamento, que também falou sobre as vendas, que com frequência acontecem pesagem de produtos com códigos errados, gerando uma quebra de estoque e perda financeira, como por exemplo, se pesa uma carne de primeira com o código de uma carne de segunda, que tem a metade do seu preço.

O camarista falou sobre constantes erros em promoções de produtos, que geram confusão na hora do abastecimento e exposição no PDV dos produtos, e sobre a hierarquia do setor, que em algumas situações não há um acordo sobre atividades dentro da organização, que gera um retrabalho por ordens vindas de chefes diferentes.

Sobre como o retrabalho poderia ser evitado entre os setores, o faturista falou sobre como acontece o processo desde o recebimento das mercadorias, onde os processos adotados deveriam ter um acompanhamento correto desde antes da desagregação (desossa) das carnes, onde a soma total da desagregação deve conter o peso inicial da mercadoria recebida. Para ele, nesse setor falta um pouco de atenção e qualificação, que poderia ser resolvido por treinamentos e um pouco de empenho.

Para o camarista, nessa mesma situação, falta comunicação a partir dos membros da equipe do açougue em questão, que juntos poderiam ter mais atenção a essas situações. O comprador completou falando sobre o acompanhamento do gerencial nesses processos, orientando e cobrando quando necessário.

Os dois últimos questionamentos, quando perguntado sobre possíveis mudanças nos processos no setor atuante (pergunta 6), e se o entrevistado observa se são necessárias mudanças nos demais setores (pergunta 7), foi obtido os seguintes pontos:

O comprador do supermercado falou estar satisfeito com o sistema de informação da empresa, o qual disse ser completo com todas as informações de análise necessárias para boas negociações, e que ainda buscava uma melhor padronização no armazenamento das mercadorias. Sobre os demais setores, é necessário uma qualificação mais específica para o setor, onde na visão dele, melhoraria os processos de recebimento, transformação de produtos e conseqüentemente teria um atendimento mais eficaz.

O faturista demonstrou alguma insatisfação com os processos que ainda são utilizados, e a falta de padronização deles, e completou:



“Tentaria mudar as formas de processos de desagregação, criando uma forma padronizada a partir do recebimento e pesagem dos produtos, padronizando datas de recebimentos e padronizando também as alterações de preço, para que fossem alterados em um único horário, pra não ter que fazer o mesmo trabalho de alteração de preço mais de uma vez durante o dia, principalmente no açougue onde 80% dos produtos são vendidos por quilo e não por unidade, padronização que criaria uma rotina, para quando acontecer um erro, ficar mais fácil de identificar.”

(FATURISTA, 2022, PERGUNTA 6).

Ainda dentro da sua linha de raciocínio, o faturista que é diretamente ligado aos outros setores, observa que ainda são necessárias mudanças para que sejam evitadas perdas, que apesar de serem comuns, devem ocorrer no mínimo possível.

“É preciso adequar os processos desde o recebimento, mais também no açougue e o ponto de venda, melhorar a comunicação principalmente de quem recebe, e quem faz a desagregação das peças de carnes que é muito falha, por exemplo quando muda o funcionário que pesa as carnes, são pesadas de maneiras diferentes dificultando o entendimento de quem alimenta o sistema, porque acontece muito que as anotações não serem feitas da mesma forma, gera perda de tempo tentando identificar as diferenças, e as vezes perdas de estoque por essa mudança no método de fazer.”

(FATURISTA, 2022, PERGUNTA 7).

Por fim, o camarista se diz insatisfeito com os processos que ficam dentro da responsabilidade dele, e aumentaria a equipe destinada a essas funções, que ele acredita que reduziria os erros que acontecem, e que a empresa mude os métodos de capacitação, o que é quase inexistente. Quando perguntado sobre os demais setores, o camarista destacou que cada setor tem sua identidade e suas funções, mas para que as perdas fossem evitadas, é necessário capacitação e treinamento de toda a equipe, e não somente de um setor específico.

“Para manter um estoque controlado e organizado, é necessário haver pessoas designadas para tal função, para que elas estejam sempre atentas aos produtos danificados, vencidos e obsoletos, pois a armazenagem de um produto com essas características com outro de boa qualidade pode causar danos aos produtos bons.” (OLIVEIRA, 2009, p. 19)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a constante evolução do mercado e mudanças que acontecem a cada período, é importante manter adequado o planejamento da organização, onde se prepara para possíveis eventos que aconteçam, que não venham a atrapalhar os processos planejados inicialmente.

Os objetivos propostos por esse estudo foram alcançados, encontrando processos errôneos que geram perdas diversas dentro da organização. A partir dos resultados obtidos, foram identificadas falhas nos processos utilizados pela equipe que resultaram essas perdas, como falhas no processo de compras, quando sem necessidade algumas mercadorias vinham em excesso, prejudicando os locais de armazenagem com sobrecarga. As falhas no recebimento, identificamos que o responsável pela conferência dos produtos não teve nenhum tipo de treinamento ou preparação para o cargo, aprendendo de forma empírica os processos através de funcionários mais antigos, o que causava danos ao processo de alimentação do sistema, que atrapalha o planejamento por gerar dados incorretos.

Um supermercado necessita de uma equipe completa e eficiente para conseguir manter-se no mercado, e a consciência de que os processos precisam ser feitos dentro dos padrões de qualidades exigidos pelo planejamento. Durante a realização desse estudo, foi perceptível identificar alguns processos que prejudicavam a organização, como por exemplo o mal planejamento de descongelamento de carnes, que é preciso ser feito diariamente para que atenda as demandas de vendas, e esse processo resulta em uma carne com aspecto de velha devido ao



descongelamento e no final do dia congelamento, para que volte a ser descongelada no dia seguinte.

Dentro da pesquisa, foi apresentado a equipe um breve resumo sobre planejamento e controle da produção, e nos dias seguintes, ocorreram mudanças nos processos utilizados pela equipe. Uma dessas mudanças foi a padronização dos pedidos, que passaram a ser feitos semanais, e a entrega dessa mercadoria que é feita sempre em um dia específico da semana, o que deixa a equipe preparada para fazer a desagregação (desossa) com menos erros, melhorando a alimentação do sistema e reduzindo o retrabalho, e a perda financeira causada por erros durante esse processo.

Conclui-se que, o planejamento e o controle da produção é uma ferramenta essencial para uma empresa que almeja crescimento e melhora contínua em seus processos, pois essa ferramenta auxilia a otimização do trabalho, e reduz perdas causadas por falhas em processos feitos de maneira empírica e sem uma padronização básica para o setor.

Ainda, se reconhece as limitações desse trabalho, por entender que a aplicabilidade do PCP poderia ter sido trabalhada de forma mais prática, no entanto, o curto intervalo de tempo não permitiu um estudo mais amplo. Para tanto, sugere-se que futuramente esse trabalho possa ser ampliado, isto é, que se colete dados mais robustos, para uma possível publicação.

REFERÊNCIAS

DESLAURIERS, J; KÉRISIT, M. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POU-PART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

ESTENDER, A. C.; SEQUEIRA, G. R.; SIQUEIRA, N. A. dos S.; CANDIDO; G. J. **A Importância do Planejamento e Controle de Produção**, VI SINGEP, 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, P. S. **Administração de Materiais**. 3ª Ed. RIO DE JANEIRO: Elsevier, 2010.

GUERRINI, F. M. BELHOT, R. V. AZZOLINI JUNIOR, W. **Planejamento e controle da produção: Projeto e operação de sistemas**. RIO DE JANEIRO: Elsevier, 2014.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

OLIVEIRA, M. P. de. **O controle interno: um estudo de caso no ramo de supermercados**. 2009. 41f. Bacharelado em Ciências Contábeis (Monografia). Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena – MT, 2009.

PALADINI, E. P., et al. **Gestão da qualidade: teoria e casos**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SOUZA, L. M. R. De. **A utilização de ferramentas da qualidade no controle e redução das perdas em um açougue de supermercado: estudo de caso**. 2019. 43f. Bacharelado em Engenharia de Produção (Monografia). Universidade Federal de Campina Grande- PB, 2009.

SILVA, G. L. MONTEIRO, J. P. FERREIRA, L. A. **Modelo para avaliação de um sistema de planejamento e controle da produção**. FATEC – Botucatu, 2009.



SLACK, N.; BRANDON-JONES, A. JONHSTON, R. **Administração da Produção**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

TUBINO, D. F. **Planejamento e controle da produção**: Teoria e prática. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

VENTURA, M. M. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. **Revista Socerj**, 2007.

YIN. R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3 ed., Porto Alegre: Bookman, 2005.



O PAPEL DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NUMA PERSPECTIVA ELEITORAL: Um estudo de caso na 047ª Zona Eleitoral

Ana Paula da Silva Marreiro

Bacharela em Administração da Faculdade do Complexo Educacional Santo André
E-mail: anapaulamarreiro15@gmail.com

Rosa Adeyse Silva

Mestra em Ciências Sociais e Humanas (UERJ)
E-mail: rosa@faculdadecesa.edu.br

Jéssica Anália Fagundes da Silva Pereira

Mestranda em Administração (UFERSA)
E-mail: jessica.analia@hotmail.com

Marília Vieira Xavier de Oliveira

Especialista em Ensino de Sociologia para o Ensino Médio (UFRN)
E-mail: marilia@faculdadecesa.edu.br

Lucas Gabriel de Souza Galvão

Mestrando em Administração (UFERSA)
E-mail: acesso.lucas09@gmail.com

RESUMO

O trabalho em tela, propõe-se a descrever o processo de influência do Planejamento Estratégico em instituições públicas, mais precisamente, na 047ª Zona Eleitoral, pertencente ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (TRE-RN). O uso do planejamento estratégico já é fato consuetudinário dentro de empresas privadas e começa a ser utilizado e observado dentro das organizações públicas. Para a construção deste artigo, foi utilizado fundamento teórico, caracterizando-se descritiva e exploratória, com abordagem qualitativa, a fim de conceituar assuntos correlacionados ao tema, como Gestão, Planejamento e Estratégia e embasamento prático consoante a realização de um questionário junto ao servidor responsável pela 047ª Zona Eleitoral para análise do uso do Planejamento Estratégico na realização das eleições. O pleito do ano em curso permite uma análise comparativa entre o que foi respondido com o que consta no PEJERN 2021-2026. Portanto, verificou-se que a 047ª Zona Eleitoral, faz o uso do Planejamento Estratégico. Ao final do estudo, são feitas sugestões afins de aprimorar a execução do planejamento.

Palavras-chave: Planejamento Estratégico. Eleições. Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte. 047ª Zona Eleitoral.

1 INTRODUÇÃO

Em consonância aos conceitos modernos, muito se discute a importância do planejamento estratégico nas organizações, sejam elas de capital privado ou público. Atualmente com o avanço tecnológico, houve a necessidade de aprimorar a forma com que não só as informações eram propagadas, mas também, suas estratégias.



Kotler e Keller (2012), relatam que o planejamento estratégico é uma ferramenta gerencial que tem a finalidade de desenvolver e, ao mesmo tempo, manter uma equidade entre os objetivos e recursos da empresa, junto às mudanças e oportunidades que a ambiência de mercado oferece. Assim, acredita-se que essa ferramenta, se bem executada, é capaz de fomentar o bom desempenho de uma organização e sua sustentabilidade.

Além disso, o planejamento estratégico se constitui em um processo de dupla atribuição; em que a primeira pretende definir o propósito, isto é, as intenções futuras que a organização tem (objetivos); e a segunda visa justamente atingir esses objetivos, o que envolve os planos, caminhos e ações que a organização deve tomar (SOBRAL; PECI, 2010).

Em face ao cenário atual, não são apenas empresas de capital privado que precisa desta ferramenta indispensável, o setor público, por sua vez, também precisa estar inserido neste cenário para melhores exercícios administrativos. Consoante as premissas conceituais da Administração, pode-se afirmar que apesar de órgão seguir um modelo estratégico, seja ele do ramo público ou privado, a estratégia não é uma receita de bolo, a sua finalidade, na maioria das vezes, é satisfazer o fator humano, tal qual, possuem subjetividades, sejam eles caracterizados cidadãos ou clientes.

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte – TRE/RN, é um órgão da Justiça Eleitoral, constituído por juntas e zonas eleitorais responsáveis pelo cadastro eleitoral, cômputo dos resultados e diplomação dos eleitos em votação.

A 047ª Zona Eleitoral abrange três municípios, sendo eles, Alto do Rodrigues/RN, Carnaubais/RN e Pendências/RN (sede), cada um tendo em média 10 mil eleitores.

Vários fatores contribuem para a realização das eleições, uma vez que o processo eleitoral não se resume apenas ao dia da votação. Para que o processo eleitoral tenha início e se conclua, far-se-á necessário a efetivação de todo o processo através da efetividade dos seus servidores, principalmente, em ano eleitoral. Por todo o exposto e diante às eleições gerais do ano em curso, surge a seguinte indagação: **A 047ª Zona Eleitoral faz o uso do Planejamento Estratégico visando à realização das eleições?**

Diante desse questionamento, tendo em vista e em curso o ano eleitoral, o objetivo geral deste trabalho visa **analisar o papel do planejamento estratégico para realizações das eleições, a partir do estudo de caso feito na 047ª Zona Eleitoral**. Para tanto, o trabalho apresenta ainda os seguintes objetivos específicos: (I) caracterizar o planejamento estratégico; (II) identificar a estruturação para prática do planejamento; (III) verificar a influência em processos eleitorais, sobretudo, do ano em curso.

Por fim, além destas considerações introdutórias, este trabalho segue disposto do referencial teórico, que aborda conceitos sobre gestão estratégica, planejamento estratégico e planejamento estratégico eleitoral. Já em sua metodologia, a pesquisa se propõe a realizar um estudo de caso, via pesquisa bibliográfica, coleta de dados de características qualitativas e entrevistas com pessoas envolvidas na prática do planejamento estratégico. Sendo finalizado com a análise e discussão dos dados coletados e as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 GESTÃO ESTRATÉGICA

De outro bordo, ao se falar em gestão, de imediato, vem à mente as funções administrativas; planejar, organizar, dirigir e controlar, que, quando utilizadas corretamente, se interligam a uma boa administração. Não obstante, o campo da gestão atravessa séculos, alterando e aprimorando suas formas e conceitos, de acordo com as necessidades organizacionais.

Conforme o passar dos anos, novas tecnologias vão sendo criadas e, conseqüentemente, novas maneiras de gerenciar uma organização surgem ou são adaptadas e readaptadas. Devido ao aumento no grau de exigência dos indivíduos, elevou-se as especificações e formas para escolha



de planos de gestão o que fez com que muitas empresas buscassem se adequar, partindo para um maior investimento de gestão e controle de processos (MATTOS, 2019).

Com isso, a chamada Gestão Estratégica tem em sua composição três elementos básicos definidos, quais sejam: análise sistemática do ambiente que como o nome já diz, analisa de forma sistêmica o ambiente externo em busca de novas oportunidades e iminência de ameaças. Ou seja, visa encontrar forças e fraquezas; formulação da estratégia que possui a finalidade de identificar as melhores condições para tomada das melhores decisões, e; implementação da estratégia que nada mais é, que a etapa final do processo de colocar a estratégia em ação (SILVA, 2018).

O conceito de gestão estratégica em instituições públicas ou privadas é voltado para um processo sistemático, planejado, gerido, executado e acompanhado sob a alta administração, envolvendo e comprometendo todas as pessoas e respectivos hierárquicos (Rezende, 2015).

São várias as definições distintas de estratégias como plano e pretexto de padrão, posição e perspectiva. Ele usa as duas primeiras definições para nos levar além da estratégia deliberada – além da visão tradicional do termo – até a noção de estratégia emergente. Isso lança a ideia de que as estratégias podem fazer parte de uma organização sem que isso seja pretendido conscientemente, ou seja, sem ser formulado.

Assim, ao adentrar pelo mundo organizacional, que é cada vez mais mutável, faz-se necessário despir-se de conceitos utilizados outrora, e emergir no ecletismo de gestão + estratégia. Sendo importante entender que a gestão é uma ideia a ser formulada, ou seja, para a criação de uma gestão estratégica, se faz necessário uma prévia análise de seus fatores e indicadores, que serão determinantes para uma prática efetiva.

Este tipo de gestão possibilita a descentralização e individualismo, onde ele é desassociado dos objetivos globais da empresa. Ou seja, o individualismo tem origem como uma preocupação, por parte de alguns departamentos em relação a apenas um grupo de interessados, ignorando as necessidades e interesses do demais grupos como os acionistas, clientes e fornecedores. Com isso, realizar uma estratégia constituinte de um planejamento pode acarretar uma visão temporal mais favorável para a resistência e sobrevivência da organização (GAZZINELLI, 2006).

Todavia, nem gestão, tampouco a gestão estratégica sozinha, implicariam muitas mudanças na ambiência organizacional, isto é, somente apoiada por conceitos e teorias basilares. E é exatamente por isso que dentro da gestão estratégica existe o planejamento estratégico, que se constitui em um projeto composto por algumas ferramentas fundamentais.

2.2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O planejamento é umas das principais funções da administração e dever ser a base de qualquer atividade que será praticada em um ambiente corporativo, dentre outros benefícios, o planejamento visa evitar o desperdício de tempo e recursos dentro de uma organização.

Assim, a fim de esclarecer o leitor, vamos primeiramente entender o conceito do termo planejamento, para assim discorrer sobre o chamado planejamento estratégico. Pois bem, de acordo com Limmer (1996), o termo planejamento é definido como um procedimento que se consolida a partir da determinação de objetivos, entendimento das expectativas e prevenção de situações futuras, além da transmissão de informações e resultados diante às unidades de trabalho de uma organização.

Com isso, de acordo com Maximiano (2000), o planejamento estratégico é conceituado como um processo que promove a elaboração de condições baseadas em análises do ambiente e sistemas internos da organização.

Assim, têm-se o planejamento estratégico como um importante instrumento de gestão para as organizações, executada em diversos setores administrativos e por meio de um gestor que juntamente com sua equipe definem os parâmetros que serão direcionados à organização da empresa, conduzindo a liderança e controlando as atividades. O objetivo do planejamento é fornecer aos gestores e suas equipes uma ferramenta que os munície de informações para a tomada



de decisão, ajudando-os a atuar de forma proativa, antecipando-se as mudanças inevitáveis que ocorrem no mercado em que atuam (ANDION; FAVA, 2002).

Ou seja, o planejamento estratégico é algo que pode ser indispensável para as organizações que buscam evoluir nos mercados concorrentes. Isso porque, é através do mesmo que se desenvolve um paralelo entre o mercado com a organização (PONTES, 2011).

Confirmando o que foi supracitado, tal assertiva pode ser confirmada por Chiavenato e Sapiro (2009), quando eles afirmam que:

As evidências mostram que as organizações que planejam estrategicamente, em geral, alcançam um desempenho superior às demais. As organizações bem-sucedidas buscam uma adequação apropriada entre as condições do ambiente externo e a sua estratégia. Por sua vez, a estratégia define a estrutura organizacional e os processos internos no sentido de alcançar efeitos altamente positivos sobre o desempenho organizacional. (CHIAVENATO; SAPIRO, p.30, 2009).

Para Kotler (1992), o planejamento estratégico é um procedimento gerencial que tem a finalidade de desenvolver e manter uma equidade entre os objetivos e recursos da empresa junto às mudanças e oportunidades de mercado. Ou seja, parte da orientação e reorientação dos negócios diante de seus produtos de modo que originem lucros e crescimento da organização.

A execução desse processo depende de ideais básicas em que é primordial o uso por parte da empresa de um portfólio de investimento. A segunda é se manter em constante avaliação quanto ao potencial de lucro futuro de cada tipo de negócio. Já a última ideia é a estratégia propriamente dita em que cada tipo de negócio, a empresa deve criar uma estratégia para obter com sucesso os objetivos traçados para longo prazo (KOTLER, 1992).

O planejamento estratégico, segundo Tavares (2010), procura definir a que tipos de necessidades atender e principalmente de que maneira atender, bem como, procura saber como e quais necessidades poderão ser satisfeitas, no futuro, em sua área de negócios.

Segundo Pasqualotto & Gois (2016), é por meio do planejamento estratégico que a organização conhece e otimiza o uso de atribuições. Partindo também do conhecimento e adequação de seus pontos que apresentam deficiência na organização. Também pode ser atribuído ao planejamento a possibilidade de conhecer e desfrutar às oportunidades externas, assim como evitar as ameaças externas através de um plano de trabalho.

Para Oliveira, Prado e Silva (2005), o desempenho eficaz, no planejamento estratégico, se baseia em habilidades que são definidas em: apurar os fatores que podem e afetam o bom desempenho da empresa; analisar os pontos fortes e fracos da organização, entendendo sua situação em benefício próprio; igualar às variações de condições do ambiente; compreender que a prática de motivação frente aos colaboradores acarreta em mudanças positivas advindas de estratégias; Obter um ponto de equidade na organização infere positivamente no que se refere a proprietários, clientes e demais envolvidos.

Segundo a teoria de Oliveira (2013), para realizar e elaborar, além de implementar um planejamento estratégico, é preciso realizar quatro fases que estão apresentadas na Figura 1:



Figura 1: Fases do Planejamento Estratégico



Fonte: Adaptado de Oliveira, (p.42, 2013).

O planejamento e suas estratégias podem ser considerados como meios indispensáveis no gerenciamento empresarial. Realizar um planejamento, definir as estratégias e gerenciar em todos os processos produtivos poderá refletir no resultado da produção, podendo minimizar custos e maximizar insumos (LEITE et. al., 2008).

Quando entram em sintonia as disposições do planejamento estratégico e a execução, é criado um mecanismo para auxílio de controle das atividades dentro da organização, independente do ramo ou enquadramento. O planejamento adequado auxiliará na definição, priorização e nas estratégias mais recomendáveis, trazendo a confiabilidade no processo decisório assertivo (SOBRINHO, 2018).

De forma resumida, o planejamento estratégico é considerado um fator decisivo para uma boa gestão de produção e elevação de rendimentos, seguindo passos primordiais para o próximo quesito que seria uma melhor tomada de decisão de acordo com os frutos adquiridos de um planejamento estratégico bem traçado e elaborado.

2.2.1 Planejamento Estratégico Público

Quando se fala em planejamento ou plano estratégico, logo, temos em mente organizações privadas, quando na verdade, é um recurso importante para tomada de decisão em organizações, sejam elas públicas ou privadas.

Para Drucker (1984), o planejamento estratégico é o processo contínuo de, sistematicamente e com maior conhecimento possível do futuro contido, tomar decisões atuais que envolvem riscos; organizar sistematicamente as atividades necessárias à execução dessas decisões e, por meio de uma retroalimentação organizada e sistemática, medir o resultado dessas decisões em confronto com as expectativas alimentadas.

Rezende (2015) apresenta que a gestão pública é orientada para prestação de serviços públicos, seja como da administração direta ou indireta, sem a visão do lucro.

Segundo Rezende (2011), nas organizações públicas, o planejamento estratégico também pode ser chamado de plano estratégico de governo. O plano estratégico de governo não pode ser confundido com plano de governo de candidatos ao governo, que expressa o conjunto de intenções



de uma ou um grupo de pessoas. Reitera-se a exigência da abordagem estratégica que vai além de um determinado mandato ou período curto de tempo.

Ainda de acordo com (Rezende, p. 6, 2015), “Todos os projetos organizacionais, incluindo o planejamento estratégico, devem ser elaborados com foco nas funções organizacionais e nunca com base no organograma, independentemente do tipo ou tamanho da organização e do número de departamentos, de cargos ou de pessoas”.

A administração é a ciência que estuda as organizações e sugere melhores meios de gestão, com isso o planejamento se torna uma dessas ferramentas cruciais para gerir organizações. Haja vista o cenário atual de incertezas, é indispensável o uso de ferramentas administrativas que contribuem para o sucesso da organização. De modo complementar, o planejamento está voltado para a forma com que as pessoas e organizações utilizam métodos, normas e recursos disponíveis dentro dessa situação.

Como é possível observar Planejamento Estratégico é de suma importância para o sucesso dos resultados buscados pelo órgão público ou privado. O planejamento, nada mais é, do que a elaboração de uma série de ações que devem ser realizadas pelo órgão a fim de que os objetivos sejam alcançados de maneira satisfatória. Não podemos esquecer que o planejamento estratégico realizado no setor público evolui à medida que as funções estatais são observadas e constatamos que as mesmas devem representar os anseios legítimos da sociedade.

2.3 JUSTIÇA ELEITORAL

A Justiça Eleitoral (JE) Brasileira, firmou-se a partir da necessidade inovadora e importante para a exercício da democracia, tornando-se referência no Brasil e no mundo, sendo consumada a partir do Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, com seu primeiro órgão – Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Vale ressaltar que a Justiça Eleitoral não cuida apenas do Processo Eleitoral, atuando paralelamente as respectivas funções:

- a) **Normativa:** Garantir através de resoluções o cumprimento de leis;
- b) **Consultiva:** Consultoria a Parlamentares e Partidos Políticos, em âmbito eleitoral;
- c) **Administrativa:** Poder de autogestão, ou seja, administração dos seus próprios órgãos;
- d) **Jurisdicional:** Julgamento de prestação de contas, registro de candidatura etc.

Tendo em vista a magnitude do processo eleitoral, foram criadas as ramificações da JE, visando a colaboração do processo eleitoral brasileiro, a seguir:

“Para que esses fundamentos constitucionais – previstos no art. 1º da CF/1988 – sejam devidamente assegurados, são distribuídas competências e funções entre os órgãos que formam a Justiça Eleitoral. Aliás, são eles: o Tribunal Superior Eleitoral, os tribunais regionais eleitorais, os juízes eleitorais e as juntas eleitorais.” (JUSTIÇA ELEITORAL, 2022)

3 METODOLOGIA

O Presente trabalho se caracteriza por ser uma pesquisa descritiva e exploratória, realizada através de um estudo de caso com abordagem do problema através da natureza da pesquisa qualitativa.

De acordo com Oliveira (2013), uma pesquisa descritiva busca aprofundar-se no tema estudado, apresentando acontecimentos depois da realização da análise dos fatos e acontecimentos mais importantes dos itens que foram pesquisados. E segundo Jung (2004), a pesquisa exploratória tem como finalidade originar teorias e práticas que possam modificar ou adaptar as já existentes, com objetivo de criar novos princípios e teorias que substituam os atuais.



A abordagem é qualitativa, o que de acordo com Miguel *et al.* (2010), é uma pesquisa que visa à interpretação do ambiente como realmente é, descrevendo sua realidade e expondo a problemática que se desenvolve.

Quanto aos procedimentos, serão realizadas mediante as informações obtidas através da aplicação de um questionário e um estudo documental, visando à abordagem do problema.

O universo de estudo a ser analisado dar-se-á por meio de informações auferidas de 01 (hum) servidor da 047ª Zona Eleitoral.

Em relação aos instrumentos para coletas de dados, foi feita uma entrevista junto ao servidor responsável pela 047ª ZE, o Chefe de Cartório, a fim de descobrir se a referida Zona Eleitoral, utiliza o planejamento estratégico para exercício do sufrágio, assim como análise do planejamento estratégico elaborado pelo TRE-RN, concluindo-se a pesquisa com a análise de todo o material coletado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do presente trabalho serão analisados mediante duas etapas, através do questionário realizado ao chefe de cartório da quadragésima sétima zona eleitoral, servidor Luís Cláudio Bezerra Rodrigues, posteriormente realizada uma análise do Planejamento Estratégico do TRE-RN, a fim de identificar a sua existência na citada zona e compreender o seu papel e importância para realização das eleições, possibilitando uma análise comparativa entre os dois pontos que serão relatados. Algumas perguntas e respostas (apêndice) foram aglutinadas, tendo em vista a mesma ideia da anterior ou a complementação de algumas respostas.

4.1 DESCRIÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (TRE-RN) é um órgão do poder judiciário eleitoral que tem como atividade principal a condução do processo eleitoral no Estado do Rio Grande do Norte. O TRE-RN tem como órgão supervisor de suas ações e decisões o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o CNJ por sua vez, é órgão responsável pelo controle administrativo e financeiro. Como citado na resolução nº 70 do Conselho Nacional de Justiça, de 18 de março de 2009:

Art. 2º O conselho Nacional de Justiça e os tribunais indicados nos incisos II e VII do art. 92 da Constituição Federal elaborarão os seus respectivos Planejamento estratégicos, alinhados ao Plano Estratégico Nacional, com abrangência mínima de 5 (cinco) anos, bem aprovarão nos seus órgãos plenários ou especiais até 31 de dezembro de 2009. (BRASIL, 2009)

A partir disso, todos os Tribunais Regionais Eleitorais foram obrigados a montar um Planejamento Estratégico, deste modo, o TRE-RN lançou em 2021 um novo Plano de Gestão e Estratégia para o período de 2021-2026, a formulação estrutural do PEJERN coube à Assessoria de Apoio a Governança e Gestão Estratégica da Presidência do Tribunal. O TRE-RN tem como definições direcionadoras:

- a) **Missão:** Garantir a legitimidade e a segurança do processo eleitoral.
- b) **Visão:** Ser reconhecida como uma justiça íntegra, inovada, ágil e efetiva.
- c) **Valores Institucionais:** Acessibilidade / Ética / Inovação / Integridade / Segurança Jurídica / Sustentabilidade / Transparência.



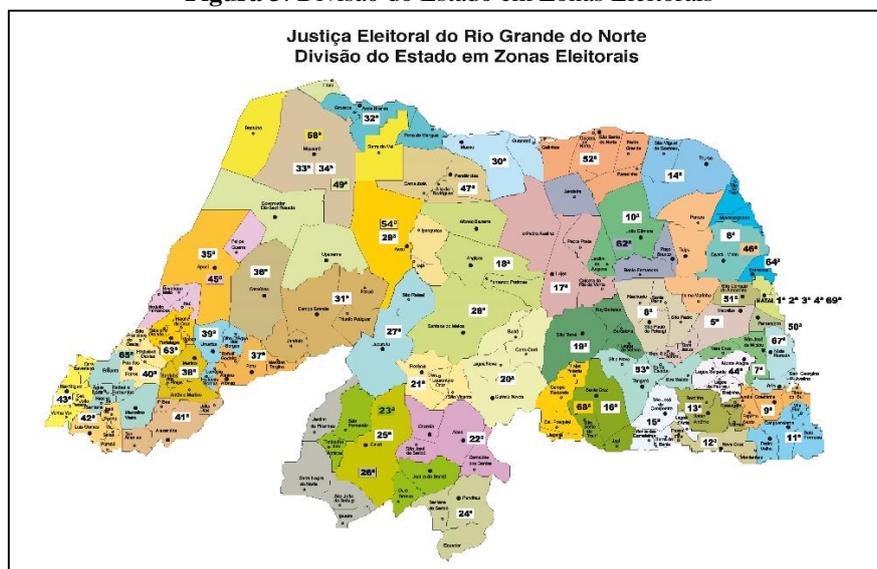
Figura 2: Logo do TRE-RN



Fonte: <https://www.tre-rn.jus.br/>

É sabido que o TRE-RN conta com o auxílio das Zonas Eleitorais, que corresponde a uma região geograficamente delimitada dentro do Estado, gerenciada pelo Cartório Eleitoral, que centraliza e coordena os eleitores domiciliados na localidade.

Figura 3: Divisão do Estado em Zonas Eleitorais



Fonte: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/imagens/imagens/tre-rn-divisao-do-estado-em-zonas-eleitorais-24-08-2017>

A 047ª Zona Eleitoral é localizada na mesorregião oeste potiguar e na microrregião vale do Açu do Estado do Rio Grande do Norte, gerenciada pelo Cartório Eleitoral, com a colaboração de três servidores, abrangendo três municípios, Alto do Rodrigues, Carnaubais e Pendências como sede.

4.2 ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO APLICADO AO SERVIDOR DA ZONA ELEITORAL

Buscando compreender a influência do Planejamento Estratégico para efetivação das eleições, bem como a do ano em curso, foi realizado um questionário junto ao chefe de cartório da 047ª Zona Eleitoral – Pendências/RN, que é servidor público federal.

4.2.1 Adaptação do Planejamento Estratégico do TRE-RN para realidade da Zona Eleitoral

O servidor afirma que, a “Justiça Eleitoral, como um todo, possui missão, visão e valores, que são garantidos no Planejamento Estratégico do órgão independente do setor e de sua localidade, o atual planejamento que abrange o período de 2021-2026, deve ser seguido para garantir excelência e legitimidade no processo eleitoral para todos os cidadãos.”



Correlacionando a explicação do servidor com a Resolução nº 49 de 28 de junho de 2021, que cita “O mapa estratégico apresenta a Missão, a Visão, os Valores e os Objetivos Estratégicos que nortearão a conduta e a atuação do TRE-RN no sexênio.”

4.2.2 Importância do Planejamento Estratégico para Organização Pública

De acordo com o servidor, “é de suma importância, pois possibilita oferecer melhores condições para servidores e cidadãos, haja vista a possibilidade de minimizar, a margem de erros com a tomada antecipada de decisões.”

Concomitante a isso, Becker, Giovanela, Furtado (p. 18, 2016) nos instrui acerca do planejamento “O planejamento permite preparar a organização para as mudanças que ela pode enfrentar, sejam mudanças relacionadas às pessoas, à tecnologia ou sistemas. Trata-se de uma importante ferramenta que norteia a tomada de decisão.”

4.2.3 Modelo de Planejamento para Exercício da Democracia a cada biênio

O respondente afirma que: “O atual PEJERN, vigorará até 2026, dessa forma, considerando que as eleições ocorrem a cada 02 anos, há um planejamento específico para cada pleito.” Acrescentando ainda “que no âmbito da Justiça Eleitoral, há o Planejamento Integrado das Eleições (PIELEI), onde todos os setores do órgão, inclusive as Zonas Eleitorais, contribuem com suas experiências para que se garanta um processo eleitoral seguro, rápido e eficaz.”

4.2.4 Resolução que Institui a Obrigatoriedade e Execução do Planejamento Estratégico

O servidor explica que o Conselho Nacional de Justiça é o órgão supervisor do TRE-RN, ou seja, ele é o responsável por elaborar diretrizes administrativas a serem seguidas pelos órgãos a ele subordinados, contexto no qual o TRE-RN e suas Zonas estão inseridos e que esse processo é hierárquico. A Resolução CNJ nº 325/2020 instituiu a Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o período 2021-2026, sintetizando sua missão, visão e valores e indicadores de desempenho, observando o conteúdo temático dos macro desafios do Poder Judiciário e diretrizes estratégicas nacionais.

4.2.5 Estratégia para Realização das Eleições do ano em curso

De acordo com o chefe do cartório eleitoral da 047ª ZE, há cada pleito utilizam-se de forma prática a missão do PEJERN, bem como a garantia da legitimidade e a segurança no processo eleitoral, de forma a garantir os direitos da cidadania, acrescenta ainda, que para as eleições gerais do ano em curso, foram utilizadas métricas estratégicas como eficácia, além da contribuição de todos os servidores na elaboração PILEI 2022.

4.2.6 Execução do Planejamento Estratégico Organização Pública X Empresa Privada

Na opinião do servidor, não existe diferença quanto a execução do planejamento estratégico entre organização pública e privada, pois segundo ele, ambas convergem para o cumprimento dos objetivos estabelecidos, porém, ressalva o impasse para gestão, considerando as particularidades dos municípios pertencentes a ZE 047, de forma a utilizar parâmetros distintos determinados no Planejamento Estratégico para casos específicos. Com enfoque em seu principal objetivo como instituição - o serviço público, ressalta ainda a garantia de igualdade para todos, para que não haja perecimento de direitos.



4.3 Análise do questionário a 047ª ZE X Planejamento Estratégico do TRE-RN

Mediante a comparação entre o questionário respondido pelo servidor da 047ª Zona Eleitoral e o Planejamento Estratégico do TRE – RN, é possível observar que o planejamento estratégico é hierarquicamente cumprido, no que diz respeito ao seu uso para efetivação das eleições, nosso objeto de estudo, é possível ainda constatar o consenso entre as informações obtidas através do questionário e análise documental do TRE-RN.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante o exposto, conclui-se que, o planejamento estratégico é o caminho mais certo e preciso para alcançar, de maneira mais rápida e segura, o objetivo desejado. Deste modo, Chiavenato (1992) nos ensina que o planejamento estratégico se refere à maneira pela qual uma organização pretende aplicar determinada estratégia para alcançar os objetivos propostos.

Dessa forma, diante do nosso objeto de estudo de verificar a influência do planejamento estratégico, pode-se comprovar a efetividade quanto ao uso do planejamento estratégico em organizações públicas.

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte demonstrou ser um órgão atualizado quanto à utilização de técnicas administrativas, como a elaboração de um Planejamento Estratégico. O TRE-RN demonstrou ter chefias de zonas eleitorais capacitadas para gerir a Estratégia imposta, visando sempre a igualdade na prestação do serviço público, como é o exemplo da 047ª Zona Eleitoral, com o uso do planejamento estratégico para efetivação das eleições.

Recomenda-se à 047ª Zona Eleitoral o uso de ferramentas estratégicas, métricas e indicadores, como a Matriz Swot para cada município, tendo em vista, a proposta de uma visão ampla das subjetividades de cada município, servindo de subsídio de informações das cidades e eleitores junto à tomada de decisão da Zona. Essa ferramenta mostra-se eficiente, uma vez que é ferramenta de baixo custo, podendo ser elaborada pelos próprios servidores.

O objetivo do trabalho mostrou-se de extrema importância, quanto ao gerenciamento de organizações sejam ela do ramo público ou privado. Em paralelo, os órgãos públicos passam cada vez mais pela aprovação da sociedade, tornando-se imprescindível a sua boa gestão, a fim de cumprir suas funções principais e gerar respostas positivas para a sociedade.

REFERÊNCIAS

ANDION, M. C.; FAVA, R. Planejamento Estratégico in: **Gestão Empresarial**, FAE, v. 2, p. 27-38, 2002.

BECKER, K. A. W. GIOVANELA, A. FURTADO, L. **Planejamento Estratégico**. Indaial: UNIASSELVI, 2016.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução Nº 70 de 18 de março de 2009**. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_70_18032009_25032019142233.pdf>. Acesso em 10 de outubro de 2022.

CHIAVENATO, I. **Introdução Geral da Administração**: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CHIAVENATO, I; SAPIRO, A. **Planejamento estratégico**: fundamentos e aplicações. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.



- GAZZINELLI, L. M. **Do planejamento estratégico à gestão estratégica**. 2006. 49 f. Monografia (Bacharelado em Administração) - Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Brasília - DF, 2006.
- JUNG, C. F. **Metodologia para pesquisa & desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2004.
- KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de marketing**. 14. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.
- LEITE, R. M.; CHEROBIM, A. P. M. S.; SILVA, H. de F. N.; BUFREM, L. S. Orçamento empresarial: levantamento da produção científica no período de 1995 a 2006. **Rev. contab. finanç. [online]**. vol.19, n.47, pp. 56-72, 2008.
- LIMMER, C. V. **Planejamento, orçamento e controle de projetos de obras**. Rio de Janeiro, 1996. LTC- Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. Pag.174, 1996.
- MATTOS, A. D. **Planejamento e controle de obras**. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2019.
- MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à Administração**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- MIGUEL, P. A. C. et al. **Metodologia de pesquisa em engenharia de produção e gestão de operações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- OLIVEIRA, J. F. de; PRADO, J.; SILVA, E. A. da. **Gestão de Negócios**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ: 5 ed. Vozes, 2013.
- PONTES, N. R. **Proposta de Implementação de um Planejamento Estratégico para uma Empresa de Pequeno Porte (EPP), do ramo de confecção inserida no mercado atacadista da Região Sul de Santa Catarina**. 2011. 70 p. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma – SC.
- PASQUALOTTO, T. A. L.; GOIS, J. F. Planejamento e gestão da produção leiteira: uso da metodologia “melhor leite”. **Mundo Contemporâneo em Revista** | Número 05 – Volume 01 – 2016.
- REZENDE, D. A. **Planejamento Estratégico Público ou Privado: Guia para Projetos em Organizações de Governo ou de Negócios**. 3. ed. Atlas: São Paulo, 2015.
- SOBRAL, F.; PECCI, A. **Administração: teoria e prática no contexto brasileiro**. São Paulo: Pearson, 2010.
- SILVA, A. P. P. C. **Administração Estratégica**. 2018. 25f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) - Universidade Paulistana - UNIP, São Paulo - SP, 2018.
- SOBRINHO, A. P. L. **A importância do planejamento orçamentário como ferramenta no processo decisório de micro e pequenas empresas**. 2018. 17 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Centro Universitário de Anápolis (UniEvangélica), Anápolis, 2018.



TAVARES, M. C. **Gestão Estratégica**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TRE, Tribunal Regional Eleitoral - RN. **Planejamento estratégico da JERN 2021-2026**.

Disponível em: <<https://www.tre-rn.jus.br/o-tre/planejamento-e-gestao-estrategica/planejamento-estrategico-da-jern>>. Acesso em 11 de outubro de 2022.

TSE, Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/>>. Acesso em 25 de novembro de 2022.



GESTÃO DE PESSOAS: O processo de requisição e recrutamento de servidores na 29ª zona eleitoral do município de Assú-RN

Deisy Gabriely Cabral Marques

Bacharela em Administração (FACESA)

E-mail: deisymarques20@gmail.com

Pedro Balduino de Sousa Neto

Mestrando em Administração (UFERSA)

E-mail: pedro_balduino@hotmail.com

Lucas Gabriel de Souza Galvão

Mestrando em Administração (UFERSA)

E-mail: acesso.lucas09@gmail.com

Rosa Adeyse Silva

Mestra em Ciências Sociais e Humanas (UERN)

E-mail: rosa@faculdadecesa.edu.br

Jéssica Anália Fagundes da Silva Pereira

Mestranda em Administração (UFERSA)

E-mail: jessica.analia@hotmail.com

RESUMO

A Gestão de pessoas busca em suas atividades diárias o recrutamento, a seleção, o desenvolvimento e o bem-estar dos colaboradores. Desse modo, a pesquisa tem como objetivo descrever o processo de requisição e recrutamento de pessoas na 29ª Zona Eleitoral do TER-RN, localizada no município de Assú. Realizou-se uma pesquisa qualitativa, descritiva, no período de setembro a dezembro de 2022. Foram realizadas entrevistas com o chefe da ZE e uma servidora responsável pelo processo de requisição de pessoal. As afirmações foram analisadas conforme Bardin (2011). Dentre os resultados foi possível destacar que as pessoas são alocadas após o deferimento do pedido pelo Juiz eleitoral, e dentre as vantagens estão a rapidez e agilidade no processo e as principais dificuldades concentram-se na inexperiência dos servidores nas rotinas da Justiça Eleitoral e a ausência de remuneração extra ou gratificações, o que dificulta o processo de requisição e recrutamento de pessoas.

Palavras-chave: Requisição; Recrutamento de Pessoas; Justiça Eleitoral.

1 INTRODUÇÃO

Tema relevante para a administração de empresas e instituições públicas, o recrutamento de pessoas deve ser preciso e eficaz, para que assim, alcance seu principal objetivo: Encontrar mão-de-obra qualificada para o preenchimento de postos de trabalho nas empresas.



São os recursos humanos que produzem uma multiplicidade de conhecimentos para as organizações, pois, é a área responsável pelo gerenciamento de todas as atividades que englobam as pessoas que compõem os quadros das empresas. As dinâmicas do setor de recursos humanos são variáveis conforme a natureza e ramo de atuação das empresas, mas convergem quanto seu principal compromisso: Planejar, organizar, desenvolver, coordenar e controlar técnicas para promover a eficiência do pessoal (CHIAVENATO, 2004).

No setor público, a investidura em cargos ou empregos públicos é mediante a realização e aprovação em concurso. Porém, devido à escassez de vagas, é comum o procedimento de transferências ou cessão de servidores entre órgãos. Como no caso da Justiça Eleitoral, que, mediante processo de requisição, pode usufruir de servidores públicos de outras instituições para suprir suas demandas.

Nesse sentido, surgem questionamentos acerca desse processo de transferências e cessão de profissionais entre órgãos, como o que norteia essa pesquisa: Como dar-se o processo de cessão/transferência/recrutamento de pessoas no âmbito da Justiça Eleitoral do Estado do Rio Grande do Norte?

Dessa forma, esse estudo tem como principal objetivo descrever o processo de requisição e recrutamento de pessoas na Justiça Eleitoral do RN. Tendo como campo de aplicação do estudo a 29ª Zona Eleitoral do TRE-RN, localizada no município de Assú-RN.

É relevante o conhecimento sobre o processo de requisição, recrutamento e seleção de pessoas para auxiliar nas atividades da administração de recursos humanos no setor público, contribuindo para a maior assertividade na área, bem como para o fomento de pesquisas sobre a temática.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 RECURSOS HUMANOS E GESTÃO DE PESSOAS

As organizações são responsáveis por satisfazer as necessidades dos seus funcionários, sejam elas emocionais, econômicas ou sociais, por isso também existe uma grande variedade dessas organizações, sendo elas, comerciais, serviços, militares ou públicas, influenciando na maneira de viver, comprar e trabalhar (CHIAVENATO, 2004).

Diante da importância de vários tipos de organizações, criou-se a necessidade de um setor responsável por organizar e orientar os funcionários, sendo ele o de Recursos Humanos. Soviensi e Stigar (2008, p. 54) falam que é de responsabilidade do

Departamento de Recursos Humanos promover, planejar, coordenar e controlar as atividades desenvolvidas relacionadas à seleção, orientação, avaliação de desempenho funcional e comportamental, capacitação, qualificação, acompanhamento do pessoal da instituição num todo, assim como as atividades relativas à preservação da saúde e da segurança no ambiente de trabalho da Instituição (SOVIENSKI; STIGAR, 2008, p. 54).

Diante disso, é de fundamental importância que toda empresa deve ter um setor de RH competente para auxiliar nas demandas diárias, pois para Ivancevich (2011, p. 04) “Gestão de Recursos Humanos é função executada nas organizações que facilita o aproveitamento eficaz das pessoas (funcionários) para atingir metas individuais e organizacionais.”

Então, com esse aproveitamento, as pessoas se sentem mais próximas à organização e motivadas a trabalhar. O RH se tornou na organização um setor indispensável, trouxe um toque de preocupação com relação às demandas relacionadas ao trabalhador, além de desempenhar as



funções básicas de recrutar, selecionar e treinar funcionários, passando a ter uma presença mais formal como órgão administrativo (TOLEDO, 1982).

Há quem confunda Recursos Humanos (RH) com Gestão de Pessoas (GP), porém o RH é o setor responsável por organizar as questões burocráticas da organização, sendo o GP a parte de humanização, ou seja:

tem uma grande responsabilidade na formação do profissional que a instituição deseja, objetivando o desenvolvimento e crescimento da instituição como o do próprio funcionário (SOVIENSKI; STIGAR, 2008, p. 54).

Então, a GP trouxe uma nova roupagem para administração de Recursos Humanos, diante da globalização e das novas tecnologias, e da busca pelo diferencial, foi observado que isso se dá pelas pessoas que entram na organização.

As empresas são construídas de pessoas, mas estas nem sempre são adequadamente utilizadas e motivadas pelas organizações, muitas das vezes são submetidos a uma cultura organizacional bitolada e estreita com chefias igualmente obtusas, que se baseiam ainda na teoria da burocracia (PAULA; NOGUEIRA, 2016)

Sendo assim, a Gestão de Pessoas é responsável por cuidar dos colaboradores dentro da organização, deixando-os motivados, fazendo com que se sintam parceiros da organização, tornando-se um aliado estratégico do negócio, planejando como selecionar as melhores pessoas e no acompanhamento de velhos e novos colaboradores, se tornou determinante para o sucesso da empresa (OLIVEIRA *et al.*, 2018).

2.2 O PROCESSO DE RECRUTAMENTO

Recrutar pessoas para uma empresa é uma tarefa que pode parecer simples, mas pelo contrário. O recrutamento é de fundamental importância e faz necessário saber escolher/identificar um funcionário competente, tendo em vista, que competências são características que um funcionário necessita ter para exercer uma função a qual foi dada, ou outras dentro da organização, aponta Ivancevich (2011).

Todo o processo de recrutamento surge da necessidade da empresa, segundo Marras (2000, p. 69). Recrutamento de pessoal é uma atividade de responsabilidade do sistema de ARH que tem por finalidade a captação de recursos humanos interna ou externamente à organização objetivando municiar o subsistema de seleção de pessoal no seu atendimento aos clientes internos da empresa. (MARRAS, 2000 p. 69)

O processo de recrutar está relacionado ao planejamento dos Recursos Humanos pelo fato de que o “recrutamento refere-se às atividades organizacionais que determinam a quantidade e o tipo de candidato que se apresenta para uma vaga e a aceitação ou não do emprego oferecido” (IVANCEVICH, 2011, p. 187). A empresa deve atentar que esse também será o primeiro contato dela com o futuro candidato à vaga, o cuidado ao passar uma boa imagem deve estar presente.

Segundo Araujo e Garcia (2014) os recrutamentos podem ser classificados em internos e externos. Sendo que a principal característica ligada ao recrutamento interno consiste na utilização dos funcionários da empresa para seleção de cargos. Enquanto o recrutamento externo funciona com a organização utilizando pessoal fora do seu ambiente organizacional.

Diante da variedade de técnicas, resta a instituição escolher a que mais se encaixa na realidade diária. Marras (2000, p. 71) diz que as “fontes de recrutamento são as instâncias que



devem ser exploradas na busca de recursos humanos para abastecer o processo de seletivo da empresa”. Isso porque as pessoas são os grandes ativos de uma organização.

2.2.1 O processo de recrutamento interno

Dentre os tipos de recrutamento interno, podemos citar a Transferência de Pessoal de setor para outro, Promoções, Programas de desenvolvimento de pessoal, como também, Planos de carreira entre os candidatos (CHIAVENATO, 2004). Muito usado pelas empresas que preferem utilizar dos seus antigos funcionários para contratação, trazendo na maioria dos casos, segurança para organização, já que conhece o perfil do candidato à vaga.

O recrutamento interno é a procura de candidatos dentro da própria organização para o preenchimento de uma vaga. Esse processo estimula funcionários a se aperfeiçoarem, devido à possibilidade de mudança e de relacionamento com outros setores e pessoas além de criar um sentimento de justiça pelo oferecimento de oportunidades aos funcionários já comprometidos e fieis aos objetivos da empresa (FRANÇA, 2007, p.31)

Sendo assim, o colaborador se sente confiante pela oportunidade dada pela organização, trazendo bons resultados durante todo o processo de trabalho. Porém, a empresa deve estar atenta para recrutar alguém que seja preparado para ocupar o cargo.

2.2.2 O processo de recrutamento externo

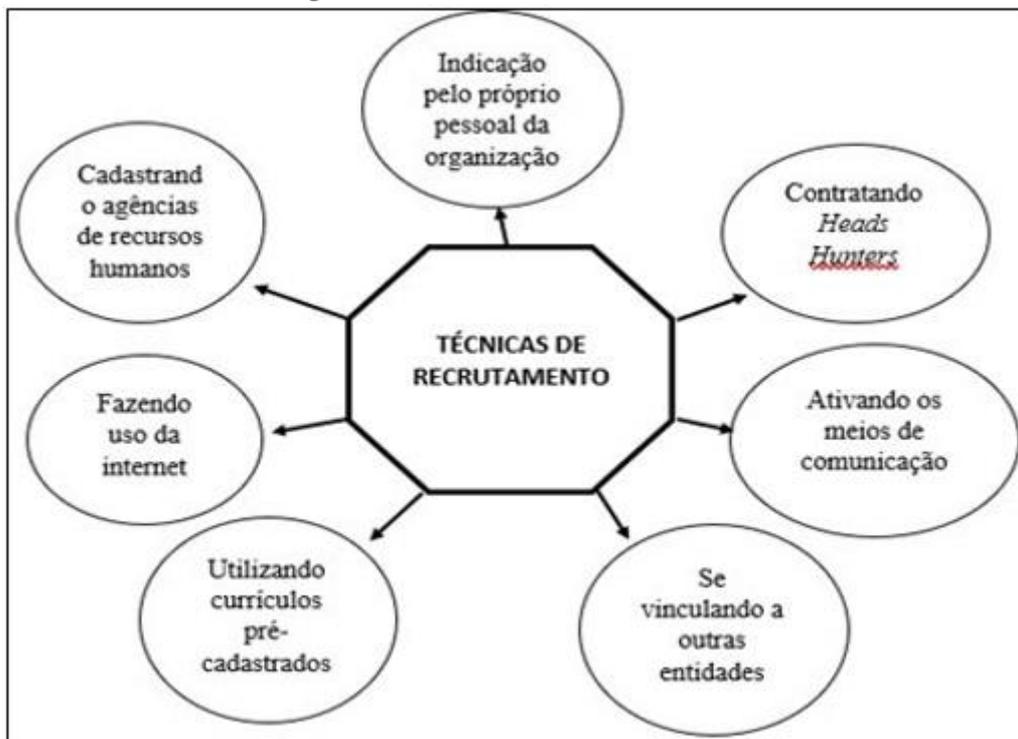
Como o recrutamento interno, o recrutamento externo também é uma opção para empresa, fazendo o melhor aproveitamento possível para escolha. A organização pode também optar por escolher um novo funcionário fora da organização, sendo sua escolha baseada nas fontes externas. Araújo e Garcia (2014) podem citar:

- Indicações de pessoas da organização: um funcionário indica uma pessoa que se encaixa na vaga divulgada;
- Ativando os meios de comunicação: na observação de sites de cadastros de currículos, ou de redes sociais, como também na divulgação em rádios ou jornais;
- Utilização de currículos pré-cadastrados: em muitas ocasiões, vários candidatos acabam buscando a organização mesmo sem ela precisar no momento de outro membro, por outro lado, acaba nascendo um banco de dados de opções para contratação.

A Figura 01 apresenta as principais técnicas de Recrutamento Externo, conforme destacado por Araújo e Garcia (2014).



Figura 1: Técnicas de recrutamento externo



Fonte: Araújo e Garcia (2014). Adaptado.

Conforme é exposto na Figura 01, o recrutamento externo pode ser feito de diversas maneiras. Desde através da internet, encaminhamento de agências ou entidades ou até mesmo por indicação por pessoas de confiança dos gestores. As mudanças na sociedade é um grande atrativo para as empresas escolherem diversificar o seu ambiente de trabalho, assim, podendo ter novas pessoas que auxiliem nessa mudança de ambiente pode ser vantajoso.

2.3 O PROCESSO DE SELEÇÃO DE PESSOAS

A seleção de pessoas se baseia em selecionar o candidato que melhor se encaixa no cargo, isto é, “tem por finalidade escolher, sob metodologia específica, candidato a emprego recebidos pelo setor de recrutamento, para o atendimento das necessidades internas da empresa.” (MARRAS, 2000 p. 79). Sendo assim, um recrutamento bem planejado e uma seleção bem feita, resultará em melhores resultados.

O processo de seleção busca chegar a uma conclusão de análise de conhecimentos, habilidades, atitudes, personalidade e outros fatores que estão ligados à adaptação na organização como sexo, porte físico, estatura, endereço, posse de um carro, idade, etc. (MAZON e TREVIZAN, 2000, p. 85).

Normalmente, o processo seletivo é feito com o auxílio de diversas etapas, que auxiliam na tomada de decisões, porém as empresas em maioria não utilizam de fato todas elas, podendo ter diferença de como cada uma aplica.

As técnicas de seleção podem se dividir em análise de currículos, entrevistas com o candidato, podendo ser feita presencial ou online, aplicação de testes, dividindo-se em testes de conhecimentos gerais, específicos, psicológicos, de integridades, como também provas práticas e



apresentações em Power Point, e por fim, dinâmicas grupais e aplicações de jogos empresariais para melhor avaliação (BANOV, 2000).

Diante disso, nota-se como o processo seletivo é importante, pois a escolha de um bom colaborador, vai influenciar na dinâmica da organização, como também no processo de crescimento. Por isso, é necessário planejamento para realizar todo o processo antes, durante e após a escolha do candidato.

2.4 A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A administração pública foi desenvolvida através da necessidade do estado de estruturar a sociedade devido às demandas criadas com o passar dos anos, com o objetivo de organizar o estado, criando assim, uma área que atende as necessidades das pessoas na qual trabalham e especialmente daquelas que precisam do seu trabalho.

A Administração Pública, formada por órgãos e pessoas que trabalham contratadas pelo Estado, operacionaliza suas decisões na forma de prestação de serviços públicos, fiscalização, regulação e exercício de funções de soberania (COSTIN, 2010, p. 3).

Sendo assim, foi criado princípios no qual auxilia para melhor funcionamento dos órgãos públicos, fazendo com que se cumpram diariamente nas rotinas dos colaboradores. O LIMPE, como é popularmente chamado, é dividido pelos princípios da (1) Legalidade, em que administrador público deve seguir as leis, independente da vontade da pessoa, (2) Impessoalidade no qual não permite privilégios entre os agentes públicos, (3) a Moralidade é direcionada a decência do exercício da função, (4) Publicidade, ser transparente com as informações passadas para o coletivo (5) Eficiência, ser responsável e cordial com o serviço prestado, sem desperdícios e irregularidade (DIAS; VASCONCELOS, 2019).

A Administração pública se diferencia muito da administração empresarial, logo, a maioria dos objetivos são diferentes. Conforme Bandeira *et al.* (2017, p. 88) elenca que a estrutura organizacional do setor público, com relação ao setor privado, possui uma infinidade de peculiaridades oriundas da própria natureza das organizações que compõem o setor.

Quando comparada a GP desses setores, observam-se divergências quanto à finalidade, ao recrutamento, à seleção, à contratação, às políticas de remuneração, aos métodos de avaliação de desempenho etc. (BANDEIRA *et al.*, 2017 p. 88). Portanto, sendo ambas essenciais, mesmo com as divergências, o gestor público deve estar sempre atento aos seus servidores e às mudanças do estado, já que sua função depende do mesmo.

2.5 A JUSTIÇA ELEITORAL

Diante da necessidade de exercer a democracia, a Justiça Eleitoral (JE) veio como ferramenta essencial para auxiliar na organização e no êxito das eleições. Conforme Vale (2011, p. 09): A Justiça Eleitoral foi criada em 1932, pelo Decreto nº 21.076, de fevereiro de 1932 – o primeiro Código Eleitoral do país. Suas responsabilidades eram preparar, realizar e apurar as eleições, além de reconhecer os eleitos, ou seja, ela era responsável por todo o processo eleitoral” (VALE, 2011 p. 9).

Portanto, para melhor auxílio ao eleitorado brasileiro, foram criados os Tribunais Eleitorais, que colaboram no alistamento de novos eleitores, na fiscalização e apuração de votos e para facilitar o acesso das pessoas a assuntos eleitorais. De acordo com a Justiça Eleitoral (2022): Para que esses fundamentos constitucionais – previstos no art. 1º da CF/1988 – sejam devidamente assegurados, são distribuídas competências e funções entre os órgãos que formam a Justiça



Eleitoral. Aliás, são eles: o Tribunal Superior Eleitoral, os tribunais regionais eleitorais, os juízes eleitorais e as juntas eleitorais.” (Justiça Eleitoral, 2022).

Diante disso, a JE foi um grande avanço para política brasileira, corrompendo um antigo regime de injustiça e se tornou uma grande aliada na neutralidade do país, por não possuir lados políticos (VALE, 2011). Esse ocorrido contribuiu para uma sociedade que pode exercer sua cidadania de forma prática e justa, trazendo também, meios de comunicações na qual auxilia todos os cidadãos a procurarem a informação ou resolver pendências que possam vir a surgir.

3 METODOLOGIA

Com o objetivo principal de descrever o processo de requisição e recrutamento de pessoas na 29ª Zona Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, situada no município de Assú-RN, realizou-se uma pesquisa descritiva, que, conforme Collis e Hussey (2005), é a tipologia de pesquisa que descreve o comportamento dos fenômenos, ela é usada para identificar e obter informações sobre as características de um determinado problema ou questão.

Para uma maior compreensão do fenômeno em análise, optou-se por uma pesquisa qualitativa, utilizando de uma entrevista (com roteiro estruturado elaborado e testado pelos autores), afim de estudar, a partir do discurso dos sujeitos da pesquisa, o processo de recrutamento de pessoal no âmbito da justiça eleitoral.

A população do estudo compreende os servidores lotados na 29ª Zona Eleitoral, situada no município de Assú-RN. Na referida Zona, existem atualmente 06 servidores, sendo eles: 02 estagiários com contratação temporária, 03 servidores efetivos e o chefe responsável pelo Cartório Eleitoral da Cidade. As entrevistas foram realizadas com o chefe Eleitoral e com a servidora responsável pela gestão de pessoas.

A coleta de dados se deu em formato presencial, no período de setembro a dezembro de 2022. Após a realização das entrevistas, as respostas dos sujeitos foram transcritas e a análise dos dados foi realizada através do método de análise de conteúdo de Bardin (2011), que tem como objetivo conhecer e interpretar o material que é utilizado, bem como as informações coletadas.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Quando foi questionado ao servidor do Cartório Eleitoral como funciona a requisição dos novos servidores obteve-se a seguinte resposta: “As requisições de servidores são solicitadas pelo juiz Eleitoral ao Tribunal Regional Eleitoral, havendo o deferimento, o órgão de origem do servidor é oficiado para liberação do mesmo”.

Como previsto na Lei n.º 4.373/65, art. 30, inciso XIII “autorizar, no Distrito Federal e nas capitais dos Estados, ao seu presidente e, no interior, aos juízes eleitorais, a requisição de funcionários federais, estaduais ou municipais para auxiliarem os escrivães eleitorais, quando o exigir o acúmulo ocasional do serviço” (BRASIL, 1965).

Outro questionamento foi de como se dá o processo dos servidores requisitados: “Havendo requisição sem a especificação nominal do servidor, o órgão de origem pode escolher qual servidor encaminhar. Entretanto, é possível que o TRE indique nominalmente o servidor que quer requisitar de forma fundamentada, baseado em suas experiências anteriores com os serviços eleitorais, na sua qualificação e no próprio desejo do servidor de ser requisitado, uma vez que, por não haver oferecimento de vantagens remuneratórias, não há tantos interessados e não é positivo para os fins da requisição obrigar alguém a trabalhar onde não quer.”



Diante da afirmativa do servidor, deve-se lembrar do princípio da moralidade, “não sendo admissíveis atos que lesam o patrimônio público e que não tenham em sua centralidade a consecução dos direitos fundamentais dos cidadãos” (DIAS & VASCONCELOS, 2019. p. 34).

Por isso, vale salientar que independente da escolha do servidor requisitado não pode haver meios para facilitar ou convencer sua mudança, devendo seguir o procedimento correto. Fazer os procedimentos corretos, atender a legislação, bem como ter eficiência são atribuições dos serviços públicos.

Foi questionado à servidora requisitada como ela ficou sabendo da vaga existente no TRE para requisição, ela respondeu que: “Procurei saber se no cartório eleitoral existia a vaga e se havia interesse para eu ser requisitada pelo órgão.”

Entre os princípios da Administração Pública que podemos destacar, são: o princípio da legalidade, ou seja, o servidor só pode fazer aquilo que está na lei. E um segundo princípio é o da impessoalidade, que diz respeito a não ser parcial com relação às escolhas das pessoas, ou de contratar pessoas por interesse próprio, de acordo com a Constituição Federal (CF, 1988).

No questionamento sobre algum modelo ou procedimento padrão de contratação, o servidor foi específico ao relatar que “O juiz solicita ao TRE, após manifestação do órgão de origem sobre a concordância ou a recusa do órgão de origem em fornecer o servidor. Em seguida, após instrução de assessorias do próprio tribunal, o pedido é analisado pelo plenário. Se a requisição for deferida, o órgão de origem é oficiado para liberar o servidor.”

Mazon e Trevizan (2000, p. 85) afirmam que “Muitas organizações diferem em complexidade de seus sistemas de seleção. Algumas fazem uma decisão estratégica para selecionar rapidamente e sem grandes custos e outras tomam uma decisão de escolher a melhor pessoa possível.”

Dito isso, apesar de ser uma forma de seleção diferenciada do meio empresarial, a requisição de servidor deve ser bem planejada, para que assim, não ocorra problemas futuros. Quando questionado ao servidor qual a parte mais difícil do processo de seleção, este respondeu que “encontrar pessoas qualificadas, que exercem no órgão de origem atividades correlacionadas às atividades que serão executadas na Justiça Eleitoral e que tenham interesse na requisição.”

Atualmente, a Justiça Eleitoral é a responsável no preparo das eleições, desde a fiscalização partidária até a programação das urnas eletrônicas. Diante disso, há uma escassez de servidores efetivos que façam todo esse trabalho em um período curto de tempo, havendo assim, a necessidade de novas pessoas para auxiliar neste trabalho (RAMALHO, 2002).

Desta forma, é necessário que a pessoa que foi escolhida para requisição esteja disposta a aprender o funcionamento do Cartório Eleitoral, como também todos os procedimentos necessário para eleições futuras.

Outro questionamento sobre o processo de requisição foram os pontos positivos e negativos: “A principal vantagem é obter servidores suficientes para o exercício das atividades em períodos determinados, uma vez que a Justiça Eleitoral é marcada pelo aumento exorbitante de atividades no período eleitoral, porém a devolução do servidor ao órgão de origem representa perda de qualificação, o que seria evitado se o servidor fosse do próprio tribunal.”

Também foi perguntado à servidora requisitada sobre os pontos positivos e negativos de atuar no TRE, ela relatou que: “O ponto positivo é o trabalho em equipe, respeito de todos, ambiente de aprendizagem e colaborativo, e o ponto negativo é que não existe nenhuma gratificação.”

Para Chiavenato (2002) o trabalho em equipe motiva as pessoas, melhora o desempenho dos colaboradores, e com isso a organização tem mais vantagens no mercado, seja pública ou



privada, isso porque independe do tipo. Nesse contexto, do serviço público, há uma busca pelo desempenho organizacional para melhor atender às pessoas e à sociedade como um todo.

Por último, foi perguntado a opinião do servidor do cartório se achava que esse processo de requisição era eficaz, ele respondeu que: “É eficaz para o TRE na medida em que obtém servidores para o exercício de atividades eleitorais de forma simplificada e não efetua gastos com a remuneração destes, uma vez que tais pagamentos continuam a cargo do órgão de origem.” Isso mostra que os processos de seleção mais simples, ou mais objetivos, faz com que o TRE, tenha servidores de maneira mais rápida. É importante ressaltar que o maior fluxo de trabalho são nos períodos eleitorais, a cada dois anos, o que aumenta a demanda de pessoas para trabalhar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou descrever o processo de requisição e recrutamento de pessoal na 29ª Zona Eleitoral do TRE-RN, através da análise de conteúdo de informações oriundas de entrevistas com o chefe do Cartório Eleitoral e da servidora responsável pelas atividades relacionadas aos recursos humanos e gestão de pessoas da instituição.

Nas dinâmicas de trabalho da Justiça Eleitoral, a alocação de pessoas dar-se através de requisições realizadas pelo Juiz Eleitoral responsável pela região, e, em caso de deferimento, é expedido ofício de liberação junto ao órgão solicitado.

Além disso, é possível observar que a necessidade de pessoal nas zonas eleitorais podem variar em distintos períodos de tempo. O calendário e o fluxo de trabalho leva em consideração os períodos eleitorais, onde, em anos e meses que ocorrem os processos eleitorais (municipais, estaduais e federal), há um aumento significativo na quantidade de tarefas e trabalho, sendo necessário a mobilização de uma maior quantidade de mão-de-obra para cumprir com prazos e metas estabelecidas. No entanto, a não existência de gratificações adicionais na remuneração pode trazer dificuldades nesse processo de recrutamento de pessoal.

Para os entrevistados, o sistema de requisição e recrutamento de pessoal é simples e ágil, tornando o processo eficaz. No entanto, ainda existem dificuldades para encontrar servidores públicos com experiência e conhecimento em atividades eleitorais. Nesse sentido, a importância da própria Justiça Eleitoral contratar e capacitar quadros para atender suas demandas.

Como lacuna e sugestão para trabalhos futuros está o desenvolvimento de entrevistas com outros servidores e em outras zonas eleitorais que compõem a Justiça Eleitoral do Rio Grande do Norte, e assim, compreender de maneira mais aprofundada o processo de requisição e recrutamento de pessoal no âmbito eleitoral.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, L.C.G. & GARCIA, A. A. **Gestão de pessoas: estratégias e integração organizacional**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

BANDEIRA, E.L.; DE ARRUDA, H. R.; DE AQUINO, A. C.C; DOS SANTOS, S. M. Panorama da gestão de pessoas no setor público. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 11, n. 4, 2017, p. 86-103.

BANOV, M. R. **Recrutamento e seleção com foco na transformação digital**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2020.



BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Trad. Luis Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Tribunal Superior Eleitoral**. Resolução nº 4.737 do TSE, Brasília, DF, 1965.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília DF, 1988.

BRASIL. **Justiça eleitoral**: Composição, competências e funções, Brasília, DF. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/o-tse/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-1-ano-4/justica-eleitoral-composicao-competencias-e-funcoes> acesso em 11 set. De 2022.

CHIAVENATO, I. **Recursos Humanos**: O capital humano das organizações. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

CHIAVENATO, I. **Recursos Humanos**. 7. Ed. compacta São Paulo: Atlas, 2002.

COLLIS, J. & HUSSEY, R. **Pesquisa em Administração**. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COSTIN, C. **Administração pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

DIAS, T. A. & VASCONCELOS, F. J. L. A ação popular como instrumento de vigília ao limpe nos atos da administração Pública. **Revista Essentia**, v. 20, n. 2, 2019, p. 29-36, 2019.

FRANÇA, A. **Gestão de Pessoas**: uma abordagem aplicada às estratégias de negócios. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2006.

FREITAS, S. R. **Teletrabalho na administração pública federal**: uma análise do potencial de implantação na diretoria de marcas do INPI. 2008. 120f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008. Gestão de pessoas [recurso eletrônico] / Luana Yara Miolo de Oliveira... [et al.]; [revisão técnica: Igor Baptista de Oliveira Medeiros]. – Porto Alegre: SAGAH, 2018

IVANCEVICH, J. M. **Gestão de recursos humanos**. Tradução Suely Sonoe Cuccio. 10.ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

MARRAS, J. P. **Administração de recursos humanos**: do operacional ao estratégico. 3.ed. São Paulo: Futura, 2000.

MAZON, L. & TREVIZAN, M.A. Recrutamento e seleção de recursos humanos em um hospital psiquiátrico de um município paulista. **Rev.latino-am.enfermagem**, v. 8, n. 4, p. 81-87, agosto 2000.

PAULA, V. V.; NOGUEIRA, G. M. A importância da área de gestão de pessoas, para o sucesso da organização. In CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO & INOVARE, XII & III., **Anais...** 2016.



RAMALHO, F. R. A. Requisição de servidores para a Justiça Eleitoral. **Revista Jus Navigandi**, ano 7, n. 59, 1 out. 2002.

SOVIENSKI, F. & STIGAR, R. Recursos Humanos X Gestão de Pessoas. **Gestão: Revista científica de Administração**, v.10n. 10, jan/jun. 2008.

TOLEDO, F. **O que são recursos humanos**. 3ª Ed. [s.l]: Brasiliense, 1982.

VALE, Teresa Cristina de Souza Cardoso. **Pré-história e História da Justiça Eleitoral**. In: Simpósio Nacional de História, XXVI. 2011, São Paulo.

*III Jornada Acadêmica de Gestão da FCRN
22 a 24 de maio de 2023*



CIÊNCIAS CONTÁBEIS



VOLATILIDADE DO LUCRO E O RISCO DAS EMPRESAS: UMA ANÁLISE NAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS

Andressa Ruth Sousa Santos

Doutoranda em Administração e Controladoria
Universidade Federal do Ceará – UFC
E-mail: andressa_ruth@hotmail.com

Ítalo Carlos Soares do Nascimento

Doutorando em Administração e Controladoria
Universidade Federal do Ceará
E-mail: italocarlos25@gmail.com

Alexandre Cássio de Queiroz

Graduado em Ciências Contábeis
Faculdade Católica do RN
E-mail: alexandre.queiroz66@gmail.com

Christina Glaukia de Medeiros Jácome

Graduanda em Ciências Contábeis
Faculdade Católica do RN
E-mail: gerencia@proel.com.br

Sabrina Paulino de Oliveira

Mestranda em Ciências Contábeis
Universidade Federal do RN
E-mail: sabrinacontadora3@gmail.com

RESUMO

O presente estudo objetivou analisar a relação entre o lucro abrangente e o risco nas instituições financeiras brasileiras. Trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo e de natureza quantitativa. Para tanto, analisou-se uma amostra composta por 20 instituições financeiras de capital aberto listadas no segmento bancos da Brasil, Bolsa, Balcão (B3 S.A.). Inicialmente, analisou-se por meio de análise de estatísticas descritivas e do Teste de Wilcoxon se o lucro abrangente é mais volátil que o lucro líquido. Esta primeira hipótese foi refutada e constatou-se que, para as empresas que compõe a amostra estudada, a volatilidade do lucro abrangente é estatisticamente igual a volatilidade do lucro líquido. Para a análise da relevância do lucro abrangente na explicação do risco das empresas, foi realizada análise de regressão linear múltipla por meio de dois modelos de mensuração do risco. Os resultados demonstraram que a relação entre a volatilidade do lucro abrangente e o risco das empresas é significativa quando o risco é mensurado por meio da volatilidade do retorno das ações. Os achados também apresentaram que a volatilidade do lucro abrangente e a volatilidade do lucro líquido são estatisticamente significantes na explicação do risco das instituições financeiras estudadas, quando este é mensurado pela volatilidade do retorno das ações. As evidências apresentadas pelo presente estudo corroboram a importância do assunto, fornecendo elementos para discussões sobre políticas contábeis relacionadas ao lucro e para o desenvolvimento de métricas contábeis para a avaliação do risco das empresas.

Palavras-chave: Lucro Abrangente. Lucro Líquido. Volatilidade do Lucro. Risco.



1 INTRODUÇÃO

A contabilidade tem como objetivo principal prestar informações de cunho econômico e financeiro aos usuários internos e externos, a fim de auxiliá-los na tomada de decisões (IUDÍCIBUS, 2006). As constantes mudanças no cenário econômico mundial têm proporcionado novos desafios com os quais a contabilidade tem se deparado. Nesse contexto, Barbosa, Dias e Pinheiro (2009) afirmam que os *stakeholders* estão se tornando cada vez mais exigentes, solicitando relatórios contábeis úteis, transparentes, tempestivos e principalmente confiáveis (BARBOSA; DIAS; PINHEIRO, 2009).

Entre as tantas linhas de pesquisa às quais a contabilidade se dedica, a pesquisa em mercados de capitais possui, atualmente, uma posição de destaque (ANDRADE; SABINO; SABINO, 2019). Essa linha de pesquisa começou a se desenvolver a partir dos anos 60, acompanhando o desenvolvimento das primeiras teorias de finanças e, conforme Silva Filho (2012) a pesquisa em comportamento do mercado de capitais tornou-se uma das áreas mais profícuas na academia contábil internacional e nacional.

Conforme Silva (2015) a contabilidade por ser compreendida como um meio pelo qual se procura a redução da assimetria informacional entre os diferentes agentes e é também uma forma de intermediar as diversas relações contratuais existentes e, deste modo, formar um alinhamento de interesses. Diante disso, tem-se a contabilidade como uma forma de sinalização contra a ineficiência de mercado.

Com a adoção dos novos padrões contábeis, por meio do *International Financial Reporting Standards* – IFRS, ampliaram-se as perspectivas quanto à qualidade informacional da contabilidade e sua capacidade preditiva, bem como a capacidade de evidenciar a essência econômica da entidade, de forma que venha a suportar os usuários das demonstrações financeiras no processo decisório, até mesmo no que envolve risco e retorno de seus investimentos (SILVA FILHO, 2020).

Entre as informações contábeis consideradas altamente significativas estão àquelas relacionadas ao desempenho auferido por uma organização em determinado período. De acordo com Lopes e Iudícibus (2012), o lucro talvez seja o número mais importante produzido pela contabilidade. Coelho e Carvalho (2007) asseguram que o crescimento da discussão conceitual sobre o lucro tem gerado consideráveis modificações na apuração e na divulgação dessa variável. Um dos aspectos de discussão referentes ao lucro trata sobre o que considerar como componente do lucro de uma empresa, destacando-se o conflito entre duas visões conceituais: lucro operacional corrente e o lucro abrangente.

Essa discussão refletiu nas decisões referentes à normatização contábil. A determinação da divulgação do lucro abrangente também denominado resultado abrangente ocorreu a partir da emissão do *Statement of Financial Accounting Standards* (SFAS) 130 (1997), onde se normatizou que as empresas deveriam publicar todas as alterações do patrimônio líquido da empresa, exceto aquelas resultantes de investimentos pelos proprietários e distribuição para proprietários, em uma demonstração do resultado *all inclusive* (PINHEIRO, MACEDO, VILAMAIOR, 2012).

Tendo em vista a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC, 2011) aprovou no Brasil o pronunciamento técnico de número 26 que faz correlação ao IAS 01, e tem por objetivo definir a base para a apresentação das demonstrações contábeis para assegurar a comparabilidade tanto com as demonstrações contábeis de períodos anteriores da mesma entidade quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades. Neste pronunciamento foi introduzida uma nova demonstração no cenário da contabilidade brasileira: a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA), que passou a ser exigida a partir de exercícios findos em 2010.

Com a análise de estudos anteriores, como o de Coelho e Carvalho (2007), observa-se que as pesquisas estão explorando a forma de evidenciação do lucro abrangente e as diferenças entre



este e o lucro líquido. Em outras pesquisas, como as de Gallon *et al.* (2009), Ferraro (2011), Resende *et al.* (2011), Turktas *et al.* (2013).

O lucro abrangente foi utilizado para calcular indicadores de desempenho assim como o *value relevance*, a fim de compará-los com os resultados obtidos aplicando-se o lucro líquido nas fórmulas. O trabalho publicado por Kanagaretnam *et al.* (2009) relatou utilidades do resultado abrangente, sendo sua mensuração significativamente associada com preço das ações e retornos de mercado. Os trabalhos produzidos, principalmente no Brasil, sobre a relevância do resultado abrangente na explicação do comportamento dos retornos de ações e do risco das empresas ainda são principiantes, e os achados demonstram conclusões mistas.

Para alguns autores (JONES; SMITH, 2011; KHAN; BRADBURY, 2014; SILVA, 2015), a volatilidade é um dos principais argumentos para que determinadas variações patrimoniais não sejam reconhecidas diretamente no resultado do exercício, mas sim como outros resultados abrangentes, concluindo que o resultado abrangente pode não ser uma medida apropriada para representar o desempenho de uma empresa, em virtude das incertezas quanto aos prazos e valores de realização dos componentes dos outros resultados abrangentes.

Já os defensores do resultado abrangente, como Bamber *et al.* (2010), afirmam que os gestores temem a divulgação do resultado abrangente em virtude do possível aumento da percepção do risco associado à determinada entidade, provocado, sobretudo, pela volatilidade desse resultado.

Diante do exposto, verifica-se que pelas características de negócio, os valores classificados como Outros Resultados Abrangentes (ORA) possuem relevância nas instituições financeiras. Por exemplo, resultados não realizados oriundos dos instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda são altamente significantes, tendo em vista a importância das operações de tesouraria no resultado das empresas do setor bancário. Nesse contexto, buscou-se responder a seguinte questão de pesquisa: **Qual a relação entre o lucro abrangente e o risco nas instituições financeiras brasileiras?**

Destarte, este trabalho tem como objetivo principal analisar a relação entre o lucro abrangente e o risco nas instituições financeiras brasileiras. Tem-se por objetivos específicos: 1) analisar a volatilidade do lucro abrangente com relação ao lucro líquido; 2) examinar a relação da volatilidade do lucro abrangente com o risco das instituições financeiras; 3) examinar as diferenças entre a volatilidade do lucro abrangente e do lucro líquido quanto a análise do risco das empresas.

A motivação deste estudo repousa na análise de diferentes formas de evidenciação do desempenho das instituições financeiras listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e a influência da volatilidade desses valores reportados sobre o risco. De acordo com Cupertino (2010) o desconhecimento do comportamento dos componentes do lucro pode aumentar a assimetria informacional e contribuir para que os valores dos ativos se afastem do seu valor correto, o que possibilita a transferência indevida de riqueza para empresas com baixa qualidade dos lucros.

Além disso, o lucro, seja líquido ou abrangente, também está relacionado ao conceito de relevância da informação contábil, assim como eficiência de mercado. Para Francis e Schipper (1999), uma das possíveis interpretações sobre a relevância da informação contábil relaciona-se à premissa de que as informações contábeis antecipam os preços, por capturar o valor intrínseco das ações, sendo aplicada em situações em que o mercado não reflete todas as informações disponíveis, considerado um mercado ineficiente. Assim, a informação contábil é relevante se os portfólios formados com base em tais informações proporcionarem retornos anormais (FRANCIS; SCHIPPER, 1999, MARION, 2019).

Ante o exposto, a pesquisa justifica-se por contribuir para a literatura contábil nacional, fornecendo evidências empíricas que ajudam a suprir a escassez de pesquisas relacionadas ao resultado abrangente, visto que é um assunto recente. Esta pesquisa também pretende contribuir para o entendimento da importância das informações contábeis para o mercado de capitais, à medida que propõe investigar o risco das empresas. Com base nisso, a presente pesquisa oferece



contribuições em vários sentidos, uma vez que fornece constatações úteis para linhas de pesquisas relacionadas à relevância da informação contábil, eficiência de mercados e qualidade dos lucros.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Este capítulo discute os temas volatilidade do lucro e risco das empresas, expondo os resultados de alguns estudos empíricos anteriores que verificaram a associação entre esses dois construtos.

2.1 FORMAS DE MENSURAÇÃO DO LUCRO

Para Hendriksen e Van Breda (1999), dentre os objetivos mais específicos da divulgação do lucro estão: (a) uso do lucro como medida de eficiência da gestão da empresa; (b) o uso de dados históricos de lucro como instrumento de predição da trajetória futura da empresa ou dos pagamentos futuros de dividendos; e (c) o uso do lucro como medida de desempenho e orientação para decisões gerenciais futuras.

Para os usuários da informação contábil, sejam estes internos ou externos, uma das ferramentas de informação que mais interessa é o lucro da entidade, visto que, ele irá expor a situação dos rendimentos investidos, e expondo se o investimento auferido está em concordância com o esperado, como também mostrará a saúde financeira da empresa servindo como medida de desempenho e orientações para decisões futuras da gerência.

2.1.1 Lucro Operacional Contábil

O lucro operacional contábil se apresenta como o saldo positivo das operações, levando-se em consideração todas as entradas de recursos e descontando-se os esforços consumidos ou incidentes na geração da sua atividade (GALLON et al., 2009)

Segundo os autores Soutes e Schevick (2006), o lucro operacional contábil deveria ser formado por quatro segmentos básicos e afirmam que, a segregação das informações em diferentes segmentos do demonstrativo de resultados possibilitaria ao usuário extrair as informações de acordo com a sua necessidade, variando de usuário para usuário. Os quatro segmentos básicos do lucro são apresentados no Quadro 01, a seguir:

Quadro 1: Formas segmentares do lucro operacional

SEGMENTOS	DESCRIÇÃO
Lucro operacional	O excesso, em um período, do valor corrente das mercadorias vendidas sobre o custo corrente relacionado a estas mercadorias.
Custo realizável retido	O incremento no custo corrente de ativos mantidos pela empresa durante o período fiscal.
Ganho de capital realizado	O excesso de receitas sobre os custos em vendas não regulares ou baixas de ativos.
Economia do custo realizado	O excesso dos custos correntes sobre os custos históricos de materiais consumidos na produção das mercadorias vendidas.

Fonte: Adaptado de Edwardas e Bell (1973) e Soutes e Schvirck (2006).

São percebidas ainda duas limitações básicas com relação à utilidade do lucro contábil para fins gerenciais: (a) Ganhos realizados através do uso são confundidos com lucro operacional. Este lucro que advém da manutenção de ativos é somado com aquele advindo da produção. (b) Alterações nos preços de ativos mantidos pela firma não são registradas quando elas ocorrem. Ao invés, ganhos são creditados para o período no qual eles são recebidos, como resultado valores do balanço patrimonial é baseado em custos históricos, significando que custos correntes são excluídos (SOUTES; SCHEVICK, 2006).



No processo de gestão, a utilização do lucro contábil depende, dentre outras possibilidades, da importância dada pelos usuários internos a essa métrica enquanto instrumento de apoio às suas decisões no cotidiano dos negócios (SANTOS; FREITAS; PEREIRA, 2011).

2.1.2 Lucro Líquido

Com a aprovação da Lei nº 6.404 das Sociedades Anônimas, em dezembro de 1976, foram fixados pontos padrões e procedimentos da contabilidade, entre eles a estrutura da demonstração do resultado a ser seguida pelas empresas brasileiras de capital aberto. Segundo Soutes e Schevick (2006) esta estrutura se comparada às demonstrações aceitas pela legislação norte-americana (Lucro Operacional Contábil e Lucro Abrangente), adotou uma forma de divulgação mista, pois faz uma mescla das duas formas.

Conforme a Lei nº 6.404/76, em seu artigo 191, “lucro líquido do exercício é o resultado do exercício que remanescer depois de deduzidas as participações estatutárias de empregados, administradores e partes beneficiárias nos lucros que remanescerem depois de deduzida a participação anteriormente calculada”.

A Demonstração do Resultado do Exercício baseada no conceito de Lucro Líquido, conforme a Lei nº 6.404/76 leva em consideração o resultado bruto operacional gerado pela empresa, subtraída as Despesas/Receitas Operacionais, gerando o Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social. Sobre esse resultado são descontadas as Provisões do Imposto de Renda e da Contribuição Social com seus respectivos ajustes.

2.1.3 Lucro Abrangente

A definição de lucro abrangente corrobora com o que já era defendido por Paton e Littleton (1940). Segundo os autores, todos os determinantes do resultado, em uma visão mais ampla, deveriam ser evidenciados nas demonstrações contábeis.

A determinação da divulgação do lucro abrangente ocorreu a partir da emissão do *Statement of Financial Accounting Standards* (SFAS) 130 (1997), contudo, esse conceito remonta o SFAS 3 (1980), posteriormente (1985) substituído pelo SFAS 6. O conceito de resultado abrangente emitido pelo SFAS 130 inclui todas as alterações no capital próprio da empresa, exceto aquelas resultantes de investimentos pelos proprietários e distribuição para proprietários (MAZZIONI; ORO; SCARIN, 2013).

No Brasil o conceito de lucro abrangente era pouco discutido até ocorrer o processo de convergência as normas internacionais de contabilidade, e conseqüentemente ser emitido o Pronunciamento Técnico de número 26 no ano de 2009, onde foi introduzida uma nova demonstração no cenário da contabilidade brasileira: a DRA, que passou a ser exigida a partir de exercícios findos em 2010. Para Soutes e Schevick (2006), lucro abrangente são as comutas ocorridas no patrimônio líquido de uma empresa durante um período proveniente das transações e outros eventos e circunstâncias relacionados aos não proprietários, e que tal conceito foi introduzido pelo FASB.

Através da concepção de resultado abrangente (*all inclusive*), no desempenho de uma companhia passou-se a incorporar as alterações que afetam o valor econômico de suas atividades, exceto aquelas que decorrem de transações com acionistas (KANAGARETHMAN *et al.*, 2009). Sendo que o principal aspecto do resultado abrangente é acompanhar o conceito de *all inclusive* (OHLSON, 1995; COELHO; CARVALHO, 2007), as mutações ocorridas em certos ativos e passivos passaram a transitar na DRA (PINHEIRO *et al.*, 2012; MADEIRA; COSTA JUNIOR, 2015).

O item 07 do CPC 26 conceitua também Outros resultados abrangentes o qual compreende itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos pronunciamentos, interpretações e



orientações emitidos pelo CPC. Os componentes dos outros resultados abrangentes incluem: (a) variações na reserva de reavaliação, quando permitidas legalmente; (b) ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido; (c) ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior; (d) ganhos e perdas na mensuração de ativos financeiros disponíveis para venda; (e) parcela efetiva de ganhos ou perdas advindos de instrumentos de *hedge* em operação de *hedge* de fluxo de caixa (CPC, 2011).

O resultado abrangente demonstra-se como uma medida-chave do desempenho de uma entidade (DEVALLE; MAGARINI, 2012), cuja implantação objetivou otimizar, acima de tudo, a capacidade preditiva sobre o preço das ações e os fluxos de caixa futuros (ZÜLCH; PRONOBIS, 2010).

2.2 RISCO

O conceito de risco possui inúmeras variações, transitando entre vários autores. Segundo Securato (2007) o risco de uma empresa pode ser classificado de duas formas: risco sistemático e não sistemático. O sistemático reporta-se às incertezas impostas pelos sistemas político, social e econômico vistos amplamente. Já o não sistemático é aquele interno, particular de um ativo ou ao subsistema no qual este pertence, sendo passível de diversificação quando da composição de uma carteira.

Para Jorion (2003) o risco pode ser conceituado como a volatilidade de resultados inesperados. Para este autor, a classificação divide-se em risco estratégico e não estratégico. O estratégico são aqueles assumidos voluntariamente na perspectiva de gerar valor para empresa e vantagem competitiva, relacionando-se ao setor na qual ela atua. Os riscos não estratégicos são aqueles sobre os quais a entidade não possui controle, incluindo-se riscos relacionados a mudanças no cenário político ou econômico.

Entre as pesquisas que analisaram as relações entre variáveis contábeis e de mercado, o estudo de Ball e Brown (1968), que utilizou uma amostra de 261 empresas listadas no mercado americano, é considerado como pioneiro, onde se propôs a examinar a relação entre variáveis contábeis e a estimativa do risco pela abordagem de mercado. Os autores testaram se o risco estimado com base em dados contábeis possui relação com o risco estimado com dados de mercado.

A partir deste estudo, várias pesquisas (BEAVER et al., 1970; LEV, 1974; ELGERS, 1980; SLOAN, 1996; BRIMBLE; HODGSON, 2007; KHAN, 2012; AMORIM; LIMA; MURCIA, 2012) se propuseram a analisar a relação entre indicadores contábeis e o risco de mercado das empresas.

2.3 FORMULAÇÃO DAS HIPÓTESES

Ganhos ou perdas não realizadas pelas empresas que são reconhecidos como ORA podem representar uma importante ferramenta de gerenciamento de resultado. Como exemplo tem-se os títulos classificados com disponível para venda (*available for sale*), relevantes na estrutura de balanço das instituições financeiras, que podem ser usados na gestão de resultados e do capital regulatório. Segundo Hirst e Hopkins (1998) um foco maior na análise do lucro abrangente dessas empresas possibilitaria uma redução da tendência das empresas e gerenciar seus resultados.

Ao estudar o setor bancário, Barth *et al.* (2014) analisaram que essas empresas, realizam ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda para suavizar capital regulatório e resultado. Também se constatou que as instituições financeiras realizam perdas acumuladas como forma de melhorar o resultado de anos posteriores. Através desses achados, é possível verificar que o foco no lucro líquido das empresas pode ocultar determinados componentes que são reconhecidos como ORA e são suscetíveis de realização a qualquer momento pela entidade.

Estudos anteriores (BAMBER *et al.*, 2010; TURKTAS *et al.*, 2013) apresentam que os ganhos e perdas registrados na DRA tendem a apresentar a volatilidade como um aspecto



característico, e tal característica pressupõe que o desempenho futuro de uma companhia também fosse volátil, o que poderia impactar negativamente nas previsões futuras.

Pinheiro, Macedo e Vilamaior (2012) avaliaram que os ORA, caso fossem registrados na DRE, aumentariam a volatilidade do lucro líquido, caso este os reconhecesse. Através de análise descritiva e realização de teste de médias, os pesquisadores analisaram a partir de informações contábeis de 21 companhias brasileiras entre 2003 e 2007, com ações negociadas na *New York Stock Exchange* (NYSE). Sobre esses resultados, os achados também evidenciaram que não há diferença estatisticamente significativa entre a volatilidade do lucro líquido e a volatilidade do resultado abrangente.

Entretanto, há pesquisas que encontraram achados diferentes. De acordo com o estudo realizado por Khan e Bradbury (2014) nas companhias norte-americanas, a volatilidade do resultado abrangente é significativamente maior que a volatilidade do resultado do exercício. Nesse sentido, buscando atingir os objetivos da pesquisa, tem-se a primeira hipótese de pesquisa:

H₁: *O lucro abrangente das instituições financeiras brasileiras é mais volátil que o lucro líquido do exercício.*

Yen *et al.* (2007) avaliaram as discursões acerca do projeto do FASB que deu origem à DRA e detectaram forte oposição à mesma, pelo fato de que a volatilidade do resultado abrangente poderia causar más interpretações sobre risco associado às empresas. Os resultados da pesquisa de Khan e Bradbury (2014) sugeriram que a volatilidade dos dois resultados se relaciona positiva e significativamente com o risco de mercado dessas entidades, sendo este identificado através da volatilidade dos retornos das ações das empresas e por seus betas. Black (2013) evidenciou que a volatilidade do lucro abrangente e seus componentes se relacionam com o risco das empresas. Diante disto, formula-se a segunda hipótese da pesquisa:

H₂: *A relação entre a volatilidade do lucro abrangente e o risco das instituições financeiras brasileiras é significativa.*

Ante o exposto, há argumentos que se opõem ao resultado abrangente, entretanto, também há argumentos que se opõem ao resultado do exercício. Nesse contexto, para examinar essas divergências, formula-se a terceira e última hipótese do presente estudo:

H₃: *A relação entre a volatilidade do lucro abrangente e o risco das empresas é superior àquela existente entre lucro líquido e o risco das empresas.*

3 METODOLOGIA

Quanto aos objetivos, esta pesquisa classifica-se como descritiva, por delinear as características de determinado grupo de entidades e por estabelecer relações entre suas variáveis. No que diz respeito ao problema, caracteriza-se como quantitativa, com abordagem empírico-analítica, com emprego de instrumentos estatísticos. Quanto à coleta dos dados, trata-se de uma pesquisa documental, na qual são utilizados dados secundários extraídos do Economática® e dos formulários de referência das empresas, disponíveis no *website* da B3.

A amostra desta pesquisa é composta pelas empresas listadas na B3 que compõe o segmento bancos, com dados compreendidos entre 2012 e 2016. A partir do exercício findo em 2010, quando as normas internacionais de contabilidade foram adotadas no Brasil, exigiu-se de todas as companhias brasileiras a publicação da DRA. Porém a primeira demonstração publicada sob tal obrigatoriedade foi a do primeiro trimestre de 2011, o que justifica que este tenha sido considerado a data de corte para as análises do presente estudo. A população inicial foi de 25 bancos listados, porém por ausência de dados, a amostra final foi composta por 20 empresas, totalizando 100 observações.

Inicialmente, por meio do banco de dados do Economática® foram identificadas as companhias elegíveis à amostra. Nesta etapa, foram selecionadas as entidades que atendam aos seguintes critérios: (a) tipo de ativo "ação", (b) empresas ativas, e (c) com sede no Brasil. Essas companhias não foram segregadas por classe de ações (preferencial ou ordinária), optando-se por



aquelas cujas ações apresentaram o maior volume de negociação. Foram excluídas as companhias com *missing values* de quaisquer dados necessários à análise, em qualquer um dos períodos analisados, bem como as instituições que apresentaram patrimônio líquido negativo para evitar distorções nas análises realizadas.

Os dados necessários para a realização dessa pesquisa foram coletados em duas bases de dados: Economática® e a base de dados da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), disponíveis no *website* da BM&FBovespa.

Foram extraídos da base Economática os dados referentes à: lucro líquido, valor do ativo e valor do patrimônio líquido das empresas que compõem a amostra. Além disso, foram coletados indicadores contábeis tradicionais, sendo eles: endividamento, bem como indicadores de mercado, como os retornos das ações e o beta de mercado. Na base CVM, foram coletados os valores do lucro abrangente das empresas que compõem a amostra.

A variável dependente da pesquisa é o risco da empresa, que foi mensurado sob duas variáveis: o beta de mercado da ação e a volatilidade do retorno das instituições que compõem a amostra. O beta consiste em uma medida do risco sistemático da empresa. Já a volatilidade representa o risco total da empresa, ou seja, o seu risco particular mais o seu risco sistemático. Dessa forma, utilizaram-se as equações 1 e 2 como representativas do risco das empresas:

$$\text{RiscoSistemático} = \beta_m = \frac{\text{cov}(R_i, R_m)}{\text{var}(R_m)} \quad (1)$$

Onde,

- β_m : Beta de mercado;
- *cov*: Covariância;
- *var*: Variância;
- R_i : Retorno do ativo;
- R_m : Retorno de mercado.

$$\text{Riscototal} = \sigma_{RET_i} = \sqrt{\frac{\sum_{t=1}^T (R_{i,t} - \bar{R}_i)^2}{T-1}} \quad (2)$$

Onde,

- σ_{RET_i} : Volatilidade dos retornos das ações;
- $R_{i,t}$: Retorno do ativo i no instante t ;
- \bar{R}_i : Média dos retornos da empresa t ;
- T : Tempo para o qual o desvio padrão está sendo calculado.

Para esta pesquisa, utilizaram-se como variáveis independentes o lucro abrangente e o lucro líquido. No modelo proposto, será utilizado o desvio-padrão (volatilidade) das variáveis citadas, padronizadas pelo patrimônio líquido da instituição, de acordo com a equação 3 a seguir:

$$\sigma_x = \frac{\sum_{t=1}^T \left[\frac{X_{i,t}}{PL_{i,t}} - \mu\left(\frac{X}{PL}\right) \right]^2}{T-1} \quad (3)$$

Onde,

- $\frac{X}{PL}$: Medida de lucro padronizada pelo patrimônio líquido da empresa i no instante t ;



Quadro 2: Variáveis Independentes

Variável	Fórmula
Volatilidade do Lucro Abrangente (σ_{LA})	$\sigma_{LA} = \frac{\sum_{t=1}^T \left[\frac{LA_{i,t}}{PL_{i,t}} - \mu \left(\frac{LA}{PL} \right) \right]^2}{T - 1}$
Volatilidade do Lucro Líquido (σ_{LL})	$\sigma = \frac{\sum_{t=1}^T \left[\frac{l_{i,t}}{PL_{i,t}} - \mu \left(\frac{PL}{PL} \right) \right]^2}{T - 1}$

Fonte: Adaptado de Silva (2015).

Para testar a primeira hipótese, foram analisados os dados por meio de estatística descritiva, com indicação de máximos e mínimos, média e desvio padrão, a fim de comparar os resultados obtidos para a volatilidade de lucro abrangente e a volatilidade do lucro líquido das instituições financeiras. Foi utilizado o teste não paramétrico de diferença de média entre duas amostras emparelhadas, a fim de verificar a existência de diferenças significativas, estatisticamente.

Ambas as análises, foram processadas através do software estatístico *Statistic Package for Social Sciences* (SPSS 22.0). Por meio deste, também foi realizado o teste de Kolmogorov-Smirnov e se constatou a ausência de normalidade das observações estudadas no teste da primeira hipótese da pesquisa. Assim, como não se verificou a normalidade das observações, utilizou-se no estudo o teste não paramétrico de Wilcoxon, o qual avalia não apenas a informação sobre a direção para cada par, mas também a magnitude da diferença dentro dos pares.

Para atingir os objetivos delineados e testar a segunda e a terceira hipótese da pesquisa, foi utilizada a técnica de regressão linear múltipla, pois para atingir os objetivos propostos e testar as hipóteses formuladas, fez-se necessário mensurar a influência de um conjunto de variáveis explicativas sobre uma variável dependente. Vale ressaltar que, antecedendo a regressão linear múltipla, foram verificados e validados os pressupostos tomados como condição para o seu desenvolvimento: normalidade de resíduos, homocedasticidade, ausência de autocorrelação serial e multicolinearidade.

No modelo estatístico testado, foram ainda incrementadas algumas medidas de controle, para neutralizar efeitos que também pode impactar o risco das empresas. Essas variáveis são o tamanho (logaritmo natural do ativo total) e o endividamento (exigível total dividido pelo patrimônio líquido). O uso de tais métricas respalda-se em pesquisas que trabalham com o risco e seus condicionantes (BEAVER *et al.*, 1970; LEV, 1974; SLOAN, 1996; BRIMBLE; HODGSON, 2007; KHAN, 2012; AMORIM; LIMA; MURCIA, 2012). Dessa maneira, foram edificadas as equações 4 e 5, que compilam as métricas do modelo quantitativo descrito, na forma a saber:

$$RISCO = \beta_0 + \beta_1 \sigma_{LA} + \beta_2 TAM + \beta_3 ENDV + \varepsilon \quad (4)$$

$$RISCO = \beta_0 + \beta_1 \sigma_{LL} + \beta_2 TAM + \beta_3 ENDV + \varepsilon \quad (5)$$

Onde,

- *RISCO*: Risco da empresa mensurado pelo beta de mercado de suas ações ou pela volatilidade dos retornos dessas ações;
- σ_{LL} : Volatilidade do lucro líquido;
- σ_{LA} : Volatilidade do lucro abrangente;
- *TAM*: Logaritmo Natural do Ativo Total;
- *ENDV*: Exigível total dividido pelo Patrimônio Líquido



A partir das equações 4 e 5, foram testados dois modelos para cada uma: Modelo 1 – variável dependente risco da empresa mensurada através do beta de mercado; e Modelo 2 – variável dependente risco da empresa mensurada através da volatilidade do retorno das ações.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A primeira hipótese de pesquisa afirma que o lucro abrangente é mais volátil que o lucro líquido do exercício. Para testá-la, nessa etapa do estudo foi realizada a análise das estatísticas descritivas das variáveis utilizadas na avaliação da primeira hipótese da pesquisa, a volatilidade do lucro abrangente (σLA) e a volatilidade do lucro líquido (σLL).

Tabela 1: Estatística descritiva das variáveis

Variável	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
σLA	0,0932	0,1044	-0,3031	0,3413
σLL	0,7317	2,8342	-0,2888	13,6678
$\sigma LA/\sigma LL$	1,4423	2,94	-1,7473	22,5794

Nota: σLA é a volatilidade do lucro abrangente padronizado pelo patrimônio líquido; σLL é a volatilidade do lucro líquido padronizado pelo patrimônio líquido; e $\sigma LA/\sigma LL$ é a razão entre a volatilidade do lucro abrangente e o lucro líquido.

Fonte: Dados da pesquisa.

Como se pode verificar na Tabela 01, os valores das variáveis σLA e σLL variam entre -0,3031 e 13,6678, o que se justifica pelo fato das volatilidades terem sido calculadas com base nos valores padronizados pelo patrimônio líquido. As volatilidades médias do lucro abrangente e do lucro líquido são 0,0932 e 0,7317, respectivamente. Com isso, evidencia-se que a volatilidade média do lucro líquido foi superior àquela apresentada pelo lucro abrangente ao longo do período estudado nesta pesquisa. O desvio padrão das variáveis também aponta maior dispersão dos dados na variável volatilidade do lucro líquido, ou seja, o lucro líquido é mais volátil que o lucro abrangente.

A Tabela 1 também apresenta as estatísticas descritivas da razão entre as volatilidades do lucro abrangente e do lucro líquido ($\sigma LA/\sigma LL$). Observa-se que a média da razão entre as variáveis é de 1,4423, o que indica que a volatilidade do lucro líquido é, em média, 44,23% superior à volatilidade do lucro abrangente.

O segundo passo na avaliação de primeira hipótese foi avaliar se a volatilidade do lucro abrangente é significativamente diferente daquela demonstrada pelo lucro líquido. Para isso, realizou-se o teste de Kolmogorov-Smirnov (Tabela 2) por meio do software estatístico *Statistic Package for Social Sciences* (SPSS 22.0) e verificou-se que as observações para a amostra estudada na avaliação da primeira hipótese de pesquisa (σLA e σLL) não atendem o pressuposto de normalidade. Em razão disto, posteriormente, utilizou-se o teste não paramétrico de Wilcoxon para duas amostras emparelhadas.

Tabela 2: Teste de normalidade das variáveis

Kolmogorov-Sminorv		
	Estatística	P-valor
σLA	0,158	0,000
σLL	0,511	0,000

Fonte: Dados da pesquisa.



A Tabela 3 apresenta os resultados do Teste de Wilcoxon, onde o p-valor foi superior a 0,05, apontando que não se deve rejeitar a hipótese nula de igualdade entre as volatilidades do lucro abrangente e o do lucro líquido. Os resultados do teste apresentam que a volatilidade do lucro líquido é menor que a volatilidade do lucro abrangente em 53% das observações, sendo que o oposto acontece em 41% das observações. Já para apenas 6% das observações há igualdade entre ambas as volatilidades, ou seja, evidencia-se que em algumas empresas estudadas o lucro abrangente é igual ao lucro líquido do período ou em parte dele.

Tabela 3: Teste de Wilcoxon

Classificações		
Postos	N	Percentual
$\sigma_{LL} < \sigma_{LA}$	53	0,53
$\sigma_{LL} > \sigma_{LA}$	41	0,41
$\sigma_{LL} = \sigma_{LA}$	6	0,06
Total	100	100
Estatística do Teste Wilcoxon		
Z		-0,775
P-valor		0,438

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme as hipóteses formuladas nesta pesquisa, esses resultados eram inesperados, uma vez que estas foram construídas com base em estudos anteriores que apontaram o lucro abrangente como mais volátil que o lucro líquido (BAMBER et al., 2010; TURKTAS et al., 2013; SILVA, 2015).

A segunda hipótese de pesquisa afirma que há relação significativa entre a volatilidade do lucro abrangente e o risco das empresas, sendo tal relação superior àquela existente entre lucro líquido do período e o risco das empresas, como afirma a terceira hipótese. Desse modo, foi delineada a regressão linear múltipla com o objetivo de se comprovar o efeito da influência das variáveis independentes sobre a variável dependente que foi estimada em dois modelos distintos. No Modelo 1, o risco das empresas foi mensurado através do Beta de Mercado. Já no Modelo 2, o risco das empresas foi mensurado através da Volatilidade do retorno das ações.

Tabela 4: Resultados da regressão linear múltipla – Lucro abrangente

Variável	Modelo 1				Modelo 2			
	Beta	T	Sig.	VIF	Beta	T	Sig.	VIF
Constante	-	-3,081	0,003	-	-	-1,058	0,293	-
σ_{LA}	0,113	1,190	0,237	1,080	0,282	2,953	0,004	1,080
TAM	0,449	3,963	0,000	1,540	0,161	1,412	0,161	1,540
ENV	-0,092	-0,827	0,410	1,477	0,139	1,244	0,217	1,477
R	0,447	Durbin-Watson		1,259	R	0,435	Durbin-Watson	
R ²	0,200	F		7,979	R ²	0,189	F	
R ² ajustado	0,175	Sig.		0,000	R ² ajustado	0,164	Sig.	

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 4 evidencia os resultados da regressão linear múltipla, tendo como variável independente a medida da volatilidade do lucro abrangente. Ambos modelos se mostraram significativos, com poder explicativo de 17,5% no modelo 1 e de 16,4% no modelo 2. Foram detectados os problemas de autocorrelação de resíduos (Durbin-Watson) de 1,259 quando o risco



foi mensurado através do Beta de mercado e 1,823 quando o risco foi evidenciado através da Volatilidade do retorno das ações. As estatísticas de VIF (*Variance Inflation Factor*) demonstraram não haver problemas significativos de multicolinearidade. Dito isso, de acordo com o Modelo 1, o lucro abrangente não influencia no risco das empresas da amostra. Já o Modelo 2 demonstra que a volatilidade do lucro abrangente influencia positivamente o risco das empresas da amostra, quando este é mensurado através da volatilidade do retorno das ações.

Tabela 5: Resultados da regressão linear múltipla – Lucro líquido

Variável	Modelo 1				Modelo 2			
	Beta	T	Sig.	VIF	Beta	T	Sig.	VIF
Constante	-	-3,349	0,001	-	-	-1,623	0,108	-
σ_{LL}	0,120	1,306	0,195	1,020	0,249	2,665	0,009	1,020
TAM	0,486	4,381	0,000	1,481	0,250	2,214	0,029	1,481
ENV	-0,107	-0,957	0,341	1,504	0,109	0,963	0,038	1,504
R	0,449	Durbin-Watson		1,218	R	0,420	Durbin-Watson	
R ²	0,202	F		8,098	R ²	0,176	F	
R ² ajustado	0,177	Sig.		0,000	R ² ajustado	0,151	Sig.	

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 5 são apresentados os resultados da regressão linear múltipla, tendo como variável independente a medida da volatilidade do lucro líquido do período. Os modelo 1 e o modelo 2 se mostraram significativos com poder explicativo de 17,7% e 15,1%, respectivamente. Foram detectados os problemas de autocorrelação de resíduos (Durbin-Watson) de 1,218 quando o risco foi mensurado através do Beta de mercado e 1,483 quando o risco foi evidenciado através da Volatilidade do retorno das ações. As estatísticas de VIF (*Variance Inflation Factor*) demonstraram não haver problemas significativos de multicolinearidade. Dito isso, de acordo com o Modelo 1, o lucro líquido não influencia no risco das empresas que foi medido através do Beta de Mercado. Já o Modelo 2 evidencia que a volatilidade do lucro líquido influencia positivamente o risco das empresas, sendo este mensurado pela volatilidade do retorno das ações.

Através dos resultados do modelo 2 é possível identificar que tanto a volatilidade do lucro abrangente como a volatilidade do lucro líquido possuem influência positiva e significativa estatisticamente ao nível de 5% de significância, portanto, a terceira hipótese desta pesquisa que afirma que a relação entre a volatilidade do lucro abrangente e o risco das empresas é superior àquela existente entre lucro líquido e o risco das empresas não foi aceita.

Os achados desta pesquisa corroboram com os estudos desta linha de pesquisa que se apresentam em sua maioria como contraditórios e/ou inconclusivos, porém predomina-se a conclusão de que o resultado do exercício é, em sua maioria, uma medida mais relevante, mais útil que o resultado abrangente (DHALIWAL *et al.*, 1999; LEE *et al.*, 2006; CHAMBERS *et al.*, 2007; BAMBER *et al.*, 2010).

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa buscou avaliar se as medidas contábeis calculadas por meio do lucro abrangente são relevantes na explicação do risco das empresas, tendo como objetivo principal analisar a relação entre o lucro abrangente e o risco nas instituições financeiras brasileiras. Ainda há uma escassez de trabalhos voltados a analisar as prioridades do lucro em sua abordagem abrangente e suas implicações na avaliação do risco da empresa, o que motivou esta pesquisa.



No decorrer do estudo foi apresentada a relevância da contabilidade como mediadora das relações entre os agentes econômicos relacionados à empresa e como ela pode ser visualizada como um instrumento que possibilita a redução dos fatores imperfeitos do mercado através da avaliação, mensuração e fornecimento de informações econômico-financeiras.

Instigado por pesquisas recentes sobre a relevância do lucro abrangente, essa pesquisa definiu a seguinte questão de pesquisa: qual a relação entre o lucro abrangente e o risco nas instituições financeiras brasileiras? Como objetivos específicos, estabeleceram os seguintes: (a) analisar a volatilidade do lucro abrangente com relação ao lucro líquido; (b) examinar a relação da volatilidade do lucro abrangente com o risco das instituições financeiras; (c) examinar as diferenças entre a volatilidade do lucro abrangente e do lucro líquido quanto a análise do risco das empresas.

Para responder à questão de pesquisa e alcançar os objetivos definidos, estabeleceram-se três hipóteses de pesquisa. A primeira foi que o lucro abrangente é mais volátil que o lucro do exercício. Por meio da realização de análise descritiva das variáveis e do teste de diferença de média não paramétrico de Wilcoxon, verificou-se as volatilidades são estatisticamente iguais, aceitando-se assim a hipótese nula, refutando a primeira hipótese da pesquisa.

Já a segunda hipótese de pesquisa afirma que há relação significativa entre a volatilidade do lucro abrangente e o risco das empresas. Da análise dos resultados obtidos por meio dos modelos de regressão linear múltipla, inferiu-se que a relação entre a volatilidade do lucro abrangente e o risco das empresas é significativa quando o risco foi mensurado através da volatilidade do retorno das ações. Com esse resultado, não se refutou a segunda hipótese de pesquisa.

Por fim, a terceira e última hipótese de pesquisa afirma que a relação entre a volatilidade do lucro abrangente e o risco das empresas é superior àquela existente entre lucro líquido e o risco das empresas. Os resultados demonstram que a volatilidade do lucro abrangente e a volatilidade do lucro líquido são estatisticamente significantes na explicação do risco dos bancos, quando este mensurado pela volatilidade do retorno das ações. Ambos apresentaram significância a um nível de 5%, portanto, refutou-se a terceira hipótese de pesquisa.

Há uma escassez de estudos nesta temática e as pesquisas encontradas são incipientes, havendo, portanto, a necessidade de um maior aprofundamento no assunto. As limitações da pesquisa apresentam-se principalmente no que se refere ao tamanho da amostra e a análise dos componentes do lucro abrangente. Deste modo, sugere-se para futuras pesquisas o aumento da amostra estudada, incluindo demais instituições que fazem parte do setor financeiro brasileiro e internacional, bem como o estudo de cada componente do lucro abrangente e o uso de outras métricas de mensuração do risco das empresas.

REFERÊNCIAS

AMORIM, A.L.; LIMA, I.S.; MURCIA, F. D. Análise da relação entre as informações contábeis e o risco sistemático no mercado brasileiro. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 23, n. 60, p. 199-211, 2012.

ANDRADE, F. F.; SABINO, K. L. C.; SABINO, A. Análise dos Determinantes da Rentabilidade de Empresas do Setor Bancário. In: **XVI Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade**, 2019.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estruturas e Análise de Balanços** - Um Enfoque Econômico-financeiro. 12. ed. São Paulo: Atlas, Grupo GEN, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597024852/>. Acesso em: 05 maio. 2023.



BALL, R.; BROWN, P. An empirical evaluation of accounting income numbers. **Journal of Accountinh Research**, v. 6, n. 2, p. 159-177, 1968.

BAMBER, L. S.; JIANG, J. X.; PETRONI, K. R.; WANG, I. Y. Comprehensive income: who's afraid of performance reporting? **The Accounting Review**, v. 85, n. 1, p. 97-126, 2010.

BARBOSA, J. E. N.; DIAS, W. O.; PINHEIRO, L. E. T. Impacto da convergência para as IFRS na análise financeira: um estudo em empresas brasileiras de capital aberto. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 20, n. 4, p. 131-153, 2009.

BARTH, M. E.; GÓMEZ, B. J.; KASZNIK, R.; LÓPEZ-ESPINOSA, G. Bankearnings and regulatory capital management using available for sale securities. **Social Scienci Research Network**, 2014.

BEAVER, W.; KETTLER, P.; SCHOLLES, M. The association between market determined and accounting determined risk measures. **The Accounting Review**, v. 45, n. 4, p. 654-682, 1970.

BLACK, D. E. Returns volatility and other comprehensive income components. **Working Paper**, 2013.

BRASIL. Lei das sociedades por Ações, **Lei n.º 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm. Acesso em: 16 abr. 2017.

BRIMBLE, M.; HODGSON, A. On the intertemporal value relevance of conventional financial accounting in Australia. **Accounting & Finance**, v. 47, n. 7, p. 599-622, 2007.

CHAMBERS, D.; LINSMEIER, T. J.; SHAKESPEARE, C.; SOUGIANNIS, T. An evaluation of SFAS No. 130 comprehensive income disclosures. **Review of Accounting Studies**, v. 12, n. 4, p. 557-593, 2007.

CICONTE, W.; KIRK, M.; TUCKER, J. W. Does the midpoint of range earnings forecasts represent managers' expectations? **Review of Accounting Studies**, [s.l.], v. 19, n. 2, p. 628-660, 1 jun. 2014.

COELHO, A. C.; CARVALHO, L. N. Análise conceitual de lucro abrangente e lucro operacional corrente: evidências no setor financeiro brasileiro. **Brazilian Business Review – BBR**, v. 4, n. 2, p. 119-139, 2007.

CPC - Comitê De Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento Técnico **CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis (R1)**. 2011. Disponível em:
<http://www.cpc.org.br/>. Acesso em: 16 abr. 2023.

CUPERTINO, C. M. **Anomalia dos accruals no mercado brasileiro de capitais**. 2010, 193 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

DEEGAN, C. Introduction: the legitimising effect of social and environmental disclosures-a theoretical foundation. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 15, n. 3, p. 282-311, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1108/09513570210435852>.



DEVALLE, A.; MAGARINI, R. Assessing the value relevance of total comprehensive income under IFRS: an empirical evidence from European stock exchanges. **International Journal of Accounting, Auditing and Performance Evaluation**, v. 8, n. 1, p. 43-68, 2012.

DHALIWAL, D.; SUBRAMANYAM, K. R.; TREZEVANT, R. Is incomprehensive income superior to net income as a measure of firm performance? **Journal of Accounting and Economics**, v. 26, n. 1, p. 43-67, 1999.

DONOVAN, G. Environmental disclosures in annual report. Extending the applicability & predictive power of legitimacy theory. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 15, n. 3, p. 344-371, 2002. DOI: 10.1108/09513570210435870.

ELGERS, P. Accounting based risk presicions: a re-examination. **The accounting review**, v. 55, n. 3, p. 389-408, 1980.

FERRARO, O. Comprehensive income in Italy: reporting preferences and its effects on performance indicators. **Journal of Modern Accounting and Auditing**, v. 7, n. 12, p. 1315-1328, 2011.

FRANCIS, J.; SHIPPER, K. Have financial statement lost their relevance? **Journal of Accounting Research**, v. 37, n.2, p. 319-352, 1999.

FREEMAN, E. R. **Strategic management: A stakeholder approach**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1984.

GALLON, A. V. SILVA, T. P. DA, TOLEDO FILHO, J. R. DE, & HEIN, N. Análise do ROA sobre as diferentes formas de apresentação do lucro nas empresas do nível 1 de governança corporativa da Bovespa. **BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 6, n.1. p. 49-58, 2009.

GEORGE, E. T.; LI, X.; SHIVAKUMAR, L. A review of the IFRS adoption literature. **Review of Accounting Studies**, v. 21, n. 3, p. 898–1004, 2016. ISSN 13806653.

GORDON, L. A.; LOEB, M. P.; ZHU, W. The impact of IFRS adoption on foreign direct investment. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 31, n. 4, p. 374–398, 2012. ISSN 02784254.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade**. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HIRST, D. E.; HOPKINS, P. E. Comprehensive income reporting and analysts' valuation judgments. **Journa of Accounting Research**, v. 36, p. 47-75, 1998.

IUDÍCIBUS, S. D. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.

IUDÍCIBUS, Sergio de et. al. **Manual de Contabilidade Societária**. São Paulo. Atlas, 4ª edição, 2022.

JONES, D. A., & SMITH, K. A. Comparing the value relevance, predictive value, and persistence of other comprehensive income and special itens. **The Accounting Review**, v. 86, n. 6, p. 2047-2073, 2011.



JORION, P. **Value at risk: a nova referência no controle do Risco.** São Paulo: BM&F, 2003.

KANAGARETNAM, K.; MATHIEU, R.; SHEHATA, M. Usefulness of comprehensive income reporting in Canada. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 28, n. 4, p. 349-365, 2009.

KHAN, S. **Volatility, value relevance and predictive power of comprehensive income.** Doctoral Thesis, Massey Business School, University of New Zeland, Albany, New Zeland, 2012.

KHAN, S.; BRADBURY, M. E. Volatility and risk relevance of comprehensive income. **Journal of Contemporary Accounting & Economics**, v. 10, n. 1, p. 76-85, 2014.

LEE, Y-J.; PETRONI, K. R.; SHEN, M. Cherry picking, disclosure quality, and comprehensive income reporting choices: the case of property-liability insurers. **Contemporary Accounting Review**, v. 23, n. 3, p. 655-692, 2006.

LEV, B. On the association between operating leverage and risk. **Journal of Financial and Quantitative**, v. 9, n. 4, p. 627-641, 1974.

LIMA, Inglithiane G. Silva et al. **Usabilidade da demonstração do resultado abrangente.** Revista do Curso de Ciências Contábeis Recife, PE, v. 16, n. 1, p. 05-24, 2017. Disponível em: <https://revistas.sopece.br/index.php/cont/article/view/13.pdf>. Acesso em: 05 maio. 2022.

LINDBLOM, C. K. The implications of organizational legitimacy for corporate social performance and disclosure. **Critical Perspectives on Accounting Conference**, New York, 1994.

LOPES, A.; IUDÍCIBUS, S. **Teoria avançada da contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2012.

MADEIRA, F. L.; COSTA JUNIOR, J. V. Value relevance dos outros resultados abrangentes nas companhias abertas brasileiras. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 8, n. 2, p. 204-217, 2015.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MAZZIONI, S.; ORO, I. M.; SCARPIN, J. E. Lucro versus resultado abrangente como medida preditiva do desempenho das empresas do setor elétrico brasileiro. **Registro Contábil**, v. 4, n. 3, p. 89-104, 2013.

MAZZIONI, Sady; ORO, Ieda Margarete; SCARPIN, Jorge Eduardo. Lucro versus resultado abrangente como medida preditiva do desempenho das empresas do setor elétrico brasileiro. **Registro Contábil**, v. 4, n. 3, p. 89-104, 2013

MOURA, G. D. DE, KLANN, R. C. (2016). Competitividade de mercado, hedge e hedge accounting: um estudo sob a ótica contingencial. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 10, n. 3, p. 63 – 87.

OHLSON, J. A. Earnings, book values, and dividends in equity valuation. **Contemporary Accounting Research**, v. 11, n. 2, p. 661-687, 1995.



PARMAR, B. L. et al. Stakeholder theory: the state of the art. **The Academy of Management Annals**, v. 4, n. 1, p. 403-445, 2010.

PATON, W. A.; LITTLETON, A. C. **An introduction to corporate accounting standards**. American Accounting Association, 1940.

PINHEIRO, L. E. T.; MACEDO, R. P. DE; VILAMAIOR, A. G. Lucro líquido versus lucro abrangente: uma análise empírica da volatilidade. **Revista Universo Contábil**, v. 8, n. 4, p. 06-18, 2012.

PUBLITZ, Bruno Guilherme et al. **Impactos dos Indicadores Contábeis – Financeiros no preço de mercado; uma análise no setor de carnes e derivados**. Disponível em: <http://revista.fumec.br/index.php/pretexto/article/view/7875>. Acesso em 05 maio. 2023.

RESENDE, L. L.; PINHEIRO, L. E. T.; MAIA, S. C. As diferentes formas de mensuração do lucro e o reflexo no ROE das empresas que aderiram ao padrão IFRS. In: SEMEAD – SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 14, 2011. São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2011.

RIBEIRO, Osni Moura. **Noções de análise de demonstrações contábeis**. v. 4, série fundamental de contabilidade. São Paulo: Editora Saraiva, 2020. E-book. ISBN 9788536532790. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536532790/>. Acesso em: 05 maio. 2023.

RIBEIRO, Osni Moura. **Noções de demonstrações contábeis**. v. 3 série fundamental de contabilidade. São Paulo: Editora Saraiva, 2020. E-book. 9788536532288. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536532288/>. Acesso em: 05 maio. 2023.

SANTOS, L. P. G.; FREITAS, S. C.; PEREIRA, C. A. Associação entre formação acadêmica, concepção de lucro e a percepção da sua importância para o processo de gestão das empresas. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 11, 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2011.

SECURATO, J. R. **Decisões financeiras em condições de risco**. São Paulo: Saint Paul, 2007.

SEIBERT, R. M.; MACAGNAN, C. B. Responsabilidade social: a transparência das instituições de ensino superior filantrópicas. Novas Edições Acadêmicas, 2017.

SEIBERT, R. M.; MACAGNAN, C. Social responsibility disclosure determinants by philanthropic higher education institutions. *Meditari Accountancy Research*, v. 27, n. 2, p. 258-286, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1108/MEDAR-04-2018-0328>.

SHLEIFER, A., & VISHNY, ROBERT. (1997). **A Survey of Corporate Governance**. *Journal of Finance*. V. 52, n. 2, p. 737-783.

SILVA FILHO, A. C. C. **Persistência, relevância e anomalia dos accruals**: Evidências do mercado de capitais brasileiro. 2012, 109 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.



SILVA FILHO, E. D.; BRUGNI, T. V.; NOSSA, S. N.; BEIRUTH, A. X. A adoção das normas internacionais de contabilidade e os investimentos estrangeiros no mercado brasileiro. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 17, n. 44, p. 142-153, 2020.

SILVA, C. L. **Lucro abrangente e risco de companhias brasileiras de capital aberto**. 2015, 102 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SLOAN, R.G. Do stock prices fully reflect information in accruals and cash flows about future earnings? *Accounting Review*, v. 71, n. 3, p. 289-315, 1996.

SOUTES, D. O.; SCHVIRCK, E. Formas de mensuração do lucro e os reflexos no cálculo do ROA. *Brazilian Business Review – BBR*, Vitória, v. 3, n. 1, p. 74-87, 2006.

SUCHMAN, M. C. Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. *Academy of Management Review*, v. 20, n. 3, p. 571-610, 1995.

TURKTAS, B.; GEORGAKOPOULOS, G.; SOTIROPOULOS, I.; VASILEIOU, K. Z. Reporting comprehensive income: reasons for reporting choices and investor reactions. *International Journal of Economics and Finance*, v. 5, n. 4, p. 1-20, 2013.

YEN, A.; HIRST, D. E.; HOPNIKS, P. A content analysis of the comprehensive income exposure draft comment letters. *Research in Accounting Regulation*, v. 19, p. 53-79, 2007.
SILVA FILHO

ZÜLCH, H.; PRNOBIS, P. The predictive power of comprehensive income and its individual components under IFRS (Working Paper N° 95). HHL **Leipzig Graduate School of Management**, Leipzig, Germany, 2010.



A APLICAÇÃO DO MARKETING NOS SERVIÇOS CONTÁBEIS: uma abordagem com os contadores de Assú

Aline Pinheiro Lopes Tavares

Graduanda em Ciências Contábeis - UERN
E-mail: aline.pinheirocontadora@gmail.com

Rosângela Queiroz Souza Valdevino

Doutora em Administração - UNIFOR
E-mail: rosangelavaldevino@uern.br

Sabrina Paulino de Oliveira

Mestranda em Ciências Contábeis – UFRN
E-mail: sabrinauern@gmail.com

Keliane de Melo Ramalho

Mestranda em Ciências Contábeis – UFRN
E-mail: keliane.melo.14@gmail.com

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar a percepção dos profissionais contábeis de Assú – RN acerca do *marketing* contábil. Foi utilizada como abordagem metodológica a pesquisa descritiva e quantitativa, ao qual o instrumento de pesquisa foi adaptado de Freire (2018), contendo 20 perguntas, dividido em duas partes: a primeira caracterizava os respondentes e a segunda se trata do entendimento dos respondentes acerca do *marketing* contábil. Quanto ao tratamento dos dados foram expressos em frequência simples e porcentagem por meio do programa Excel versão 2013. Os resultados obtidos evidenciaram que o *marketing* contábil contribui para a valorização profissional e que apesar da maioria (70%) dos contadores não terem cursado a disciplina de *marketing* contábil na graduação e nem fazerem uso constante das ferramentas de *marketing*, a maioria (67%) concorda que o mesmo contribui para valorização do profissional contábil e utiliza ao menos alguma estratégia e ferramenta de *marketing* no seu dia a dia. A pesquisa também evidenciou a visão dos profissionais da contabilidade quanto à finalidade do uso das estratégias de *marketing* contábil. Destaca-se também que 50% dos entrevistados concordam totalmente que a imagem pessoal é a ferramenta de *marketing* mais eficaz, seguido das redes sociais. Dessa forma a pesquisa contribui como instrumento acadêmico e empresarial, a fim de enriquecer ou ajudar na confecção de novos estudos e auxiliar na aplicabilidade das estratégias de *marketing* nas empresas contábeis.

Palavras-chave: *Marketing* contábil; *Marketing*; Profissionais contábeis.

1 INTRODUÇÃO

O *marketing* é uma tendência que vem ganhando mais adeptos nos últimos dez anos. Devido às mudanças na tecnologia as pessoas têm buscado serviços, produtos e soluções de dúvidas cada vez mais na internet, pois o relacionamento entre marca e consumidor mudou drasticamente graças ao impacto das redes e mídias sociais (ANGELIM FILHO, 2019).

No âmbito da contabilidade não tem sido diferente, pois com a competitividade no mercado é indispensável estar dois passos à frente da concorrência (VENTURINI, 2020) e para tal, é preciso mais que estar online nas redes sociais e sim utilizar estratégias que deixam seus serviços visíveis



e assim alavancam os negócios. Dessa forma, para Kotler (2017), como as inovações tecnológicas contribuíram para evolução da contabilidade, a conectividade tem sido primordial e decisiva para o aprimoramento do marketing e conseqüentemente para a forma de empreender.

Com todo esse aparato, o *marketing* tem sido um grande aliado para empreendedores, pois para atingir seus objetivos e metas faz-se necessário a satisfação dos desejos e necessidades dos clientes, uma vez que a influência acontece da seguinte forma: quanto mais as pessoas têm acesso ao conteúdo divulgado, mais sofrem influência para comprar determinado produto ou acessar um link divulgado, por exemplo (BERGER, 2017).

Nesse ínterim, Bertozzi (2019) afirma que o contabilista deve construir uma marca pessoal no universo contábil, uma vez que o marketing é a principal arma para posicionar o profissional no mercado altamente competitivo, escasso e complexo. Da mesma forma, Noronha (2020) ressalta que cabe ao profissional contábil se adaptar às novas tendências do mercado, uma vez que, o perfil de clientes e consumidores está em constante evolução.

Diante desse contexto, para Lima (2019) o *marketing* deve ser bem planejado, e acompanhado diretamente pelos gestores e/ou contadores dos escritórios de contabilidade, uma vez que o marketing contábil para Hernandez (2011) é um conjunto de estratégias, planejamento e atividades visando à promoção, venda e o atendimento de necessidades e desejos de consumidores dos serviços prestados por contabilistas.

Desse modo, percebendo que o *marketing* tem se tornado um fator crucial e fundamental para impulsionar a relação entre marca e consumidor, além de ter deixado de ser uma opção (VENTURI, 2019), e na contabilidade o uso dessa estratégia tem se tornado uma forma de captar potenciais clientes, se tem o seguinte problema de pesquisa: **qual a percepção dos profissionais da contabilidade do município de Assu - RN acerca do marketing contábil?** Diante do exposto, a pesquisa tem por objetivo geral analisar a percepção dos profissionais contábeis de Assu – RN acerca do *marketing* contábil. Ao observar a exploração acadêmica do *marketing* aplicado à contabilidade, bem como estudos relacionados, notou-se a viabilidade de elaborar um trabalho científico com ênfase na percepção dos profissionais da contabilidade acerca das estratégias do marketing utilizadas pelos contadores que trabalham em escritórios.

O estudo contribui para o conhecimento acerca do entendimento dos profissionais de contabilidade da cidade de Assu – RN, no sentido de mostrar como o *marketing* pode contribuir para valorização da profissão contábil e como isso influencia na divulgação dos serviços. Assim, o estudo mostra quais as ferramentas mais utilizadas e isso pode ser adotado por outros profissionais que estejam iniciando a carreira fazendo com que a profissão ganhe destaque. Diante do contexto, o estudo de Medeiros (2022) aponta que o *marketing* contábil é a junção das estratégias de vendas e divulgação dos serviços prestados pelo profissional contábil, sendo um fator crucial para elevar a visibilidade e aumentar a valorização dos contadores. A metodologia é de caráter descritivo e de natureza quantitativa. Os dados foram coletados por meio de questionário aplicado aos profissionais do município de Assu/RN. Os dados secundários são fundamentados no estudo bibliográfico de revistas, periódicos e artigos e pesquisas por meio eletrônicos.

A pesquisa está estruturada em 5 seções, sendo a primeira composta pela fase introdutória, onde se destaca a temática e seus principais aspectos, juntamente da apresentação do problema de pesquisa, em seguida a exposição do referencial teórico. Na terceira e quarta seções apontam-se, respectivamente, os procedimentos metodológicos e análise dos resultados. Posteriormente, para finalizar com as considerações finais e a listagem das referências bibliográficas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 MARKETING COMO ESTRATÉGIA

Inicialmente, define-se estratégia pelo plano que é composto pelas principais metas, políticas e seqüências de ações de uma organização de forma transparente em sua íntegra, como



afirmam Mintzberg e Quinn (2001). Além disso, a globalização, fenômeno que teve início na década de 1990 e perpetua até os dias atuais têm influência extrema da modernização, de modo que a interação do homem com o mundo virtual se tornou, e ainda é, cada dia mais necessária, provocando modificações significativas no cenário mercadológico e conseqüentemente, as estratégias na maneira de empreender (MARQUES; PINTO, 2021).

Nessa linha de raciocínio, Kotler (2018) enfatiza que o *marketing* é a ciência e a arte de explorar, criar e entregar, valor para satisfazer as necessidades de um público alvo com geração de lucro. De fato, o marketing é uma ciência que está focada na construção da marca, geração de valor sobre o produto, serviço ou até mesmo, a reputação de um negócio, tendo como objetivo conquistar e reter clientes. De acordo com a American Marketing Association (AMA, 2019) que representa os profissionais dessa área nos Estados Unidos, ela o define como tudo relacionado a criação, comunicação, entrega e troca de ofertas que sejam vantajosas tanto para consumidores, como para clientes, parceiros e sociedade em geral. Essa definição mostra a abrangência da concepção dessa ciência, evidenciando a importância dela para obtenção de lucro, construção da marca e nome no mercado.

Desse modo, Santos *et al.* (2019) afirmam que é primordial estudar o mercado, conhecer bem o espaço em que irá atuar, e procurar respostas às questões elementares do marketing, tais como entender quais os interesses do cliente e como o produto irá satisfazer o consumidor final e persuadi-lo a comprar. Além disso, deve-se, portanto, analisar os comportamentos do público-alvo, verificando tendências demográficas, econômicas, jurídicas, tecnológicas e também as tendências de consumo, corroboram Ferreira *et al.* (2010).

Nesta linha de raciocínio, os profissionais do marketing buscam habilidades de como conseguir clientes novos, ao invés de criar táticas de como manter relacionamentos com os já existentes (Santos *et al.*, 2019). Diante de uma visão diferente, prezam os atuais clientes, desenvolvendo um melhor relacionamento. Analisando conceitos e princípios, os pesquisadores dessa área desenvolveram, testaram, definiram estratégias e procedimentos para formalizar tudo isso no mercado, nas empresas e organizações, ou seja, implementar o marketing propriamente dito nas empresas (sejam elas de pequeno ou grande porte), assim como o seu contínuo trabalho de acompanhamento, auxilia na captação de clientes e na venda de produtos e serviços.

2.2 FERRAMENTAS E ESTRATÉGIAS DE *MARKETING* COMO FORMA DE VALORIZAR O PROFISSIONAL CONTÁBIL

A concorrência aumentou e com o avanço das tecnologias os consumidores estão cada vez mais críticos e exigentes, o mercado tem que lidar com as constantes mudanças e as empresas precisam se adequar a estas modificações para manterem-se funcionando e lucrando também (RODRIGUES, 2021). Por esse motivo, Santos e Silva (2016) afirmam que o *marketing* é uma ferramenta que aliada a qualquer negócio auxilia no processo dessas modificações de mercado e no processo de adaptação no mesmo, de maneira rápida e eficaz, uma vez que o marketing identifica as necessidades dos clientes, através da comunicação dos produtos e serviços ofertados a todos os consumidores. Além disso, é o marketing que também faz o monitoramento da satisfação dos clientes e dos resultados conquistados pela empresa, além de ser uma ferramenta que ajuda a empresa e o profissional a identificarem possíveis erros que estão sendo cometidos, corrigi-los, dentre outros processos essenciais.

Neste sentido, faz-se necessário uma comunicação eficaz e eficiente, utilizando as estratégias de *marketing* para maximizar a informação e conseqüentemente obter êxito na transmissão de sua mensagem e adquirir certa vantagem competitiva perante seus concorrentes (MELO, 2022). Na visão de Kotler e Keller (2006), é preciso utilizar de uma visão ampla do consumidor, para entender as diferentes formas que a comunicação pode influenciar em seu comportamento. Cardoso, Salvador e Simonades (2015) corroboram a afirmação anterior quando evidenciam que planejamento de marketing digital é uma metodologia de auxílio, que compreende



a importância do posicionamento de suas marcas diante dos canais digitais, analisando as ações do mercado competitivo, identificando os elementos que o compõem e dessa maneira, implantar estratégias para melhor se relacionar com os clientes, fidelizando-os.

Se comparar os conceitos de marketing e marketing pessoal, tem-se a pessoa como produto, e a ideia central pode se dizer que é a junção de todas as estratégias que irão levar a imagem do profissional, ou seja, a pessoa produto ao consumidor final (CONSTANTE, 2007). De acordo com Doin (2015) o marketing pessoal é um conjunto de estratégias, atitudes e comportamentos que conduzem a trajetória pessoal e profissional para uma carreira de sucesso por meio de qualidades e habilidades inatas ou adquiridas do indivíduo que, aperfeiçoadas, promoverão comportamentos favoráveis à realização dos seus próprios objetivos.

Como empresas prestadoras de serviços, os escritórios de contabilidade precisam exercer a profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidades técnicas (MENDES, 2010), mas também avançar na busca de ações eficazes na conquista e manutenção do cliente. As práticas dessas ações levam o escritório a superar as expectativas da clientela, ademais, reproduz uma publicidade eficaz e conseqüentemente promove a ampliação de possíveis oportunidades de mercado. As técnicas de *marketing* apresentam grande importância no reconhecimento do profissionalismo dos escritórios e devem ser exploradas com êxito (CORTE et al, 2021). Nessa linha de raciocínio, Santos et al. (2019) conceituam que um ponto determinante para as empresas é o relacionamento com clientes, e atualmente, isso tem se dado exitosamente através do *Marketing Digital*, uma vez que tem sido um fator crucial para que uma empresa se obtenha resultados efetivos e esteja à frente da concorrência.

2.3 MARKETING DIGITAL APLICADO AOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE

A princípio, o *marketing* digital é caracterizado por Peçanha (2020) como a promoção de produtos ou marcas por meio de mídias digitais. Ele é uma das principais maneiras que as empresas têm para se comunicar com o público de forma direta, personalizada e no momento certo, podendo ser aplicado em diferentes organizações como empresas, universidades, ONGs, associações, igrejas, etc.

Na concepção de Ascensão (2015), o *marketing* digital constitui-se em aplicar as estratégias de marketing às plataformas digitais como: redes sociais, sites e aplicativos, e diante disso, as empresas devem fazer uso das melhores ferramentas para convencer o consumidor final a comprar seu produto ou serviço, aumentando assim suas vendas através da poderosa ferramenta chamada comércio eletrônico, que pode ser definida como qualquer tipo de atividade ou transação comercial que envolva a transferência de informação através da Internet.

A tecnologia da informação concedeu uma nova visão para o comércio, e por conseguinte, a economia, permitindo que quem a utilize obtenha mais lucro, através da redução de despesas como o fato de não gastar com, por exemplo, impostos de uma loja física), além de trazer aos consumidores novos meios para adquirir produtos (PIZZETA, SEVERIANO; FAGUNDES, 2016). Atrelado a isso, deve-se enfatizar um ponto crucial é provavelmente o fator que ‘alavancou’ o *marketing* digital: as redes e as mídias sociais. Há uma diferença entre ambas: enquanto as redes sociais são os relacionamentos das pessoas conectadas, as mídias sociais são os conteúdos que as pessoas compartilham nas redes sociais, como imagens, textos, etc. Contudo, vale ressaltar que as mesmas estão interligadas, mas não significam a mesma coisa (GABRIEL, 2010).

Nesse sentido, Pizzeta et al. (2019) destacam a grande influência na formação de opinião do consumidor, tendo em vista que as pessoas têm cada vez mais buscado na internet referência sobre o produto e/ou a marca, por essa razão, é essencial para a empresa ter uma boa relação pública, garantindo assim, que sua reputação seja favorável e apresentável. Essas ferramentas (redes e mídias sociais) para Torres (2009), são consideradas poderosas para as empresas, pois por



meio delas as empresas podem aumentar seus clientes, fazer uma maior divulgação de sua marca e seus produtos, entre outras características que elas apresentam.

A contabilidade passou e vêm passando por inúmeras evoluções e conseqüentemente alterações em suas metodologias e conceitos. Isso para melhorar, adequar e se adaptar às necessidades das sociedades de cada época. Com os avanços técnico-científicos, houve a modernização e padronização dos sistemas contábeis, e conseqüentemente as exigências quanto aos registros também aumentaram consideravelmente. E isso não é diferente no que diz respeito às formas de captar novos clientes, uma vez que marketing é um conjunto de estratégias que levam autoridade e visibilidade à sua marca por meio da oferta de serviços e essa oferta se destina a suprir as necessidades e os desejos de um cliente, ou seja, é uma fórmula ideal para fortalecer a marca da empresa ou do profissional contábil (RENNÓ, 2018). Corroborando com essas ideias, Barroso (2021) afirma que os escritórios podem utilizar da comunicação dos serviços contábeis como uma estratégia de *marketing* para a captura de novos clientes. Porém, o uso desta estratégia, caso escolhida pelo escritório, precisa ser desenvolvida dentro do que o Código de Ética Profissional do Contador determina (BARROSO, 2021). Para Silva (2022) o cenário dos últimos anos, não apenas da contabilidade em si, mas do mercado de uma forma geral, necessita fazer uso de estratégias e procedimentos profissionais que são desenvolvidos com informações de mercado e pesquisas internas que visam entender a verdadeira visão que os clientes têm da sua empresa. Silva (2015) afirma que o marketing contábil oferece uma ampla gama de oportunidades, as quais podem ser exploradas pelas firmas de contabilidade.

Além do mais, o foco principal do *marketing* contábil deve estar na aplicabilidade e adequação das referidas estratégias aos moldes das empresas contábeis, e que seu objetivo, como essência, é a fidelização do cliente e a captação de outros (FERREIRA e COSTA, 2021). Ademais, os contadores que fazem uso do marketing digital tornam seus negócios conhecidos e descobertos para seus clientes em potencial, criando uma forte confiança do público em suas marcas, estabelecendo assim um relacionamento duradouro com seus clientes, aponta Resende (2010).

Nesse ínterim, de acordo com Araújo (2019), na internet, todos se tornam produtores e consumidores de informações, fazendo com que o fluxo de conteúdo seja mais livre e democrático, onde todos têm espaço para mostrar seus ideais de forma transparente. Além disso, com a popularização das redes sociais, a sociedade passa a ter mais facilidades para se obter informações desejadas, e desta maneira, as relações e as atividades realizadas assumem a possibilidade de estar em vários espaços ao mesmo tempo, com a presença de dispositivos móveis (smartphones, notebook e tablets) com acesso à internet, o indivíduo consegue se conectar com o mundo em tempo real. Dessa maneira, para que o profissional da contabilidade esteja mais presente no cotidiano de seus clientes, é necessário que ele deixe de se restringir ao espaço físico do escritório e busque a conectividade online (ARAÚJO, 2019).

Vale ressaltar que, os escritórios não devem buscar audiência nas redes sociais, mas interação, relacionamento, boa repercussão, favoritismo e engajamento com seu público (JUNGER et al., 2022). Corroborando com essa ideia, Pompéia (2010) afirma que isso é necessário até mesmo para ter acesso a um feedback dos serviços prestados, ver o que precisa aprimorar e se adequar ao seu público alvo.

Em suma, fica depreendido que a tecnologia, aliada às estratégias de marketing e as mídias sociais, tendem a ser uma alavanca para o profissional da contabilidade, uma vez que, o coloca mais próximo do entendimento da sociedade. Essa nova realidade possibilitou a simplificação dos processos e a expansão da informação para o mundo. Assim, um escritório de contabilidade deve fundamentar seus investimentos em processos que valorizem seus serviços como um todo, garantindo a continuidade e o crescimento desses (SOUZA, 2022).



2.4 ESTUDOS ANTERIORES

No que diz respeito a estudos correlatos acerca do *marketing* contábil aplicado em escritórios, foi constatada uma vasta gama de pesquisas, trabalhos e livros sobre o assunto, inclusive no que diz respeito ao marketing como ferramenta de estratégia para as empresas de contabilidade. No Quadro 1, estacam – se os seguintes estudos científicos:

Quadro 1: Artigos científicos semelhantes a temática

Almeida (2016).	Mídias sociais: O relacionamento entre marcas e consumidores na era pós-digital.
Chonko e Hunt (2018).	Reflexões sobre questões éticas na gestão de <i>marketing</i> : um exame empírico.
Maranjory (2019).	Identificando e classificando estratégias de <i>marketing</i> em profissão de auditoria.
Sampaio e Tavares (2011).	<i>Marketing</i> Digital: O poder de influência das redes sociais na decisão de compra do consumidor universitário da cidade do Juazeiro do Norte – CE.
Silva <i>et al</i> (2021).	Análise do Posicionamento Digital das Organizações Contábeis do Distrito Federal com base no Modelo de AIDA.

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

A pesquisa de Sampaio e Tavares (2011) teve como objetivo analisar o grau de influência das redes sociais no processo de decisão de compra do consumidor universitário. Para entender como as redes sociais estão influenciando, realizou-se uma explanação acerca do assunto proposto, e, posteriormente, foi utilizado para coleta de dados. Conclui-se que as redes sociais têm o poder de influenciar na decisão de compra dos consumidores por meio da divulgação de seus produtos no meio digital, utilizada também para obter informações e manter comunicação.

Já Almeida (2016) teve por objetivo entender como uma marca tem uma presença relevante e útil para os consumidores uma vez que existe uma grande disputa pela preferência do consumidor por parte das empresas, que lutam pela atenção do cliente e por provar a sua exclusividade. Foi constatado que as marcas têm de captar a atenção dos potenciais clientes, consumidores ativos de informação digital, que estão permanentemente online.

Nesse sentido, o estudo de Chonko e Hunt (2018) analisou 462 gerentes de *marketing*, todos da American Marketing Association, e pode-se observar que para estes profissionais o problema ético mais mencionado foi o suborno, seguido por justiça, integridade, estratégia de preços, estratégia de produtos e decisões de pessoal. O conflito ético mais frequente vivenciado pelos profissionais de marketing foi o de tentar equilibrar as demandas da empresa contra os clientes. O envolvimento da alta administração é absolutamente crítico para definir o tom de comportamento ético das empresas.

Na pesquisa de Maranjory (2019) o objetivo foi identificar Estratégias de *Marketing* na profissão de Auditoria e Estratégias de *Ranking* usando a técnica de entropia. Foi exploratória em termos de natureza e pesquisa de Método Misto (qualitativo e quantitativo) em termos de abordagem, com uma amostragem aleatória simples, um questionário distribuído entre 289 auditores que trabalham em Teerã. Concluiu-se que no ranking das atividades de *marketing*, a auditoria de alta qualidade tem o posto mais alto a fim de manter seu trabalho e política de dumping ou redução de preços.

Por fim, a pesquisa de Silva *et al.* (2021) possuiu como objetivo evidenciar quais práticas são realizadas pelos profissionais contábeis para obtenção e manutenção de novos clientes. Os resultados revelam que os contadores utilizam algumas práticas de *marketing* – como propaganda no rádio, divulgação dos serviços nas redes sociais e criação de logomarca/fachada - para auxiliar na captação de novos clientes, porém ainda não fazem o uso total dessa ferramenta a seu favor.



3 METODOLOGIA

A pesquisa foi direcionada para os profissionais contábeis o município de Assu- RN, sendo estes 119 no total, de acordo com o CRC - RN, na intenção de contribuir de forma significativa para o crescimento e a realização profissional e mostrar a relevância da utilização das estratégias de marketing para melhoria nos serviços prestados e, por consequência, nos resultados financeiros.

De acordo com o objetivo geral, a pesquisa é de caráter descritiva, pois trata-se de uma descrição sobre o uso do *marketing*. Michel (2005) afirma que o objetivo da pesquisa descritiva é analisar os fatos e características inerentes sem interferir. Para Gil (1996), o objetivo principal da pesquisa descritiva é descrever as características de uma determinada população ou fenômeno e estabelecer relações entre as variáveis.

Quanto à forma de abordagem classifica-se como quantitativa, pois busca mostrar a relevância das estratégias de *marketing* para os escritórios de contabilidade no município de Assu/RN. A pesquisa quantitativa pretende e permite a determinação de indicadores e tendências presentes na realidade, ou seja, dados representativos e objetivos, opondo-se à ciência aristotélica, com a desconfiança sistemática das evidências e experiência imediata (MUSSI *et al.*, 2019).

A coleta de dados foi realizada por meio de uma pesquisa de campo. O questionário utilizado foi adaptado de Freire (2018), contendo 20 (vinte) perguntas, sendo 6 (seis) que caracterizam os respondentes, uma (1) questão em que os respondentes poderiam marcar mais de uma opção treze (13) pode meio de uma escala do tipo Likert de cinco pontos, em que 1 corresponde a discordo totalmente e 5 corresponde a concordo totalmente para identificar e analisar especificamente o entendimento dos empreendedores contábil acerca do marketing contábil. Segundo os dados do CRC RN (2022), existem 17 escritórios de contabilidade e 119 profissionais contábeis no município de Assu – RN, sendo que 61 profissionais responderam a pesquisa. Assim a amostra desta pesquisa foi por conveniência.

A pesquisa é caracterizada como transversal que tem como principal característica a observação das variáveis, quer se trate de casos, de indivíduos, ou de outros tipos de dados (RAIMUNDO *et al.*, 2018). O trabalho foi desenvolvido em aproximadamente 8 meses do ano de 2022, tendo em vista que a coleta de dados foi feita no mês de julho, que durou 22 dias.

No que se refere ao tratamento dos dados, foram expressos em frequência simples e porcentagem por meio do programa Excel versão 2013. Foi feita uma análise descritiva, que de acordo com Gil (2002), tem como finalidade descrever as características de um grupo, fenômeno ou experiência, uma de suas características é a utilização de questionários, utilizando as técnicas de frequência e porcentagem para melhor analisar e comparar os dados. Assim possibilitando os comparativos com estudos já existentes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS RESPONDENTES

Os resultados obtidos expõem a situação dos profissionais de contabilidade do município de Assu-RN, quanto à utilização das estratégias de *marketing* utilizadas.

Quanto à caracterização dos respondentes, a pesquisa identifica que 55% dos entrevistados são do gênero masculino e 45% representa o sexo feminino. No que diz respeito à faixa etária dos profissionais da contabilidade que participaram da pesquisa, 11% afirmou ter até 25 anos, uma maioria de 55% afirmou ter entre 25 e 30 anos. 27% declarou ter entre 31 e 35 anos, enquanto 4% afirmou ter entre 40 e 50 anos. Apenas 3% dos respondentes disseram ter acima de 50 anos.



Tabela 1: Gênero e faixa etária

GÊNERO E FAIXA ETÁRIA	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
FEMININO	28	45%
MASCULINO	33	55%
ATÉ 25 ANOS	6	11%
ENTRE 25 E 30 ANOS	33	55%
ENTRE 31 E 35 ANOS	16	27%
ENTRE 40 A 50 ANOS	4	4%
ACIMA DE 50 ANOS	2	3%

Fonte: dados da pesquisa (2022).

Tratando-se do nível de escolaridade, os profissionais (73%) afirmaram ter apenas graduação, 21% especialização, 5% mestrado e 1% doutorado. Nenhum dos respondentes estava cursando ou afirmaram ter pós doutorado, como aponta a Tabela 2. Ou seja, percebe-se que a maior parcela possui um nível de escolaridade satisfatório. Para Leitão (2009), entre as características necessárias aos gestores para garantir o sucesso nos negócios está a necessidade de se ter um bom conhecimento de mercado em que atua.

Tabela 2: Nível de escolaridade

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
GRADUAÇÃO	44	73%
ESPECIALIZAÇÃO	12	21%
MESTRADO	3	5%
DOCTORADO	2	1%
PÓS - DOCTORADO	0	0%

Fonte: dados da pesquisa (2022).

Acerca do tempo em que os entrevistados trabalhavam no escritório, 43% dos participantes da pesquisa afirmaram trabalhar entre 6 e 10 anos, 26% entre 11 e 15 anos de carreira em escritório, 22% atua nessa área entre 1 e 5 anos, 5% entre 16 e 20 anos. Apenas 3% está no mercado do setor privado acima de 20 anos.

Tabela 3: Tempo de trabalho em escritório de contabilidade

TEMPO QUE TRABALHA EM ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
ENTRE 1 E 5 ANOS	13	22%
ENTRE 6 E 10 ANOS	26	43%
ENTRE 11 E 15 ANOS	15	26%
ENTRE 16 E 20 ANOS	5	6%
ACIMA DE 20 ANOS	2	3%

Fonte: dados da pesquisa (2022).

4.2 CONHECIMENTOS ACERCA DO *MARKETING* CONTÁBIL

Conforme a Tabela 4, uma grande maioria de 70% dos profissionais não cursou a disciplina *marketing* contábil durante o período da graduação em ciências contábeis. Enquanto 15% cursou a disciplina de forma obrigatória, e 15% de forma optativa. Martins (2017) também destaca a importância da disciplina *marketing* contábil para formação profissional do contador, pois além de possuir competências tradicionalmente relacionadas à contabilidade (societária, tributária e auditoria), precisa estar apto a participar do processo de gestão das empresas, comunicando e interagindo com as demais áreas organizacionais, de forma que possa contribuir com a resolução dos problemas.



Tabela 4: Cursaram a matéria *marketing* contábil durante a graduação e o entendimento acerca da função

CURSOU A MATÉRIA <i>MARKETING</i> CONTÁBIL DURANTE A GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
SIM, COMO OBRIGATÓRIA	9	15%
SIM, COMO OPTATIVA	9	15%
NÃO CURSEI	43	70%
ENTENDIMENTO QUANTO A FUNÇÃO <i>MARKETING</i> CONTÁBIL	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
NÃO ENTENDO	14	23%
ENTENDO POUCO	37	61%
MEDIANO	8	13%
AVANÇADO	2	3%

Fonte: dados da pesquisa (2022).

Nessa linha de raciocínio, pode-se observar também que 61% dos respondentes têm pouco entendimento no que diz respeito às funções do *marketing* contábil, enquanto apenas uma minoria de 3% tem um conhecimento avançado em relação a essas funções e seu juízo de valor. Tais resultados vão de encontro com o estudo de Silva et al (2021), que aponta a necessidade do entendimento acerca do uso do *marketing* e suas ferramentas, para bom desempenho da vida profissional, bem como suas funções básicas e para absorver o máximo de conhecimento possível para melhor atender os clientes. Em contrapartida, os resultados da pesquisa de Lima e Filho (2019) mostraram que os profissionais da contabilidade do município de Icó, Ceará, apresentam um nível satisfatório acerca do entendimento do *marketing* contábil.

Tabela 5: *Marketing* contábil e competitividade

OS PROFISSIONAIS QUE UTILIZAM ESTRATÉGIAS DE <i>MARKETING</i> SE TORNAM MAIS COMPETITIVOS	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
DISCORDO TOTALMENTE	0	0%
DISCORDO PARCIALMENTE	3	6%
INDIFERENTE	0	0%
CONCORDO PARCIALMENTE	47	78%
CONCORDO TOTALMENTE	11	16%
O <i>MARKETING</i> PESSOAL CONTRIBUI PARA A VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL CONTÁBIL	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
DISCORDO TOTALMENTE	0	0%
DISCORDO PARCIALMENTE	0	0%
INDIFERENTE	2	4%
CONCORDO PARCIALMENTE	18	29%
CONCORDO TOTALMENTE	40	67%

Fonte: dados da pesquisa (2022).

Conforme ilustrado na Tabela 5, os respondentes concordam parcialmente (78%) que o escritório que incorpora o *marketing* e utiliza de suas ferramentas para captação de potenciais clientes torna-se mais competitivo, como aponta Melo (2022), que afirma que utilizar as estratégias de *marketing*, o profissional da contabilidade obtém uma certa vantagem competitiva em relação aos demais. Nenhum dos profissionais respondentes afirmou discordar dessa ideia. Nesse sentido, também pôde-se observar que 67% dos profissionais da contabilidade concordam totalmente que o *marketing* pessoal contribui para a valorização profissional contábil, 18% concordou parcialmente e 4% foi indiferente a essa afirmação. Rodrigues (2022) corrobora com essa ideia



quando enfatiza que em virtude de uma maior competitividade no mercado profissional contábil – e de modo geral – o profissional que faz o seu *marketing* pessoal, e se adequa a essas mudanças, obtém mais êxito e resultados satisfatórios em relação aos demais. Teles (2021) ressalta que para atingir a valorização dos seus serviços dependerá do profissional, uma vez que ele deverá saber transmitir o seu valor com o *marketing* contábil, não depende somente da prestação de serviços técnicos de qualidade.

Tabela 6: Frequência de visita aos clientes e pesquisa de satisfação

COM QUE FREQUÊNCIA VISITA SEUS CLIENTES	FREQUÊNCIA	%
NUNCA	0	0%
RARAMENTE	2	3%
ÀS VEZES	45	75%
MUITAS VEZES	9	15%
SEMPRE	5	7%
REALIZA PESQUISA DE SATISFAÇÃO COM SEUS CLIENTES	FREQUÊNCIA	%
NUNCA	0	0%
RARAMENTE	0	0%
ÀS VEZES	2	4%
MUITAS VEZES	55	90%
SEMPRE	4	6%

Fonte: dados da pesquisa (2022).

Por meio da análise da Tabela 6, pode-se observar que 75% dos entrevistados visitam seus clientes às vezes, enquanto 15% visitam muitas vezes, o que vai de encontro com a pesquisa de Santos *et al.* (2019) que conceituam que um ponto determinante para as empresas é o relacionamento com clientes. Atrelado a isso, nota-se que majoritariamente 90% dos respondentes realizam pesquisa de satisfação com seus clientes, corroborando com a ideia de Santos e Silva (2016) que afirmam que o *marketing* faz o monitoramento da satisfação dos clientes e dos resultados conquistados pela empresa.

Tabela 7: Investimento em *marketing* e frequência que utiliza as ferramentas de *marketing*

O ESCRITÓRIO QUE VOCÊ TRABALHA COSTUMA INVESTIR EM MARKETING	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
NUNCA	0	0%
RARAMENTE	3	5%
ÀS VEZES	38	62%
MUITAS VEZES	14	23%
SEMPRE	6	10%
UTILIZAÇÃO DAS FERRAMENTAS DE MARKETING NO ESCRITÓRIO QUE VOCÊ TRABALHA	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
NUNCA	0	0%
RARAMENTE	4	7%
ÀS VEZES	44	72%
MUITAS VEZES	9	15%
SEMPRE	4	6%

Fonte: dados da pesquisa (2022).

Consoante a Tabela 7, observou-se que, dos profissionais que responderam, 62% costumam investir em *marketing* contábil apenas às vezes, enquanto apenas 10% investem sempre. Nesse sentido, os resultados vão de encontro com a ideia de Potrich (2021), enfatiza que apesar de ser um mercado em constante evolução e tendo em vista que o *marketing* é a arte de criar e entregar



valor para satisfazer as necessidades do mercado por meio de produtos ou serviços que possam interessar aos consumidores, no âmbito da contabilidade, ainda é algo pouco explorado.

Além disso, ainda ao observar a Tabela 7, pode-se notar que 72% dos respondentes utilizam as ferramentas de *marketing* às vezes, e apenas 4% fazem uso dessas ferramentas sempre, tais resultados vão de encontro com a pesquisa de Silva e Matos (2022) que demonstra que alguns dos profissionais contábeis possuem uma certa retração no que diz respeito à prática de *marketing*. Apontando que o uso do *marketing* na contabilidade ainda é muito voltado apenas para a divulgação de serviços oferecidos, mostrando que a prática ainda é limitada entre os empreendedores da área, que deixam de lado partes importantes da criação de conteúdo para o usuário e da jornada de decisão de compra do cliente.

Tabela 8: Ferramentas de *marketing* mais utilizadas.

FERRAMENTAS DE MARKETING UTILIZADAS NO ESCRITÓRIO	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
IMAGEM PESSOAL	31	50%
REDES SOCIAIS	14	28%
RELACIONAMENTO DIRETO COM O CLIENTE	10	16%
SITES	4	5%
PANFLETAGEM	2	1%
EMAIL	0	0%

Fonte: dados da pesquisa (2022).

A fim de facilitar a interpretação dos dados, foram colocados na Tabela 8 apenas as ferramentas de *marketing* que foram mais frequentes na resposta dos profissionais e as que foram menos frequentes. Como pode ser observado, a imagem pessoal (50%) é a principal ferramenta e/ou estratégia de *marketing* utilizada pelos respondentes, enquanto 1% dos profissionais responderam usar panfletagem como ferramenta de divulgação de seus serviços. Nenhum dos respondentes utiliza email para fins de *marketing*.

Sobre esse aspecto, Honorio *et al.* (2022) realizaram um estudo com a aplicação de um questionário destinado a estudantes e profissionais contábeis que assistiram ao filme “O Contador” e puderam constatar que este público associou aspectos positivos dos contadores em relação à inteligência, à proatividade e ao comportamento ético, enquanto como características negativas apenas a ansiedade foi constatada como comum na visão dos dois grupos. O que vai de encontro aos resultados da pesquisa, onde a maioria dos respondentes associou a imagem pessoal como a ferramenta de *marketing* mais utilizada e conseqüentemente, eficaz.

Tabela 9: Grau de concordância acerca da finalidade da utilização das estratégias de *marketing* contábil

GRAU DE CONCORDÂNCIA ACERCA DA FINALIDADE DA UTILIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE MARKETING CONTÁBIL	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
FIDELIZAÇÃO DE CLIENTES	8	14%
CAPTAÇÃO DE CLIENTES	44	72%
SATISFAÇÃO DE CLIENTES	6	9%
POSICIONAMENTO DO ESCRITÓRIO NO MERCADO	3	5%

Fonte: dados da pesquisa (2022).

Conforme a Tabela 9, a pesquisa identificou que 72% dos contadores utilizam as estratégias de *marketing* com fins de captação de clientes e conseqüentemente, vantagem competitiva. Nesse sentido, 14% afirmou usar o *marketing* contábil com finalidade de fidelizar os clientes. Nesse ínterim, os resultados da presente pesquisa vão de encontro com a ideia de Ferreira e Costa (2021), pois os mesmos enfatizam que a finalidade do *marketing* vai além de vender muito seus produtos ou serviços, e sim viabiliza estruturação de uma ação continuada na qual conduz objetivamente à



captação de potenciais dos clientes. Desse modo percebe-se que, o foco principal do *marketing* contábil, está na aplicabilidade e adequação das referidas estratégias aos moldes das empresas contábeis, e que seu objetivo, como essência, é a fidelização do cliente e a captação de outros (HERNANDES, 2020).

Tabela 10: Aumento da valorização profissional em virtude do *marketing*.

VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL AUMENTOU POR CAUSA DO MARKETING	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
NUNCA	0	0%
RARAMENTE	8	14%
ÀS VEZES	15	23%
MUITAS VEZES	34	57%
SEMPRE	4	6%

Fonte: dados da pesquisa (2022).

Ao observar a Tabela 10, é possível observar que 57% dos profissionais da contabilidade que responderam a pesquisa afirmaram que a valorização profissional aumentou em virtude do *marketing* contábil feito. Nenhum dos respondentes afirmou nunca ter observado a valorização após utilizar alguma ferramenta de *marketing* para alcançar novos clientes, assim os resultados corroboram com a ideia de que um escritório de contabilidade e consequentemente os profissionais contábeis devem fundamentar seus investimentos em processos que valorizem seus serviços como um todo, assim como o marketing, garantindo a continuidade e o crescimento desses (SOUZA, 2022).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É certo que com um mercado extremamente competitivo, é de suma relevância que o profissional da contabilidade tenha qualidades técnicas com excelência e que se destaquem para poder prestar serviço inovador e de qualidade às organizações e seus respectivos desafios. Entretanto, apenas as qualificações técnicas não são suficientes para situar o contabilista dentro do mercado de trabalho, captar e fidelizar potenciais clientes. A aptidão do *marketing* é capaz de posicionar o contador e ampliar o seu prestígio sem necessariamente ferir o código de ética.

O presente estudo objetivou, de forma geral, analisar a percepção dos profissionais da contabilidade do município de Assu - RN acerca do *marketing* contábil e por meio da Tabela 5, a qual se refere a contribuição do *marketing* para valorização do profissional contábil, é possível perceber que 67% dos contabilistas concordam totalmente com essa afirmativa. Consequentemente, o objetivo foi alcançado.

Em suma, é notório que o *marketing* contábil contribui para a valorização do profissional e que os respondentes possuem conhecimento sobre o assunto, porém ainda embrionário e de pouco uso pelos profissionais. Todavia, em maior número, aproximadamente 72% utilizam ao menos alguma estratégia e ferramenta de *marketing*.

Vale ressaltar que a indisponibilidade dos profissionais de responderem ao questionário foi uma relevante limitação no que diz respeito ao tamanho da amostra, já que dos 119 profissionais inscritos no Conselho Regional de Contabilidade, apenas 61 participaram da pesquisa. Assim, fica como sugestão para futuros trabalhos a aplicação da pesquisa em um número maior de escritórios, para que se possa obter resultados mais precisos sobre a realidade. O estudo contribui como instrumento acadêmico e empresarial, a fim de enriquecer ou ajudar na confecção de novos estudos ou auxiliar na aplicabilidade das estratégias de *marketing* nas empresas contábeis.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carolina P. **MÍDIAS SOCIAIS: O relacionamento entre marcas e consumidores na era pós-digital**. Curso de especialização em marketing empresarial – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

ANGELIM FILHO. José N. M; GOMES FILHO. Antoniel dos S. A utilização do marketing digital contábil nos escritórios da região Centro – Sul do Estado do Ceará. **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**. Ceará, 2019. Disponível em:
<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2238/3424> Acesso em: 17/07/2022

COSTA. Bianca D. **Grau de importância atribuído ao marketing pessoal para empregabilidade pelos universitários em Administração**. Monografia apresentada a Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados. Mato Grosso do Sul, 2021. Disponível em:
<https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/4729/1/BiancaDiasCosta.pdf> Acesso em: 01/07/2022

HONORIO. Filippi M. M. et al. A imagem do profissional contábil transmitida no filme “O Contador”. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**. Florianópolis, Santa Catarina, 2022. Disponível em:
<https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/3225/2357> Acesso em: 26/07/2022

JUNGER, AP.; BARBOSA, CH de C.; LIMA, GC de .; COSTA, LV da .; VENDAS, PH .; PENA, TK.; OLIVEIRA, VI de . O uso das mídias sociais no marketing pessoal: um estudo sobre o posicionamento estratégico das personalidades participantes do Big Brother Brasil 2021. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento** , [S. l.] , v. 11, n. 1, pág. e24011124659, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i1.24659. Disponível em:
<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/24659>. Acesso em: 08/07/2022

MELO, Renata. **Estratégias de comunicação aliadas ao Employer Branding: o caso da Brasil Júnior**. 2022. 94f. Trabalho de Conclusão de Curso (Comunicação Social - Publicidade e Propaganda), Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/45985> Acesso em: 01/07/2022

RODRIGUES. Leonor de O. **O impacto digital para desenvolvimento de um negócio**. Relatório de estágio apresentado à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de mestre em Comunicação Digital. Braga, Portugal, 2021. Disponível em:
<https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/34378/1/Leonor%20de%20Oliveira%20Rodrigues.pdf> Acesso em 01/07/2022

SANTOS, Caroline dos. **Marketing digital: um estudo sobre geração de valor dos produtos literários na L&PM editores**. Monografia de graduação (Bacharelado em Comunicação Social) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/1989/Santos_Caroline_dos.pdf?sequeq=1 Acesso em: 22/06/2022

SANTOS. Evner S. Dos et al. Estratégia de marketing no contexto da contabilidade. **Revista Multidisciplinar Humanidades e Tecnologia** (Finom). Paracatu, Minas Gerais, 2019. Disponível em:



http://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/668/479 Acesso em: 01/07/2022

SILVA, Bruna M. W. Da; MATOS, Eduardo B. S. De. Análise do Posicionamento Digital das Organizações Contábeis do Distrito Federal com base no Modelo de AIDA. 19º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade. São Paulo. **Anais...** USP, 2022. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/22UspInternational/ArtigosDownload/3602.pdf> Acesso em: 26/07/2022

SILVA, Dhienifer A. F. Da et al. Contabilidade de custos como ferramenta para tomada de decisão: Estudo de caso em uma Microempresa situada na região Noroeste de Mato Grosso. **Revista Científica da Ajes**. Mato Grosso, 2020. Disponível em: <http://revista.ajes.edu.br/index.php/rca/article/view/391> Acesso em: 23/06/2022



ANÁLISE ECONOMICA-FINANCEIRA X FATORES SOCIOAMBIENTAIS: UM ESTUDO REALIZADO NA EMPRESA VALE

Alanny Josiany Pereira de Oliveira

Graduanda em Ciências Contábeis – UERN

E-mail: alannyjp@gmail.com

Antônia Erika Rafaela Fonseca Lima

Graduação em Ciências Contábeis

MBA Executivo em Planejamento Tributário - UNP

E-mail: erikarlima27@gmail.com

Amanda Caroline da Silva

Graduação em Ciências Contábeis

MBA Executivo em Planejamento Tributário - UNP

E-mail: amanda_karol_18@hotmail.com

Camila Cássia de Oliveira Silva

Graduação em Ciências Contábeis

MBA Executivo em Planejamento Tributário – UNP

E-mail: camilacassia_18@yahoo.com.br

Francisca Noeme Moreira de Araújo

Graduação em Administração e em Ciências Contábeis

Mestre em Administração – UNP

E-mail: noeme_moreira@hotmail.com

RESUMO

O estudo das demonstrações contábeis é de suma relevância para os negócios, especialmente em um ambiente tão competitivo. Analisar os resultados por meio das demonstrações contábeis, fazendo um estudo financeiro e econômico da entidade, é um planejamento que utiliza ferramentas gerenciais para transformar dados em informações. Essas informações possibilitam identificar possíveis fragilidades e evitar problemas futuros na empresa, ajudando o gestor a ter um excelente desempenho nas tomadas de decisões. Em 2015, a empresa Vale S/A passou por um grande desafio, quando ocorreu um desastre industrial que causou um impacto ambiental na cidade de Mariana, localizada no estado de Minas Gerais, Brasil. Esse desastre foi o rompimento da barragem de rejeitos de mineração. Devido à grande participação da Vale no mercado brasileiro e internacional, é necessário acompanhar seus indicadores financeiros e econômicos. É preciso fazer um estudo que analise as condições econômicas e financeiras da empresa, verificando os possíveis prejuízos derivados dessa catástrofe, principalmente nos anos de 2014, 2015 e 2016, utilizando como referência as demonstrações contábeis antes, durante e após o desastre ambiental. O objetivo desse estudo é analisar se o desastre ambiental ocasionado pela empresa Vale, na cidade Mariana/MG, impactou o desempenho econômico-financeiro da empresa.

Palavras-chave: Demonstrações contábeis. Ferramentas. Impacto ambiental. Tomadas de decisões.



1 INTRODUÇÃO

A Vale S/A foi criada em 1º de Junho de 1942 por meio do Decreto-Lei nº. 4.352, tendo como acionista principal o governo federal. Foi constituída em 11 de Janeiro de 1943 no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e funcionou como empresa estatal até 6 de Maio de 1997, quando foi privatizada. Atualmente, é a segunda maior companhia mineradora do mundo e adotou a marca Vale em 2007, deixando de utilizar a sigla CVRD, embora tenha mantido a razão social. (FGV 2019).

De acordo com a página institucional da Vale, a missão da empresa é "transformar recursos naturais em prosperidade e desenvolvimento sustentável". Para cumprir sua missão e visão, a empresa possui pilares estratégicos, entre os quais está o compromisso de cuidar das pessoas e buscar a meta de zero acidente. Para isso, a Vale conta com um time de profissionais capacitados e responsáveis por suas decisões.

Embora a empresa se manifeste como uma organização que está preocupada com a sociedade e meio ambiente, o mundo testemunhou dois grandes desastres provocados pela empresa, causando impactos negativos no que se refere a questões socioambientais, perda de vidas humanas e danos irreparáveis aos ecossistemas, além de causar impacto direto na economia das regiões atingidas, como perdas de empregos, interrupção de atividades produtivas e desabrigação de pessoas.

Especificamente em 2015, na cidade de Mariana, localizada no estado de Minas Gerais, ocorreu o primeiro desastre ambiental causado pela empresa naquela região. Em decorrência desse incidente, foram registrados prejuízos de diferentes perspectivas. O rompimento da barragem em Mariana aconteceu no final de 2015 e foi um dos maiores desastres de rejeitos de mineração do Brasil. Em 2019, o desastre voltou a se repetir, desta vez na cidade de Brumadinho, município também localizado em Minas Gerais, causando a morte de 270 pessoas e ocasionando danos ambientais irreparáveis.

Considerando a grande participação da Vale no mercado brasileiro e internacional, é importante acompanhar seus indicadores financeiros e econômicos, principalmente nos anos de 2014, 2015 e 2016, período que inclui o primeiro desastre ambiental da empresa. Para entender melhor os possíveis impactos financeiros e econômicos decorrentes desse evento, torna-se fundamental analisar as demonstrações contábeis dos anos em questão. Essas demonstrações poderão evidenciar os resultados desses anos e, conseqüentemente, mostrar os possíveis danos econômicos e financeiros causados pelo desastre ambiental de 2015.

De acordo com Gonçalves et al. (2019), tem se observado um crescimento significativo a respeito da consciência ambiental nas pessoas de modo geral. E isso, tem impactado as empresas, que precisam se adaptar as novas exigências da sociedade e que são pressionadas a adotar práticas sustentáveis em suas operações. Além disso, as empresas que não se preocupam com o meio ambiente podem sofrer conseqüências negativas em sua imagem e reputação, o que pode afetar sua posição no mercado e sua relação com seus clientes e parceiros de negócios.

Diante desta perspectiva, esta pesquisa tem como objetivo analisar se o desastre ambiental ocasionado pela empresa Vale, na cidade Mariana/MG, impactou o desempenho econômico-financeiro da empresa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As empresas, sejam elas públicas ou privadas, buscam posicionamento no mercado, através de seus resultados. Para alcançar os resultados desejados e melhorá-los, utilizam ferramentas gerenciais que transformam dados em informações, tornando-as fundamentais nas tomadas de decisões, sendo capaz de impulsionar as empresas para o nível que desejam almejar (ASSAF NETO, 2012).



Segundo Iudícibus (2009), as demonstrações contábeis se tornam uma ferramenta de grande apoio na análise de seus resultados, pois é por meio destas que, através de informações fornecidas pela empresa, será identificada a posição que esta ocupa no cenário atual. De acordo com Stickney e Weil (2012), a análise das demonstrações contábeis, especialmente o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício, são fundamentais para a tomada de decisão num ambiente empresarial competitivo.

De acordo com Matarazzo (2010), as análises financeira e econômica são consideradas como transformação de dados e fatos em informações relevante no processo de desenvolvimento; principalmente para a empresa permanecer exercendo suas atividades no futuro com grande potencial econômico-financeiro.

Silva (2012) resume análise financeira em um exame minucioso dos dados financeiros disponíveis sobre a empresa, bem como das condições endógenas e exógenas que afetam financeiramente a empresa, o autor também acredita que essas condições exógenas são os concorrentes, fatores políticos e econômicos, como também os fenômenos naturais”

No mercado nacional e internacional as empresas têm uma variedade de responsabilidade, objetivos, destacando-se o interesse do lucro recorrente, bem como investir para gerar mais lucros, os fatos internos, externo influenciam diretamente na capacidade de crescimento, por isso a grande necessidade de transformar dados contábeis em informações que sincronizam as condições endógenas e exógenas; auxiliando na tomada de decisão (SILVA, 2012).

De acordo Brunstein (2006) é por meio da análise econômica que se desenvolve estudos para obtenção e interpretação de dados do ambiente externo e interno da empresa, tais como estudos de mercados, pesquisa e coleta de elementos da estrutura de custos e das condições internas das operações. Assim, Ribeiro, et al (2016) acredita que a análise financeira avalia as mutações patrimoniais, mostrando aos gestores uma visão real sobre o setor econômico da empresa.

Para Costa et al (2011) quando analisamos uma empresa nos atributos econômicos e financeiros, estamos verificando, por meio de índices, a sua performance quanto a competitividade na indústria como sua capacidade de pagamento das obrigações. De acordo com Stickney e Weil (2012), é devido a análise financeira e econômica que utilizamos os demonstrativos contábeis com Balanço Patrimonial – BP e Demonstração do Resultado do Exercício, tanto quanto os indicadores econômicos e indicadores financeiros, para impulsionar a avaliação patrimonial, mensurando o crescimento bem como a geração de lucro, condições de cumprir as suas obrigações.

A análise econômico-financeira possui como objetivo extrair informações das demonstrações financeiras e dos demais relatórios dos últimos anos, a fim de interpretar, em termos quantitativos, o efeito das decisões tomadas pela empresa. (COSTA *et al.*, 2011). De acordo com Peter Drucker (1981), é importante deixar claro a necessidade fundamental do administrador/gerenciador da entidade entender e ou interpretar os dados expostos por meio dos demonstrativos e dos índices de indicadores financeiros – econômicos, onde, ajudará a empresa atingir seus objetivos.

2.1 INDICADORES DE DESEMPENHO

De acordo com Marquezan, Diehl e Alberton (2013) os indicadores e desempenho são ferramentas que auxiliam empresários e gestores a encontrarem caminhos que os levem ao alcance de suas metas e objetivos, onde, permite que as empresas gerenciem suas atividades e meçam os resultados obtidos de maneira eficaz e eficiente, ou seja, entende-se que os indicadores de desempenhos são utilizados como uma ferramenta de medida que indica as condições na qual a empresa se encontra, como, a possibilidade de pagamento das suas obrigações, grau de endividamento; capacidade de honrar com seus compromissos, desempenho operacional; lucratividade e rentabilidade dos investimentos.



2.2 INDICADORES DE LIQUIDEZ

Braz *et al.* (2013) explica que os indicadores são índices financeiros que servem para averiguar o crédito de uma empresa, ou seja, sua capacidade monetária para cumprir com suas obrigações do passivo. Dessa forma, esses indicadores são de suma importância para observar a saúde da empresa em criar proteção patrimonial.

A análise dos Indicadores de Liquidez, para Assaf Neto (2010) se torna, até certo período de uma empresa, então, uma ferramenta de análise econômica e um instrumento para avaliar o desempenho financeiro. O autor também evidencia que este indicador também é uma análise de fatos que buscam mostrar a situação de vida de uma empresa.

2.3 INDICADORES DE RENTABILIDADE E LUCRATIVIDADE

Lucratividade é um indicador de eficiência operacional obtido sob a forma de valor percentual, que indica o ganho que a empresa consegue geral sobre o trabalho que desenvolve. Indicador de rentabilidade dos negócios tem a finalidade de demonstrar para o gestor ou proprietário de qualquer entidade qual o seu poder de ganho, ou retorno, sobre o capital investido na empresa. (SEBRAE, 2019)

Tanto a mensuração como o significado de rentabilidade e lucratividade como descrito são distintos. Então, entende-se rentabilidade, como relação do lucro com investimento, ou seja, quanto do que foi investido houve de retorno para a empresa e seus acionistas (SANTOS; BARROS, 2013). Em Lucratividade, é descrito o retorno do lucro em encadeamento do valor total de suas receitas de vendas, quanto se tem de retorno/lucro pelo o serviço ou produto vendido (SEBRAE, 2019).

2.4 MARGEM LIQUIDA

Segundo Tibúrcio (2012), a margem líquida empresarial representa o saldo restante para os acionistas em relação às receitas obtidas com a venda de produtos e prestação de serviços. Reflete o lucro líquido de cada unidade vendida pela empresa. O autor ainda informa que a interpretação desse indicador deve ser contextualizada em uma perspectiva ampla, comparando-se com os concorrentes e os fatores externos. A rentabilidade líquida evidencia o quanto de lucro efetivo a empresa obtém para cada unidade monetária que ingressa em seu caixa por meio de suas receitas. O excedente corresponde, por conseguinte, ao lucro líquido ou à margem líquida.

2.5 GIRO DO ATIVO

O índice de rotação do ativo é um dos principais indicadores da atividade empresarial. Estabelece uma relação entre as vendas realizadas no período e o total dos investimentos efetuados na empresa, representados pelo ativo médio total. Relaciona o volume total das vendas com o ativo da empresa, exibindo quantas vezes o ativo foi rotacionado no período. Representa um índice de eficiência no uso dos ativos... presume-se que empresas com maior índice de rotação do ativo sejam mais eficientes, uma vez que conseguem gerar mais receita com seus ativos (TIBÚRCIO, 2012).

2.6 RETORNO SOBRE O ATIVO – ROA

De acordo com Silva (2012), retorno sobre o ativo é "um indicador que demonstra a rentabilidade da empresa em relação ao total de seus ativos, fornecendo uma visão de quão



eficiente é a gestão da empresa na utilização de seus ativos para gerar lucros". Segundo este autor, o cálculo do retorno sobre o ativo é utilizado para avaliar a capacidade da empresa de gerar lucro a partir de seus ativos. O índice de retorno sobre o ativo indica a lucratividade proporcionada pela empresa em relação aos investimentos totais representados pelo ativo médio total. A interpretação do retorno sobre o ativo é que quanto maior, melhor.

2.7 RETORNO SOBRE PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Segundo Silva (2012), afirma que o retorno sobre o patrimônio líquido é um indicador de eficiência de gestão, pois mostra se a empresa está utilizando adequadamente o dinheiro dos acionistas para os fins adequados. O retorno sobre o patrimônio líquido indica o prêmio que os acionistas ou proprietários da empresa estão obtendo em relação aos seus investimentos no empreendimento. O lucro, portanto, representa o prêmio do investidor pelo risco do negócio.

2.8 GRAU DE ALAVANCAGEM FINANCEIRA

De acordo com Silva (2012), a alavancagem financeira é uma técnica utilizada para melhorar a situação financeira de uma organização. Embora possa parecer uma ferramenta positiva para o desenvolvimento da empresa, ela pode oferecer riscos devido à criação de dívidas. Isso ocorre porque a forma mais comum de obter recursos para a alavancagem é por meio do uso de recursos de terceiros. O grau de alavancagem financeira é expresso por um índice, sendo que: se for igual a 1, a alavancagem financeira é nula; se for maior que 1, a alavancagem financeira é favorável, o capital de terceiros está contribuindo para gerar retorno adicional em favor do acionista; se for menor que 1, a alavancagem financeira é desfavorável, o capital de terceiros está consumindo o patrimônio líquido.

2.9 ANÁLISE VERTICAL / ANÁLISE HORIZONTAL

O propósito da análise horizontal (AH) é permitir o exame da evolução histórica de cada uma das contas que compõem as demonstrações contábeis na análise horizontal toma-se como base 100 e estabelece a evolução dos demais exercícios comparativos a essa base inicial. (SILVA, 2012). Costa *et al.* (2011) classifica análise horizontal das demonstrações financeiras como um estudo comparativo da evolução das contas que compõem as demonstrações financeiras analisadas ao longo de sucessivos períodos de tempo. As mudanças ocorridas ao longo dos anos permitem que os analistas avaliem as estratégias que as empresas já tenham usado. Assim, a análise horizontal irá analisar se os valores aumentaram ou diminuíram.

Para Silva (2012) a análise vertical mostra em cada ano a relevância de cada item em relação adotada. No caso na demonstração de resultado a base será a receita líquida e no que diz a respeito das contas patrimoniais é o total da conta principal. A análise vertical das demonstrações financeiras tem como objetivo verificar a evolução, ao longo do tempo, da composição percentual das principais contas do balanço patrimonial (BP) e da demonstração de resultados do exercício (DRE).

3 METODOLOGIA

O estudo foi realizado por meio da pesquisa documental. A metodologia utilizada incluiu a coleta de dados secundários por meio de fontes confiáveis, como relatórios financeiros e demonstrações contábeis da empresa estudada. Os dados analisados foram obtidos do site da bolsa de valores, onde estão disponíveis informações de empresas de sociedade anônima, possuem ações para vendas e são contribuinte do regime de tributação lucro real, como a empresa estudada Vale.



Os resultados desse estudo, dá-se devido as análises dos indicadores de desempenho, lucratividade e rentabilidade, medindo os bens, retorno dos investimentos realizado pelos acionistas, como também a análise vertical, verificando a representatividade de uma conta em comparação ao seu total e a análise horizontal, identificando o crescimento de um ano posterior em relação ao seu ano anterior. Foram realizadas análises quantitativas dos dados, os quais foram apresentados de forma clara e objetiva, utilizando gráficos e tabelas para facilitar a compreensão dos leitores.

O período escolhido para esta análise corresponde ao primeiro desastre ambiental ocasionado pela empresa, tendo em vista a intenção de verificar se houve impacto financeiro por parte dos investimentos de acionistas, dado a magnitude do ocorrido pela primeira vez nos últimos anos, até aquela data.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir de agora, serão apresentadas as análises dos resultados financeiros disponibilizados pela empresa.

Tabela 1. Liquidez Corrente

Fórmula	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
$\frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	R\$ 1,47	R\$ 1,47	R\$ 2,58

*Avalia quanto existe de ativo circulante, para cada R\$ 1 de passivo circulante.

A Vale S.A trabalha com capital de giro totalmente positivo em todos os anos analisados, a liquidez corrente em 2014 foi de 1,47, em 2015 permaneceu o mesmo índice de 2014. Já em 2016 o índice obteve o aumento de 175% em relação ao ano anterior, sendo, 2,58. Para cada R\$ 1,00 de dívida dos referentes anos, a empresa teve 0,47 e 1,58 de saldo

Tabela 2. Liquidez Seca

Fórmula	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
$\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoque} - \text{Despesa Antecipada}}{\text{Passivo Circulante}}$	R\$ 1,14	R\$ 1,13	R\$ 2,19

*Indica quanto se tem do ativo, menos estoques para liquidação do passivo.

Nas demonstrações analisadas, não apresenta a conta denominada despesas antecipadas. Contudo, a Vale apresenta em 2015 a liquidez seca de 1,13 um centavo menor que 2014, 1,14. Em 2016, a liquidez seca foi de 2,19. Esses valores correspondem a quanto a empresa possui para liquidar cada R\$ 1,00 de dívidas do seu passivo corrente, sem a necessidade de vender seu estoque.



Tabela 3. Liquidez Imediata

Fórmula	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$	0,30	0,35	0,52

*Considera as disponibilidades (caixa, aplicações financeiras, saldos bancários), para quitação das obrigações da empresa.

A liquidez imediata, que corresponde o que a empresa possui de disponibilidades no seu ativo circulante, em 2014, 2015 e 2016 foi de 30%, 35% e 52%. Valores referente ao quanto a empresa possui para liquidar seu passivo de curto prazo. Provavelmente, o restante do passivo a curto prazo, será coberta pelos recursos provenientes de outros ativos circulantes, principalmente das contas cliente; contas a receber e estoque que ainda não será vendido.

Tabela 4. Liquidez Geral

Fórmula	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$	R\$ 0,81	R\$ 1,35	R\$ 1,71

*Indica o quanto a empresa possui em bens e direitos realizável a curto e longo prazo, para fazer face as suas obrigações.

Em 2014, a liquidez geral da vale foi inferior a 1 que é base dada para avaliação, sendo a mesma de 0,89, que significou que a empresa nesse respectivo ano não teria como quitar todas as duas obrigações de curto e longo prazo. No ano de 2015, registra um aumento neste indicador, tendo livre 0,35 para cada R\$ 1,00 pago das obrigações. Para o ano de 2016, obteve um aumento do indicado em 0,36 centavos em relação a 2015. Nesse caso, tendo livre 0,71 centavos após o pagamento das suas obrigações.

Tabela 5. Margem Líquida

Fórmula	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receita Líquida de Vendas}} \times 100$	0,26	-58,93	14,05

*Mostra quanto a empresa lucra em relação a cada real de receita.

A margem líquida demonstra quanto o lucro representa em relação a receita líquida de vendas, ou seja em 2014 para cada R\$ 100,00 de investimento a Vale teve 0,26% de lucro. Já em 2015, foi de -58,93%, correspondendo ao lucro negativo, podendo, ser recorrente ao desastre ambiental em Mariana/MG. Porém, no ano posterior a margem líquida foi positiva, demonstrando uma recuperação em relação ao ano de 2015. Sendo de 14,05% para cada R\$ 100,00 de venda.



Tabela 6. Giro do Ativo

Fórmula	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
$\frac{\text{Receita Líquida}}{\text{Ativo Médio}}$	0,27	0,24	0,28

*Estabelece relação entre as vendas do período e os investimentos totais efetuados na empresa.

No giro do ativo, obviamente, quanto maior, melhor. Pois, a empresa gerará cada vez mais vendas com a mesma base de ativos. Ou seja em 2014, 2015 e 2016 foi de 0,27; 0,24 e 0,28 vezes que o ativo proporcionou mais vendas.

Tabela 7. Retorno Sobre Ativo – ROA

Fórmula	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total Médio}}$	7,30	-0,14	0,039

*Analisa a capacidade que a empresa tem de gerar lucros a partir de seus ativos(bens).

Em 2014, o retorno sobre o ativo representou 7,30%. 2015 representou -0,14%, que demonstra que não obteve ganho sobre os ativos, indicando perda em relação dos investimentos totais. Já em 2016, o indicador ficou positivo, 0,039%.

Tabela 8. Retorno sobre Patrimônio Líquido - ROE

Fórmula	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Médio}} \times 100$	0,14	-31,82	9,73

*Informa ao proprietário e/ou acionistas que se tem de retorno em relação aos investimentos efetuados na empresa.

O retorno sobre o patrimônio líquido no ano de 2014 a Vale teve 0,14% de lucro para seus acionista e investidores. Em 2015, os seus acionistas tiveram prejuízos de -31,82%. O retorno de investimento em 2016, foi de 9,73%.

Tabela 9. Grau de Alavancagem Financeira

Fórmula	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
$\frac{\text{ROE}}{\text{ROA}}$	0,019	-227,28	249,48

*Indica se os investimentos com recursos oriundos de empréstimos, está obtendo retorno.

De acordo com a Tabela 9, a Vale S/A apresentou nos anos de 2014 e 2015, grau de alavancagem financeira de respectivamente 0,019 e -227,28. Sempre que alavancagem financeira for menor que 1 ou negativa, significa que o capital de terceiros não está gerando retorno para empresa, ao contrário, está consumindo o capital próprio da empresa. O ano de 2016, foi o único



em que a empresa apresentou alavancagem financeira 249,48, indicando que o capital de terceiros contribuiu para geração de retorno aos seus acionistas e investidores da empresa.

Tabela 10. Análise Vertical do Patrimônio Líquido

Patrimônio Líquido	2014	2015	2016
Capital Social Realizado	24,98	22,37	23,95
Reservas de Capital	-0,29	0,52	0,56
Reservas de Lucros	16,26	0,31	3,39
Reserva Legal	2,62	1,11	1,39
Reserva de Retenção de Lucros	14,41	-	2,46
Reserva de Incentivos Fiscais	0,11	-	0,38
Ações em Tesouraria	-0,88	0,79	0,85
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1,47	1,12	0,33
Ajustes de Acumulados de Conversão	7,83	16,91	12,97
Participação dos Acionistas Não Controladores	1,02	2,39	2,00
PATRIMONIO LIQUIDO	48,34	40,34	41,43

* Representatividade da conta em relação a sua conta total

O Patrimônio líquido da Vale represente em relação ao ativo total um percentual de 48,34%, 40,34 e 41,23 nos anos de 2014, 2015 e 2016. O capital social nos anos de 2014, 2015 e 2016 foram de 24,98%, 22,37%, e 23,95%. A reserva de retenção de lucros e a reserva de incentivos fiscais de 2015 foram zeradas, quando em 2014 representava 14,41% e 0,11% em relação ao total do ativo.

Tabela 11. Análise Vertical Ativo e Passivo

ATIVO	2014	2015	2016
Caixa e Equivalentes de Caixa	3,41	4,05	4,30
Contas a Receber	3,30	1,74	3,77
Cientes	2,81	1,66	0,07
Outras Contas a Receber	0,49	0,07	3,38
Estoques	3,86	3,98	1,80
Tributos correntes recuperar	2,81	2,60	0,27
Instrumentos Financeiros Derivados	0,14	0,13	22,79
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	17,37	17,48	10,56
Ativo realizável a longo prazo	6,16	12,03	0,18
Contas a Receber	1,96	0,21	7,41
Imposto de Renda e Contribuição Diferido	3,41	8,93	3,73
Investimentos	3,54	3,32	55,97
Imobilizado	67,06	61,13	6,93
Intangível	7,08	7,08	77,29
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	82,63	85,51	0,73
TOTAL DO ATIVO	100	100	3,66
Obrigações Sociais e Trabalhista	0,99	0,42	0,83
Fornecedores	3,73	3,80	1,67
Obrigações Fiscais	1,17	0,94	2,23
Empréstimos e Financiamentos	1,21	2,83	0,67
Provisões	0,52	0,90	0,41
Passivos com Partes Relacionadas	0,26	0,53	1,09
Instrumentos Financeiros Derivados	1,21	2,34	1,10
Outras Obrigações	1,47	2,88	8,84
Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinua.	0,09	0,12	27,93
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	11,83	11,91	1,36
			0,12
			1,23



Empréstimos e Financiamentos	23,51	29,77	1,71
Outras Obrigações	0,09	1,85	16,20
Passivo com Partes Relacionadas	0,09	0,24	47,22
Outros	1,38	1,61	100
Tributos Diferidos	2,86	1,88	
Provisões	14,58	14,22	
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	42,43	47,73	
TOTAL DO PASSIVO	100	100	

*Representatividade da conta em relação a sua conta total

De acordo com a Tabela 11 a conta Caixa no ano de 2014 representava 3,41% do seu ativo total, obtendo uma liquidez melhor e maior a cada ano que se passava, em 2015 representava 4,05% e em 2016 4,30%. Seus clientes representavam uma parcela pequena de seu ativo, sendo 2,81% em 2014, reduzindo para 1,66% em 2015 e chegando a seu melhor resultado entre os três anos no ano de 2016, com 3,89% do seu ativo. O seu intangível seguiu pouco alterado, tendo uma média de 6,67% do seu Ativo Total nos três anos. O imobilizado da empresa é a maior influência sobre o Ativo Total, tendo 67,06% em 2014, 61,13% em 2015 e 55,97% em 2016. E no Passivo não circulante os Empréstimos e Financiamentos são quem mais influência em seu Passivo total, com 23,51%, 29,77% e 27,93%, respectivamente.

Tabela 12. Análise Vertical da Demonstração de Resultado do Exercício

Demonstração de Resultado do Exercício	2014	2015	2016
Receita de vendas bens e/ou serviços vendidos	100%	100%	100%
Custo de bens e/ou serviços vendidos	-65,08%	-80,43%	64,61%
Resultado Bruto	34,92%	19,57%	35,39%
Despesas / Receitas Operacionais	-9,71%	-54,41%	-8,89%
Despesas Gerais e Administrativas	-2,97%	-2,57%	-1,85%
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	-0,43%	-43,42%	-4,40%
Outras Despesas Operacionais	-7,68%	-6,46%	-3,81%
Resultado de equivalência patrimonial	1,37%	-1,95%	1,17%
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	25,21%	-34,83%	26,49%
Resultado Financeiro	-17,87%	48,02%	2,06%
Receitas Financeiras	10,30%	33,27%	29,23%
Despesas Financeiras	-28,18%	-81,29%	27,17%
Despesas Financeiras	28,01%	-80,01%	-22,57%
Resultado de alienação/baixa de participação coligadas	-0,17%	-1,83%	-4,60%
Resultado do Exercício Antes do IRPJ	7,34%	-82,86%	28,55%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-4,43%	24,78%	-10,11%
Corrente	-2,88%	-1,47%	-3,49%
Diferido	-1,55%	26,25%	-6,61%
Resultado líquido da Operações Continuadas	2,91%	-58,08%	18,45%
Resultado líquido da Operações Descontinuadas	-2,64%	-0,85%	-4,40%
Lucro/Prejuízo Consolidado do período	0,27%	-58,93%	14,05%
Atribuído a Sócio da empresa Controladora	1,16%	-56,64%	14,07%
Atribuído a Sócio não Controladores	-0,89%	-2,29%	-0,02%

* Representatividade da conta em relação a sua conta total

Na Tabela 12, que demonstra a análise Vertical da DRE, ela mostra que os custos representam 65,08% das receitas obtidas no ano de 2014, 80,43% em 2015 e 64,61% em 2016. E suas despesas em 2015 se destacaram dos demais anos devido seu aumento com relação a sua receita auferida, chegando a 54,41%, enquanto 2014 só representou 9,71% e 2016 representou 8,89%. Havendo assim uma representação de 7,34% de lucro sobre suas receitas no ano de 2014, no ano de 2015 houve prejuízo e em 2016 o lucro representava 28,55% de sua receita.



Tabela 13. Análise Horizontal do Patrimônio Líquido

Patrimônio Líquido	2015/2014	2016/2015
Capital Social Realizado	0%	0%
Reservas de Capital	99,09%	0,58%
Reservas de Lucros	-97,82%	896,38%
Reserva Legal	-52,70%	17,30%
Reserva de Retenção de Lucros	-100%	100%
Reserva de Incentivos Fiscais	-100%	100%
Ações em Tesouraria	0%	0%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-14,94%	72,32%
Ajustes de Acumulados de Conversão	141,09%	-28,36%
Participação dos Acionistas Não Controladores	159,16%	-21,77%
PATRIMONIO LIQUIDO	-6,81%	-4,10%

* Demonstra a evolução das conta em relação ao ano anterior

Na Tabela 13, foi realizado a análise horizontal, onde verificou o desenvolvimento da empresa de 2014 para 2015 e de 2015 para 2016. Assim, foi identificado que as reservas de capital, reservas de capital, reservas de lucros, reserva legal, reserva de retenção de lucros, reserva de incentivos fiscais, ajustes de avaliação patrimonial, ajustes de acumulados de conversão, participação dos acionistas não controladores variação de 2014 para 2015, 99,09%, -97,09%, -52,70%, -100%, -100%, -14,94%, 141,09%, 159,16% -6,81%.

O desenvolvimento de 2015 para 2016 foram de 0,58%, 896,38%, 17,30%, 17,30%, 100%, 100%, 72,32, -28,36%, -21,77%, -4,10%. Entende-se que a empresa teve um ótimo crescimento, recuperando-se da maioria dos danos causados devido o desastre na cidade de Mariana/MG.

Tabela 14. Análise Horizontal Ativo e Passivo

ATIVO	2015/2014	2016/2015
Caixa e Equivalentes de Caixa	32,84%	
Contas a Receber	-41,04%	-0,94%
Clientes	-33,75%	101,61%
Outras Contas a Receber	-82,25%	107,13%
Estoques	15,22%	-14,92%
Tributos correntes recuperar	3,22%	-20,27%
Instrumentos Financeiros Derivados	7,36%	-35,36%
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	12,42%	21,73%
Ativo realizável a longo prazo	118,13%	-18,05%
Contas a Receber	20,20%	-19,81%
Imposto de Renda e Contribuição Diferido	192,31%	-22,47%
Investimentos	4,59%	4,92%
Imobilizado	1,81%	-14,51%
Intangível	14,77%	7,72%
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	11,52%	-12,62%
TOTAL DO ATIVO	11,68%	-6,61%
Obrigações Sociais e Trabalhista	-52,61%	61,37%
Fornecedores	13,61%	-9,97%
Obrigações Fiscais	-9,50%	17,39%
Empréstimos e Financiamentos	159,77%	-44,73%
Outras Obrigações	117,87%	-64,48%
Passivos com Partes Relacionadas	128,32%	18%
Instrumentos Financeiros Derivados	115,61%	-83,36%



Provisões	94,87%	129,59%
Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinua.	41,76%	753,71%
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	12,49%	-30,76%
Empréstimos e Financiamentos	41,42%	-12,37%
Outras Obrigações	2123,68%	-31,27%
Passivo com Partes Relacionadas	188,09%	-49,96%
Outros	30,51%	-28,49%
Tributos Diferidos	-26,52%	-15,03%
Provisões	8,92%	6,40%
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	25,63%	7,62%
TOTAL DO PASSIVO	11,68%	-6,61%

*Demonstra a evolução das conta em relação ao ano anterior.

Na Tabela 14 está demonstrada análise horizontal do Balanço Patrimonial, onde as conta Caixa aumentou em 2015, mas diminuiu em 2016. Mas na DRE exposta logo abaixo, mostra que o faturamento de 2016 aumentou em relação a 2015, mas o que justifica essa redução no Caixa? O que justifica é que as vendas no ano de 2016 foram efetuadas mais a prazo, como mostra as contas Clientes e Contas a Receber, que houve um aumento.

O seu intangível mostrou ao longo desses 3 anos um progresso gradativo, mesmo após o desastre ambiental ocorrido a sua marca não foi desvalorizada. As obrigações trabalhistas diminuíram demasiadamente, podendo ser justificada pela redução do quadro de funcionários. Os empréstimos e financiamentos, tanto do passivo circulante quanto do não circulante, aumentaram em 2015 em relação a 2014 e estava maior em relação a 2016.

Tabela 15. Análise Horizontal da Demonstração do Resultado do Exercício

Demonstração de Resultado do Exercício	2015/2014	2016/2015
Receita de vendas bens e/ou serviços vendidos	-5,52%	21,24%
Custo de bens e/ou serviços vendidos	16,75%	-2,61%
Resultado Bruto	-47,04%	119,20%
Despesas / Receitas Operacionais	429,66%	-80,18%
Despesas Gerais e Administrativas	-18,08%	-12,67%
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	9496,18%	-87,70%
Outras Despesas Operacionais	-20,53%	-28,47%
Resultado de equivalência patrimonial	-234,86%	-172,82%
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-230,55%	-192,21%
Resultado Financeiro	153,87%	-105,20%
Receitas Financeiras	205,01%	6,51%
Despesas Financeiras	172,57%	59,48%
Despesas Financeiras	169,88%	-65,81%
Resultado de alienação/baixa de participação coligadas	933,42%	204,20%
Resultado do Exercício Antes do IRPJ	-1166,67%	-141,78%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-628,61%	-149,47%
Corrente	-51,66%	187,91%
Diferido	-1697,23%	-130,55%
Resultado líquido da Operações Continuadas	-1985,22%	-138,50%
Resultado líquido da Operações Descontinuadas	-69,78%	529,89%
Lucro/Prejuízo Consolidado do período	-21046,78%	-128,91%
Atribuído a Sócio da empresa Controladora	-4732,54%	-130,11%
Atribuído a Sócio não Controladores	142,85%	-99,16%

* Demonstra a evolução das conta em relação ao ano anterior

Na Tabela 15 a análise horizontal foi aplicada na DRE, onde é possível ver que sua Receita houve uma redução do ano de 2015 em relação a 2014 em 5,52%, já de 2016 em relação a 2015 a



empresa contou com resultados muito melhores, tendo seu aumento em 21,24%. Em 2015 a empresa elevou seus custos em 16,75 e em 2016 reduziu em 2,61%.

Suas despesas se elevaram significativamente em 2015 em relação a 2014, tendo um aumento absurdo de 429,66%, já em 2016 suas despesas reduziram 80,18% em relação a 2015. O lucro da empresa sofreu fortíssimo impacto no ano de 2015, tendo um déficit de mais de 1.000% em seu resultado, já em 2016, mesmo com um resultado negativo em seus indicadores de -141,78%, seu lucro aumento mais de 1.000% comparado a 2015.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas, por meio, dos indicadores de lucratividade e rentabilidade, bem como os índices de liquidez e análise vertical e horizontal, demonstra aos seus investidores, acionistas, principalmente aos administradores como está o desenvolvimento da empresa e o quanto a empresa pode ser segura para investimentos.

Foi visto que a receita da Vale S.A. em 2015 diminuiu em -5,52% em relação a 2014. Mas em 2016, sua receita cresceu em 21,24%. As despesas gerais e administrativas aumentaram em quase 430%, tornando o arrecado com as vendas maior que ano de 2014. A Vale encerrou o ano exercício de 2014 com o resultado antes do IRPJ positivo. Já no ano do desastre ambiental a empresa terminou o ano calendário de 2015 no prejuízo, que correspondeu -1,166,67% em relação ao ano anterior. De 2014 para 2015 o Intangível (a marca Vale S.A) cresceu em 14,77%, entretanto, de 2015 para 2016 seu crescimento foi apenas de 7,72%, possuindo uma redução de crescimento da marca em quase 50%.

Quando aplicado os índices de liquidez corrente, seca, imediata e geral a Vale apresenta uma condição considerável para honrar com suas obrigações, demonstrando apenas no ano de 2014 no índice de liquidez geral um valor menor da base de avaliação, sendo de 0,81 centavos para conseguir quitar cada R\$ 1,00 de dívida. Porém em 2015, apesar do acidente em Mariana/MG a empresa apresentou uma liquidez geral de R\$1,35, ou seja, pagaria suas obrigações do ano corrente, cobriria o que faltou no ano anterior, conseguindo ter livre 0,16 centavos.

Os índices de rentabilidade e lucratividade, tornou-se evidente como a Vale S.A possui grande poder de recuperação. Pois, de acordo com as análises de resultado em 2015 o giro do ativo foi apenas de 0,24 inferior ao ano anterior 0,27 e ao ano posterior 0,28, indicando maior volume de vendas. A margem líquida no ano do desastre apresentou um indicador de -58,93% indicando que para cada R\$ 100,00 de receita a empresa teve prejuízo. Entretanto, em 2016 a empresa terminou seu ano calendário com retorno de 14,05% sobre cada R\$ 100,00 de sua receita.

Em 2014 o ganho sobre os ativos da empresa foi de 7,30%. No ano de 2015, foi de (0,14), indicando perda em relação aos investimentos com seus próprios ativos. Com tudo, no ano seguinte a empresa conseguiu retorno de 0,039%. Em relação ao retorno sobre patrimônio líquido em 2015 apresentou um prejuízo de 31,82%, recuperando-se em 2016, não totalmente mas com um porcentagem de 9,73, tornando-se maior que o indicador de 2014, 0,14%, o retorno dos investimentos com próprio patrimônio. No ano de 2015 o grau de alavancagem financeira correspondeu a -227,28, significando que o capital de terceiros não gerou lucro, assim, consumindo do capital próprio da empresa. Todavia em 2016, teve uma alavancagem financeira surpreendentemente de 249,48.

Nesse estudo é visível, por meio das análises realizadas que em 2015 a Vale sofreu perdas, entretanto, seus danos econômicos e financeiros foram superados em 2016, demonstrando ótima recuperação no diante do mercado. O que demonstra que, mesmo a consciência ambiental venha crescendo nos últimos anos, os dados mostram que os interesses financeiros dos investidores, se sobressaem quando comparado a conscientização.

Ainda recomenda-se que seja realizado um estudo considerando os anos 2018, 2019 e 2020, considerando a mesma perspectiva do estudo apresentado, com vistas a identificar se o comportamento econômico-financeiro se repete ou apresenta resultados diferentes.



REFERENCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico e financeiro**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**. Um enfoque econômico e financeiro. Atlas. 2012.

BRAZ, Tatiana Priscila; ROMARO, Paulo. **Uma breve análise dos indicadores financeiros de empresas que participaram de operações de fusões e aquisições no mercado brasileiro**. 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/caadm/article/viewFile/27918/19672>.

BRUNSTEIN, Israel. **Economia de Empresas: gestão econômica de negócios**. 1. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2006.

COSTA, Luiz Guilherme Tinoco Aboim, et al. **Análise econômico-financeira de empresas**. 3. ed. Rio Janeiro: FGV, 2011.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Prática da administração de empresas**. Cengage Learning Editores, 1981.

FGV - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Criação da companhia vale do rio doce**. 2017. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EstadoEconomia/CVRD>> Acesso em: 06/04/2023.

GONÇALVES, Cristiane Paulino Gomes et al. Responsabilidade Socioambiental como Fator de Competitividade. **Revista de Ciências Gerenciais**, v. 23, n. 38, p. 134-138, 2019.

MARQUEZAN, L. H. F.; DIEHL, C. A.; ALBERTON, J. R. **Indicadores não financeiros de avaliação de desempenho: análise de conteúdo em relatórios digitais anuais**. Contabilidade, Gestão e Governança, Brasília DF, v. 6, n. 2, p. 46-61, maio/ago. 2013.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem gerencial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, Caroline Aparecida Camaçari, et al. **Análise econômico-financeira com elaboração das demonstrações contábeis: pé direito acabamento e construção promessa/SP**. 2016. Disponível em: <www.unisallesiano.edu.br/biblioteca/monografia/60451.pdf>. Acesso em: 05/04/2019.

SANTOS, C. BARROS, S. F. **Curso estrutura e análise de balanços**. São Paulo: IOB-Thomson, 2013.

SEBRAE. **Lucratividade**. 2019. Disponível em: <www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/artigos/calculo-da-lucratividade-do-seu-negocio,21a1ebb38b5f2410Vgnvcm100000b272010aRCRD>.

SILVA, José Pereira. **Análise Financeira das Empresas**. 11. ed. São Paulo; Atlas, 2012.



STICKNEY, Clyde P.; WEIL, Roman L. **Contabilidade Financeira, introdução aos conceitos.** Rio de Janeiro; Atlas, 2001.

VALE. Disponível em: <www.vale.com.br/brasil/pt/paginas/default.aspx>. Acesso em: 06/04/2019.



O EFEITO DA GOVERNANÇA CORPORATIVA NO GERENCIAMENTO DE RESULTADOS EM MERCADOS CONCENTRADOS

José Matheus Barbosa de Sousa

Mestre em Ciências Contábeis pela UFRN
Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)
E-mail: matheus_7_sousa@hotmail.com

Annandy Raquel Pereira da Silva

Doutoranda em Contabilidade pela UFSC
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: annandyraquel@hotmail.com

Renato Henrique Gurgel Mota

Doutorado em Ciências Contábeis (UnB/UEPB/UFRN)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
E-mail: renato.mota@ufrn.br

Adilson de Lima Tavares

Doutorado em Ciências Contábeis (UnB/UEPB/UFRN)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
E-mail: adilson.tavares@uol.com.br

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo verificar se a Governança Corporativa (GC) provoca um efeito moderador no Gerenciamento de Resultados (GR) em Mercados mais concentrados. Para tanto, foram analisadas as empresas listadas na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), considerando o lapso temporal de 2010 a 2019. A amostra final foi composta por 221 empresas. Os dados foram extraídos da plataforma Economática® e do sítio eletrônico da B3 e analisados no software Stata®. Para responder ao objetivo proposto, a metodologia estatística teve como base a Regressão para Dados em Painel com Efeitos Fixos, sendo o painel balanceado. Os resultados da pesquisa rejeitaram a hipótese do estudo de que a GC (Novo Mercado, Nível 1 e Nível 2) possui efeito mitigador no GR em Mercados mais concentrados ($HHI > 0,02$), confrontando o que se discute na literatura de que em um ambiente competitivo as empresas preocupam-se em manter sua posição e não perder a capacidade de sobrevivência, estimulando a prática do GR. Além disso, os achados indicaram a influência das variáveis de Tamanho, Auditoria, ROA e ROE na prática do GR.

Palavras-chave: Mercados Concentrados. Governança Corporativa. Gerenciamento de Resultados.

1 INTRODUÇÃO

A concentração de mercado, também pode ser chamada de concentração no ramo de atividades do mercado e é decorrente do número das empresas e das suas respectivas participações no mercado total das vendas. Nesse sentido, essa concentração pode ser considerada como uma medida da concorrência ou competitividade destas empresas.

Os autores Jawadi e Khanniche (2012), apontam que a competitividade requer alterações importantes, alterações estas que se justificam como uma forma correta de se adequar e adaptar a tais ambientes. Logo, o nível de competitividade pode ser visto como um importante fator



contingencial com a capacidade de influenciar em decisões como a diversificação de produtos, inovações tecnológicas e ações realizadas pelas organizações para a gestão de riscos.

Sabe-se que empresas que atuam em ambientes com maior nível de competitividade precisam atentar-se à implementação de estratégias para diminuição de riscos e aumento de segurança para os investidores, objetivando a continuidade e maior desenvolvimento (JAWADI; KHANNICHE, 2012). Corroborando com essa ideia, Lacombe e Heilborn (2003) apontam que a Teoria da Contingência pode embasar essa discussão, considerando que sua premissa base é a de que as condições do ambiente causam transformações no interior das organizações.

Almeida (2010), em seu trabalho buscou investigar qual a influência que o ambiente competitivo tinha sobre a qualidade das demonstrações contábeis das empresas de capital aberto listadas na BM&FBovespa, entre 1996 e 2006. Os resultados encontrados apontaram que a interação do ambiente de alta competitividade em que as empresas atuavam, aliado com a adoção de práticas diferenciadas de governança corporativa, refletia em efeitos sobre a discricionariedade contábil, gerando incentivos para que as organizações divulgassem números contábeis com uma melhor qualidade.

Nesse sentido, o nível de competitividade torna-se um fator contingencial que afeta a estrutura interna das companhias e conseqüentemente pode provocar impactos no comportamento dos gestores, no que se refere à prática do gerenciamento de resultados, influenciando na qualidade da informação contábil. Laksmana e Yang (2014), por exemplo, estudaram a relação entre competitividade de mercado e a prática de gerenciamento de resultados nas companhias abertas americanas de 1998 a 2007, demonstrando que a competitividade estava negativamente associada à prática do gerenciamento de resultados.

Considerando o fato de que a GC geralmente têm sido percebido como mecanismo eficaz na mitigação de GR e que o efeito mitigador da GC é assunto de discussão em mercados concentrados, surge o seguinte problema de pesquisa: **Em mercados mais concentrados qual o efeito da governança corporativa no gerenciamento de resultados?** Nesse sentido, o objetivo da pesquisa constitui-se em examinar se a governança corporativa provoca um efeito moderador no gerenciamento de resultados em mercados mais concentrados. Para tanto, foram analisadas as empresas listadas na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), considerando o lapso temporal de 2010 a 2019.

O presente estudo justifica-se pela fomentação na discussão sobre a relação entre o nível de competitividade e o poder moderador dos nível de GC sobre a incidência das práticas de GR. Além disso, também se justifica em razão de pesquisadores já estarem relacionando competitividade, principalmente, com decisões sobre estrutura de capital, responsabilidade social corporativa, qualidade da informação contábil, retorno das ações, decisão de listar suas ações em bolsa e governança corporativa (ALMEIDA, 2010; AMMANN et al., 2010).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 COMPETITIVIDADE E CONCENTRAÇÃO

Em razão da forte concorrência, da evolução no nível da exigência dos clientes e do grande volume de organizações atuantes no mercado, criou-se um ambiente altamente competitivo, onde as empresas preocupam-se constantemente em manter sua posição e não perder a capacidade de sobrevivência (MOURA, 2011). Corroborando com essa ideia, Porter (1993) também aponta alguns fatores que têm contribuído para o surgimento de um cenário de alta competitividade entre as empresas, destacando as políticas governamentais, as taxas de juros e as diferenças entre as práticas administrativas, por exemplo.

Considerando esse cenário e como forma de auxiliar na análise da relação entre a competitividade e as ações realizadas para prevenção dos riscos, pode-se citar a Teoria da Contingência, que de acordo com Donaldson (1999), faz sentido ser usada para análise quando as organizações sofrem influências do ambiente onde estão inseridas, dentro de determinado



contexto. Para Molinari e Guerreiro (2004), essa teoria pode ser utilizada nos mais diversos estudos da área de gestão empresarial, considerando o fato de que uma contingência representa uma circunstância do ambiente externo à qual a organização precisa se adaptar para garantir sua continuidade e atingir seus objetivos.

De acordo com Junqueira (2010), os fatores contingenciais podem ser tanto variáveis externas, como variáveis internas. As variáveis internas podem ser, por exemplo, a estrutura, o tamanho e a estratégia. Já como variáveis externas, pode-se citar a globalização dos mercados, os avanços tecnológicos e o aumento de competitividade, considerando que estas variáveis podem interferir em características específicas da empresa em determinado momento.

Nesse sentido, a competitividade pode incorrer em modificações importantes para uma adequação e adaptação correta ao ambiente. Logo, o nível de competitividade pode ser visto como um importante fator contingencial podendo influenciar na representatividade dos intangíveis além de influenciar na composição do conjunto de ativos fixos das companhias, como aponta Moura, Mecking e Scarpin (2013).

Para Wei, et al. (2001), o ambiente institucional pode ser considerado forte quando o mercado acionário é ativo, além de quando fornece uma maior proteção aos seus investidores e também quando as empresas enfrentam uma competitividade de mercado mais acirrada no que se refere aos produtos e de fatores de capital e trabalho.

Já um ambiente institucional quando considerado frágil é caracterizado devido ao seu mercado acionário menos ativo e por apresentar uma proteção legal significativamente inferior aos direitos de propriedade (FEITO-RUIZ; MENÉNDEZ-REQUEIJO, 2010). Para estes mesmos autores, nesse tipo de ambiente considerado frágil é comum ter companhias com propriedade altamente concentrada, baixa captação de recursos em mercado de ações, e também sistemas de governança deficientes.

Para Lião e Lin (2016), em um ambiente institucional considerado fraco, pode-se apontar diversos fatores que contribuem para fragilizar o ambiente, além de causar falhas no mercado e possibilitar a abertura de brechas para o comportamento oportunista dos gestores, podendo aumentar a possibilidade da prática de gerenciamento de resultados.

Com o objetivo de ganhar competitividade e se manterem sustentáveis no mercado, as organizações recorrem a diferentes atitudes, que podem ser chamadas de sinais, gerando diferenciação e destaque das demais. O autor Spence (1973) em sua obra aponta que estes sinais emitidos podem funcionar como mecanismos discricionários, em um ambiente onde há assimetria informacional, podendo gerar a alteração de crenças e transmitir informações a outros indivíduos (GÍOS; SOARES, 2019).

Como exemplo, o estudo de Bozec (2005) se utilizou de uma amostra de empresas canadenses e mostrou que a competição é um fator importante e determinante para a performance das firmas, além disso, apontou que a disciplina de mercado pode impactar positivamente na lucratividade e produtividade das organizações, sugerindo que para serem efetivos os resultados dos controles internos, as firmas precisam estar sujeitas a um ambiente competitivo.

Diante destas discussões e considerando o aumento do fluxo das informações e possibilidade de uma maior comparação entre as firmas do mesmo setor ou mercado, a competição pode vir a limitar a discricionariedade do gestor, inclusive impactando diretamente a qualidade da informação contábil (SOBRINHO et al., 2014).

Alguns estudos que pesquisaram sobre qualidade da informação contábil apontaram que firmas com mecanismos mais rigorosos de governança corporativa divulgam números contábeis com uma melhor qualidade além de que a contabilidade pode exercer função contratual (LOPES, 2009). Apesar disso, a competição no mercado desempenha um efeito disciplinador na discricionariedade dos executivos e firmas com melhor desempenho e menores custos de agência (MANNE, 1965). Alguns pesquisadores inclusive, já identificaram a influência da competição em uma das propriedades aqui analisadas: o gerenciamento de resultados (MARCIUKAITYTE; PARK, 2009; XUE; TINAIKAR, 2009).



2.2 GOVERNANÇA CORPORATIVA

Berle e Means (1932) iniciaram uma discussão que trata da separação de controle e propriedade, que colaboram com o aumento dos conflitos de interesses entre agente e principal. Jensen e Meckling (1976), responsáveis pela formalização da Teoria da Agência, discutiram as relações de conflito de interesse entre acionista (principal) e gestor (agente), que em virtude dessa separação de propriedade, o agente busca priorizar seus interesses particulares.

Nesse sentido, Shleifer e Vishny (1997) definem Governança Corporativa (GC) como um sistema de relações entre gestão das organizações, seus conselhos de administração, acionistas e outros interessados, estabelecendo mecanismos pelos quais os provedores de capital dessas organizações tenham retorno de seus investimentos. Outra definição, é que este é um sistema responsável pelo monitoramento das práticas organizacionais com o fim de resguardar e otimizar o valor da empresa com vistas a favorecer o acesso a recursos e desempenho a longo prazo (IBGC, 2015).

A adoção de boas práticas de GC tem como finalidade reduzir os conflitos de agência entre acionistas e gestores, inferindo que empresas com mais qualidade de governança sofrem menos conflitos de agência (CHANG et al., 2015). Para Detthamrong, Chancharat e Vithessonthi (2017) essas práticas melhoram a gestão da empresa, sua performance, aumentam seu valor de mercado, além de ajudar na redução da assimetria informacional.

No contexto brasileiro, vale ressaltar a existência dos níveis diferenciados de GC. Em 2001, a B3 criou esses níveis (Novo Mercado, Nível 2 e Nível 1), mais comprometidos com a GC. O Nível 1 objetiva aumentar a transparência das empresas e o acesso às informações pelos investidores, divulgando mais do que o exigido pela legislação; o Nível 2, além dessa maior transparência, deve manter ações preferenciais (PN), além de buscar oferecer direitos societários; já o Novo Mercado, é tido como o padrão de transparência de governança exigido pelos investidores ao abrirem seu capital, e negociam exclusivamente ações ordinárias (ON) (B3, 2020). Vale destacar a criação de mais dois níveis, o Bovespa Mais e o Bovespa Mais Nível 2, criados em 2005 e 2014, respectivamente, pela B3, para os interessados em acessarem o mercado de maneira gradual.

Shleifer e Vishny (1997) afirmam que as instituições legais e econômicas que se aperfeiçoam no processo político, formulam as características da estrutura de governança corporativa das firmas. No grupo dessas características, ou desses mecanismos, a competição gera incentivos para que os gestores gerenciem procurando a minimização dos custos operacionais além de disciplinar suas decisões. Vale lembrar que esses efeitos não anulam a demanda por outros mecanismos de governança.

Almeida (2010) em seu trabalho, aponta que as firmas em ambientes competitivos e com alta governança são mais informativas em relação às más notícias. Desta forma, diversos usuários da informação contábil, como por exemplo os acionistas e os analistas, teriam a possibilidade de rever suas expectativas em relação aos benefícios futuros. Além disso, o ambiente competitivo também melhora o fluxo das informações e, restringe a possibilidade dos gestores em esconder as más notícias e as ações contrárias aos interesses dos acionistas, induzindo a um maior conservadorismo contábil.

As empresas que participam de ambientes com competição intensa e alta governança, apresentariam números com qualidade superior, como aponta Almeida (2010). Para o mesmo, autor, as firmas em ambientes com baixa competição e mecanismos mais frágeis de governança são contrárias a isso.

Lopes (2009), por exemplo, analisou a relação entre a governança corporativa e a contabilidade, e encontrou evidências de que as firmas com maior pontuação no índice de qualidade de governança (Brazilian Corporate Governance Index – IBGC) são as que possuem melhor qualidade da informação contábil divulgada, sendo medida por propriedades contábeis



como conservadorismo, gerenciamento de resultados, relevância da informação e capacidade informativa dos números divulgados.

A contabilidade, enquanto parte do sistema de governança das firmas, funciona como uma ferramenta ou instrumento de auxílio aos mecanismos disciplinadores do comportamento e das decisões dos agentes ao levar informações ao mercado. A literatura enfatiza que os mecanismos de GC são conhecidos como instrumentos com capacidade de mitigar o conflito de interesses entre agente e principal, assim como o comportamento oportunista dos agentes, desta feita, a GC atua restringindo as práticas de GR (BAJRA; CADEZ, 2018).

2.3 GERENCIAMENTO DE RESULTADOS

A partir dos aspectos anteriormente discutidos, a competitividade pode ser considerada como um fator contingencial que influenciará na prática do Gerenciamento de Resultados (GR), considerando que os gestores das organizações situadas em ambientes com maior nível de competitividade estarão em um cenário menos propício para a realização de práticas oportunistas, já que a competitividade pode exercer um efeito disciplinador (ALMEIDA, 2010).

Para Schipper (1989), GR é um ato intencional na construção das demonstrações contábeis para obter benefícios individuais. Conforme Healy e Wahlen (1999) refere-se ao uso de juízo de valor pelos gestores nas demonstrações financeiras, com o objetivo de manipular das informações com interesse oportunístico.

Martinez (2001) define GR como uma modificação realizada de forma proposital dos resultados contábeis com o objetivo de alcançar interesses privados para manipular os resultados mascarando os fatos reais do negócio. Para Paulo (2007) o termo “manipulação” no lugar de “gerenciamento” de resultados se enquadra melhor para definir essa alteração, visto que decorre de uma interferência proposital nos resultados.

Healy e Wahlen (1999) destacam que os objetivos que levam os gestores a gerenciar resultados são decorrentes de motivações de mercado de capitais, motivações contratuais e motivações regulamentares e custos políticos. Conforme Martinez (2001) o GR objetiva alcançar os resultados pretendidos pela administração, melhorar a imagem da empresa e atender aos interesses dos acionistas.

O GR conforme Martinez (2013) não é considerado fraude, pois são escolhas realizadas dentro dos limites legais. No entanto, mesmo os gestores agindo nesse limite, eles muitas vezes precisam usar julgamentos para decidir entre uma e outra alternativa da norma contábil, que melhor se adequem à realidade da empresa, porém, essa discricionariedade pode ser utilizada para outros fins, não evidenciando a realidade fiel dos fatos (SPRENGER; KRONBAUER; COSTA, 2017).

Os meios de se gerenciar resultados, conforme a literatura, pode se dar por *accruals* e por meio de atividades reais. O GR por *accruals* também é conhecido pelos pesquisadores como GR com base no regime de competência e/ou por escolha, pois é oriundo de situações permitidas pelas normas, com o objetivo de aumentar ou diminuir o resultado do período (SOSCHINSKI et al., 2021).

Os *accruals*, são diferenças ocorridas entre o recebimento ou pagamento do dinheiro e o registro da receita ou despesa (DECHOW; SLOAN; SWEENEY, 1995), ou seja, referem-se à ganhos que não são refletidos nos fluxos de caixa atuais (BERGSTRESSER; PHILIPPON, 2006). Os *accruals* totais dividem-se em discricionários e não discricionários, os primeiros, decorrem da manipulação da informação contábil e os segundos, são as atividades da empresa, não sendo modificados por escolhas contábeis (Joia & Nakao, 2014). Mota, Silva Filho, Oliveira e Paulo (2017) ressaltam que no Brasil, a maioria das pesquisas nesse tema têm como objetivo estimar os *accruals* discricionários.

Já o GR por atividades reais, ou ainda chamado de GR por atividades ou decisões operacionais, é uma alteração das operações de rotina da empresa, realizada pelos gestores para induzir ao erro, para enganar os interessados de que os objetivos dos relatórios financeiros foram



alcançados no curso normal das operações (ROYCHOWDHURY, 2006). Gunny (2010) também define o que seria esse tipo de GR, como ato intencional de alterar os ganhos por um fim específico, modificando operações, investimentos ou financiamentos.

Vale destacar ainda, que o GR por *accruals* ocorre em um período *ex post*, no período entre o encerramento do exercício social e a publicação das demonstrações contábeis, já o GR por decisões operacionais em um período *ex ante* que ocorre durante o próprio exercício financeiro (ZANG, 2012).

Almeida (2010) destaca que o nível de competitividade pode influenciar nas decisões de gestores, incluindo o fato de decidir praticar ou não gerenciamento de resultados. Isso ocorre devido a competição fornecer incentivos para que os gestores aprimorem suas ferramentas de gestão além de incentivar que mantenham internamente um conjunto de recursos que se integrem com o objetivo de possibilitar maior desenvolvimento e uma melhoria contínua.

No estudo de Tinaikar e Xue (2009) e Marciukaityte e Park (2009) sobre GR, os autores identificaram que as organizações que atuam em ambientes mais competitivos diminuem os custos de agência em razão dos incentivos da competição em restringir tais práticas. Por isso, os executivos ou acionistas controladores têm uma limitação para transferir ou usufruir os benefícios privados pelos lucros divulgados, isso quer dizer que a competitividade diminui a capacidade da empresa em ocultar transferências de riquezas por meio de resultados contábeis artificiais, ou seja, gerenciar resultados.

Diante das evidências nacionais e internacionais, e pressupondo que o Nível de Governança Corporativa pode ser considerado como um moderador na prática do Gerenciamento de Resultados, fundamenta-se a seguinte hipótese de pesquisa:

H1: A Governança Corporativa possui efeito mitigador no Gerenciamento de Resultados em Mercados mais concentrados.

3 METODOLOGIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO E AMOSTRA DA PESQUISA

O presente estudo teve como objetivo examinar se a governança corporativa provoca um efeito moderador no gerenciamento de resultados em mercados mais concentrados, analisando as empresas listadas na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), no período de 2010 a 2019. Desta forma, sendo classificado quanto aos seguintes aspectos: (i) pela forma de abordagem do problema, (ii) de acordo com seus objetivos e (iii) com base nos procedimentos técnicos utilizados.

Com relação à forma de abordagem do problema, caracteriza-se como quantitativo, com abordagem empírico-analítico, adotando-se o emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta como na análise de dados, buscando encontrar relação entre as variáveis (SAMPIERE; COLLADO; LUCIO, 2005). Quanto aos objetivos, a pesquisa se classifica como descritiva, por analisar características de determinado grupo de empresas (FORTE, 2004). Quanto aos procedimentos técnicos adotados, trata-se de pesquisa documental, pois foram utilizados dados secundários extraídos através do banco de dados Economatica e no sítio eletrônico da B3 (MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

A população do estudo reúne as companhias abertas listadas na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), no período de 2010 a 2019. Esse período foi escolhido devido à obrigatoriedade da convergência das normas internacionais de contabilidade (IFRS) para empresas de capital aberto a partir de 2010. Posteriormente, excluíram-se as companhias financeiras, em virtude das peculiaridades desse setor, as empresas com dados faltantes e sem classificação de setores específicos, resultando em 221 empresas analisadas. Os dados coletados foram analisados no *software Stata*®.



3.2 DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS E ESTIMAÇÃO DO MODELO

A Tabela 1 apresenta a descrição das variáveis utilizadas no modelo econométrico, a composição das métricas utilizadas, seu sinal esperado e a fundamentação teórica.

Tabela 1 – Descrição das Variáveis

Variável	Significado	Métrica	Fundamentação Teórica
GR	Gerenciamento de Resultados por <i>Accruals</i>	Resíduos do modelo de Pae (2005)	Silva e Lucena (2017);
CONC	Concentração de Mercado	Calculada por meio do HHI	Moura et al. (2017); Diri et al. (2020).
NGC	Variável binária que indica se a empresa está listada em um dos segmentos diferenciados de GC da B3 (Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado) ou não	1 – Novo Mercado; Nível 1; Nível 2 0 - Demais	Moura et al. (2017); Prata e Flach (2021).
TAM	Tamanho da Empresa	Logaritmo natural do Ativo Total	Dechow e Dichev (2002); Diri et al. (2020).
VOL	Volatilidade do Fluxo de Caixa	Desvio padrão de (caixa das operações / ativos médios) ao longo de pelo menos três dos últimos cinco anos	Dechow e Dichev (2002); Diri et al. (2020).
CIOP	Ciclo Operacional	Logaritmo natural do giro médio de vendas mais os dias de estoque em pelo menos três dos últimos cinco anos	Dechow e Dichev (2002); Diri et al. (2020).
BIGFOUR	Tamanho da Empresa de Auditoria	1 – Quando auditada por uma <i>BigFour</i> ; 0 – quando não	Komalasari (2017); Prata e Flach (2021).
MTB	<i>Market-to-book</i>	Valor de Mercado da Empresa / PL	Almeida et al. (2011).
ROA	Rentabilidade do Ativo	Resultado Operacional / Ativo Total	Dechow, Sloan e Sweeney (1995); Burgstahler, Hail e Leuz (2006).
ROE	Rentabilidade do Patrimônio Líquido	Resultado Operacional / Patrimônio Líquido	Burgstahler, Hail e Leuz (2006); Munhoz (2015).

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

A variável GR representa o gerenciamento por meio dos *accruals*. De acordo com Martinez (2001) nos estudos sobre GR, é relevante identificar a discricionariedade do gestor sobre os *accruals*, dessa forma, o objetivo é identificar a melhor estimativa dos *Accruals* Discrionários. Para o cálculo dos *Accruals* Totais, utilizou-se a abordagem da DRE/DFC:

$$TA_{it} = \frac{(EBIT_{it} - FCO_{it})}{A_{it-1}}$$

Onde: TA_{it} são os *Accruals* Totais; $EBIT_{it}$ é o Resultado Antes dos Itens Extraordinários; FCO_{it} é o Fluxo de Caixa Operacional e o A_{it-1} é o Ativo Total da Empresa i no final do período $t-1$.



E para a estimação dos *Accruals* Discricionários, será utilizado o modelo proposto por Pae (2005):

$$\frac{TA_{it}}{A_{it-1}} = \alpha_1 \frac{1}{A_{it-1}} + \beta_1 \frac{(\Delta REV_{it} - \Delta REC_{it})}{A_{it-1}} + \beta_2 \frac{PPE_{it}}{A_{it-1}} + \beta_3 \frac{FCO_{it}}{A_{it-1}} + \beta_4 \frac{FCO_{it-1}}{A_{it-2}} + \beta_5 \frac{TA_{it-1}}{A_{it-2}} + \varepsilon_{it}$$

Onde: TA_{it} são os *Accruals* Totais; A_{it-1} , Ativo Total da Empresa i no final do período $t-1$; ΔREV_{it} , Variação das Receitas Líquidas do final do período $t-1$ para o final do período t ; ΔREC_{it} , Variação das Contas a Receber do final do período $t-1$ para o final do período t ; PPE_{it} , Ativo Imobilizado Totais; FCO_{it} , Fluxo de Caixa Operacional; FCO_{it-1} , Fluxo de Caixa Operacional da empresa i no final do período $t-1$; TA_{it-1} , *Accruals* Totais da empresa i no final do período $t-1$; α_1 , β_1 , β_2 , β_3 , β_4 , β_5 , parâmetros e ε_{it} , resíduos que representam os *Accruals* Discricionários.

Para calcular a concentração de mercado (CONC), foi utilizado o índice de *Herfindahl-Hirschman* (HHI), que mensura a concentração de mercado por meio da soma dos quadrados das parcelas de cada empresa, o que de acordo com Lijensen (2004) possibilita caracterizar o tipo de concorrência em que essas empresas estão. O HHI é calculado pela seguinte equação:

$$HHI = \sum_{i=1}^n \beta_i^2$$

Onde β_i representa o percentual do ativo total da empresa em relação ao total da amostra, i é medida por suas vendas divididas pelas vendas totais da indústria e n é o número de empresas por ano-indústria. No estudo, adotou-se uma dummy que atribui 1 para mercados concentrados ($HHI > 0,2$) e 0 para mercados não concentrados ($HHI < 0,2$).

A variável NGC busca verificar se o gerenciamento de resultados é menor em empresas com mais Governança Corporativa (BARROS et al., 2013). Com relação à variável TAM, de acordo com Dechow e Dichev (2002), empresas maiores têm operações que são mais previsíveis e mais diversificadas e, por isso, os ganhos devem ser de maior qualidade, entretanto, os gerentes dessas empresas têm mais oportunidades de manipular os lucros devido ao grande número de transações que realizam.

A volatilidade do fluxo de caixa (VOL) retrata a incerteza nas operações e, portanto, leva a uma maior probabilidade de gerenciamento de resultados (DECHOW; DICHEV, 2002). Da mesma maneira, os ciclos operacionais (OPER) mais longos aumentam a incerteza e, possivelmente a ocorrência de gerenciamento de resultados (DECHOW; DICHEV, 2002).

Já BIGFOUR busca encontrar se há relação entre a empresa ser auditada por uma dessas empresas de auditoria e o gerenciamento de resultados. O MTB, conforme Almeida, Lopes e Corrar (2011) dentre as evidências da literatura, cabe citar que uma das motivações que levam as empresas a gerenciar os resultados, é de sustentar a expectativa do mercado de capitais, mantendo elevado índice *Market-to-book*.

Com relação ao ROA, Dechow, Sloan e Sweeney (1995) ressaltam que o desempenho da empresa quando medido pelo indicador ROA está positivamente relacionado ao gerenciamento de resultados. Burgstahler, Hail e Leuz (2006) complementam que empresas com melhores retornos sobre seus ativos possuem maiores níveis de gerenciamento de resultados. Espera-se assim um sinal positivo nessa relação (GONZÁLEZ; MECA, 2013).

Burgstahler, Hail e Leuz (2006) também discutem o ROE, asseverando que empresas que possuem melhores retornos sobre o patrimônio líquido, também possuem menos gerenciamento de resultados (MUNHOZ, 2015).

Diante do exposto, considerando o objetivo da pesquisa e as variáveis a ele relacionadas, elencou-se o modelo para investigação, que pode ser descrito pela seguinte equação:



$$GR_t = \alpha_0 + \alpha_1 CONC + \alpha_2 NGC + \alpha_3 CONC * NGC + \alpha_4 GR_{t-1} + \alpha_5 TAM + \alpha_6 VOL + \alpha_7 CIOP + \alpha_8 BIGFOUR + \alpha_9 MTB + \alpha_{10} ROA + \alpha_{11} ROE + \varepsilon$$

A fim de estabelecer qual o painel mais indicado para análise dos dados, utilizou-se do Teste de *Chow* para evidenciar a adequação entre *pooled* ou efeitos fixos, além do teste de *Breusch-Pagan* para avaliar a utilização de modelos com efeitos aleatórios versus *pooled* e do teste de *Hausman* para analisar a utilização de modelos com efeitos fixos versus modelos com efeitos aleatórios. Como resultado dos testes, optou-se pela utilização do Modelo de Regressão com Dados em Painel com Efeitos Fixos.

Quanto à normalidade dos erros, os dados se apresentaram não normais (p-valor < 0,05), no entanto, sabe-se que não desempenha papel na inexistência de viés, na consistência ou na interferência de amostras grandes. Também foi utilizada a regressão robusta para gerar robustez às estimações, e contornar a heterocedasticidade dos resíduos. Já com a finalidade de detectar a presença de multicolinearidade, foi realizado o teste VIF (*Variance Inflation Factor*), que não apontou nenhuma variável com valor superior a 5, sendo o valor 10 apontado na literatura como o limite.

4 RESULTADOS

Esta seção contém a descrição e análise dos dados coletados. Primeiramente, apresentam-se os índices de concentração de mercado por setor econômico no período de 2010 a 2019. Em seguida, as estatísticas descritivas das variáveis usadas no modelo e por fim, demonstram-se os resultados da regressão linear múltipla que possibilitou alcançar o objetivo do estudo.

Na Tabela 2, estão descritos os índices de *Herfindahl-Hirschman*, utilizados como proxy para concentração de mercado, em seus valores originais. Quanto menor for o índice, maior será a competitividade do setor, e conseqüentemente menos concentrado. Nesse sentido, Bensanko et al. (2006) apresentou três classificações para os resultados do índice de *Herfindahl*: concorrência perfeita, oligopólio e monopólio, onde a concorrência pode ser feroz, feroz ou leve e normalmente leve, logo, nos dois últimos níveis a concentração de mercado tende a ser maior. Nesse sentido, e como classifica o autor, quando o índice está abaixo de 0,2, é indício de um mercado desconcentrado e altamente competitivo, quando o índice está acima de 0,2 o mercado é menos competitivo e mais concentrado podendo ser altamente ou moderadamente concentrado.

Tabela 2 – Estatística descritiva dos Índices de *Herfindahl-Hirschman* (HHI)

Setores B3	Anos									
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Bens Industriais	0,0618	0,0597	0,0613	0,0617	0,0654	0,0769	0,0865	0,0771	0,0726	0,0661
Comunicações	0,3434	0,3986	0,3524	0,3490	0,3497	0,3704	0,3848	0,3885	0,3895	0,3899
Consumo Cíclico	0,0431	0,0620	0,0608	0,0572	0,0596	0,0578	0,0638	0,0697	0,0708	0,0677
Consumo Não Cíclico	0,1993	0,1964	0,2020	0,2195	0,2411	0,2717	0,2674	0,2767	0,2698	0,2634
Materiais Básicos	0,1691	0,2086	0,1890	0,1885	0,1708	0,1630	0,1748	0,1830	0,1849	0,1859
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	0,6450	0,6301	0,6361	0,6892	0,6859	0,6566	0,6301	0,6242	0,6352	0,5946
Saúde	0,1522	0,1457	0,1450	0,1569	0,1630	0,1765	0,1892	0,1986	0,2029	0,2175
Tecnologia da Informação	0,5601	0,5285	0,5234	0,5261	0,5093	0,5002	0,5062	0,5029	0,5037	0,5038
Utilidade Pública	0,066	0,068	0,074	0,060	0,054	0,054	0,075	0,055	0,049	0,049

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).



Nota-se na Tabela 2, que existe uma predominância de setores que apresentaram concorrência perfeita, ou seja, mercados que possuem baixa concentração. É o caso dos setores de Bens Industriais, Consumo Cíclico, Materiais Básicos, Saúde e Utilidade Pública, onde os índices não ultrapassaram 0,2, indicando uma alta competitividade e menor concentração.

Já os setores de Comunicações, Consumo Não Cíclico, Petróleo Gás e Biocombustíveis e Tecnologia da Informação, apresentaram índices maiores que 0,2 nos anos analisados, apontando para um mercado menos competitivo e mais concentrado. Outra inferência que pode ser feita em relação aos dados da tabela, é que os índices se apresentam estáveis durante quase todo o período, ou seja, os mercados concentrados no início do período analisado se mantiveram, assim como os não concentrados. A exceção foi o Consumo não Cíclico que apresentou aumento no índice a partir de 2012.

Esses resultados confirmam em parte os achados do estudo de Moura et al. (2017), que analisou este índice das empresas brasileiras no intervalo temporal de 2010 a 2014 e apontou para a predominância de setores que apresentaram concorrência perfeita, ou seja, índices abaixo de 0,20, além de também inferir que os setores, praticamente, se mantiveram estáveis ao longo do período.

A análise descritiva das informações está evidenciada na Tabela 3, na qual se verifica o número de observações, a média, o desvio padrão, o menor e o maior valor de cada variável.

Tabela 3 – Estatística Descritivas das Variáveis

Variáveis	Observações	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
GR	2359	1.13e-13	0,0005	-0,0026	0,0104
CONC	2210	0,1534	0,3604	0,0	1,0
NGC	1910	0,6660	0,4718	0,0	1,0
TAM	2832	14,5273	1,962	1,6094	20,6464
VOL	2186	0,5809	10,9856	0,0	308,8279
CIOP	2671	4,7926	0,9512	-1,8725	11,3898
BIGFOUR	2187	0,7508	0,4326	0,0	1,0
MTB	2835	1,8437	7,1509	-80,5778	181,47
ROA	2817	-411,5041	21731,65	-1153400,0	1188,85
ROE	2517	1,4924	245,4500	-6357,4210	7500,0

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Analisando as informações apresentadas na Tabela 3, é possível perceber que o número das observações individuais das variáveis do modelo é parecido, justificando o fato do painel ser fortemente balanceado. No que se refere à Variável GR (Gerenciamento de Resultados), o desvio padrão foi de 0,0005, e seus valores mínimo e máximo de -0,0026 e 0,0104, respectivamente, apresentando valores homogêneos de GR nas empresas analisadas.

Já a variável CONC apresenta valores mínimo 0 e máximo 1, considerando a adoção do conceito de mercados concentrados e mercados não concentrados. A variável NGC, também apresenta valores mínimo e máximo sendo 0 e 1, respectivamente, pelo fato do nível de GC estar representado como uma variável *dummy*, sendo 1 para os Níveis Novo Mercado, Nível 1 e Nível 2 e 0 para os demais níveis.

Quanto as demais variáveis, apesar de algumas apresentarem valores mínimos e máximos com grande diferença, como mostra o desvio padrão destas, esse comportamento pode ser justificado considerando o grande lapso temporal adotado no estudo.

Adicionalmente, as variáveis estudadas foram analisadas quanto aos seus coeficientes de correlação de postos de *Spearman*, já que apresentam erros não normais. Os resultados da correlação são apresentados na Tabela 4, indicando como as variáveis se correlacionam e em qual



nível de significância, apontado pelos asteriscos (*, ** e *** revelam a significância estatística a 1%, 5% e 10% respectivamente).

Verificou-se que parte das variáveis independentes apresentam correlação com a variável dependente do estudo e que os sinais das correlações nem sempre são os esperados no estudo ou o que aponta a literatura. Ademais, algumas variáveis independentes também apresentam correlação entre si levando à análise se tais correlações impactavam os resultados em termos de multicolinearidade. Desta forma, por meio do teste VIF (*Variance Inflation Fator*), verificou-se a ausência deste problema no modelo, considerando que o teste apontou p-valor = 1,92.

Tabela 4– Correlação entre as Variáveis

	GR	CONC	NGC	TAM	VOL	CIOP	BIGFOUR	MTB	ROA	ROE
GR	1,0000									
CONC	-0,0467***	1,0000								
NGC	0,0849*	0,0670*	1,0000							
TAM	0,0492**	0,1363*	0,3201*	1,0000						
VOL	0,0193	-0,0944*	-0,0890*	-0,3403*	1,0000					
CIOP	-0,0200	-0,0208	0,0785*	-0,2118*	-0,0437***	1,0000				
BIGFOUR	0,1338*	0,0008	0,4482*	0,4024*	-0,0431	-0,0837*	1,0000			
MTB	0,1988*	0,0461***	0,5009*	0,1324*	0,0090	-0,1334*	0,1901*	1,0000		
ROA	0,4222*	-0,0616**	-0,0521**	-0,0149	0,0057	-0,1404*	0,1242*	0,3803*	1,0000	
ROE	0,3810*	-0,0777*	-0,0452***	0,0509**	0,0220	-0,1800*	0,1356*	0,4091*	0,9241*	1,0000

Nota. *, ** e *** revelam a significância estatística a 1%, 5% e 10% respectivamente.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Quanto à correlação negativa entre GR e CONC, confirma-se o que apontam alguns autores na literatura. Almeida (2010), por exemplo, discute que o nível de competitividade pode influenciar nas decisões de gestores, incluindo o fato de decidir praticar ou não gerenciamento de resultados. Essa possibilidade da prática do gerenciamento se dá em razão da competição fornecer incentivos para que os gestores melhorem sua gestão e mantenham internamente um conjunto de recursos que se integrem com o objetivo de possibilitar maior desenvolvimento e uma melhoria contínua.

Já a correlação negativa entre GR e NGC, vai contra o pensamento de alguns autores que apontam que os mecanismos de GC são conhecidos como instrumentos com capacidade de mitigar o conflito de interesses entre agente e principal, assim como o comportamento oportunista dos agentes, desta feita, a GC atua restringindo as práticas de GR (BAJRA; CADEZ, 2018).

No que se refere à correlação das demais variáveis de controle e a variável dependente, algumas apresentaram sinal equivalente ao esperado, no entanto algumas outras apresentam sinal diferente do esperado, nesse sentido, estes achados serão confirmados ou não através do modelo de regressão.

Posteriormente, aplicou-se o modelo de regressão entre as variáveis dependentes e independentes, através do modelo recomendado pelos testes, Dados em Painel com Efeitos Fixos, testando a hipótese de que o efeito mitigador da governança corporativa no gerenciamento de resultados será mais forte em mercados mais concentrados. Os resultados da regressão são apresentados na Tabela 05, a seguir:



Tabela 5 – O efeito da concentração de mercado na relação entre governança corporativa e gerenciamento de resultados

GR	Coefficiente	Erro Padrão	z	P> z
CONC	-1,62E-06	0,0001054	-0,02	0,988
NGC	0,0000274	0,000354	0,08	0,938
CONC*NGC	-0,0000217	0,0001181	-0,18	0,854
GR _{t-1}	-0,467557	0,061669	-7,58	0,000*
TAM	0,0000681	0,000026	2,62	0,009*
VOL	-0,0000681	5,75E-06	-11,83	0,000*
CIOP	0,0000612	0,0000269	2,28	0,023**
BIGFOUR	0,0000738	0,0000427	1,73	0,084***
MTB	4,29E-07	2,31E-06	0,19	0,853
ROA	8,81E-06	1,19	7,41	0,000*
ROE	-2.34e-08	3.30e-08	-0.71	0,479
CONST	-0.0013915	.000479	-2.90	0,004*

Nota. *, ** e *** revelam a significância estatística a 1%, 5% e 10% respectivamente.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Analisando as variáveis de interesse da pesquisa, a variável CONC (Concentração) apresentou coeficiente negativo, apontando que em mercados menos concentrados o GR é mais presente, no entanto, a variável não apresentou significância (p-valor > 0,05), não permitindo fazer inferências. O NGC (Nível de Governança Corporativa Diferenciados) também não apresentou significância estatística, indicando que o nível de governança das organizações não interfere nas práticas de gerenciamento de resultados. Esses resultados confrontam o que a literatura aponta, de que a interação do ambiente de alta competitividade em que as empresas atuavam, aliado com a adoção de práticas diferenciadas de governança corporativa, refletia em efeitos sobre a discricionariedade contábil, gerando incentivos para que as organizações divulgassem números contábeis com uma melhor qualidade, como aponta Almeida (2010).

Quanto à variável CONC*NGC de interação que testa a hipótese do estudo de que a Governança Corporativa possui efeito mitigador no Gerenciamento de Resultados em Mercados mais concentrados, também não apresentou significância (p-valor < 0,05). Desta forma, rejeita-se a hipótese de que a interação entre essas duas variáveis possua efeito sobre a prática do GR. A literatura tem apresentado visões diferentes quanto a influência da concentração do mercado, enquanto para Moura (2011) em um ambiente altamente competitivo, as empresas preocupam-se constantemente em manter sua posição e não perder a capacidade de sobrevivência, Yang (2014), diz que a competitividade está negativamente associada à prática do gerenciamento de resultados.

A variável TAM, apresentou-se significativa e positivamente relacionada à prática de GR, confirmando o que Dechow e Dichev (2002), apontam em seus estudos, de que empresas maiores têm operações que são mais previsíveis e mais diversificadas, logo, os ganhos devem ser de maior qualidade, entretanto, os gerentes dessas empresas têm mais oportunidades de manipular os lucros devido ao grande número de transações que realizam.

Ao contrário do que esses mesmos autores apontam, a variável Volatilidade do Caixa (VOL) se apresentou negativamente relacionada à prática do GR, para eles a volatilidade retrata a incerteza nas operações e, portanto, levam a uma maior probabilidade de gerenciamento de resultados. Os Ciclos Operacionais (CIOP), apresentaram-se significativamente relacionados com o GR, como aponta Dechow e Dichev (2002), de que ciclos maiores aumentam a incerteza e, possivelmente a ocorrência de gerenciamento de resultados.

No que se refere a BIGFOUR, apresentou relação positiva entre a auditoria realizada dentre uma dessas empresas e a prática do GR, confrontando o que diz o estudo de Silva, Pletsch, Vargas,



Fazolin e Klann (2016) que as empresas auditadas por Big Four possuem a tendência de possuírem menor nível de gerenciamento para o aumento do resultado.

Já o ROA, apresentou coeficiente positivo e significativo na relação com a prática do GR. Isto sugere que empresas com maiores retornos gerenciam mais seus resultados, algo de se esperar dado que eles podem estar gerenciando para reportar maior rentabilidade com o interesse de influenciar a percepção de mercado (investidores e credores), como aponta Oliveira e Soares (2018).

As variáveis MTB (*Market-to-book*) e ROE (Retorno sobre Patrimônio Líquido) não se apresentaram significativas, logo não foram consideradas como influenciadoras no nível das práticas de GR. Vale lembrar que em outros trabalhos estas variáveis apresentaram relação com a variável de interesse deste estudo, porém em outras configurações de amostra ou lapso temporal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve por objetivo verificar se a governança corporativa provoca um efeito moderador no gerenciamento de resultados em mercados mais concentrados, analisando as empresas listadas na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), no lapso temporal de 2010 a 2019, resultando em 221 empresas. Para tanto, os dados foram extraídos da plataforma Economática® e do sítio eletrônico da B3 e analisados no software Stata®. A metodologia estatística teve como base a Regressão para Dados em Painel com Efeitos Fixos, sendo o painel balanceado.

A hipótese levantada no estudo sugeria que a Governança Corporativa possui efeito mitigador no Gerenciamento de Resultados em Mercados mais concentrados, considerando a classificação dos setores em concentrados e não concentrados com base no cálculo do Índice de *Herfindahl-Hirschman* (HHI) e os níveis de governança sendo classificados em Novo Mercado, Nível 1 e Nível 2.

Conforme os resultados do modelo de regressão implementado nessa pesquisa, a análise da variável de interação entre a CONC e o NGC e seu efeito sobre a prática do GR apresentou uma relação não significativa, não podendo afirmar que o Nível de Governança possui efeito moderador na prática do gerenciamento de resultados em mercados concentrados, rejeitando assim a Hipótese 01. As variáveis CONC e NGC analisadas separadamente, também se mostraram não significativas (p-valor < 0,05).

Quanto as variáveis de controle analisadas no modelo, consideradas fatores importantes no nível de prática de GR, constatou-se que as variáveis significantes e positivas foram: Tamanho, Rentabilidade do Ativo, Ciclo Operacional e Big Four. Indicando que quanto maior o tamanho da empresa, sua rentabilidade e seu ciclo operacional, maior será a propensão desta firma gerenciar seus resultados. Já a variável de Auditoria, Big Four, apresentou relação contrária ao que a literatura aponta. A variável significativa e negativa foi a Volatilidade do Fluxo de Caixa, apresentando relação também inversa à literatura, considerando que a incerteza nas operações leva a uma maior probabilidade de gerenciamento de resultados.

A presente pesquisa contribui para a fomentação da discussão sobre Gerenciamento de Resultados e como o nível de competitividade e de concentração interfere nestas práticas. No entanto uma limitação desta pesquisa refere-se à utilização apenas dos níveis diferenciados indicados pelo IBGC como forma de medir a Governança Corporativa e apenas uma métrica para a classificação da concentração dos mercados. Sugere-se para próximos estudos utilizar outros mecanismos e métricas que possam caracterizar os níveis de GC e de concentração. Além disso, fazer análises individuais dos níveis destas variáveis

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. E. F. **Qualidade na informação contábil em ambientes competitivos**. 2010. 174 fls. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis), Departamento de Contabilidade e Atuária da



Faculdade de Economia, Administração, e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ALMEIDA, J. E. F.; LOPES, A. B.; CORRAR, L. J. Gerenciamento de resultados para sustentar a expectativa do mercado de capitais: impactos no índice market-to-book. **ASAA-Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 4, n. 1, p. 44-62, 2013.

BARROS, C. M. E.; SOARES, R. O.; LIMA, G. F. A relação entre governança corporativa e gerenciamento de resultados em empresas brasileiras. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 7, n. 19, p. 27-39, 2013.

DHALIWAL, D. S. et al. **Product Market Competition and Accounting Conservatism**. Rochester, NY, 19 dez. 2008. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/abstract=1266754>. Acesso em: 15 jan. 2012.

GÓIS, A. D.; SOARES, S. V. O Efeito da reputação corporativa segundo a transparência contábil no gerenciamento de resultados de empresas listadas na B3. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 13, n. 2, 2019.

MOURA, G. D.; MECKING, D. V.; SCARPIN, J. E. Competitividade de mercado, ativos intangíveis e eficiência na combinação dos ativos fixos em companhias abertas listadas na BM&Fbovespa. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 32, n. 3, p. 19-35, 2013.

MOURA, G. D.; CAMARGO, T. F.; ZANIN, A. Competitividade de Mercado e Gerenciamento de Resultados: um estudo sob a ótica da teoria da contingência. **Revista de Ciências da Administração**, v. 19, n. 49, p. 86-101, 2017.

RODRIGUES SOBRINHO, W. B.; RODRIGUES, H. S.; OLIVEIRA, I. G. S. D.; ALMEIDA, J. E. F. D. A Competição do mercado, Impacto nos componentes do lucro contábil e no retorno das ações. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 4, n. 2, p. 54-72, 2014.

SPENCE, M. Job market signaling. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 87, n. 3, p. 355-374. doi: <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-214850-7.50025-5>. 1973.

BAJRA, U.; ČADEŽ, S. Audit committees and financial reporting quality: The 8th EU Company Law Directive perspective. **Economic Systems**, v. 42, n. 1, p. 151-163, 2018.

BERLE, A. A.; MEANS, G. C. **The modern corporation and private property**. New York: The Macmillan Company. 1932.

BERGSTRESSER, D.; PHILIPPON, T. CEO incentives and earnings management. **Journal of financial economics**, v. 80, n. 3, p. 511-529, 2006.

BESANKO, D. et al. **A Economia da Estratégia-5**. Bookman Editora, 2018.

BOZEC, R. Boards of directors, market discipline and firm performance. **Journal of Business Finance & Accounting**, v. 32, n. 9-10, p. 1921-1960, 2005.

CHANG, Y. et al. Corporate governance, product market competition and dynamic capital structure. **International Review of Economics & Finance**, v. 38, p. 44-55, 2015.



DECHOW, P. M.; SLOAN, R. G.; SWEENEY, A. P. Detecting earnings management. **Accounting review**, p. 193-225, 1995.

DECHOW, P. M.; DICHEV, I. D. The quality of accruals and earnings: The role of accrual estimation errors. **The accounting review**, v. 77, n. s-1, p. 35-59, 2002.

DETTAMRONG, U.; CHANCHARAT, N.; VITHESSONTHI, C. Corporate governance, capital structure and firm performance: Evidence from Thailand. **Research in International Business and Finance**, v. 42, p. 689-709, 2017.

DIRI, M. E.; LAMBRINOUDAKIS, C.; ALHADAB, M. Corporate governance and earnings management in concentrated markets. **Journal of Business Research**, 108, 291–306, 2020.

DONALDSON, L. **Teoria da contingência estrutural**. Trad. Marcos Amatucci. In: Clegg, Stewart R.; Hardy, Cynthia; Nord, Walter R. Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1, 1999.

FEITO-RUIZ, I.; MENÉNDEZ-REQUEJO, S. Family firm mergers and acquisitions in different legal environments. **Family Business Review**, v. 23, n. 1, p. 60-75, 2010.

GÓIS, A. D.; SOARES, S. V. O Efeito da reputação corporativa segundo a transparência contábil no gerenciamento de resultados de empresas listadas na B3. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 13, n. 2, 2019.

GUNNY, K. A. The relation between earnings management using real activities manipulation and future performance: Evidence from meeting earnings benchmarks. **Contemporary accounting research**, v. 27, n. 3, p. 855-888, 2010.

HEALY, P. M.; WAHLEN, J. M. A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. **Accounting horizons**, v. 13, n. 4, p. 365-383, 1999.

HRIBAR, P.; CRAIG N., D. The use of unsigned earnings quality measures in tests of earnings management. **Journal of Accounting Research**, v. 45, n. 5, p. 1017-1053, 2007.

IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Código das melhores práticas de governança corporativa** (5. ed.). São Paulo: IBGC, 2015.

JAWADI, F.; KHANNICHE, S. Modeling hedge fund exposure to risk factors. **Economic Modelling**, v. 29, n. 4, p. 1003-1018, 2012.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of financial economics**, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.

JOIA, R. M.; NAKAO, S. H. IFRS Adoption and Earnings Management in Brazilian Publicly Traded Companies. **Journal of Research in Accounting**, v. 8, n. 1, p. 22-28, 2014.

JUNQUEIRA, E. R. **Perfil do sistema de controle gerencial sob a perspectiva da teoria da contingência**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, SP, 2010.



KARUNA, C.; SUBRAMANYAM, K. R.; TIAN, F. **Competition and earnings management**. Working paper, 2015.

LACOMBE, F. J. M.; HEILBORN, G. L. J. **Administração: princípios e tendências**. São Paulo: Saraiva, 2003.

LAKSMANA, I.; YANG, Y. Product market competition and earnings management: Evidence from discretionary accruals and real activity manipulation. **Advances in Accounting**, v. 30, n. 2, p. 263-275, 2014.

LIAO, T.; LIN, W. Product market competition and earnings management around open-market repurchase announcements. **International Review of Economics & Finance**, v. 44, p. 187-203, 2016.

LOPES, A. B. **The relation between firm-specific corporate governance, cross-listing and the informativeness of accounting numbers in Brazil**. 2009. Tese de Doutorado. The University of Manchester.

MANNE, H. G. Mergers and the market for corporate control. **Journal of Political economy**, v. 73, n. 2, p. 110-120, 1965.

MARCIUKAITYTE, D.; PARK, J. C. Market Competition and Earnings Management. **SSRN Working Paper**. 2009.

MARTINEZ, A. L. Gerenciamento de resultados no Brasil: um survey da literatura. **BBR-Brazilian Business Review**, v. 10, n. 4, p. 1-31, 2013.

MARTINEZ, A. L. **“Gerenciamento” de resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras**. Tese de Doutorado, Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 2001.

MOLINARI, S. K. R.; GUERREIRO, R. Teoria da contingência e contabilidade gerencial: um estudo de caso sobre o processo de mudança na controladoria no Banco do Brasil. IV Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, **Anais eletrônicos...** São Paulo, 2004.

MOTA, R. H. G. et al. Previsão de lucro e gerenciamento de resultados: evidências empíricas no mercado acionário brasileiro. **Revista Universo Contábil**, v. 13, n. 1, p. 06-26, 2017.

MOURA, G. D. **Conformidade do disclosure obrigatório dos ativos intangíveis e práticas de governança corporativa: Uma análise de empresas listadas na Bovespa**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, SC, 2011.

MOURA, G. D.; MECKING, D. V.; SCARPIN, J. E. Competitividade de mercado, ativos intangíveis e eficiência na combinação dos ativos fixos em companhias abertas listadas na BM&Fbovespa. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 32, n. 3, p. 19-35, 2013.

OLIVEIRA, A. M.; SOARES, R. O. Gestores Excessivamente Confiantes e Otimistas Gerenciam Resultados? Evidências em Companhias Listadas na B3. **Advances in Scientific & Applied Accounting**, v. 11, n. 3, p. 410-429, 2018.



PAULO, E. **Manipulação das informações contábeis**: uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados. Tese de Doutorado em Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2007.

PORTER, M. E. **A vantagem competitiva das nações**. Campus. Rio de Janeiro, 1993.

PRATA, B. C.; FLACH, L. Gerenciamento de resultados e governança corporativa: uma análise a partir da adoção das IFRS no Brasil. **REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL-Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036**, v. 13, n. 2, p. 41-62, 2021.

ROYCHOWDHURY, S. Earnings management through real activities manipulation. **Journal of accounting and economics**, v. 42, n. 3, p. 335-370, 2006.

SCHIPPER, K. Earnings management. **Accounting horizons**, v. 3, n. 4, p. 91, 1989.

SHLEIFER, A.; VISHNY, R. W. A survey of corporate governance. **The journal of finance**, v. 52, n. 2, p. 737-783, 1997.

SILVA, A. et al. Influência da auditoria sobre o gerenciamento de resultados. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 19, n. 3, 2016.

SILVA, V. M.; LUCENA, W. G. L. Gerenciamento de resultados e IPOs: Uma análise do modelo para identificação dos accruals de Pae. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 12, n. 2, 2017.

SOBRINHO, W. B. R. et al. A Competicao do mercado, Impacto nos componentes do lucro contabil e no retorno das acoes. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 4, n. 2, p. 54-72, 2014.

SOSCHINSKI, C. K. et al. Influência da cultura nacional na relação entre governança corporativa e gerenciamento de resultados. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 32, p. 207-223, 2021.

SPENCE, M. Job market signaling. In: **Uncertainty in economics**. Academic Press, 1978. p. 281-306.

SPRENGER, K. B.; KRONBAUER, C. A; COSTA, C. M. Características do CEO e o gerenciamento de resultados em empresas listadas na BM&FBovespa. **Revista Universo Contábil**, v. 13, n. 3, p. 120-142, 2017.

WEI, Z. et al. Family control, institutional environment and cash dividend policy: Evidence from China. **China Journal of Accounting Research**, v. 4, n. 1-2, p. 29-46, 2011.

XUE, S.; TINAIKAR, S. **Product market competition and earnings management**: some international evidence. Available at SSRN 1466319, 2009.

ZANG, A. Y. Evidence on the trade-off between real activities manipulation and accrual-based earnings management. **The accounting review**, v. 87, n. 2, p. 675-703, 2012.



EXAME DE SUFICIÊNCIA DO CFC: uma análise das questões de Contabilidade Gerencial

Pedro Lucas Barbosa de Azevedo

Graduado em Ciências Contábeis pela FACESA
Faculdade do Complexo Educacional Santo André (FACESA)
E-mail: plpedrolucas@gmail.com

Annandy Raquel Pereira da Silva

Doutoranda em Contabilidade pela UFSC
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: annandyraquel@hotmail.com

Geison Calyo Varela de Melo

Doutorando em Administração e Controladoria pela UFC
Universidade Federal do Ceará (UFC)
E-mail: geisoncalyo@hotmail.com

Kallianna Karina Medeiros de Azevedo Navarro

Especialista em Contabilidade e Planejamento Tributário (UFERSA)
Faculdade do Complexo Educacional Santo André (FACESA)
E-mail: kallianna.azevedo@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo teve como o objetivo geral analisar questões da área de Contabilidade Gerencial no Exame de Suficiência do CFC em provas aplicadas nos anos de 2018 a 2022. Para atingir esse objetivo, foi utilizada uma abordagem descritiva e de caráter qualitativo e quantitativo. O conteúdo das provas foi obtido no sítio eletrônico do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), onde as provas estão disponíveis para *download*, bem como os respectivos gabaritos. Assim, para analisar as questões do exame e suas classificações em conteúdo da Contabilidade Gerencial, foi utilizada a divisão tradicional, método amplamente utilizado e aceito na literatura, entre os “Custos” e “Planejamento e Controle”, além de temas específicos “Outros”. Foram separadas as questões relacionadas à Contabilidade Gerencial, e identificados os conteúdos de cada questão. Os achados foram tabulados no *Microsoft Word* e utilizada a estatística descritiva simples. De modo geral, se teve um total de 450 questões do exame, 54 foram correspondentes à temática de contabilidade gerencial, totalizando 12%. Evidenciou-se que a temática relacionada a Custos é mais citada em todos os exames de suficiência, com questões sobre classificação de custos e sistemas de custeio, principalmente. Em custos gerenciais, a maior parte das questões abordaram a análise custo-volume-lucro, com questões sobre margem de contribuição e ponto de equilíbrio. Na linha de Na área “Planejamento e Controle” encontrou-se duas questões, uma sobre custo padrão e outra sobre estratégia organizacional, e por fim, em “Outros Temas”, as questões foram sobre: sistemas de informação contábil e preço de transferência e preços de venda.

Palavras-chave: CFC. Exame de Suficiência. Contabilidade Gerencial.

1 INTRODUÇÃO

Em um contexto de economia globalizada, as evoluções na tecnologia e aumento da diversidade nos negócios empresariais vem proporcionando mudanças nos mais diversos setores



da economia e ambientes de trabalho, junto a isso, o profissional contábil precisa estar sempre atualizado, tendo conhecimento e cumprindo o disposto por normas e órgãos reguladores (PINHEIRO; BONFIM; PORTUGAL, 2013). Muitas dessas mudanças estão atreladas aos artefatos da Contabilidade Gerencial, que vem cada dia mais sendo uma área decisiva na gestão empresarial.

Para Iudícibus (1986), a Contabilidade Gerencial caracteriza-se como variadas técnicas e procedimentos contábeis já tratados pela contabilidade financeira, contabilidade de custos, na análise de balanços etc., só que vistos em uma perspectiva diferente, com um grau mais detalhista e analítico, objetivando fornecer auxílio aos gerentes de estabelecimentos na tomada de decisão.

Lunkes *et al.* (2011), destacam a Resolução CNE/CES nº 10 de 2004, que em seu art. 4º diz que, o curso de graduação em Ciências Contábeis deve dar possibilidades para a formação profissional, revelando competências e habilidades. No item VII da respectiva resolução, é mencionado que o aluno deve buscar desenvolver, examinar e estabelecer sistemas de informação contábil e de controle gerencial, mostrando capacidade crítica analítica para aferir as implicações empresariais com a tecnologia da informação.

O Conselho Federal de Contabilidade foi criado através do Decreto-Lei nº 9.295/46 e possui como principal função, fiscalizar o exercício da profissão contábil, por meios dos Conselhos Regionais de Contabilidade, além de avaliar a qualidade do ensino dos cursos de ensino superior dessa área. A Lei nº 12.249/10, impôs a obrigatoriedade do Exame de Suficiência para que os profissionais da área contábil possam exercer a profissão.

Portanto, conforme Domiciano (2015) a Contabilidade Gerencial é um dos conhecimentos exigidos pelo Exame de Suficiência do CFC, é requerido do aluno que ele possua habilidades em desenvolver com aptidão as questões concernentes a esta área da contabilidade. Desta forma, têm-se a seguinte questão de pesquisa? **quais os temas das questões de Contabilidade Gerencial nas provas aplicadas em 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022, do exame de suficiência?**

Para isso, definiu-se como objetivo geral de estudo o de verificar quais os temas das questões de Contabilidade Gerencial nas provas aplicadas em 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022, e como objetivos específicos: conceituar contabilidade gerencial; identificar as questões que abordam a temática Contabilidade Gerencial e avaliar o conteúdo das questões dos últimos cinco anos de exame de suficiência.

A Ciência Contábil está passando por inovações e mudanças, logo, o que é requerido no Exame de Suficiência deve ser condizente com essas mudanças e atualizações que vem ocorrendo na área. Dessa forma, é imprescindível que o futuro profissional contábil esteja sempre esperto e buscando novos conhecimentos.

Destarte, essa pesquisa busca colaborar com o entendimento das questões que compõem o Exame de Suficiência, com foco específico nas questões da área de Contabilidade Gerencial, agregando assim valor para a academia e literatura nessa área. Estudos desta natureza contribuem para o desenvolvimento da Contabilidade Gerencial no Brasil, além de demonstrar alternativas de melhoria para as posteriores edições do Exame de Suficiência. Ainda, objetiva-se contribuir para a melhoria do Exame de Suficiência do CFC, trazendo apontamentos sobre temas-chave em Contabilidade Gerencial, bem como mostrar aos estudantes que se submeterão ao Exame um retrato dessas questões. Por fim, essa pesquisa também pode auxiliar às instituições de ensino na revisão de seus programas, bem como na preparação de seus alunos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico, são discutidos aspectos referentes à contabilidade gerencial e sua evolução ao longo do tempo, bem como ao exame de suficiência, sua regulamentação e conteúdos exigidos e por fim são mencionados estudos anteriores correlatos à temática.



2.1 CONTABILIDADE GERENCIAL

Para Iudícibus (2005) o objetivo da Contabilidade é prover os tomadores de decisão informações de natureza econômica, financeira e física do patrimônio de sua entidade, por meio de registros, demonstrativos, análises, diagnósticos e prognósticos acerca de relatos, pareceres, tabelas, planilhas etc. Dentre as várias áreas da ciência contábil, a contabilidade gerencial está em destaque como ferramenta gerencial indispensável à gestão. De acordo com Iudícibus (1995), a contabilidade gerencial está voltada unicamente para a administração da empresa, procurando prover informações que sejam válidas e efetivas nas decisões tomadas pelo administrador.

Crepaldi (2008) complementa este conceito ao mencionar que a contabilidade gerencial fornece instrumentos aos administradores de empresas. Para ele, ela volta-se para a melhor utilização dos recursos econômicos da empresa, por meio de um controle adequados dos insumos efetuados por um sistema de informação gerencial. Para Famá e Bruni (2006) a contabilidade gerencial tem essa função de prover os gestores com informações, e para isso ela deve criar e manter um sistema de informação com conceitos que sejam aceitos de maneira ampla.

Em virtude disso, diante das mudanças de ordens mundiais que vem ocorrendo no ramo dos negócios, a contabilidade gerencial vem passando por modificações no seu foco e no seu objetivo, originando novas práticas para acompanhar essas transformações e administrar esse novo modelo de organização (BEUREN; GRANDE, 2009).

Em março de 1998, a *International Federation of Accountants* (IFAC) divulgou o pronunciamento *International Management Accounting Practice I* (IMAP 1), que tinha como objetivo descrever o campo da contabilidade gerencial. Pinheiro, Bonfim e Portugal (2013) umas das principais contribuições do IMAP 1 foi a separação da contabilidade gerencial em estágios de acordo com seu foco de atuação, conforme o Quadro 1.

Quadro 1: Estágios da Contabilidade Gerencial conforme IMAP 1

Estágio	Período	Foco na atuação da Contabilidade Gerencial
1	Antes de 1950	Foco na determinação de custos e controle financeiro, por meio do uso de orçamentos e tecnologias de contabilidade de custos.
2	1950-1965	Foco no fornecimento de informações para planejamento e controle gerencial, através do uso de tecnologias, como análise de decisão e contabilidade por responsabilidade.
3	1965-1985	Atenção na redução do desperdício de recursos utilizados nos processos da empresa, por meio do uso da análise de processos e tecnologias de gerenciamento de custos.
4	1985 até os dias atuais	Atenção na geração de valor por meio do uso efetivo de recursos, de tecnologias que examinam os direcionadores de valor para o cliente e para o acionista, e de inovação da organização.

Fonte: Beuren e Grande (2009, p. 3).

Beuren e Grande (2009) disserta sobre esses estágios. No estágio 1 os aspectos tecnológicos de produção eram simples e foco da contabilidade voltava-se somente para orçamento e controle financeiro dos processos produtivos; no estágio 2, esse papel da contabilidade já evolui, agora, identifica problemas e ações, porém, somente quando há a ocorrência de desvios; o estágio 3 é marcado pelo aumento da competitividade e avanço na tecnologia, afetando de forma significativa o ramo da indústria, neste caso, passou-se a utilizar técnicas de gestão de qualidade, objetivando obter uma gestão estratégica de custos; e por fim, o estágio 4, já são enormes os avanços em manufaturas e tecnologias de processamento de informações. Foi nesse estágio que surgiu o e-commerce, e onde surgiu novas técnicas e modernas da contabilidade gerencial, como o *balanced scorecard* e medidas de valor econômico para os acionistas.



Trazendo o assunto de contabilidade gerencial para o contexto educacional, Cruz *et al.* (2014) dissertam que a aplicação dos conhecimentos de contabilidade gerencial estudados na graduação é positiva, pois gera informações que podem ajudar as empresas em suas atividades profissionais. Domenico, Carraro e Behr (2017) realizaram um estudo com egressos do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e identificaram que 80% dos profissionais consideram que o ensino da contabilidade gerencial trouxe contribuições para sua atuação no mercado de trabalho. E essa contribuição, em especial, se deu, na aplicação de instrumentos de visão sistêmica da empresa (revisão e melhoria de processos), 88%; e dos instrumentos de bancos de dados (análise de indicadores, e uso de fórmulas e planilhas *Microsoft Excel*), com 87%.

2.2 EXAME DE SUFICIÊNCIA

Por conta da evolução contabilística para se adaptar a novos padrões, isto permitirá harmonizar e uniformizar as tarefas contabilísticas de acordo com os procedimentos internacionais, há, portanto, necessidade de especialistas para acompanhar esse desenvolvimento (BUGARIM *et al.*, 2014).

As exigências competitivas devido à abertura de mercados e a obrigação de garantir à sociedade informação contábil de forma precisa e fiel, desencadeou uma preocupação por parte do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) com a qualidade do profissional contábil que está sendo entregue ao mercado de trabalho (CFC, 2018). Além da qualidade desse profissional contábil e da fiscalização como forma de prevenção, o exame de suficiência através de seus resultados pode trazer melhorias na qualidade do ensino da Contabilidade no Brasil, isso ocorre devido o fornecimento de informações acerca do desempenho de alunos e cursos de Ciências Contábeis (CASTRO, 2017).

Em 1986 Iudícibus e Marion já demonstravam a inexistência de um Exame de Suficiência como requisito para o exercício profissional como uma das deficiências do ensino contábil brasileiro, em virtude disso, o CFC, buscando aumentar a credibilidade da profissão e garantir a qualidade das atividades prestadas instituiu o exame de suficiência. Broietti (2014) destaca que para garantir a capacitação dos profissionais contábeis, um dos métodos para esse fim é o exame de suficiência, que avalia a capacitação e os conhecimentos dos profissionais.

O exame de suficiência foi instituído em 1999, por meio da Resolução CFC nº 853/99, como requisito para obtenção do registro no CRC, exigindo dos profissionais um nível mínimo de conhecimento para o desempenho da profissão. Em 2005 a exigibilidade do exame foi extinta por meio de uma ação judicial que relatavam que a criação do exame se deu por meio de resolução interna do CFC, e não através de lei, dessa forma feria o princípio do livre exercício profissional, conforme Carta Magna de 1988. Diante disso, foram realizadas dez edições do exame, de 2000 a 2004, e no período de 2005 a 2010 não foram realizadas provas (PINHEIRO; BONFIM; PORTUGAL, 2013).

Entretanto, em 2010, em virtude da Lei 12.249/2010 e Resolução CFC nº 1.301/2010, a obrigatoriedade do exame de suficiência foi novamente instituída, agora amparada por lei (BONIFÁCIO; CALLEGARI, 2012). De acordo com essa lei, ficou estabelecido que para exercerem a profissão, os profissionais contábeis precisam da conclusão do curso de Bacharel em Ciências Contábeis, reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), e posterior aprovação em Exame de Suficiência e registro no CRC que esteja submetido.

As provas do exame são realizadas duas vezes por ano em todo o país, e para obterem aprovação, os candidatos precisam, no mínimo, acertarem metade das questões da prova. Para bacharéis as áreas requeridas são Contabilidade Geral, Contabilidade de Custos, Contabilidade Pública, Contabilidade Gerencial, Noções de Direito Público e Privado, Matemática Financeira, Teoria de Contabilidade, Legislação e Ética Profissional, Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade, Auditoria Contábil, Perícia Contábil,



Português e Conhecimentos sociais, econômicos e políticos do País, conforme Caderno Analítico do Exame de Suficiência (2018).

De acordo com Schmit, Barros e Dias (2018) com o conteúdo programático elencado evita-se que haja questões regionais acerca dos conteúdos, visto que a elaboração das provas é de responsabilidade do CFC, neste caso, os CRC's são responsáveis apenas pela aplicação das provas em seus respectivos estados, ofertando assim um único exame no Brasil. Os autores, ainda destacam que para todas as disciplinas há um detalhamento do que se é necessário ter conhecimento, nesse caso, em Contabilidade de Custos (elementos conceituais, classificação e nomenclatura dos custos, controle e registro contábil de custos, métodos de custeio, sistemas de acumulação de custos e custos para controle; e, em Contabilidade Gerencial (conteúdo da contabilidade gerencial, análises alicerçadas no grau de ocupação da entidade, gestão dos custos, demonstrações contábeis na avaliação de desempenho, avaliação de empresas, orçamento e processo decisório e custos para decisão).

A análise do sistema CFC/CRC confirmou que os dez primeiros testes amadureceram e enriqueceram, observando que seu propósito não era classificar ou selecionar profissionais, mas tornou-se uma importante e eficaz ferramenta de ensino, em instituições de ensino nos mais diversos contextos e o incentivou a buscar atualização e assim conciliar o ensino e a aprendizagem com os requisitos mínimos para ingressar profissionalmente no mercado de trabalho (SCHMIT; BARROS; DIAS, 2018).

2.3 ESTUDOS ANTERIORES

Neste tópico estão descritos estudos anteriores sobre a temática investigada, com o intuito de saber o que já foi encontrado pela literatura e como esses estudos foram realizados, e assim poder agregar à academia com a presente pesquisa. Pinheiro, Bonfim e Portugal (2013) tiveram como objetivo verificar a aplicação dos conteúdos de Contabilidade Gerencial e de Custos das provas do CFC, edições 2011 e 2012, aplicadas a bacharéis de Ciências Contábeis. Os autores constataram que o exame de suficiência do CFC aborda bem os assuntos sobre Contabilidade Gerencial e de custos; entretanto, os artefatos modernos da Contabilidade Gerencial têm sido pouco abordados.

Domiciano (2015) teve como objetivo verificar os temas das questões da área de Contabilidade Gerencial nas edições de 2013, 2014 e 2015 do Exame de Suficiência do CFC para bacharéis em Ciências Contábeis. O autor analisou 250 questões, onde identificou 47 questões sobre a Contabilidade Gerencial, concluindo que houve questões dessa área em todas as edições analisadas.

Lunkes *et al.* (2015) teve por objetivo identificar e analisar os temas abordados de Contabilidade Gerencial nas quatro primeiras edições do Exame de Suficiência para bacharéis em Ciências Contábeis. Como resultados, encontrou-se: i) nas quatro primeiras edições do Exame, 19% das questões tratavam de assuntos de Contabilidade Gerencial; (ii) na aplicação das quatro edições, houve, de forma geral, uma diminuição no número de questões abordadas no que se refere à Contabilidade Gerencial; (iii) a linha de Contabilidade Gerencial mais abordada no Exame foi Custos, posteriormente seguida de outros temas e de Planejamento e Controle.

Eiseli, Lorenzi e Ferraz (2015) objetivaram analisar a importância do Exame de Suficiência do CFC para a formação do profissional contábil. A partir dos dados levantados, concluíram que os índices de inscritos vêm aumentando com o passar dos anos e o número de aprovados também, sendo que nos primeiros anos analisados o percentual variou entre 26,05% e 58,29%, e depois se manteve em média, em torno de 40%, sendo que na última edição analisada aumentou para os 54,48%. Das disciplinas apresentadas nos editais, Contabilidade Geral e Contabilidade de Custos são as mais representativas.

Santos e Silva (2018) teve como objetivo identificar as dificuldades dos bacharéis em Ciências Contábeis, com relação às temáticas de Contabilidade Gerencial e de Custos, referente às



habilidades de compreensão e aplicação mediante o domínio cognitivo de *bloom*, no Exame de Suficiência no período de 2015 e 2016. Evidenciou-se que, com relação à habilidade de compreensão, percebeu-se que os bacharéis encontram muita dificuldade relacionada à aplicação conceitual dos termos que envolvem Custos e Contabilidade Gerencial. Com relação à habilidade de aplicação, evidenciou-se dificuldade relacionada ao rateio dos custos indiretos, cobrado no exame. De forma geral, as dificuldades dos bacharéis em Ciências Contábeis são sobretudo referentes ao desconhecimento dos conceitos bem como aplicação destes quando exigido.

Marra Júnior (2018) buscou identificar o índice de convergência do conteúdo programático do exame de suficiência com as matrizes curriculares de Instituições de Ensino Superior (IES) do Distrito Federal. A partir dos achados, concluiu que as matrizes curriculares abarcam todos os temas que compõem o conteúdo das provas do exame. A maior convergência se deu para os conteúdos das áreas de Contabilidade Gerencial e Contabilidade Aplicada ao Setor Público, e o conteúdo menos explorado nos conteúdos ministrados foi relativo à Teoria Contábil, mesmo diante da alta exigência na prova.

Viegas *et al.* (2018) objetivava analisar a disciplina Contabilidade Gerencial de cursos de graduação em Ciências Contábeis a partir da opinião de jovens profissionais de Contabilidade, egressos desses cursos, analisando a importância atribuída a seus conteúdos e a conexão entre o que é abordado em sala de aula e a prática do mercado de trabalho. Na opinião dos pesquisados, embora a disciplina Contabilidade Gerencial procure abarcar conteúdos importantes para a rotina profissional, existe uma lacuna entre teoria e prática que pode ser reduzida.

Ricardino Junior, Gonzales e Bifi (2019) objetivaram a partir dos dados disponibilizados desde o primeiro exame de 2011 até o segundo exame de 2017, avaliar o desempenho dos inscritos e as instituições de ensino. A partir dos resultados encontrados, evidenciou-se que a média nacional de aprovação é 36% e que nos últimos dois exames analisados, as disciplinas com maior percentual de erros foram: Contabilidade Geral (64,6%), Contabilidade de Custos (63,17%) e Contabilidade Gerencial (61,44%). E por fim, com relação ao nível de aprovação por instituição de ensino, foi encontrado que dentre as dez com maior aprovação, nove foram públicas e uma privada.

Souza, Barreto e Gomes Filho (2019) tiveram como objetivo de pesquisa, analisar a importância da contabilidade e do exame de suficiência e as principais dificuldades apresentadas pelos estudantes na perspectiva docente de uma Instituição de Ensino Superior Pública. Comprovou-se que todos os participantes reconheceram a importância do exame de suficiência contábil, definindo-o como necessário e que traz contribuições significativa na vida profissional como um instrumento de filtragem. De acordo com os docentes, as principais dificuldades dos discentes é na interpretação textual e compreensão da legislação. Dentre as medidas indicadas pelos entrevistados para superar esses déficits, foi de que a ênfase das às questões em sala de aula deve possuir o mesmo padrão exigido no exame, essas deficiências são importantes para ajudar os discentes em sua preparação e posterior aprovação.

Como pode-se observar, a temática da presente pesquisa ainda é pouco explorada, visto a pouca quantidade de estudos encontrados. Logo, essa pesquisa busca agregar à literatura o que vem sendo abordado de Contabilidade Gerencial nas provas do exame de suficiência mais recentes, com vistas a discutir se houveram mudanças dos achados dos estudos já realizados anteriormente para o encontrado na presente pesquisa.

3 METODOLOGIA

Essa pesquisa classifica-se como descritiva, que segundo Gil (2008), uma pesquisa dessa natureza descreve as características de determinadas populações ou fenômenos. As informações são secundárias, pois parte da coleta de informações das provas do CFC realizada no primeiro e segundo semestre dos anos de 2018 a 2022. Conforme Richardson (1999), os dados secundários são obtidos a partir, por exemplo, de obras bibliográficas ou de relatórios de pesquisas anteriores acerca da temática.



Ainda, a pesquisa tem uma abordagem qualitativa e quantitativa. A análise qualitativa examina e reflete sobre as percepções com o objetivo de melhorar o entendimento de atividades sociais e humanas, neste caso, foi analisado o conteúdo das questões relacionadas à Contabilidade Gerencial dentro do Exame de Suficiência de forma qualitativa; também tem o caráter quantitativo, por conta do da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de dados, quanto através de estatísticas (RICHARDSON, 1999).

A população desta pesquisa trata-se das dez provas do Exame de Suficiência aplicados nos anos de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022 e sua amostra refere-se às questões de Contabilidade Gerencial provas analisadas. Dessa forma foram analisadas 450 questões, das quais 54 corresponderam à área de Contabilidade Gerencial.

O conteúdo das provas foi obtido no sítio eletrônico do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), onde as provas estão disponíveis para download, bem como os respectivos gabaritos. Assim, para analisar as questões do exame e suas classificações em conteúdo da Contabilidade Gerencial, foi utilizada a divisão tradicional, método amplamente utilizado e aceito na literatura, entre os “Custos” e “Planejamento e Controle”, além de temas específicos “Outros”.

E por fim, foram separadas as questões relacionadas à Contabilidade Gerencial – e identificados os conteúdos de cada questão. Os achados foram tabulados no Microsoft Word e utilizada a estatística descritiva simples.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção as questões sobre Contabilidade Gerencial encontradas nas nove edições analisadas do exame de suficiência, a classificação das questões por temas e a análise realizada com relação ao conteúdo dessas questões.

4.1 QUESTÕES SOBRE CONTABILIDADE GERENCIAL

As nove provas correspondentes às edições 2018.1 até 2022.1 foram analisadas minuciosamente, para a correta identificação das questões que tratavam da Contabilidade Gerencial. Na Tabela 1 estão dispostas as questões dessa temática identificadas por edição.

Tabela 1: Questões sobre Contabilidade Gerencial

Edição	Total de questões	Questões de Contabilidade Gerencial	%
2018.1	50	7	14%
2018.2	50	7	14%
2019.1	50	7	14%
2019.2	50	4	8%
2020.1	50	6	12%
2020.2	50	6	12%
2021.1	50	6	12%
2021.2	50	6	12%
2022.1	50	5	10%
Total	450	54	12%

Fonte: elaborada pelos autores (2022).

Conforme apresentado na tabela, os resultados tendem a se manterem, sendo que na edição 2018.1 até a 2019.1 tiveram uma quantidade constante de questões de contabilidade gerencial exame de suficiência, correspondente a 14% do total de questões, já na edição seguinte, 2019.2, foi a edição com menor participação dessa temática no exame, com 8% de questões da área. Nas edições seguintes, de 2020.1 até 2021.1 o percentual de questões também foi constante, em 12%. Já na edição 2022.1, última realizada, o número de questões volta a cair, agora com 10%. De



maneira geral, de um total de 450 questões do exame, 54 foram correspondentes à temática de contabilidade gerencial, totalizando 12%.

Lunkes *et al.* (2015) analisaram os temas abordados de Contabilidade Gerencial nas quatro primeiras edições do Exame de Suficiência para bacharéis em Ciências Contábeis, e encontraram que nas quatro primeiras edições do Exame, 19% das questões tratavam de assuntos de Contabilidade Gerencial.

Pinheiro, Bonfim e Portugal (2013) também investigaram a contabilidade de custos e gerencial nos exames de suficiência dos anos de 2011 e 2012, e concluíram a partir dos resultados encontrados que essa área é a segunda com mais peso no exame, ficando atrás de Contabilidade Geral. Esses autores trabalharam Contabilidade de Custos e Contabilidade Gerencial de maneira separada, apesar que mencionam que esta está inclusa naquela.

Ainda conforme a pesquisa desses autores, em se tratando de Contabilidade de Custos, mais da metade (69%) eram relacionados ao custeio por absorção, seguido pelo custeio variável (15%). No tocante à Contabilidade Gerencial, os assuntos mais cobrados foram ponto de equilíbrio e margem de contribuição, seguidos por conceitos de sistemas gerenciais e com menor percentual, assuntos acerca de orçamento, margem de segurança e prazos de recebimento.

As outras áreas abordadas nas provas, que se relacionam com a contabilidade e as suas diversas áreas de aplicação, que não se relacionam com a contabilidade gerencial e que, por isso, não são objeto desta pesquisa, representam 86% das edições 2018.1 a 2019.1, 92% na edição 2019.2, 88% das edições 2020.1 a 2021.2 e 90% na edição 2022.1.

Confrontando esses achados com o estudo de Lunkes *et al.* (2015), nas quatro primeiras edições investigadas por estes autores, houve, de forma geral, uma diminuição no número de questões abordadas no que se refere à Contabilidade Gerencial. Já na pesquisa de Domiciano (2015), que investigou as edições 2013.1 até a 2015.1, e encontrou os seguintes percentuais relativos a questões que envolvem contabilidade gerencial: 2013.1 (22%), 2013.2 (20%), 2014.1 (18%), 2014.2 (20%) e 2015.1 (14%), observa-se uma queda na exigência comparando-se com as recentes edições do exame. Vale destacar que o número de questões totais do exame sempre foi a mesma, sendo possível fazer essas comparações. Um ponto que talvez possa ter sido relevante foi a mudança da banca que elabora as provas, até 2017.2 foi a Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), e a partir da edição 2018.1 passou a ser a Consulplan.

Na pesquisa de Melo e Arantes (2016) as questões relativas à disciplina Contabilidade Gerencial corresponderam a 6,4% do Exame de Suficiência, nas edições de 2011 a 2015, sendo um dos cinco temas mais presentes na prova. A disciplina Contabilidade Geral obteve um maior número de questões (30,8%), o que de acordo com os autores pode estar relacionado à extensão de seu conteúdo programático. Ainda, a segunda disciplina mais presente no exame é Contabilidade de Custos, com 10,8% das questões. No estudo de Pinheiro, Bonfim e Portugal (2013) sobre as provas aplicadas em 2011 e 2012, observou-se que o número de questões sobre Contabilidade Gerencial vem diminuindo, mesmo diante da importância desse tema no exame.

4.2 CLASSIFICAÇÃO DAS QUESTÕES POR TEMAS

Na Tabela 2 estão dispostas as questões de Contabilidade Gerencial de acordo com os temas. Para a análise das questões de Contabilidade Gerencial abordadas nas provas, a classificação das questões foi realizada conforme as linhas de investigação. Nas provas do Exame de Suficiência analisadas neste trabalho, foram abordadas dentro das três linhas de estudo, dez temas de Contabilidade Gerencial, sendo a linha de “Custos” a mais exigida, seguida de “Outros Temas” e, finalmente, de “Planejamento e Controle”.

Para analisar as questões de contabilidade gerencial abordadas nos exames, as questões foram classificadas de acordo com as linhas de pesquisa. Nos exames analisados neste trabalho foram investigadas a partir de três áreas de estudo, das quais a linha “custos”, seguida de “planejamento e controle”, e por fim “outros temas”.



Tabela 2: Classificação das questões por temas

Temas	Questões								
	2018.1	2018.2	2019.1	2019.2	2020.1	2020.2	2021.1	2021.2	2022.1
Custos									
Contabilidade de Custos	3	4	5	4	4	4	4	4	4
Custos gerenciais	2	2	1			1	1	2	1
Sub-total	5	6	6	4	4	5	5	6	5
Planejamento e Controle									
Custo padrão	1								
Estratégia Organizacional		1							
Sub-total	1	1	0						
Outros temas									
Sistema de informação contábil	1								
Preço de transferência e Preço de Venda			1		1	1	1		
Análise de indicadores financeiros					1				
Sub-total	1	0	1		2	1	1	0	0
Total	7	7	7	4	6	6	6	6	5

Fonte: elaborada pelos autores (2022).

Segundo a Tabela 2, é possível comprovar que a temática relacionada a Custos é mais citada em todos os exames de suficiência. Apontando que em todas as edições dos últimos anos essa linha de investigação foi cobrada. O tema “Custos Gerenciais” também foi cobrado, sendo que teve uma diminuição, apontando em que duas edições, 2019.2 e 2020.1 não foram cobradas questões sobre o assunto.

Dentro de Contabilidade de Custos, é possível ver questões de nomenclatura e classificação de custos, sistemas de custeio – absorção, variável e ABC – sendo os mais presentes e até questões de produção por ordem e contínua. Concordando com o achado por Pinheiro, Bonfim e Portugal (2013), onde a maior parte das questões de Contabilidade de Custos era sobre métodos de custeio.

Em custos gerenciais, a maior parte das questões abordam a chamada análise custo-volume-lucro, cobrando, por exemplo, sobre margem de contribuição, mas, principalmente os pontos de equilíbrio, corroborando com o encontrado por Pinheiro, Bonfim e Portugal (2013). Vale ressaltar que é importante saber o cálculo matemático do ponto de equilíbrio, pois auxiliará a um bacharel em contabilidade a conseguir contextualizar conceitos, permitindo a aplicabilidade na tomada de decisão (DOMICIANO, 2015).

Na área “Planejamento e Controle” foram relativamente pouco abordados em relação à linha de “Custos”. Tendo em 2018.1 e 2018.2, apenas uma questão em cada edição, tratando dos temas “Custo padrão” e “Estratégia Organizacional”. Para Domiciano (2015) esta é uma área importante para a formação profissional de um futuro contabilista, onde as empresas privadas e até instituições estatais necessitam deste conhecimento especial para gerirem as suas atividades e se destacarem das demais, o planejamento é uma das etapas mais importantes do processo de gestão, onde é possível evitar falhas e prever erros futuros, o que permite a continuidade do todo, e o controle, permite comparar resultados previstos e reais, além de comparar resultados passados com resultados atuais.



Por fim, os “Outros Temas” se apresentou na tabela com baixa quantidade de questões relacionados aos temas “Sistemas de Informação Contábil” que foi cobrado em uma edição, 2018.1, “Preço de Transferência e Preços de Venda” foi seguido por quatro edições (2019.1, 2020.1, 2020.2 e 2021.1) e “Análise de Indicadores Financeiros” que só teve uma questão na edição 2020.1.

Na pesquisa de Lunkes *et al.* (2015), ao analisar as quatro primeiras edições do Exame de Suficiência, observou-se que a linha de Contabilidade Gerencial mais abordada no Exame foi Custos, posteriormente seguida de outros temas e de Planejamento e Controle. Já no estudo de Pinheiro, Bonfim e Portugal (2013) entre os assuntos de contabilidade gerencial cobrados no exame se destacaram: 28% de questões sobre ponto de equilíbrio; 27% sobre margem de contribuição e 18% sobre sistemas gerenciais. Ainda, os assuntos margem de segurança, orçamento e prazos de recebimentos, cada um deles, obteve 9%.

Após uma análise detalhada dos exames, pode-se afirmar que o nível de dificuldade e os conhecimentos exigidos nas provas evoluíram com o passar do tempo, mas não é possível prever se esse aspecto continuará nas próximas edições.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste artigo foi verificar quais os temas das questões de Contabilidade Gerencial nas provas aplicadas em 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022, e como objetivos específicos: conceituar contabilidade gerencial; identificar as questões que abordam a temática Contabilidade Gerencial e avaliar o conteúdo das questões dos últimos cinco anos de exame de suficiência.

Ao analisar as provas, verificou-se que na 1ª edição de 2018 do Exame de Suficiência, a aplicação de questões sobre Contabilidade Gerencial foi de 14%, na 2ª edição de 2018 foi de 14%, na 1ª edição de 2019 foi de 14%, na 2ª edição de 2019 foi de 8%, na 1ª edição de 2020 foi de 12%, na 2ª edição de 2020 foi 12%, na 1ª edição de 2021 foi de 12%, na 2ª edição de 2021 foi de 12% e na 1ª edição de 2022 teve um percentual de 10%. Ao percebe-se no decorrer dessas edições teve umas variações de resultados de aplicabilidade de questões sobre o assunto de Contabilidade Gerencial. Portanto, das 450 questões presente nas nove provas, 54 foram de Contabilidade Gerencial, que equivale a 12% das questões adicionadas nas nove provas do exame de suficiência que foram o objeto do estudo.

Em outra análise, sobre os temas mais cobrados, observou-se que a linha mais cobrada foi o de “Custos”, logo em seguida foi relacionado “Outros temas” e por último a temática “Planejamento e Controle”. Dos 7 temas analisados, todos foram abordados. O tema com uma exigência maior nas nove provas foi o de “Contabilidade de Custos” com um total de 36 questões, “Custos Gerenciais”, com 10 questões, “Preço de Transferência e Preço de Venda”, com 4 questões e “Custo Padrão”, “Estratégia Organizacional”, “Sistema de Informação Contábil”, “Análise de Indicadores Financeiros” com apenas uma questão cada.

Assim, pode-se citar como limitação dessa pesquisa, a quantidade de provas, o que não pode ser generalizado para as edições anteriores, e de só ter investigado a área de contabilidade geral, porém, ressalta-se a importância dessa área, visto ser a segunda mais exigida no exame, ficando atrás somente de contabilidade geral. como sugestões para futuras pesquisas, sugere-se que esse estudo seja replicado para as outras áreas exigidas no exame, para ver a frequência de cobrança e conteúdos exigidos. Dentre essas áreas, pode-se citar, contabilidade pública, ética, perícia etc. Bem como, pode ser investigada a cobrança dos CPCs no exame.

REFERÊNCIAS

BEUREN, I. M.; GRANDE, J. F. Mudanças de práticas de contabilidade gerencial identificadas com aplicações da análise de discurso crítica no RA de empresa. In: Congresso da Associação



Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, 3, 2009. **Anais...** São Paulo, 2009.

BONIFÁCIO, R.; CALLEGARI, O.M. O exame de suficiência contábil e a percepção dos professores do curso de ciências contábeis. In: XII Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária nas Américas. **Anais...** Veracruz-México, 2012

BROIETTI, C. Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade: Observação das Publicações Relacionadas ao Tema. In: 5º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças. **Anais...** Florianópolis, 2014.

CASTRO, D. V. B. As idas e vindas do Exame de Suficiência. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 224, p. 36-45, abr. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Caderno Analítico do Exame de Suficiência**: histórico dos resultados. Brasília: CFC, 2018.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade Gerencial**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CRUZ, N. V. S. *et al.* O Ensino da Contabilidade vinculada à área de Custos e Gestão no Curso de Ciências Contábeis no Nordeste Brasileiro: uma análise da adequação da proposta de conteúdos abordados pelas IES às diretrizes do CFC (2009) e do ISAR/UNCTAD/ONU. In: Congresso Brasileiro de Custos, 20., 2013, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: CBC, 2013.

DOMENICO, E.; CARRARO, W. B. W. H; BEHR, A. Contribuição do ensino de contabilidade gerencial ao mercado de trabalho. In: Congresso de UFRGS e Congresso de Iniciação Científica em Contabilidade da UFRGS, 2, 2017, **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, p. 1-16, 2017.

DOMICIANO, L. M. **Análise das questões de contabilidade gerencial do exame de suficiência do CFC**. Trabalho de conclusão de curso - Departamento de Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Santa Catarina – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2015.

EISELE, C. D.; LORENZI, M. G. V.; FERRAZ, L. M. S. Importância do exame de suficiência do conselho federal de contabilidade-cfc, na formação do profissional contábil. In: Encontro Científico Cultural Interinstitucional, 13., 2015. **Anais...** 2015.

FAMÁ, R.; BRUNI, A. L. **A Contabilidade Empresarial**. São Paulo: Atlas, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. Carlos. As Faculdades de Ciências Contábeis e a Formação do Contador. **Revista Brasileira de Contabilidade**, v. 15, n. 56, p. 50-56, 1986.

IUDÍCIBUS, S. **Contabilidade gerencial**. 4.ed. São Paulo: Atlas,1986.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.



- JUNIOR, A. A. R.; GONZALES, A.; BIFI, C. R. O Desempenho dos Estudantes de Ciências Contábeis nos dois Exames de Suficiência promovidos pelo CFC em 2017. **Redeca**, v. 6, n. 1, p. 106-127, 2019.
- LUNKES, R. J.; RIPOLL FELIU, V. M.; ROSA, F. S. Contabilidad de gestión: um estudio em revistas de Brasil, España y de lengua española. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v.5, n.13, p. 132-150, 2011.
- MARRA JÚNIOR, C. W. **Exame De Suficiência em Contabilidade**: um estudo sobre a convergência de conteúdo das matrizes curriculares de instituições de ensino superior do Distrito Federal. Trabalho de conclusão de curso - Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília – Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2018.
- MELO, M. S.; ARANTES, V. A. Exame de suficiência do Conselho Federal de Contabilidade: uma análise do conteúdo de contabilidade aplicável ao setor público. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 17, n. 2, p. 19-30, 2016.
- PINHEIRO, L. B.; BONFIM, M. P.; PORTUGAL, G. T. Um estudo sobre a aplicação dos conteúdos da Contabilidade Gerencial e de Custos nos Exames de Suficiência de 2011 e 2012. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 57, p. 43-49, 2013.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- SANTOS, J. A. P.; SILVA, O. L. Compreensão e aplicação segundo os objetivos educacionais de bloom: dificuldades dos bacharéis em ciências contábeis em contabilidade gerencial e de custos no exame de suficiência do cfc em 2015 e 2016. In: Congresso Brasileiro de Custos - ABC, **anais...** 2018.
- SCHMIT, K. R. S.; BARROS, M. S.; DIAS, R. B. **Análise do exame de suficiência da cidade DE Cuiabá e Várzea Grande**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis), Centro Universitário de Várzea Grande-MT, Várzea Grande-MT, 2018.
- SOUZA, C. N. P.; BARRETO, T. V.; GOMES FILHO, A. S. Percepção Docente sobre o Exame de Suficiência Contábil: Um Estudo em uma Instituição de Ensino Superior do Município de Icó, Ceará-Brasil. **ID on line. Revista de Psicologia**. v. 13, n. 43, 2019.
- VIEGAS, R. L. S. O. *et al.* A Disciplina Contabilidade Gerencial sob a Perspectiva dos Egressos do Curso de Ciências Contábeis: Importância Atribuída e Conexão com a Prática Contábil. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 13, n. 3, 2018.



PERCEPÇÃO DE MICRO E PEQUENOS EMPRESÁRIOS SOBRE INSTRUMENTOS DA CONTABILIDADE GERENCIAL

Francisco Batista Sobrinho Neto

Graduado em Ciências Contábeis pela FACESA
Faculdade do Complexo Educacional Santo André (FACESA)
E-mail: franciscobsneto@outlook.com

Annandy Raquel Pereira da Silva

Doutoranda em Contabilidade pela UFSC
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: annandyraquel@hotmail.com

Geison Calyo Varela de Melo

Doutorando em Administração e Controladoria pela UFC
Universidade Federal do Ceará (UFC)
E-mail: geisoncalyo@hotmail.com

Kallianna Karina Medeiros de Azevedo Navarro

Especialista em Contabilidade e Planejamento Tributário (UFERSA)
Faculdade do Complexo Educacional Santo André (FACESA)
E-mail: kallianna.azevedo@hotmail.com

RESUMO

O crescimento das micro e pequenas empresas no Brasil é um fato crescente nos últimos anos e assim, destaca-se sua importância para a sociedade como um todo. Dessa forma, o estudo tem como objetivo geral analisar a percepção de micro e pequenos empresários do RN quanto aos instrumentos da contabilidade gerencial, e para atendê-lo, realizou-se uma pesquisa descritiva, quantitativa e por meio de um levantamento, com 20 empresários do Rio Grande do Norte. Os resultados apontam que essas empresas, em maioria, estão localizadas nos municípios de Fernando Pedroza, Angicos e Natal, atuam a mais de 10 anos no mercado, são classificadas como Microempresa (ME), possuem até 5 funcionários, os sócios possuem instrução de ensino médio completo e realizam seus registros contábeis em escritórios de contabilidade. Além disso, metade das empresas fazem uso da análise da relação do custo/volume/lucro e ponto de equilíbrio, a grande maioria das empresas afirmou utilizar da contabilidade e/ou contador, bem como destacaram não receberam oferta de instrumentos gerenciais.

Palavras-chave: Contabilidade Gerencial. Instrumentos Gerenciais. Micro e Pequenos Empresários.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), cerca de 99% das empresas existentes no Brasil são caracterizadas como Micro e Pequenas Empresas (PME's), sendo as principais geradoras de empregos e renda. O ano de 2021 alcançou um marco histórico quanto à abertura de pequenos negócios, quando mais de 3,9 milhões de pequenas empresas foram formalizadas (SEBRAE, 2022). Com isso, denota-se a importância dessas empresas para a economia nacional.



Não obstante a importância dessas empresas, conforme o Sebrae, o número de mortalidade delas em seus anos iniciais é alto, sendo a falta de gestão e planejamento uma das principais causadoras da descontinuidade. Diversos são os fatores que interferem na continuidade dessas empresas, exigindo dos empresários habilidades e competências para otimização do desempenho, o que parte de uma tomada de decisão bem fundamentada. Neste sentido, emerge-se a necessidade de informações consistentes que possibilite ao gestor escolher entre as alternativas aquela que se apresente mais oportuna (SANTOS *et al.*, 2009).

Neste contexto, destaca-se a contabilidade gerencial, que se trata de uma das principais fontes de dados e informações, auxiliando no processo de tomada de decisão das organizações (COSTA; LUCENA, 2021). O seu papel no desenvolvimento das empresas vai além da fixação de preços de venda, perfazendo o traçado de estratégias que fazem emergir diferenciais competitivos e um melhor desempenho, contribuindo para a perenidade das mesmas no mercado (COSTA; LUCENA, 2021).

Devido à expansão da competitividade por mercados, as PME's necessitam constantemente de várias mudanças organizacionais, o que as faz utilizar ferramentas e informações contábeis para maximizar a eficiência na tomada de decisão (CALLADO; MELLO, 2018). A contabilidade gerencial dispõe de importantes ferramentas capazes de fornecer informações assertivas a administração, auxiliando assim em uma tomada de decisão rápida e eficaz, ao fornecer informações precisas e cruciais para o bom funcionamento da empresa (CREPALDI, 2011).

A contabilidade gerencial é um conjunto de procedimentos e técnicas que promovem o bom funcionamento das empresas, pois com a otimização da informação os gestores têm uma maior rapidez e eficiência na tomada de decisão. As micro e pequenas empresas para terem um bom retorno econômico reconhecem a contabilidade gerencial como um de seus principais propulsores (VAZ; ESPEJO, 2015), uma vez que se trata de um instrumento que fornece um maior arcabouço de informações úteis a tomada de decisões dos gestores, contribuindo para o crescimento organizacional (COSTA *et al.*, 2020).

Embora os gestores de pequenas empresas compreendam a importância de ferramentas gerenciais consideradas relevantes para o sucesso do negócio, ainda se percebe que eles renunciam a sua adoção, seja por desconhecimento, falta de recursos, atitudes dos proprietários ou por enxergarem desvantagem na relação custo-benefício (VOGEL; WOOD JUNIOR, 2012).

Ante o exposto, o questionamento que norteou o presente estudo foi: **qual a percepção de micro e pequenos empresários do RN quanto aos instrumentos da contabilidade gerencial?** Para responder este questionamento, essa pesquisa tem como objetivo geral analisar a percepção de micro e pequenos empresários do RN quanto aos instrumentos da contabilidade gerencial. Dessa forma, a pesquisa tem como objetivos específicos: a) conhecer o perfil da empresa investigada; b) conhecer o perfil do sócio da empresa e c) identificar os instrumentos gerenciais utilizados pela empresa.

Dessa forma, Pelissari (2007) afirma que, em um mundo globalizado e com maior grau de competitividade, as empresas encontram-se lutando pela sua sobrevivência, buscando ferramentas e estratégia para se adequar às exigências do mercado e que ainda, essa situação promovida pela globalização, vem aumentando a competitividade de tal maneira que as empresas que não se adaptam entram em processo de falência, esse evento torna a controladoria imprescindível, pois ela é o elo principal de ligação entre os diversos setores da empresa e somente ela pode fornecer dados com precisão, que facilita uma tomada de decisão rápida e ao mesmo tempo assertiva.

Assim, considera-se que o desenvolvimento do estudo justifica-se considerando a atual conjuntura do mercado, em que a contabilidade apresenta-se em destaque no fornecimento de informações relevantes para a tomada de decisão e em paralelo com a contabilidade gerencial, faz-se necessário incrementar a discussão acerca dessa temática e ainda apresentar um suporte para o mercado, por meio do incremento das ferramentas gerenciais nas micro e pequenas empresas, que tanto vem crescendo nos últimos anos, contribuindo para os gestores no sentido do gerenciamento dos seus negócios, aprimoramento desses instrumentos e no processo de tomada de decisão.



O artigo trata-se de uma pesquisa descritiva quanto aos objetivos, com procedimentos por meio de uma pesquisa de campo, sendo o levantamento de dados feito por meio da aplicação de um questionário a micro e pequenos empresários do RN. Os dados obtidos foram tratados de maneira quantitativa, por meio da estatística descritiva.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico, são discutidos aspectos referentes às micro e pequenas empresas, bem como à Contabilidade Gerencial e seus instrumentos e por fim são mencionados estudos anteriores correlatos à temática.

2.1 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (SEBRAE), as microempresas são aquelas que se enquadram com um faturamento máximo anual de R\$ 360.000 mil e podem empregar até nove funcionários caso seja comércio, no setor de serviços indústria ou construção civil ela pode empregar até 19 pessoas. Já as pequenas empresas se enquadram com o faturamento e número de funcionários maior, tendo assim seu faturamento entre 360 mil e 4,8 milhões ao ano, e com o número de funcionários de 10 a 49 caso seja comércio sendo serviço, indústria ou construção civil, o número de funcionários aumenta para ficando entre 20 a 99 pessoas (SEBRAE, 2018).

O Brasil é considerado o país que possui o maior número de empreendedores do mundo, entretanto, essa realidade é revelada quando se percebe que muitos estão empreendendo por necessidade e não por oportunidade e esse cenário vem sendo propício, cada vez mais, para o surgimento de novas empresas, em que muitos indivíduos empreendem para suprir a necessidade ocasionada pela falta de emprego (GEM, 2015). Legalmente, aqui no país, as micro e pequenas empresas são beneficiadas por terem um tratamento diferenciado e favorecido, onde um desses tratamentos consiste no recolhimento unificado dos impostos e contribuições devidos a União, Estados e Municípios, conforme disposto no art. 1º da Lei Complementar 123/2006.

Com base no implemento da legislação no país, as micro e pequenas empresas possuem papel de destaque na economia, sendo responsáveis pela geração de empregos para uma grande parte da população, bem como por 98% do número de empresas formais e contribuem com o Produto Interno Bruto (PIB) (SEBRAE, 2014). Entretanto, percebe-se que uma grande maioria das micro e pequenas empresas não conhecem ou não utilizam de ferramentas capazes de auxiliar na gestão e no processo de tomada de decisão, como por exemplo, um simples registro contábil que gere informação para o gestor, e em contrapartida, acabam comprometendo atividades operacionais básicas da empresa, em que a administração arca com as consequências de uma gestão que deveria levar em conta a utilização de ferramentas ou instrumentos oriundos da contabilidade e suas ramificações, como a contabilidade gerencial (RIEDI *et al.*, 2020).

Nesse sentido, o SEBRAE (2014) aponta algumas desenvolvimentos de sucesso relevantes para os micro e pequenos empreendedores, guiados por três características comuns, que são (i) habilidades gerenciais; (ii) capacidade empreendedora; e (iii) logística operacional, destacando que os fatores relacionados as habilidades gerenciais são primordiais para o processo de gestão, as quais representam a preparação do empresário para direcionar o mercado a qual opera a capacidade para administrar bem o seu negócio e enfatizando que os gerenciais devem ser vistos com bons olhos para todos os empreendimentos.

2.2 CONTABILIDADE GERENCIAL

Para fins de definição, a contabilidade gerencial pode ser entendida como um conjunto de técnicas e procedimentos contábeis, que combinados, fornece informações relevantes para o



processo decisório nas empresas (CREPALDI, 2011). Dessa forma, a informação fornecida pela contabilidade gerencial é especialmente voltada para os usuários internos das empresas, auxiliando em suas decisões e ainda, contribuem para o processo de planejamento, avaliação e controle, proporcionando aos gestores um maior suporte na concretização dos objetivos das organizações (FREZATTI; AGUIAR; GUERREIRO, 2007).

De acordo com Atkinson *et al.* (2011) as diversas mudanças e contratemplos ocorridos no dia a dia das organizações, proporcionaram o crescimento das necessidades informacionais para que atendessem as demandas dos gestores no que tange ao planejamento, controle e tomada de decisão. Dessa forma, a contabilidade gerencial emerge como sendo parte de um processo de identificação, mensuração e análise de informações sobre os fatos econômicos e de propor a transformação de dados em informação concisa, operacional e financeira para empregados e administradores das empresas.

Nesse contexto, percebe-se que essas mudanças ocorridas no cenário mercadológico são provenientes de mudanças a nível global e que reflete em todos os empreendimentos, bem como na própria contabilidade gerencial, que passou por estágios em seu desenvolvimento ao longo dos anos, conforme destacado no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1: Estágios da Contabilidade Gerencial

ESTÁGIOS	PERÍODO	DESCRIÇÃO
Estágio 1	Antes de 1950	O foco foi a determinação de custos e controle financeiro, por meio do uso de orçamento e contabilidade de custos e tecnologias.
Estágio 2	1965	O foco mudou para o fornecimento de informações para o planejamento e controle de gestão, por meio do uso de tecnologias como análise de decisão e contabilidade por responsabilidade.
Estágio 3	1985	A atenção estava voltada para a redução dos resíduos em recursos utilizados nos processos de negócio, a partir da utilização de análise de processos e tecnologias de gestão de custos.
Estágio 4	1995	A atenção se deslocou para a geração ou criação de valor com uso efetivo dos recursos, por meio de tecnologias que analisam os drivers de valor do cliente, valor para o acionista e inovação organizacional.

Fonte: Santos *et al.* (2018).

Conforme observado no Quadro 1, percebe-se que os estágios da contabilidade gerencial podem ser analisados em forma separada, mas que apresentaram uma evolução significativa quando comparado de um estágio para outro e em cada estágio, constata-se uma adaptação para condições que passaram a ser enfrentadas pelas empresas, com modificações nos métodos de uso dos recursos e tecnologias usadas no estágio anterior, e ainda, evidencia-se que os estágios combinavam conhecimentos antigos com os mais atuais, no intuito de enfrentar ambientes de mercado com mais competitividade (SANTOS *et al.*, 2018).

Para tanto, acredita-se que nesse cenário de mudanças e transformações no mercado, tem crescido o número de empresas, principalmente as micro e pequenas empresas, que não conseguem garantir sua permanência no mercado ou apresentam diversas dificuldades para sobreviverem, uma vez que fazem uso da contabilidade apenas para fins fiscais e muito menos utilizam de suas outras ramificações, como a contabilidade gerencial e esse panorama, visto nos últimos anos, tem se agravado devido os gestores não conseguirem acesso ou não saberem utilizar da informação fornecida por essas áreas, que refletem em todo o negócio (SANTOS; DOROV; BEUREN, 2016).

2.2.1 Instrumentos da Contabilidade Gerencial

Conforme destacado anteriormente, muitas micro e pequenas empresas não conseguem sobreviver no mercado e esse fato vem crescendo nos últimos anos, sendo associado a falta de uma



boa administração dos negócios, reflexo da não utilização de ferramentas associadas a contabilidade gerencial, conhecidas como instrumentos gerenciais (SILVA, 2009). E desde os primórdios da contabilidade gerencial, que a mesma tem desenvolvido instrumentos capazes de fornecer informações relevantes para as empresas, focando na eficiência e no seu desempenho (CHENHALL; LANGFIELD-SMITH, 1998).

Os instrumentos gerenciais, também denominados de artefatos, são considerados como uma série de elementos utilizados nas diversas organizações, que podem ser visualizados na forma de ferramentas, sistemas e definições que possam proporcionar entendimentos e aplicações de formas variadas (FREZATTI, 2006). Já Soutes (2006) classificam os instrumentos (artefatos) que são utilizados pela contabilidade gerencial em tradicionais ou modernos, conforme disposto no Quadro 2 a seguir.

Quadro 2: Instrumentos/artefatos gerenciais

INSTRUMENTOS/ ARTEFATOS	TIPOS
TRADICIONAIS	São considerados instrumentos/artefatos tradicionais: custeio por absorção, custeio variável, custeio padrão, preço de transferência, retorno sobre o investimento, moeda constante, valor presente, orçamento e descentralização.
MODERNOS	São considerados instrumentos/artefatos modernos: custeio baseado em atividades, custeio meta, <i>benchmarking</i> , <i>kaizen</i> , <i>just in time</i> , teoria das restrições, planejamento estratégico, gestão baseada em atividades, GECON, valor econômico agregado, simulação, <i>Balanced Scorecard</i> e gestão baseada em valor.

Fonte: Soutes (2006).

Vale salientar, que a exposição do Quadro 2 reflete alguns instrumentos/artefatos da contabilidade gerencial, ou seja, constam os mais conhecidos pelos profissionais da área, pela literatura especializada e pelos mais comuns a serem utilizados nas organizações, o que pode ocorrer de outros instrumentos/artefatos, não citados anteriormente, entretanto são percebidos ou aplicados pela contabilidade gerencial, o que deve-se levar em consideração, é a necessidade de cada organização e os objetivos a serem atendidos (SANTOS *et al.*, 2009).

Os instrumentos gerenciais apresentados anteriormente, direcionam para outros tipos de instrumentos utilizados pela contabilidade gerencial, que são de fácil e comum aplicabilidade em micro e pequenas empresas, tendo em vista da relevante necessidade informacional e os objetivos alcançados mediante os seus usos, conforme mencionado no Quadro 3 a seguir.

Quadro 3: Outros instrumentos/artefatos gerenciais

INSTRUMENTOS/ ARTEFATOS	TIPOS
Análise das demonstrações contábeis	Por meio da análise das demonstrações contábeis é possível conseguir informações que auxiliarão na tomada de decisão organizacional, considerando que a mesma pode inferir sobre a econômico-financeira e patrimonial das empresas e assim, suprir o gestor de informações para direcionar os esforços e corrigir desvios que levem a prejudicar a continuidade da empresa.
Relação custo/volume/lucro e análise do ponto de equilíbrio	Considerando que o custo, o volume de produção e/ou de vendas e o lucro estão interrelacionados, analisar as relações entre eles faz-se necessário para avaliar o desempenho das organizações, e controlar e reduzir custos são ações gerenciais que favorecem a otimização do desempenho. Já o ponto de equilíbrio, permite verificar o volume que a empresa precisa produzir ou vender.
Orçamento	Por meio do orçamento, permite-se traçar as metas desejadas e definir estratégias para o alcance delas, isto é, determinar previamente o que se deseja realizar. Tal ocorre planejando e controlando a evolução, para conferir os resultados e para que se efetivem possíveis ajustes que se fizerem necessários, a fim de cumprir as metas projetadas.



Fluxo de caixa	O fluxo de caixa objetiva planejar como a empresa cumprirá com as exigências financeiras do dia a dia e para isso, é fundamental que se projete uma programação dos recebimentos e pagamentos, isto é, do fluxo contínuo que o dinheiro irá desempenhar num determinado período e os resultados que serão oriundos desse processo.
-----------------------	--

Fonte: Adaptado de Santos *et al.* (2009).

Por fim, percebe-se que os instrumentos gerenciais podem e devem ser utilizados em todos os tipos de empresas, especialmente nas micro e pequenas empresas, tanto em atividades operacionais como em gerenciais, que apresentam, em muitos casos, um modelo de negócio em desenvolvimento e necessita de auxílio no processo de tomada de decisão. Dessa maneira, a contabilidade gerencial deve contribuir com os conhecimentos necessários da área, fornecendo instrumentos gerenciais aos usuários, principalmente para aqueles que não possuem alguém que execute a função de contador gerencial, facilitando a tomada de decisão e contribuindo para o desempenho dos negócios (SANTOS *et al.*, 2018).

2.3 ESTUDOS ANTERIORES

Com o intuito de analisar a evolução da temática sobre instrumentos da contabilidade gerencial em micro e pequenas empresas, realizou-se um levantamento bibliográfico de artigos científicos relacionados ao tema nos últimos cinco anos. Dessa forma, a pesquisa foi realizada nas plataformas digitais como Google Acadêmico e Portal de Periódicos da Capes, utilizando os descritores de consulta, como “instrumentos da contabilidade gerencial”, “instrumentos gerenciais”, “artefatos gerenciais”, lembrando que o foco desses artigos foi a análise em micro e pequenas empresas. Os resultados foram dispostos no Quadro 4 a seguir.

Quadro 4: Estudos anteriores sobre instrumentos gerenciais em micro e pequenas empresas

Autor/Ano	Objetivo	Principais resultados
Santos <i>et al.</i> (2018)	Averiguar o uso dos instrumentos de contabilidade gerencial em pequenas e médias empresas e o seu fornecimento pelo escritório de contabilidade	Os resultados mostram que, dos instrumentos de contabilidade gerencial disponibilizados pela empresa de serviços contábeis, predominam as demonstrações contábeis e o planejamento tributário. Entretanto, o maior uso pelos clientes concentra-se nos controles operacionais de gestão, como controle de contas a receber, controle de contas a pagar, entre outros, mas poucos dos instrumentos de contabilidade gerencial fornecidos pelo escritório de contabilidade são efetivamente utilizados pelas empresas pesquisadas.
Santos <i>et al.</i> (2019)	Averiguar a relação do ciclo de vida organizacional com o uso de instrumentos tradicionais e modernos de Contabilidade Gerencial	Os resultados mostram que a maioria das empresas se encontra no estágio de nascimento e possuem diferentes anos de constituição, não seguindo a ordem determinística preconizada na Teoria do Ciclo de Vida. Dos instrumentos tradicionais, apenas os métodos de custeio não apresentaram relação significativa com os estágios do ciclo de vida. Constatou-se relação negativa entre o estágio de nascimento e o uso de instrumentos gerenciais e relação positiva entre os estágios de crescimento, maturidade e rejuvenescimento com os instrumentos gerencial. O uso de instrumentos gerenciais modernos é maior no estágio de rejuvenescimento. Portanto, conforme a empresa avança nos estágios do ciclo de vida, maior é o uso de instrumentos gerenciais.
Pacheco Neto <i>et al.</i> (2019)	Verificar quais são os instrumentos gerenciais utilizados pelas empresas de peças e acessórios automotivos, localizadas na cidade de Bayeux/PB, na tomada de decisão	Os resultados constataram que as empresas focam a tomada de decisão baseada na experiência do proprietário; ressalva-se, também, que grande parte das organizações não utiliza a contabilidade na tomada de decisão, pelo fato da informação contábil não refletir a real situação da empresa e/ou o gestor desconhecer sua utilidade. Os instrumentos gerenciais mais empregados na tomada de decisão são os controles operacionais, planejamento tributário e estratégico, e os menos utilizados são as demonstrações contábeis, métodos de custeio e outros instrumentos gerenciais.



Costa <i>et al.</i> (2020)	Examinar a aplicação da contabilidade gerencial nas micro e pequenas empresas e a compreensão dos dirigentes quanto a essa aplicação	Os resultados encontrados mostram que a área empresarial apresenta uma deficiência em relação ao emprego da contabilidade gerencial para o sucesso e desenvolvimento dessas organizações, utilizando a contabilidade fiscal ou fiscal e gerencial feita pelos próprios proprietários com o percentual de 32%, em seguida com o percentual de 30% das micro e pequenas empresas que não utilizam a contabilidade gerencial, embora reconheçam a importância do uso dessa ferramenta e a importância de um contador nas tomadas de decisões.
Riedi <i>et al.</i> (2020)	Analisar a percepção dos gestores em relação a utilização da contabilidade gerencial em micro e pequenas empresas	Os resultados evidenciam que 65% das empresas indicam a questão financeira como elemento primordial, enquanto que 73% mencionam que a contabilidade gerencial é uma importante ferramenta de controle, e 90% conhecem seus benefícios, além disso, todos os respondentes afirmam que gostariam de utilizar mais ferramentas de contabilidade gerencial em suas empresas, enquanto que apenas 49% a utiliza para tomada de decisões.
Oliveira, Marques e Cintra (2020)	Identificar quais artefatos gerenciais são ministrados aos discentes do curso de Ciências Contábeis em IES localizadas no Sudeste do Brasil	Verificou-se que há um total de 331 ocorrências de artefatos nesses cursos e há predominância do ensino de ACG tradicionais, sendo o custeio variável o mais frequente; a disciplina contabilidade de custos é a que congrega maior quantidade de artefatos em suas ementas; e, quando comparado aos outros estados da Região Sudeste, o estado de São Paulo possui a maior ocorrência de instrumentos gerenciais em suas ementas.

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Conforme análise dos artigos científicos dispostos no Quadro 4, percebe-se que existe uma tendência de crescimento nos estudos sobre instrumentos gerenciais em micro e pequenas empresas, o que demonstra uma evolução da temática e a relevância que se tem em elevar as discussões sobre em como os instrumentos gerenciais podem auxiliar a tomada de decisão dos gestores em micro e pequenas empresas, o que de fato reforça a necessidade de desenvolver outros estudos com uma amostragem diferente ou em realidades distintas.

3 METODOLOGIA

Essa pesquisa se classifica como descritiva, quantitativa e de levantamento. Descritiva pois busca descrever características de determinada população, fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis (BEUREN, 2004). Quanto aos procedimentos realizou-se um levantamento de dados através de questionários aplicados no mês de novembro de 2022, sendo a amostra da pesquisa micro e pequenas empresas do Estado do Rio Grande do Norte (RN). Com relação à abordagem do problema, é quantitativa, por se utilizar de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados (LAKATOS; MARCONI, 2008).

A população de pesquisa foi micro e pequenas empresas localizadas no Estado do Rio Grande do Norte (RN), o questionário (Apêndice A) com perguntas fechadas foi enviado eletronicamente, obtendo retorno de 20 empresas, que constituiu a amostra da pesquisa. As perguntas dos questionários foram elaboradas tendo como base o estudo de Santos *et al.* (2009), que investigaram a mesma temática no Estado de Santa Catarina (SC). As empresas foram selecionadas de forma intencional pelo porte que se enquadrassem como micro e pequenas empresas.

De acordo com Beuren *et al.* (2004) um questionário é um instrumento de coleta de dados que se constitui de uma série de perguntas ordenadas a serem respondidas pelo informante. Para Gil (2017) o objetivo do questionário é conhecer a opinião das pessoas. Por fim, os dados foram organizados no Microsoft Excel e a partir disso utilizou-se a estatística descritiva para descrever os resultados.



4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção são demonstrados os resultados encontrados por essa pesquisa realizada com empresários do Estado do RN. Evidenciam-se a cidade onde a empresa está localizada, tempo de atuação no mercado, tipo de enquadramento fiscal, quantidade de funcionários, grau de instrução dos sócios, local de realização dos registros contábeis, instrumentos gerenciais aplicados na gestão da empresa, fonte de informações para a tomada de decisão e ofertas de instrumentos gerenciais.

Tabela 1: Localização da empresa

Cidade	Frequência	(%)
Afonso Bezerra	1	5%
Angicos	6	30%
Assú	1	5%
Campo Grande	1	5%
Fernando Pedroza	8	40%
Mossoró	1	5%
Natal	2	10%
Total	20	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Como observado na Tabela 1 referente a localização das empresas, a maior parte dos respondentes estão nas cidades de Fernando Pedroza (40%) e Angicos (30%), seguidas da cidade de Natal (10%) e por fim as cidades de Afonso Bezerra, Assú, Campo Grande e Mossoró, todas com 5%. A seguir, na Tabela 2, os empresários foram questionados com relação ao tempo de atividade da empresa.

Tabela 2: Tempo de atuação no mercado

Tempo de funcionamento	Frequência	(%)
Até 1 ano	2	10%
De 1 ano até 5 anos	6	30%
De 5 anos até 10 anos	3	15%
Mais de 10 anos	9	45%
Total	20	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Os achados revelam que a maior parte das empresas (45%) estão no mercado há mais de dez anos, corroborando os achados de Santos *et al.* (2009) que ao investigarem a mesma temática encontraram que a maioria das empresas analisadas (68,7%) estavam em atividade no mercado há mais de dez anos também. No estudo de Costa *et al.* (2020) observou-se que 42% das empresas têm até um ano de existência, 22% tem de um a dois anos, 30% de dois a cinco anos e 6% empresas já tem acima de cinco anos no mercado.

Ainda conforme a Tabela 2 observa-se que 30% das empresas estão no mercado entre um e cinco anos; 15% entre cinco e dez anos e 10% das empresas possuem menos de um ano de atuação no mercado. A partir dessas inferências é possível dizer que a maior parte das empresas analisadas já possuem estabilidade no mercado em virtude da sua atuação ultrapassar os dez anos.



Tabela 3: Tipo de enquadramento fiscal

Tipo de enquadramento	Frequência	(%)
Microempresa (ME)	13	65%
Empresa de Pequeno Porte (EPP)	7	35%
Total	20	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Na Tabela 3 são demonstrados o tipo de enquadramento fiscal das empresas analisadas. Observa-se que 35% das empresas da pesquisa se enquadram como EPP, enquanto a maioria são ME, com representatividade de 65% da amostra. Esses achados são similares aos encontrados por Santos *et al.* (2009), que ao investigar os instrumentos da contabilidade gerencial utilizados por MEs e EPPs de Presidente Getúlio/SC, obtiveram respostas de 16 empresas, e nesse quesito de enquadramento evidenciou-se que 12,5% das empresas era EPP e a maioria, microempresas, com 87,5% da amostra.

Com o objetivo de conhecer um pouco mais sobre as empresas, foi perguntado sobre a quantidade de funcionários do estabelecimento, conforme Tabela 4.

Tabela 4: Quantidade de funcionários da empresa

Quantidade de funcionários	Frequência	(%)
Até 5 funcionários	13	65%
De 5 até 10 funcionários	5	25%
De 10 até 20 funcionários	0	0%
Mais de 20 funcionários	2	10%
Total	20	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Com o objetivo de conhecer um pouco mais sobre as empresas, foi perguntado sobre a quantidade de funcionários que elas possuem. Conforme demonstrado observa-se que a maior parte das empresas analisadas possui até cinco funcionários (65%). Esse achado corrobora com o encontrado no estudo de Santos *et al.* (2009), que também na amostra pesquisada encontrou maioria de empresas que possui até 5 funcionários. Ainda com relação a esses dados, evidenciou-se que 25% das empresas possui de cinco até dez funcionários; 10% possui mais de vinte funcionários e que nenhuma respondeu de dez até vinte funcionários.

Tabela 5: Grau de instrução dos sócios

Grau de instrução	Frequência	(%)
Ensino fundamental incompleto	2	10%
Ensino fundamental completo	1	5%
Ensino médio incompleto	1	5%
Ensino médio completo	9	45%
Ensino superior	7	35%
Total	20	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Objetivando conhecer o perfil dos sócios das empresas analisadas, perguntou-se sobre o seu grau de instrução. A Tabela 5 mostra que 45% dos empresários possuem ensino médio completo, 35% possuem curso superior, 10% dos sócios, ensino fundamental incompleto; e ensino



fundamental completo e ensino médio incompleto obtiveram 5% das respostas, cada. Resultados semelhantes aos encontrados por Santos *et al.* (2009), que encontraram a porcentagem de 50% dos sócios com ensino médio completo, seguidos de 31% com curso superior.

Resultado similar também foi encontrado no estudo de Costa *et al.* (2020) onde os sócios afirmaram com relação à escolaridade, que 56% possuem o ensino médio completo e 24% já tem a graduação.

Em seguida questionou-se o local onde são realizados os registros contábeis do estabelecimento, se são realizados internamente, ou seja, se há um contador na empresa para esse fim, ou se são realizados de forma terceirizada, ou seja, por escritórios contábeis, externos ao estabelecimento, conforme Tabela 6.

Tabela 6: Local de realização dos registros contábeis

Local	Frequência	(%)
Internamente	0	0
Em escritório contábil	20	100%
Total	20	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Evidencia-se assim que todas as empresas, 100%, realizam seus registros contábeis de forma terceirizada, por um escritório contábil. Esse mesmo resultado foi encontrado por Santos *et al.* (2009), que encontraram que todas as empresas investigadas realizavam seus registros contábeis em local externo ao estabelecimento, ou seja, em escritórios contábeis. Já nos achados de Costa *et al.* (2020) os registros contábeis das empresas pesquisadas, 34% é feita por escritório contábil e 66% é feita internamente.

Na pesquisa realizada por Riedi *et al.* (2020), 66% das empresas preferem a contabilidade externa sendo feita por um escritório de contabilidade, os outros 34 % preferem a contabilidade interna, pois preferem um profissional que esteja sempre presente nas atividades da empresa e na solução de dúvidas de forma rápida.

A sexta indagação foi referente aos instrumentos gerenciais aplicados na gestão da empresa, evidenciados na Tabela 7.

Tabela 7: Instrumentos gerenciais

Instrumentos gerenciais	Frequência	(%)
Análise das demonstrações contábeis (vertical, horizontal, indicadores)	2	10%
Análise da relação do Custo/Volume/Lucro e Ponto de equilíbrio	10	50%
Formação do preço de venda	3	15%
Orçamento empresarial	0	0%
Fluxo de caixa	5	25%
Outro ou nenhum	0	0%
Total	20	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A sexta indagação foi referente aos instrumentos gerenciais aplicados na gestão das empresas, evidenciando-se que 50% das empresas afirmaram aplicar a análise da relação do custo/volume/lucro e ponto de equilíbrio, seguido do fluxo de caixa (25%), formação do preço de venda (15%) e análise das demonstrações contábeis (vertical, horizontal, indicadores) (10%).

No estudo de Santos *et al.* (2009) o instrumento gerencial mais aplicado também foi a formação do preço de venda (62,5%), seguido do fluxo de caixa (56,3%).



Tabela 8: Fonte de informações para a tomada de decisão

Fonte de informações	Frequência	(%)
Experiência pessoal	10	50%
Contabilidade	7	35%
Outras	3	15%
Total	20	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Na sétima questão buscou-se investigar as fontes de informações mais utilizadas para tomada de decisão por parte dos sócios. 50% relataram ser a experiência pessoal, 35% recorrem à contabilidade e 15% informaram outras. Os resultados convergem com o estudo de Santos *et al.* (2009), onde encontraram que 43,8% dos respondentes afirmaram ser a experiência pessoal a fonte de informações de suas decisões, 25% disseram ser a contabilidade e 31,2% citaram outras fontes.

Na oitava pergunta objetivou-se identificar a necessidade dos empresários em obter assessoria para as suas decisões gerenciais.

Tabela 9: Fontes de assessoria para gerenciamento da empresa

Fontes de assessoria	Frequência	(%)
Contabilidade e/ou contador	16	80%
Universidades	0	0%
Empresários	1	5%
Outras fontes	3	15%
Total	20	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Conforme relatado na Tabela 9, os sócios informaram que sua principal fonte de assessoria é a Contabilidade (80%), seguida de outras fontes (15%). No estudo de Santos *et al.* (2009), encontraram que 31,2 dos respondentes responderam que recorrem à Contabilidade, 12,5% às universidades, 6,3% aos empresários e 18,8% destacaram recorrer à outras fontes, como profissionais liberais e empresas de consultoria, por exemplo.

E por fim, a última pergunta era pra saber se os sócios já receberam ofertas de instrumentos gerenciais, os resultados encontrados estão evidenciados na Tabela 10.

Tabela 10: Oferta de instrumentos gerenciais

Já recebeu alguma oferta de instrumentos gerenciais?	Frequência	(%)
Sim	9	45%
Não	11	55%
Total	20	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

E por fim, a última pergunta era pra saber se os sócios já receberam ofertas de instrumentos, onde 55% afirmaram não ter recebido e 45% relataram já ter recebido oferta de instrumentos gerenciais. No estudo de Santos *et al.* (2009), a maioria (43,8%) relataram não ter recebido oferta e 18,8% disseram ter recebido. No estudo de Riedi *et al.* (2020), das empresas questionadas, 51% relataram que a contabilidade gerencial já foi oferecida à empresa.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, considera-se que o objetivo geral do estudo foi atendido, pois foi possível analisar a percepção de micro e pequenos empresários do RN quanto aos instrumentos da contabilidade gerencial e ainda, os objetivos específicos também foram contemplados, tendo em vista que se conheceu o perfil da empresa investigada; do sócio da empresa e identificou os instrumentos gerenciais utilizados pela empresa.

Em síntese, as micro e pequenas empresas analisadas neste estudo estão localizadas, em maioria, nas cidades de Fernando Pedroza, Angicos e Natal, atuam a mais de 10 anos no mercado e outra parte estão com atuação de 1 a 5 anos, são classificadas como Microempresa (ME) e grande parte das empresas possuem até 5 funcionários. Além do mais, a maioria dos sócios possui grau de instrução de ensino médio completo e uma boa parte apresenta nível superior, bem como as empresas realizam seus registros contábeis em escritórios de contabilidade.

No que diz respeito aos instrumentos gerenciais, metade das empresas fazem uso da análise da relação do custo/volume/lucro e ponto de equilíbrio, seguido do uso do fluxo de caixa e essa mesma metade das empresas faz uso da experiência pessoal como fonte de informações para a tomada de decisão e um bom número dessas empresas fazem uso da contabilidade nesse processo. Por fim, quando se tratam das fontes de assessoria para o seu gerenciamento, a grande maioria das empresas afirmou utilizar da contabilidade e/ou contador, bem como destacaram não receberam oferta de instrumentos financeiros.

O estudo apresenta contribuições no âmbito de contribuir com a produção científica sobre a temática, que ainda tem muito o que se discutir e pesquisar, bem como auxiliar os gestores e as micro e pequenas empresas na utilização das diversas ferramentas da contabilidade gerencial, apresentando sua relevância e em como pode ser útil no processo de tomada de decisão.

Entretanto, a pesquisa apresentou algumas limitações, sendo que se pode destacar a dificuldade de acesso às informações das empresas e ainda o número de empresas analisadas poderia ter sido maior. Dessa forma, como sugestões para estudos futuros, acredita-se que a ampliação da amostra se faz necessário e ainda realizar um estudo comparativo entre empresas do mesmo setor ou até mesmo de setores distintos e em outras regiões.

REFERÊNCIAS

ATKINSON, A. A.; BANKER, R.; KAPLAN, R. S.; YOUNG, S. **Contabilidade Gerencial**. São Paulo: Atlas, 2011.

BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm. Acesso em: 12 nov. 2022.

CALLADO, A. A. C.; MELO, W. A. Ferramentas e Informações Gerenciais em Micro e Pequenas Empresas. **Revista Eletrônica do Mestrado Profissional em Administração da Universidade Potiguar**, v. 10, n. 3, p. 53-65, 2018.

CHENHALL, R. H.; LANGFIELD-SMITH, K. The relationship between strategic priorities, management techniques and management accounting: an empirical investigation using a systems approach, **Accounting, Organizations and Society**, v. 23, n. 3, p. 243-264, 1998.



COSTA, I. L. S.; LUCENA, W. G. L. Princípios globais de contabilidade gerencial: a relação entre as práticas gerenciais e o desempenho de empresas brasileiras. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 23, p. 503-518, 2021.

COSTA, W. P. L. B. *et al.* Utilização da contabilidade gerencial nas micro e pequenas empresas. **Revista Americana de Empreendedorismo e Inovação**, v. 2, n. 2, p. 49-58, 2020.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade gerencial: teoria e prática**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FREZATTI, F. **Orçamento Empresarial: planejamento e controle gerencial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FREZATTI, F.; AGUIAR, A. B.; GUERREIRO, R. Diferenciações entre a contabilidade financeira e a contabilidade gerencial: uma pesquisa empírica a partir de pesquisadores de vários países. **Revista Contabilidade & Finanças**, n. 44, p. 9-22, 2007.

GEM - Global Entrepreneurship Monitor. Empreendedorismo no Brasil. 2016. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/GEM%20Nacional%20-%20web.pdf>. Acesso em: 12 nov. de 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, T. C.; MARQUES, M. D. L.; CINTRA, Y. C. artefatos de Contabilidade gerencial: um estudo em cursos de graduação de Ciências Contábeis da região sudeste do Brasil. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 20, n. 2, p. 31-42, 2020.

PACHECO NETO, L. D.; OLIVEIRA, A. S.; SANTOS, L. M. S.; PEDROZA, J. K. B. R.; SOUZA, M. G. S. D. Instrumentos gerenciais e o processo de tomada de decisão: um estudo em empresas do setor de autopeças em Bayeux/PB. **Management Control Review**, v. 4, n. 1, p. 32–49, 2019.

PELLISSARI, A. S. **Processo de formulação de estratégias em pequenas empresas com base na cultura corporativa e competências gerenciais**. 2007. 221 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – UNIMEP, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Faculdade de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo, Santa Bárbara d'Oeste, 2007.

RIEDI, R.; MARTINI, R.; BUGALHO, D. K.; BUGALHO, F. M. Contabilidade gerencial: percepção dos gestores de micro e pequenas empresas. **Cadernos de Gestão e Empreendedorismo**, v. 8, n. 1, p. 35-48, 2020.

SANTOS, V. *et al.* Instrumentos da Contabilidade Gerencial utilizados em micro e pequenas empresas comerciais e disponibilizados por empresas de serviços contábeis. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 8, n. 24, p. 41-58, 2009.

SANTOS, V. *et al.* Características das empresas e dos gestores que influenciam o uso de controles gerenciais. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 11, n. 1, p. 3-23, 2018.



SANTOS, V.; DOROW, D. R.; BEUREN, I. M. Práticas gerenciais de micro e pequenas empresas. **Revista Ambiente Contábil**, v. 8, n. 1, p. 153-186, 2016.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresa. **Brasil alcança recorde de novos negócios, com quase 4 milhões de MPE**. 2022. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ma/noticias/brasil-alcanca-recorde-de-novos-negocios-com-quase-4-milhoes-de-mpe,b7e02a013f80f710VgnVCM100000d701210aRCRD>. Acesso em: 12 nov. 2022.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresa. **Perfil das Microempresas e Empresas de pequeno porte**. 2018. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RO/Anexos/Perfil%20das%20ME%20e%20EPP%20-%2004%202018.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2022.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Análise do CAGED**. Brasília/DF, set., 2014. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/CAGED_Set_2014.pdf. Acesso em: 12 nov. 2022.

SILVA, A. C. L. **A importância da Contabilidade Gerencial nas micro e pequenas empresas**. 33 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Contábeis) Faculdades Sudamérica, Cataguases, 2009.

SOUTES, D. O. **Uma investigação do uso de artefatos da Contabilidade gerencial por empresas brasileiras**. 2006. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

VAZ, P. V. C.; ESPEJO, M. M. D. S. B. Do texto ao contexto: o uso da contabilidade gerencial pelas pequenas empresas sob a perspectiva teórica de Bakhtin. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 9, n. 24, p. 31-41, 2015.

VOGEL, J.; WOOD JUNIOR, T. Práticas gerenciais de pequenas empresas industriais do Estado de São Paulo: um estudo exploratório. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 1, n.2, p. 117-140, 2012.



ESTILOS DE APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR: um estudo com discentes do curso de Ciências Contábeis

Regila Fernandes de Freitas

Graduada em Ciências Contábeis pela FACESA
Faculdade do Complexo Educacional Santo André (FACESA)
E-mail: regilafernandes816@gmail.com

Annandy Raquel Pereira da Silva

Doutoranda em Contabilidade pela UFSC
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: annandyraquel@hotmail.com

Geison Calyo Varela de Melo

Doutorando em Administração e Controladoria pela UFC
Universidade Federal do Ceará (UFC)
E-mail: geisoncalyo@hotmail.com

Lucas Gabriel de Souza Galvão

Mestrando em Administração pela UFERSA
Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)
E-mail: acesso.lucas09@gmail.com

RESUMO

Em virtude da relevância de se entender o estilo de aprendizagem dos alunos, por conta do seu impacto no processo de ensino-aprendizagem, desenvolveu-se esse estudo, que teve como objetivo investigar quais as características e estilos de aprendizagens dos discentes de uma instituição privada do Rio Grande do Norte. Nos aspectos metodológicos esta pesquisa possui abordagem qualitativa e quantitativa, e é exploratória. Para a consecução do objetivo, foi aplicado um questionário on-line com os estudantes do 4º e 8º da FACESA, obtendo uma amostra final de 15 respondentes. Assim, elencou-se o perfil pessoal deles e identificou-se o estilo de aprendizagem deles. Como principais resultados, pode-se concluir que os estilos de aprendizagem dominantes nas turmas analisadas foram o convergente e assimilador. O estilo convergente é o que precisa de exemplos práticos para entender a teoria, e o assimilador, é aquele que gosta de refletir o conteúdo. A partir desses achados professores e instituições podem adaptar suas formas de ensino para obter uma melhor qualidade no processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, o objetivo geral e específicos dessa pesquisa, foram atendidos.

Palavras-chave: Estilos de Aprendizagem. Kolb. Processo de Ensino-Aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

O processo de ensino e aprendizagem mudou ao longo da história à medida que as necessidades sociais de cada época mudaram. O método tradicional, que se concentra no professor e na transmissão de informações, prevaleceu por muitos anos e proporcionou resiliência em uma era de lentas mudanças nas práticas pedagógicas. No entanto, o atual contexto sociopolítico e cultural leva à necessidade de uma formação profissional alinhada com os valores e conhecimentos necessários às boas práticas de trabalho (TEIXEIRA; VASCONCELOS; SILVA, 2022).



Nesse contexto, o uso de metodologias ativas e inovadoras no ensino e aprendizagem é compatível com as novas propostas curriculares. Para Teixeira, Vasconcelos e Silva (2022) os chamados “estilos de aprendizagem” estão intimamente relacionados com as características e preferências de aprendizagem de cada aluno, o que permite descrever as competências que podem orientar a atividade do professor no processo de ensino.

Segundo Reis, Paton e Nogueira (2012), o estilo de aprendizagem é o mecanismo pelo qual um indivíduo adquire conhecimento de forma única, não é necessariamente o que é aprendido, mas sim o comportamento durante a aprendizagem. Diante da importância do estudo dos estilos de aprendizagem, pesquisadores de áreas como educação e psicologia desenvolveram teorias que descrevem e identificam esses estilos. Entre eles está um modelo desenvolvido por David A. Kolb, utilizado principalmente por universitários e implantado em diversos países, inclusive no Brasil.

O processo de aprendizagem é diferente para cada indivíduo e consiste em um ciclo de interação que se desenvolve em quatro etapas: experiência concreta, observação reflexiva, conceitualização abstrata e experiência ativa (KOLB, 1976). Este autor enfatiza que os indivíduos têm duas dominantes de quatro preferências de aprendizagem e, com base nessas duas dominâncias, é possível identificar o estilo de aprendizagem dos alunos, que pode ser: acomodador, assimilador, convergente ou divergente.

O tema pesquisado não é novo, segundo McCarthy (2016), os estudos sobre estilo de aprendizagem cresceram ao longo dos anos, pois é importante tentar entender como um aluno aprende e como esse aprendizado acontece. O autor ainda aponta que os estilos de aprendizagem dos alunos não são fixos, podem variar de acordo com o tempo e a maturidade do aluno.

Considerando o exposto, surge a seguinte questão de pesquisa: **quais são as características e os estilos de aprendizagem dos alunos do curso de Ciências Contábeis da FACESA?** Assim, o objetivo geral deste estudo é investigar as características e os estilos de aprendizagem dos alunos do curso de Ciências Contábeis da FACESA.

Diante disso elenca-se os objetivos específicos: a) caracterizar os respondentes, coletando informações de identificação como período, idade e sexo; b) identificar o perfil de aprendizagem de cada um; c) conhecer a percepção do aluno sobre si mesmo e sobre o professor.

Este estudo justifica-se, considerando a atualidade do tema e a necessidade de se discutir as características e estilos de aprendizagem dos alunos, para ajudar professores e instituições de ensino em adaptar suas formas de ensino. Além disso, o estudo difere de estudos anteriores por investigar a temática de forma qualitativa. Na prática, a pesquisa é importante, pois após identificar os estilos de aprendizagem, o professor pode utilizar meios mais eficazes para transmitir informações aos alunos e, assim, melhorar o ensino-aprendizagem nessa modalidade de ensino.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nessa seção é discutido todo o arcabouço teórico acerca dos estilos de aprendizagem, bem como elencados os estudos anteriores correlatos ao tema, como forma de demonstrar o que a literatura já possui.

2.1 ESTILOS DE APRENDIZAGEM

De acordo com Reis, Paton e Nogueira (2012) o estilo de aprendizagem não é o que o aluno aprende, mas o seu comportamento nesse aprendizado, é como cada um se concentra, perfaz, exprimi e pega para si um novo conhecimento. Assim, a forma de adquirir esse conhecimento é individual. Inúmeros são os meios de aprendizado e características de personalidade, níveis de dificuldade e aprendizagem (LIMA FILHO; BEZERRA; SILVA, 2016).

David A. Kolb foi o precursor da Teoria da Aprendizagem Experiencial (TAE), que entende a aprendizagem como um processo em que o conhecimento é criado através da transformação da experiência (KOLB, 1984). Esse modelo experimental de Kolb já foi utilizado



nas mais diversas discussões sobre a teoria e a prática de educação para adultos, educação informal e aprendizagem continuada.

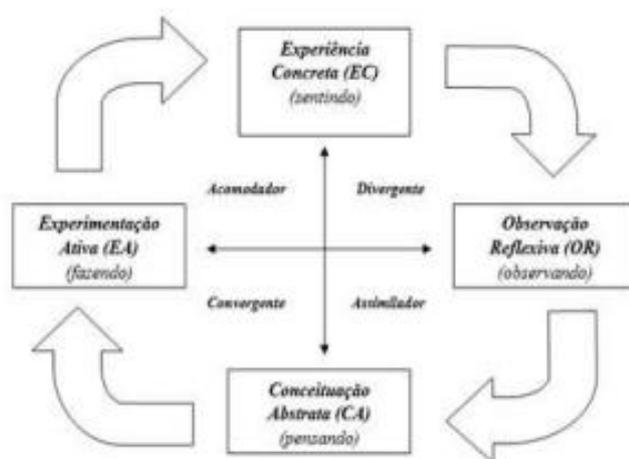
Kolb (1984) ainda assevera que a forma de aprendizagem não é igual para todos os indivíduos, mas que a aprendizagem é formada através de um ciclo de interação, onde experiências novas passam por esse ciclo e são convertidas em conhecimento e assim, dando vez a novas experiências, que de novo serão experimentadas, verificadas, reproduzidas e conceituadas.

Para Kolb, o processo de aprender é desenvolvido em quatro etapas: a) a Experiência Concreta (EC); b) a Observação Reflexiva (OR); c) a Conceituação Abstrata (CA) e d) a Experiência Ativa (EA). Cerqueira (2000) conceituou esses modelos de aprendizagem. A Experiência Concreta (EC) relaciona-se com a capacidade de aprender através dos sentidos e dos sentimentos; a Observação Reflexiva (OR), define as estruturas cognitivas ligadas ao interior e reflete a partir da observação; a Conceituação Abstrata (CA) está relacionada à formação de conceitos abstratos, generalização acerca de elementos e características advindos da experiência, envolvendo a lógica das ideias; e por fim, a Experiência Ativa (EA) que retrata os aspectos externos da ação que tenham relações interpessoais, onde se aprende fazendo.

Para Kolb (1976) na EC, para aprender, o aluno precisa de situações reais, considera realidades complexas e toma decisões baseadas em sua intuição, logo, seu estilo é o divergente; na OR, o estudante gosta de observar, refletindo aquilo que vê, no geral, é paciente, toma decisões de forma imparcial e gosta de buscar o sentido de ideias e situações, o estilo é assimilador; na CA, aluno prioriza o pensamento, que ele utiliza para criar esquemas, modelos e teorias, esse tipo de aluno tem muita disciplina e o seu estilo de aprendizagem é o convergente; e na EA, o aluno tem a característica de sempre tomar iniciativas, é marcado pela impaciência, busca influenciar pessoas e o seu estilo é o acomodador.

De acordo com Cerqueira (2000) nenhum desses modelos de aprendizagem (EC, OR, CA e EA) descreve de maneira completa o estilo de aprendizagem específico de um aluno, pois essa autora afirma que o estilo é a junção desses quatro modelos. Kolb assevera que, geralmente, no aluno predomina duas das quatro formas de aprendizado, e a partir dessa predominância é que se identifica o estilo do aluno (acomodador, assimilador, convergente ou divergente). A Figura 01 trata do ciclo de aprendizagem, com suas quatro etapas e os estilos predominantes.

Figura 1: Ciclo de aprendizagem elaborado por David Kolb



Fonte: Ciclo de Aprendizagem de David Kolb (1984).

As características de cada estilo estão descritas no Quadro 1.



Quadro 1: Perfis de Aprendizagem de Kolb

ACOMODADOR (EC + EA)
Absorvem a informação por meio da experiência concreta e a processam de forma ativa. Possuem a capacidade de aprender principalmente com a experiência prática. Com potenciais em realizar coisas, executar planos e envolver-se em novas atividades. São mais guiados pelos sentidos e sentimentos do que por uma análise lógica. São intuitivos e capazes de resolver um problema por ensaio e erro. A questão básica do estilo é “E Se?”.
ASSIMILADOR (CA + OR)
Capturam o conhecimento por meio da compreensão intelectual e processam essa informação de forma reflexiva. São pessoas que se destacam pelo raciocínio indutivo e por sua habilidade de criar modelos abstratos ou teóricos. É preferível uma teoria com um sentido lógico do que um valor prático. São hábeis em unir observações de conhecimentos anteriores. Se destacam por compreenderem uma grande quantidade de informações, de modo a dar-lhe uma forma concisa e lógica. A questão típica desse estilo é “O Quê?”
CONVERGENTE (CA + EA)
Adquirem a informação por meio de conceituação abstrata e as processam de forma ativa. São bons em concorrer conhecimentos teóricos em aplicações práticas. Possuem como pontos fortes, a resolução de problemas e tomadas de decisões de forma rápida. Gostam de trabalhar de forma ativa e em tarefas bem definidas, e de aprender por tentativa e erro em um ambiente que lhes permita errar com segurança. A questão típica do estilo é “Como?”.
DIVERGENTE (EC + OR)
Absorvem as informações via sensorial e as processam de modo reflexivo, sem a necessidade de experimentação ativa. Atuam melhor quando observam situações concretas de diferentes pontos de vista, e enfrentam situações de tal maneira que mais observam do que atuam. Optam por ouvir e partilhar ideias; são pessoas altamente criativas e inovadoras, tendo facilidade para propor alternativas, reconhecer problemas e entender pessoas. A questão típica desse estilo é “Por quê?”.

Fonte: Cerqueira (2000).

Diante disso, destaca-se a importância de identificar esses perfis de aprendizagem dos alunos, principalmente para o professor ter conhecimento e a partir disso adotar métodos de ensino adequados no processo de ensino-aprendizagem. Para Harb (2011) não só os alunos, mas os professores e instituições também têm suas inclinações por determinados estilos de ensino, que no geral, se assemelham aos seus estilos individuais. Salienta-se que combinam os perfis dos alunos e professores em quatro tipos, o Tipo 01 – Experiência Concreta, Tipo 02 – Observação Reflexiva, Tipo 03 – Conceituação Abstrata e Tipo 04 – Experimentação Ativa.

Para este autor, o Tipo 1 reflete os alunos divergentes e professores motivadores, estes almejam o desenvolvimento pessoal dos alunos, são bastante motivadores sempre procuram manter uma boa relação com os alunos, além de terem a característica de cooperação, e o alvo principal de ensino contém questionamentos e discussões em sala de aula; o Tipo 2 é representado por alunos assimiladores e professores expositores, estes agora são a autoridade em sala de aula, e seu método de ensino é o tradicional, com aulas meramente expositivas.

O Tipo 3 reflete alunos convergentes e professores tutores, estes agora almejam produção e competência, tem a característica de independência e busca desenvolvê-la também em seus alunos, geralmente gostam de unir aula formal com laboratório e atividades extraclasse; e por fim, o Tipo 4, são alunos acomodadores e professores inovadores, estes focalizam na aprendizagem experimental e a autodescoberta, são estimuladores e buscam ampliar os limites intelectuais de seus alunos, se utilizam de diversos métodos de ensino, de acordo com as necessidades.

2.2 ESTUDOS ANTERIORES

Muitos estudiosos realizaram suas pesquisas utilizando o modelo de Kolb para investigar os estilos de aprendizagem dos seus alunos. Nogueira et al. (2012) procuraram saber se o desempenho dos alunos do ensino a distância nas disciplinas de contabilidade geral e gerencial difere de acordo com o estilo de aprendizagem. De acordo com os resultados, a maioria dos alunos apresenta um estilo assimilador seguido de um estilo de divergente.

Reis, Paton e Nogueira (2012) tiveram como objetivo determinar o estilo de aprendizagem de estudantes de graduação em ciências contábeis. O trabalho utilizou o modelo de David Kolb,



que foi utilizado durante três anos em duas universidades, uma pública e outra privada, no estado do Paraná. De acordo com os resultados da pesquisa o estilo de aprendizagem predominante é o estilo de aprendizagem convergente, e o estilo de aprendizagem divergente é menos frequente. Das turmas entrevistadas, uma apresentou um estilo de aprendizagem adaptativo inerente à maioria dos alunos demonstrando assim que os mesmos métodos de ensino não devem ser aplicados a todas as turmas e alunos. Isso ocorre porque os estilos de ensino dos professores são diferentes para cada grupo.

Oliveira *et al.* (2013) analisaram se existe relação entre as variáveis idade, gênero e estilo de aprendizagem na percepção de alunos de Contabilidade. A amostra proposital foi composta por alunos do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Sul do Brasil por meio de instrumento de pesquisa desenvolvido pelos autores com base no Inventário de Kolb (198). Os resultados mostraram que os alunos estão fortemente focados entre o perfil acomodador e divergente. Também se percebeu um número significativo de respondentes do estilo convergente.

Lima Filho, Bezerra e Silva (2016) buscaram identificar o estilo de aprendizagem dominante no ensino presencial e a distância de mestrandos em contabilidade de instituições de ensino públicas e privadas do Estado da Bahia. Usando alunos do curso de ciência da computação e o modelo de David Kolb, os resultados mostraram que o estilo de aprendizagem assimilador, representado por pessoas que aprendem por meio de observação reflexiva e conceituação abstrata, é dominante.

Rocha *et al.* (2018) analisaram os estilos de aprendizagem e métodos didáticos mais populares de alunos de acordo com a geração a que pertencem, usando os estilos de aprendizagem de Kolb. Por meio de um questionário aplicado aos alunos das gerações X, Y e Z, foi possível identificar quatro estilos em ambas as gerações, em que prevalecem os estilos acomodador e divergente. No entanto, quando separado por curso, apresentou um resultado que mostrou alunos com estilo divergente no curso de Administração e acomodador nos demais cursos. Foi possível identificar uma preferência ainda maior por abordagens mais ativas entre as Gerações Y e Z.

Silva, Sousa e Lima (2021) tiveram como objetivo de estudo, investigar quais as características e os estilos de aprendizagem dos discentes do Mestrado Acadêmico em Ciências Contábeis da UFRN, diante da necessidade do isolamento social e posterior adaptação do ensino presencial ao ensino remoto. Os achados revelaram que, com relação aos estilos de aprendizagem, identificou-se que alguns alunos preferem integrar teoria e prática, como meio de consolidação do conhecimento e preferem desdobrar o conteúdo por partes, tornando-os assim mais compreensíveis, enquanto outros relataram que gostam de refletir após a leitura, pois aprendem somente lendo. Com relação ao papel do professor, os alunos o caracterizaram de acordo com os perfis de professor tutor e expositor, e no tocante ao próprio papel, de aluno, se definiram como agentes ativos. Assim, os estilos que apresentaram predominância entre os alunos foram o convergente e o assimilador.

Teixeira, Vasconcelos e Silva (2022) objetivaram apresentar o perfil sociodemográfico e analisar os estilos de aprendizagem de acadêmicos de enfermagem de uma universidade no nordeste brasileiro, e encontraram que o perfil convergente (37%) foi o mais predominante da amostra, sendo predominante também no 4º, 6º e 7º períodos.

Já o perfil assimilador (33%), foi o segundo mais presente entre os estudantes investigados, apresentou maioria no 1º e 2º períodos. O 3º período obteve o mesmo percentual para os perfis convergente e assimilador. E, o 5º período foi diferente dos demais, pois o perfil acomodador foi o mais predominante.

Com base nos achados anterior da literatura, é possível observar o que já tem consolidado da temática na literatura e a partir dessa pesquisa evidenciar se está ocorrendo mudanças ou não nos perfis de aprendizagem dos alunos.



3 METODOLOGIA

Esta pesquisa possui abordagem qualitativa e quantitativa, quanto ao problema proposto, exploratória quanto ao objetivo, e é um estudo de caso quanto aos procedimentos utilizados. O estudo exploratório, conforme Trivinos (1987), permite ao investigador aumentar a experiência em torno de um determinado assunto. Assim, nesta pesquisa está se propondo aumentar o campo de estudos sobre os estilos de aprendizagem, que neste caso pode funcionar como uma eficiente ferramenta para o próprio professor.

Já a caracterização como estudo de caso, Yin (2010) assevera que é um método que se destaca pela análise em profundidade de um fenômeno analisado, o que permite uma análise minuciosa sobre, por exemplo, benefícios, dificuldades, recomendação da reaplicação do método e até a utilização em outras disciplinas por parte dos discentes.

O estudo foi realizado com alunos do curso de graduação em Ciências Contábeis da Faculdade do Complexo Educacional Santo André – FACESA, no mês de novembro de 2022. A população do estudo foi composta por 20 alunos, onde dez são do 4º período e 10 do 8º período. Foram obtidas 15 respostas, correspondentes a dez todos os alunos do 4º período e cinco alunos do 8º período. A amostra foi escolhida por conveniência e acessibilidade, considerando as especificidades do estudo.

Foi aplicado um questionário online (APÊNDICE A) com o objetivo de identificar os perfis predominantes, bem como a percepção dos alunos sobre o próprio perfil e o perfil do professor. O questionário foi dividido em dois blocos de questões. O primeiro objetivou caracterizar os respondentes, coletando informações de identificação como período, idade e sexo.

O segundo bloco consistiu em seis questões abertas que buscavam identificar as características pessoais de aprendizagem dos alunos para determinar seus perfis de aprendizagem de acordo com o modelo de Kolb. Destaca-se que o questionário dessa pesquisa foi baseado no que foi utilizado pelos autores Silva, Sousa e Lima (2021) em sua pesquisa com mestrandos.

O processo de análise foi realizado por meio da análise de conteúdo, que, segundo Bardin (2011), pode ser utilizado para analisar profundamente cada expressão de um indivíduo ou grupo. Posterior a isso, as respostas foram codificadas e suas análises realizadas com o software ATLAS.ti®.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção inicialmente, os estudantes são caracterizados e posteriormente elencado o perfil de aprendizagem deles, conforme as respostas obtidas.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS RESPONDENTES

Como forma de caracterizar esses estudantes, buscou-se saber o período que estão cursando, sua idade e seu sexo.

Tabela 1: Período do Curso

Período	Frequência	(%)
4º	10	66,67%
8º	5	33,3%
Total	15	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A partir da Tabela 1, observa-se uma predominância de alunos do quarto período (66,67%), em detrimento de alunos do oitavo período (33,3%). Evidencia-se assim um total de 15 alunos, que culminou na amostra final pesquisada. A seguir, buscou-se saber a idade desses alunos.



Tabela 2: Idade dos discentes

Idade	Frequência	(%)
20 anos	5	33,3%
De 21 anos até 25 anos	5	33,3%
De 26 anos até 30 anos	2	13,3%
Acima de 30 anos	3	20%
Total	15	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Por meio da Tabela 2, observa-se entre os estudantes uma faixa etária que está entre 20 anos até os 25 anos, composta por mais de 60% dos discentes. Evidencia-se ainda, que 20% dos estudantes já possuem mais de 30 anos. E, por fim, investigou-se o sexo desses discentes.

Tabela 3: Sexo dos discentes

Período	Frequência	(%)
Feminino	4	26,67%
Masculino	11	73,3%
Total	15	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Na Tabela 3, estão as informações sobre o sexo dos discentes pesquisados, observa-se assim uma predominância do sexo masculino entre os discentes (73,3%).

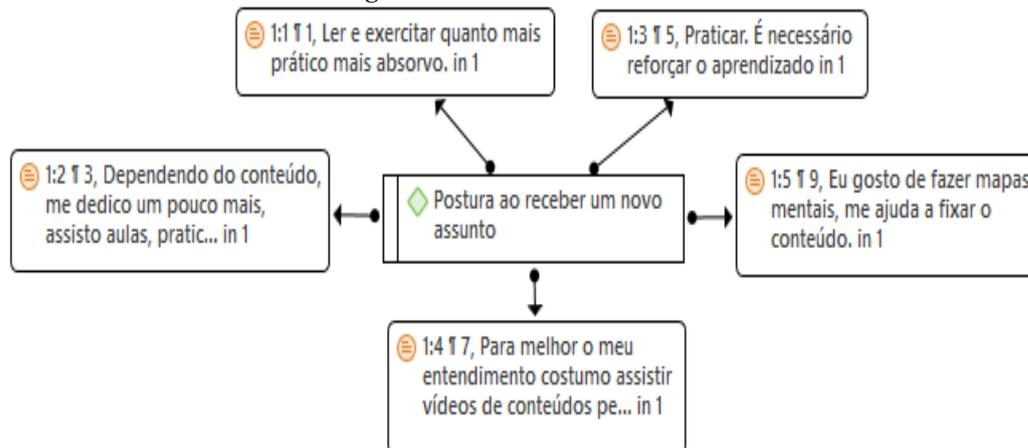
4.2 IDENTIFICAÇÃO DOS ESTILOS DE APRENDIZAGEM DOS DISCENTES

Nesta seção, procurou-se saber, com base nos perfis de aprendizagem de Kolb, quais são os estilos de aprendizagem dominantes dos alunos entrevistados nas turmas analisadas. Vale ressaltar que o estilo de aprendizagem inclui como cada pessoa adquire conhecimento.

Primeiramente, buscou-se entender a postura do aluno quando ele recebe um novo conteúdo, se ele costuma recebê-lo e aceitá-lo imediatamente, ou se ele tem alguma outra atitude para adotá-lo para poder adaptá-lo a um determinado estilo. Convergente é um estilo que precisa de exemplos práticos para entender a teoria, divergente apenas recebe o conteúdo, assimilador recebe e reflete o conteúdo e acomodador precisa praticar ou testar o conteúdo (KOLB, 1984).

De acordo com as respostas apresentadas na Figura 01, verifica-se que os alunos precisam integrar teoria e prática para consolidar seus conhecimentos, eles buscam a aplicabilidade desse conhecimento, seja por meio de mapas mentais, vídeos etc. Disto pode-se concluir a disseminação do perfil convergente, que segundo Kolb (1984) são alunos que tentando conectar teoria e prática.

Figura 1: Postura ao receber um novo assunto

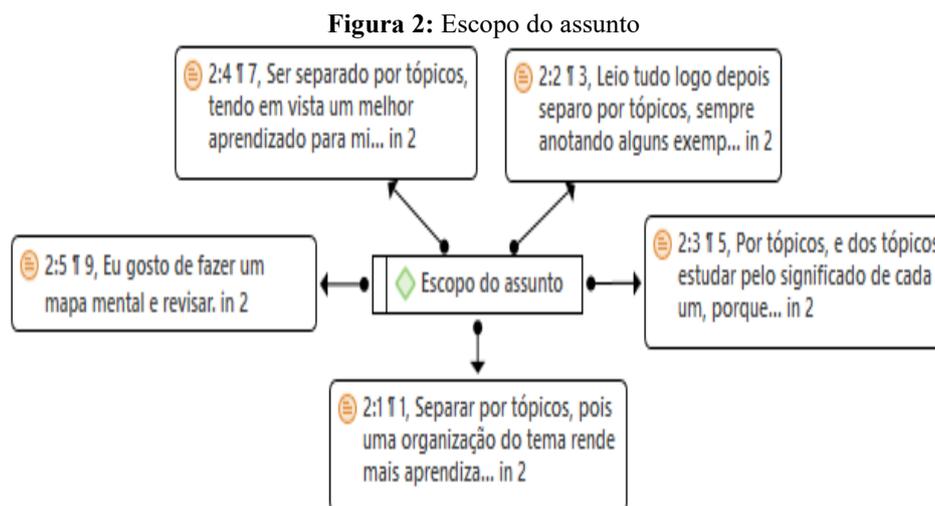


Fonte: Dados da pesquisa (2022).



Esse resultado converge ao encontrado nas pesquisas de Silva, Sousa e Lima (2021) e de Reis, Paton e Nogueira (2012), onde o perfil predominante foi o convergente. Segundo estes autores, as características desse perfil estão relacionadas às ciências exatas, como a matemática, o que pode explicar por que os alunos de um curso de Ciências Contábeis podem optar por esse curso devido à sua familiaridade com os números.

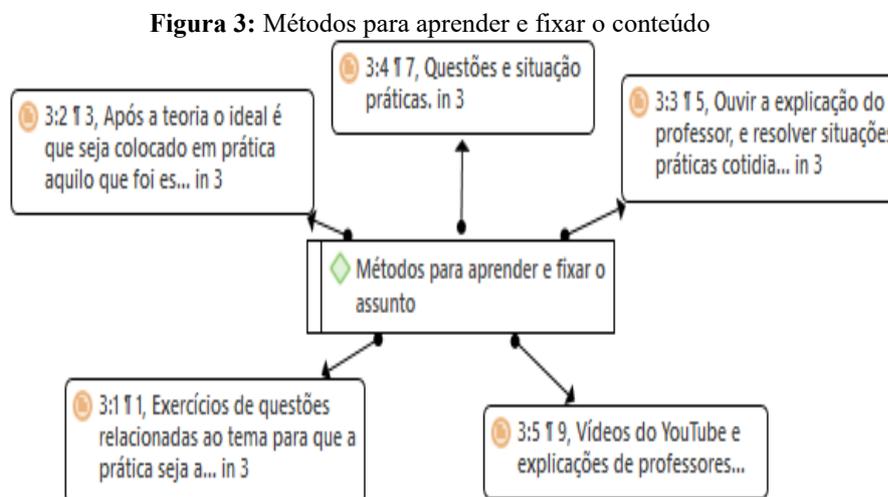
Ainda nesse contexto, foram feitas perguntas sobre o escopo do conteúdo, tentando entender, na perspectiva dos alunos, como o conteúdo pode ser estudado. As respostas estão descritas na Figura 2.



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Assim, com a Figura 2, percebe-se que os alunos querem separar esse conteúdo para entender melhor, afirmado pela maioria dos alunos, ainda, houve quem citou mapa mental, que também é uma forma de estudar o conteúdo, separando-o por partes. Assim, as respostas estão de acordo com o estilo assimilador, em que os alunos gostam de dividir o conteúdo em partes, por tópicos para melhor compreensão.

No entanto, para entender o processo de ensino-aprendizagem dos alunos, foram questionados sobre quais métodos eles usavam para adquirir e fixar o assunto. As respostas estão na Figura 3.



Fonte: Dados da pesquisa (2022).



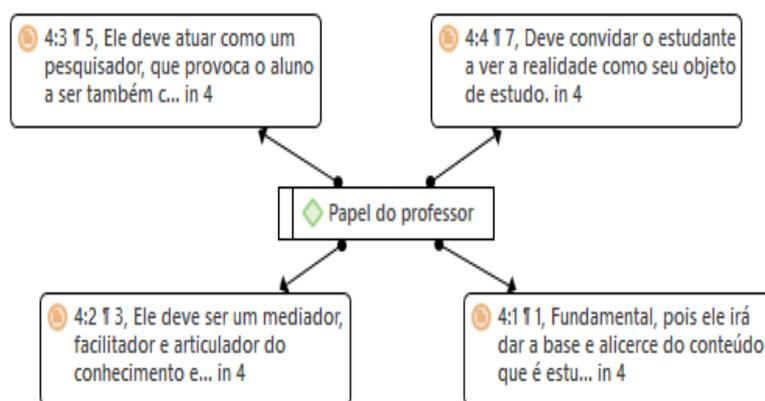
Com base nas respostas, pode-se constatar que a maior parte dos alunos procuram a aplicabilidade do que está sendo estudado, seja por situações práticas, questões, vídeos etc.; caracterizando-os como do estilo convergente, ou seja, são aqueles alunos que desejam aliar teoria e prática. Esse resultado também foi encontrado na pesquisa de Silva, Sousa e Lima (2021).

4.3 PAPEL DO PROFESSOR E DO ALUNO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Outro participante responsável nesse processo de ensino-aprendizagem é o professor. Sabendo-se que o ciclo de aprendizagem proposto por David Kolb pode ser utilizado como ferramenta para o planejamento do ensino-aprendizagem, para uma aprendizagem efetiva, tanto alunos quanto professores devem passar pelas quatro etapas do ciclo, porque além dos hábitos de estilo de aprendizagem dos alunos, professores e instituições de ensino também têm seus próprios estilos de ensino, que geralmente correspondem a seus próprios estilos de aprendizagem.

Em virtude disso, os entrevistados foram questionados sobre como eles entendiam o papel do professor nesse processo de transferência de conhecimento, conforme mostra a Figura 4.

Figura 4: Papel do professor



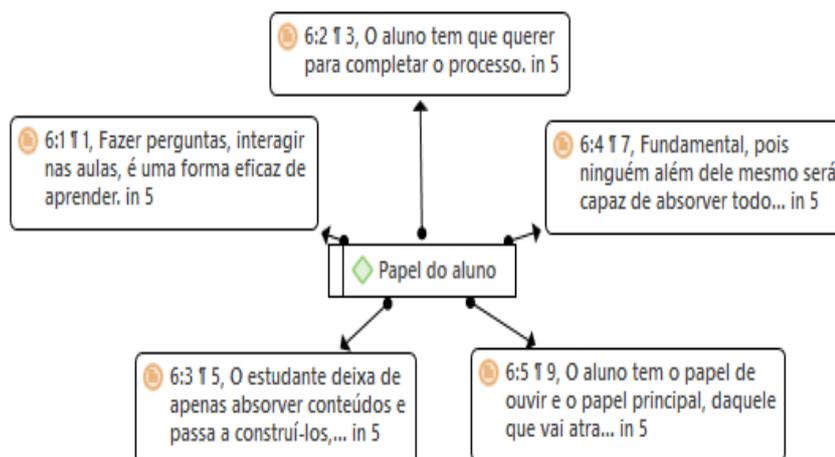
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Conforme a Figura 4, observa-se que para os alunos, o professor é um “mediador”, “facilitador”, “articulador”, o professor seria o intermediário da informação que conecta o conteúdo ao aluno. Essas características condizem com o perfil de um professor “tutor”, segundo Harb (2011), esse estilo de professor visa produtividade e competência e é muito independente e quer que seus alunos sejam assim.

Os professores com este estilo de aprendizagem geralmente têm alunos com um estilo convergente. E isso é importante, pois para Lima Filho, Bezerra e Silva (2016) quando o estilo de aprendizagem é incompatível com o estilo de ensino, pode haver comprometimento do desempenho acadêmico. Por fim, além de questioná-los com relação ao papel do professor, também foram questionados com relação ao seu papel nesse processo.



Figura 5: Papel do aluno



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Conforme destacado na Figura 5, os alunos se descrevem como ativos em processos de ensino-aprendizagem, sendo eles o principal responsável pelo próprio aprendizado.

Considerando todo o contexto analisado, pode-se concluir que os estilos de aprendizagem dominantes nas turmas analisadas foram o convergente e assimilador, corroborando com a literatura (CERQUEIRA, 2000; REIS; PATON; NOGUEIRA, 2012; LIMA FILHO; BEZERRA; SILVA, 2016; SILVA; SOUSA; LIMA, 2021).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo investigar quais as características e estilos de aprendizagens dos discentes do curso de graduação em Ciências Contábeis da Faculdade do Complexo Educacional Santo André – FACESA, e como objetivos específicos: a) caracterizar os respondentes, coletando informações de identificação como período, idade e sexo; b) identificar o perfil de aprendizagem de cada um; c) conhecer a percepção do aluno sobre si mesmo e sobre o professor.

O estudo de caráter exploratório e natureza qualitativa e quantitativa. A população do estudo foram estudantes do 4º e do 8º período do curso de Graduação em Ciências Contábeis. Como amostra final, obteve-se 15 respostas, 10 alunos do 4º e 5 alunos do 8º período. A amostra foi escolhida por conveniência e acessibilidade, considerando as especificidades do estudo.

Com relação ao perfil dos respondentes, além da maioria ser do 8º período, observou-se que a faixa etária está entre 20 anos até os 25 anos, composta por mais de 60% dos discentes, observa-se uma predominância do sexo masculino entre os discentes (73,3%).

Com relação aos estilos de aprendizagem, quando questionados sobre sua postura quando recebe um novo conteúdo, observou-se a presença do estilo convergente, que precisa de exemplos práticos para entender a teoria, eles buscam a aplicabilidade desse conhecimento, seja por meio de mapas mentais, vídeos etc.

Perguntou-se sobre o escopo do conteúdo, tentando entender, na visão dos alunos, como o conteúdo pode ser estudado. Assim, observou-se que os alunos querem separar esse conteúdo para entender melhor, afirmado pela maioria dos alunos, ainda, houve alunos que citaram estudar por mapa mental, que também é uma forma de estudar o conteúdo, separando-o por partes. Assim, as respostas estão de acordo com o estilo assimilador, onde os alunos gostam de dividir o conteúdo em partes, por tópicos para melhor compreensão.

Também foram questionados sobre quais métodos utilizam para adquirir e fixar o assunto.



Constatou-se que a maior parte dos alunos procuram a aplicabilidade do que está sendo estudado, seja por situações práticas, questões, vídeos etc.; caracterizando-os como do estilo convergente, aqueles que a teoria e prática, devem andar juntas.

Em virtude da importância do professor no processo de ensino-aprendizagem, os alunos foram questionados sobre como eles entendiam o papel do professor nesse processo de transmissão de conhecimento. Para eles, o professor é um “mediador”, “facilitador”, “articulador”, ou seja, um intermediário da informação que conecta o conteúdo ao aluno. Essas características condizem com o perfil de um professor “tutor”, segundo Harb (2011). Professores com este estilo de aprendizagem geralmente têm alunos com um estilo convergente.

Além de questioná-los com relação ao papel do professor, também foram questionados com relação ao seu papel nesse processo. Os alunos se descrevem como ativos em processos de ensino-aprendizagem, sendo eles o principal responsável pelo próprio aprendizado.

Assim, pode-se dizer que o objetivo geral e os objetivos específicos foram alcançados e concluiu-se que os estilos de aprendizagem dominantes nas turmas analisadas foram o convergente e assimilador.

Assim sendo, a pesquisa apresentou algumas limitações como o tamanho da amostra, realizada apenas com duas turmas de graduação em Ciências Contábeis da Faculdade do Complexo Educacional Santo André – FACESA. Dessa forma, sugere-se que para pesquisas futuras, possam ser aplicados em outros cursos de graduação, como também em outras universidades.

REFERÊNCIAS

CERQUEIRA, T. C. S. **Estilos de aprendizagem em universitários**. 2000. 179p. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, UNICAMP, Campinas, 2000.

HARB, J. N. **Teaching through the cycle**: Application of Learning Style theory to engineering education at Brigham Young University. Provo, Utah, Brigham Young University, 2001.

KOLB, D. A. **The learning style inventory**: technical manual. Boston: Ma.McBer, 1976.

KOLB, D. A. **Experiential learning**: Experience as the source of learning and development. New Jersey: Prentice Hall, 1984.

LIMA FILHO, R. N.; BEZERRA, E. S.; SILVA, T. B. J. Estilo de aprendizagem dos alunos do curso de Ciências Contábeis. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, v. 9, n. 2, p. 95-112, 2016.

MCCARTHY, M. Experiential Learning Theory: From Theory To Practice. **Journal of Business & Economics Research (JBER)**, v. 14, n. 3, p. 91-100, 2016.

NOGUEIRA, D. R; *et al.* Estilos de aprendizagem e desempenho em educação a distância: um estudo empírico com alunos das disciplinas de Contabilidade Geral e Gerencial. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 6, n. 1, p. 54-72, 2012.

OLIVEIRA, A. J.; *et al.* Estilos de aprendizagem e estratégias ludopedagógicas: percepções no ensino da contabilidade. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 6, n. 2, p. 236-262, 2013.



ROCHA, V. K.; et al. Gerações e Estilo de Aprendizagem: Um Estudo com Alunos de uma Universidade Pública em Alagoas. **Revista Economia & Gestão**, v. 18, n. 50, p. 80-96, 2018.

REIS, L. G.; PATON, C.; NOGUEIRA, D. R. Estilos de aprendizagem: uma análise dos alunos do curso de ciências contábeis pelo método Kolb. **Revista Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 31, n.1, p. 53-66, 2012.

SILVA, A. R. P.; SOUSA, J. M. B.; LIMA, D. H. S. Estilos de aprendizagem no ensino remoto emergencial: um estudo com os discentes do mestrado acadêmico em ciências contábeis da UFRN. In: Seminários em Administração – SEMEAD, 14, **anais...** 2021.

TEIXEIRA, J. I. S.; VASCONCELOS, M. I. O.; SILVA, I. I. C. Estilos de aprendizagem na graduação em Enfermagem: um caso no Nordeste brasileiro. **Av Enferm**, v. 40, n. 3, 2022.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.



NÍVEL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DISCENTE EM CURSOS DA ÁREA DE GESTÃO E NEGÓCIOS DE IES PRIVADAS DO RIO GRANDE DO NORTE

Matheus Lopes Pereira

Graduado em Ciências Contábeis
Faculdade do Complexo Educacional Santo André – FACESA
E-mail: mateuslopesfi@outlook.com

Maria Zilda Rosado Neta

Graduanda em Ciências Contábeis
Faculdade Católica do Rio Grande do Norte – FCRN
E-mail: zildarosado@hotmail.com

Geison Calyo Varela de Melo

Doutorando em Administração e Controladoria
Faculdade Católica do Rio Grande do Norte – FCRN
E-mail: geisoncalyo@hotmail.com

Annady Raquel Pereira da Silva

Mestre em Ciências Contábeis
Faculdade do Complexo Educacional Santo André – FACESA
E-mail: annandyrachel@hotmail.com

Lucas Gabriel de Souza Galvão

Mestrando em Administração
Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA
E-mail: acesso.lucas09@gmail.com

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar o nível de educação financeira de discentes de cursos da área de gestão e negócios de IES privadas do Rio Grande do Norte, pode-se inferir que o mesmo foi alcançado. Dessa forma, desenvolveu-se um estudo descritivo, quantitativo e por um levantamento com 137 discentes de cursos de administração e ciências contábeis de IES privadas do estado. Assim, os resultados apontam para um perfil diverso, em maioria, são mulheres, têm entre 21 e 30 anos, solteiros(as), oriundos de escola pública, estão cursando entre o 3º e 4º período, não possuem outra graduação, entre outros. Constatou-se, ainda, que os discentes de administração detiveram de um maior nível de educação financeira, quando comparados com os de contábeis, mas verificou-se que ambos discentes apresentaram um comportamento financeiro médio, atitude financeira adequada e um conhecimento financeiro intermediário, especialmente no que tange os aspectos de juros, inflação, investimento, financiamento e risco.

Palavras-chave: Educação financeira. IES privadas. Administração. Contábeis.

1 INTRODUÇÃO

Desde a década passada que as principais economias do mundo vêm reconhecendo a relevância do conhecimento em educação financeira e, principalmente, quando é iniciado de forma mais precoce na vida do ser humano (CHEN; VOLPE, 1998), considerando que a falta de educação



financeira tem um impacto significativo na capacidade de realizações no longo prazo, em situações simples, como o uso do dinheiro em atividades domésticas, até situações mais complexas, como a decisão de investir ou realizar um plano de aposentadoria, o que gera consequências para toda a sociedade (ERGÜN, 2018).

Destarte, percebe-se que o próprio desenvolvimento econômico ocorrido nos últimos anos foi responsável por tornar os produtos e serviços mais amplamente disponíveis, que ao aliar-se com a oferta de obtenção de crédito mais fácil, impulsionaram os indivíduos com pouco ou nenhum entendimento sobre conceitos financeiros a tomarem decisões de consumo desfavoráveis e que, conseqüentemente, levaram ao aperto financeiro ou até mesmo a falência pessoal desses indivíduos, ou seja, uma grande parcela da população não sabe como gerir o seu próprio dinheiro (BRUHN *et al.*, 2016).

Assim, considera-se a educação financeira como um processo de aprimoramento dos indivíduos na compreensão quanto aos aspectos financeiros, seus produtos, conceitos e riscos envolvidos, sendo que com a informação e entendimento necessários, possam desenvolver as habilidades fundamentais de decisão e ainda, permitir que os indivíduos possam compreender como os fatos que estão acontecendo na economia interna e externa afetam o seu dia a dia das e tomem decisões com base nas questões que estão relacionadas ao consumo, o ato de poupar ou uso de crédito pessoal (OCDE, 2013).

Partindo para o cenário brasileiro, Lizote *et al.* (2016) afirmam que o estudo sobre a educação financeira ainda é uma temática recente e sua base teórica vem sendo aprimorada, levando em consideração que, como as finanças das pessoas estão associadas diretamente ao seu consumo e somente após o processo de estabilização da economia do país, com a criação do Plano Real no ano de 1994, foi que a população passou a ter compromissos de longo prazo e necessitaria mais ainda de entender sobre as questões financeiras, como isso não ocorreu, o comprometimento significativo de sua renda se tornou maior, intensificando a necessidade das pessoas entenderem sobre finanças.

Dessa forma, a discussão sobre educação financeira faz-se presente e necessária nos diversos ambientes da sociedade, mais especificamente nos espaços escolares, em que desde o ensino infantil e/ou fundamental que as crianças já deveriam receber essa formação, o que de forma bastante rara isso acontece e na maioria dos casos, o contato com a educação financeira ocorre quando o aluno opta pelo ingresso em um curso superior da área de gestão e negócios, como Administração e Contabilidade, por exemplo, que carregam em sua estrutura curricular disciplinas que possibilitam noções de educação financeira, mas que mesmo assim, pode não ser suficiente para essa formação (CORREIA; LUCENA; GADELHA, 2015).

Nesse contexto, este estudo é norteado pela seguinte questão de pesquisa: **Qual o nível de educação financeira de discentes de cursos da área de gestão e negócios de IES privadas do Rio Grande do Norte?** E deste modo, o objetivo do estudo consiste em analisar o nível de educação financeira de discentes de cursos da área de gestão e negócios de IES privadas do Rio Grande do Norte, levando em conta os cursos de Administração e Ciências Contábeis, considerando que estes cursos possuem formação voltada, dentre outros aspectos, para a educação financeira.

O desenvolvimento da pesquisa justifica-se pela necessidade de intensificar os debates sobre educação financeira, tendo em vista a complexidade e relevância da temática, e mesmo os estudos elaborados nesse entorno, ainda são considerados incipientes e não detonam com uma maior exatidão a realidade existente no país (LIZOTE *et al.*, 2016). Além do mais, ainda existe uma falta de conhecimento em educação financeira de graduandos em cursos de nível superior, nas áreas de gestão e negócios, como administração e contabilidade, apesar de terem uma formação voltada para finanças, que reforça a necessidade de acompanhamento do nível de educação financeira desse público (VERDINELLI; LIZOTE, 2014), visto como um reflexo da sua formação básica e traz consequências de longo prazo não só em sua vida, mas na sociedade como um todo.



2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 CONTEXTO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Desde o período mais remoto da humanidade que as relações entre os indivíduos são registradas por meio de trocas, uma vez que cada ser humano nasce e, de forma imediata e natural, desenvolve interesses pessoais, buscam suprir suas necessidades e carecem de pelo menos um nível mínimo de entendimento sobre como essas relações funcionam, sendo que nos dias de hoje, essas trocas são realizadas mediante o advento das moedas e de outros tipos de ferramentas que funcionam de forma semelhante. Assim, faz parte da vida dos indivíduos as relações de trocas e para se entender melhor como realiza-las, faz-se relevante entender o básico sobre finanças (BEZERRA NETA, 2018).

Nesse sentido, destaca-se o entendimento sobre educação financeira, que é vista como um processo de aquisição e aprimoramento do conhecimento acerca dos conceitos e produtos financeiros, no desenvolvimento de habilidades, confiança e consciência das oportunidades e riscos financeiros no momento da tomada de decisão, na busca pelo bem-estar do ser humano, e esse conhecimento torna-se necessário para que as pessoas possam planejar investimentos de longo e curto prazo, bem como realizar as melhores escolhas (OECD, 2013; ANDRADE; LUCENA, 2018; MARQUES; TAKAMATSU; AVELINO, 2018).

No geral, definir educação financeira ainda é um desafio latente, tendo em vista a sua complexidade e abrangência na sociedade e nas diversas formas que podem ser empregadas. A seguir, no Quadro 1, estão destacadas algumas outras definições sobre educação financeira de acordo com a literatura existente.

Quadro 1: Definições de educação financeira

Autor(es)/Ano	Definição
Potrich, Vieira e Kirch (2013)	Educação ou alfabetização financeira é a capacidade do indivíduo de receber, entender e avaliar as informações financeiras necessárias para a tomada de decisões visando a adequada e eficaz gestão financeira do indivíduo.
Modernell (2014)	A educação financeira pode ser definida como a capacidade em executar o planejamento e a gestão dos recursos financeiros pessoais com base em um conjunto de conhecimentos adquiridos e posicionamentos adequados.
Lizote <i>et al.</i> (2016)	Educação financeira consiste em buscar decisões corretas para uso dos recursos que dispõe tanto no presente como no planejamento futuro e utilizar as informações para planejar um consumo saudável no presente e um futuro financeiro equilibrado.
Domingos (2018)	A educação financeira é entendida como a busca de uma autonomia financeira baseada em comportamento e hábitos saudáveis para equilíbrio do ser, fazer e o ter, com escolhas conscientes para realizações de sonhos.

Fonte: Elaboração própria (2022).

Dessa forma, utilizar da educação financeira faz-se necessário em todos os setores da sociedade, sem distinção de espaços e das condições do indivíduo, tendo em vista que desde a infância, independente da aptidão ou interesse financeiro, se constrói uma ideia de sonhar com uma carreira profissional bem sucedida que será responsável por garantir uma estabilidade financeira, em que o indivíduo trilha o seu caminho em busca desse sonho, porém, essa ideia não vem acompanhada de um “treinamento” de como lidar de forma correta com as finanças, que são frutos dessa trajetória, pelo fato de não deterem de uma formação em educação financeira (BEZERRA NETA, 2018).

No cenário internacional, a relevância da temática educação financeira foi tratada pela Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), em relatório inédito elaborado com base nas experiências do Grupo dos 20 países com as maiores economias do



planeta, o G20, sobre as iniciativas e ações de educação financeira em instituições públicas e privadas, passando a considerar o tema como uma nova habilidade para o século 21 (MELO; MOREIRA, 2021), bem como a imersão de estudos na área foram amplamente desenvolvidos, entre eles, destacam-se os de Chen e Volpe (1998), Bernheim e Garrett (2003), Huston (2010), Bruhn *et al.* (2016) e Ergün (2018).

Já no contexto do Brasil, a criação do Plano Real, em 1994, garantiu uma estabilidade para a economia do país, que se encontrava devastada pela inflação e insegurança econômica, fazendo com que a população passasse a criar o hábito de organização das finanças pessoais e identificar maneiras de fazer o seu dinheiro render, necessitando de entendimento sobre esse processo (LIZOTE *et al.*, 2016). E mais recentemente, o governo brasileiro instituiu o Decreto nº 7.397/2010, que contribuiu com o fortalecimento da cidadania ao fornecer e apoiar ações que ajudem a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes, passando a reconhecer a relevância da educação financeira (MELO; MOREIRA, 2021).

2.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA E O ENSINO SUPERIOR

Conforme destacado anteriormente, a educação financeira compreende um processo de entendimento sobre os aspectos financeiros, em como melhor gerenciar o dinheiro e a tomada de decisão de modo responsável, como mencionado por Dias *et al.* (2019) e em complemento, apontam que a compreensão sobre esses aspectos estão ligados a uma continuidade da busca por esse aprendizado, que muitas vezes pode iniciar em uma fase mais precoce da vida e se estender quando o indivíduo adentra no ensino superior, principalmente em um curso que seja relacionado as finanças, como os cursos da área de gestão e negócios.

Em um cenário satisfatório, o ideal seria que todos os indivíduos já tivessem contato com a educação financeira desde a infância, pelo menos desde o ensino básico/fundamental, entretanto, essa realidade não é comum no ensino brasileiro e em muitos casos, as pessoas só irão deter desse acesso quando se inserem no ensino superior em cursos como administração, contabilidade, economia, entre outros, sendo que esses cursos compreendem em suas matrizes curriculares disciplinas relacionadas com educação financeira, como Matemática Financeira, Administração Financeira, Mercado Financeiro e de Capitais e Economia, concebendo uma base teórica que o prepare para a melhor decisão (CORREIA; LUCENA; GADELHA, 2015).

Como consequência dessa realidade, surge uma situação em que apenas uma pequena parcela da população detém do conhecimento em educação financeira, causando uma espécie de desigualdade entre os indivíduos quando se trata desse entendimento, tendo em vista que apenas as pessoas que adentraram no ensino superior, em algum curso da área de gestão e de negócios, que terão acesso a esse tipo de informação, pois como destaca Worthington (2006) o conhecimento esperado de um profissional que é formado nessa área, em comparação com um profissional de outra área distinta, tende a ser superior e mais frequente, pelo menos em relação aos principais conceitos e aplicações.

Entretanto, essa realidade não por ser generalizada para todos os cenários, tendo em vista que Silva, Carraro e Silva (2017) demonstraram que embora as pessoas acreditem que melhoraram seu nível de conhecimento sobre educação financeira após adquirirem maior escolaridade, por exemplo, com uma formação superior na área, quando foram submetidos a questões sobre as finanças pessoais, não obtiveram um desempenho superior aos indivíduos de outros níveis de escolaridade considerados mais baixos e o fato pode ser explicado pela qualidade no ensino em finanças ao longo da graduação, considerado insuficiente.

Vale destacar que esse cenário de baixo nível de conhecimento financeiro não é único e exclusivo do Brasil ou de países em desenvolvimento, expande-se para outros considerados desenvolvidos, como de países europeus e asiáticos, apontado no estudo de Ergün (2018) em que se analisou o processo de aprendizagem financeira de discentes universitários e constatou que os mesmos possuem um nível de conhecimento financeiro considerado médio, mas não somente o



aprendizado foi adquirido no curso de graduação, também foi resultado de outras fontes, como o aconselhamento dos pais, experiência de vida mais independente, influência de amigos, entre outras e assim, percebe-se que o conhecimento financeiro é algo construído, que vai desde a formação de vida e, principalmente, intensificada em um curso superior.

Dessa forma, além de acreditar que a educação financeira é relevante para a sociedade como um todo, percebe-se que é no ensino superior, mais precisamente em cursos na área de gestão e negócios que o conhecimento financeiro é mais difundido e é no ambiente acadêmico que se espera o reforço para esse aprendizado, levando em conta que na educação básica isso é praticamente inexistente, mas que ainda precisa ser melhorado, com maiores oportunidades exploradas e que sejam mitigadas as dificuldades encontradas em aspectos simples, como o saber conceitos financeiros, pois acredita-se que quanto maior o nível de escolaridade de um indivíduo, maior à sua participação ativa nas relações financeiras da sociedade (YAMAMOTO; BARBERO, 2018).

2.3 ESTUDOS EMPÍRICOS ANTERIORES

Com o intuito de analisar a incidência e evolução das pesquisas sobre a temática em questão, realizou-se um levantamento bibliográfico de artigos científicos que abordassem o tema da educação financeira, com um período temporal de 2018 a 2022, ou seja, estudos mais recentes e que tragam uma abordagem mais atual e consultado nas seguintes plataformas de pesquisa: Google Acadêmico e Portal de Periódicos da Capes, conforme disposto no Quadro 2 a seguir.

Quadro 2: Estudos sobre educação financeira

Auto/Ano	Objetivo	Principais resultados
Andrade e Lucena (2018)	Verificar a relação entre o nível de educação financeira de diferentes grupos acadêmicos com as características individuais e o comportamento financeiro desses alunos.	Verificou-se que existe uma relação estatística significativa com relação à graduação e os conhecimentos financeiros, também foi possível perceber essa relação quanto ao gênero dos pesquisado. Verificou-se ainda que os alunos atribuem importância a temas como planejamento financeiro, orçamento, poupança e investimento, entretanto não foi encontrada relações estatísticas com o nível de educação financeira dos alunos. Também foi possível verificar que os alunos mais educados financeiramente demonstram ter mais confiança para gerir as próprias finanças.
Marques, Takamatsu e Avelino (2018)	Analisar como os estudantes de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Minas Gerais têm gerenciado suas finanças, a propensão ao endividamento ou à poupança desses indivíduos e a influência de aspectos comportamentais na gestão dos recursos.	Os resultados da pesquisa foram analisados por meio da análise fatorial, testes de correlação e de diferenças de médias. Observou-se, de forma geral, que os acadêmicos de Ciências Contábeis são altamente bancarizados e, em grande parte, possuem poupança e realizam depósitos regulares. Foi identificada uma maior propensão à poupança em alunos inseridos em famílias com renda superior a R\$ 5.201,00 e uma aversão a crédito de estudantes que poupam com a finalidade de prevenir emergências. E por fim, a idade dos alunos não esteve correlacionada a nenhum padrão de comportamento.
Dias <i>et al.</i> (2019)	Apresentar a relação entre a educação financeira e o comportamento financeiro de estudantes universitários.	Para atender esse objetivo, identificou qual o conhecimento sobre educação e planejamento financeiros desses acadêmicos, como se dá o controle de finanças, qual o perfil de investidor, como gerenciam seus gastos e que tipo de endividamento possuem. Constatou-se que os discentes não possuem perfil investidor, se mostram conservadores, gerenciam os gastos da forma mais simples, sem programas muito sofisticados, não se consideram endividados, embora o comprometimento da renda varie de 31% a 60%, ou mais.
Leal, Santos e Costa (2020)	Identificar se aspectos sociais, demográficos e econômicos estão associados com o nível de educação financeira dos	Os resultados sugerem que os discentes possuem um nível relativamente alto (média geral de 5,25 de um total de 7 pontos) de educação financeira, sendo o nível de educação financeira (NEF) real superior à percepção deles sobre esse item, indicando que os



	discentes de graduação e pós-graduação de IES públicas brasileiras.	mesmos subestimam o conhecimento que possuem sobre o tema. Identificou-se também que fatores distintos afetam o nível de educação financeira real (sexo e grau de escolaridade) e a percepção (trabalho, área de conhecimento e renda individual). Especificamente, os homens possuem maior NEF real do que as mulheres; os discentes que trabalham indicaram maior NEF; os discentes da área de negócios, possuem maior NEF do que as demais áreas de conhecimento e os discentes com maior renda individual também sugeriram possuir maior NEF.
Melo e Moreira (2021)	Verificar o nível de educação financeira dos alunos do curso de graduação em Ciências Contábeis.	Os resultados apontam que embora os alunos tenham melhores resultados ao concluírem o curso de Ciências Contábeis, permaneceram com nível intermediário de conhecimentos financeiros, assim como ocorre com os alunos iniciantes. Ademais, os testes indicaram que, em média, a idade e a ocupação profissional também aperfeiçoam as competências financeiras, tornando-se possível inferir que a evolução do nível de conhecimento financeiro dos discentes concluintes não foi exclusivamente pelo curso.
Santos e Silva (2022)	Verificar a utilização dos conhecimentos financeiros na tomada de decisão pelos discentes do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas.	Os resultados encontrados indicaram que os discentes costumam fazer o controle de suas finanças mensalmente, consideram o dinheiro um instrumento relevante para a concretização de sonhos, possuem dívidas no curto prazo, contraídas através de cartão de crédito e carnês de lojas. Constatou-se, ainda, que eles detêm conhecimento sobre conceitos básicos de finanças, como juros compostos e valor do dinheiro no tempo. Desse modo, se pretenderem empregar recursos em investimentos, inclusive para destinar recursos financeiros para a velhice, os conceitos contábeis mais específicos poderão ajudá-los nestas decisões.

Fonte: Elaboração própria (2022).

Conforme os estudos destacados no Quadro 1, percebe-se a evolução nas pesquisas sobre a temática, o que denota a relevância em se pesquisar sobre a temática. As principais análises vão ao encontro de demonstrar uma realidade que existe em instituições de ensino específicas e em muitos casos, voltados apenas para os cursos de ciências contábeis, o que não é frequente a análise comparativa entre cursos, como o de administração e contábeis, o que foi reforçado na presente pesquisa.

3 METODOLOGIA

Com o intuito de atender ao objetivo da pesquisa de analisar o nível de educação financeira de discentes de cursos da área de gestão e negócios de IES privadas do Rio Grande do Norte e para tanto, realizou-se uma pesquisa descritiva, quanto aos objetivos; quantitativa, quanto a natureza; e por meio de um levantamento, quanto aos procedimentos de coleta. Dessa forma, a pesquisa descritiva é aquela que busca descrever as principais características de uma população por meio de análises em dados coletados, sem que haja interferência do pesquisador nesse processo (GIL, 2010).

Em seguida, por estudo quantitativo entende-se que utiliza de métodos e dados que são quantificáveis para o desenvolvimento da pesquisa, na busca por um melhor entendimento no que tange o comportamento da população analisada (RAUPP; BEUREN, 2013). Por último, a pesquisa deu-se mediante um levantamento (*survey*), que visa coletar os dados pela aplicação de um instrumento de pesquisa, interrogando diretamente os participantes que se dispõem a participar do estudo e deseja-se analisar e compreender o seu comportamento (GRAY, 2012).

Em relação a amostra, a pesquisa reuniu 137 discentes de cursos que integram a área de gestão e negócios, Administração e Ciências Contábeis, de duas Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, localizadas no interior do estado do Rio Grande do Norte, na região geográfica



conhecida como Oeste Potiguar. Esses discentes encontram-se matriculados do 1º ao 8º período do curso e se disponibilizaram a responder o instrumento de pesquisa para a coleta dos dados.

O instrumento de pesquisa compreendeu um questionário semiestruturado, que reuniu perguntas fechadas, adaptadas de Potrich, Vieira e Paraboni (2013) e baseadas nas propostas da OECD (2013), contemplando as três dimensões: conhecimento financeiro, atitude financeira e comportamento financeiro. O questionário utilizado foi elaborado no *Google Formulários*®, enviado pelos aplicativos *WhatsApp* e *E-mail* e ainda, dividido em quatro seções, que são: Seção 1 – Perfil dos respondentes da pesquisa; Seção 2 – Comportamento financeiro; Seção 3 – Atitude financeira; e Seção 4 – Conhecimento financeiro. A operacionalização dos dados encontra-se disposta no Quadro 3 a seguir.

Quadro 3: Operacionalização dos dados

Fatores	Conceito	Fonte	Operacionalização
Comportamento financeiro	Identifica o domínio sobre os assuntos financeiros como juros, investimento, risco e inflação.	Potrich, Vieira e Paraboni (2013)	Total de 10 questões; Escala <i>Likert</i> (1 – Nunca até 5 – Sempre); Quanto maior o resultado, melhor será avaliado o respondente.
Atitude financeira	Avalia a importância reconhecida ao controle e gestão das questões financeiras.		Total de 8 questões; Escala <i>Likert</i> (1 – Discordo totalmente até 5 – Concordo totalmente); Quanto mais o respondente concordar, melhor será avaliado.
Conhecimento financeiro	Mensura a transformação do conhecimento que possui na teoria em ações reais.		Total de 8 questões; Atribui-se 1 ponto para cada acerto; Quanto maior o número de acertos, melhor será avaliado o respondente.
Educação financeira	Combinação dos elementos para melhor tomada de decisões para alcançar o bem-estar financeiro.	OCDE (2013)	EdF = Comportamento + Atitude + Conhecimento

Fonte: Adaptado de Melo e Moreira (2021).

Por último, a análise dos dados coletados na pesquisa se deu mediante a técnica de estatística descritiva, que de acordo com Fávero *et al.* (2009) compreende um conjunto de métricas ou medidas que objetivam o aprimoramento e compreensão do comportamento dos dados e para esta pesquisa, utilizou-se a média, desvio-padrão, frequência absoluta e o valor percentual. Além disso, os dados coletados foram operacionalizados utilizando o *Software Microsoft Excel* e a análise foi realizada pelo programa estatístico *Statistical Package for the Social Science - SPSS*® - versão 25, dando maior robustez a análise quantitativa

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção estão dispostos os principais achados do estudo, iniciando com o perfil dos respondentes do estudo e seguindo com as análises sobre a educação financeira, que abrange as dimensões: conhecimento financeiro, atitude financeira e comportamento financeiro.

4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

Inicialmente, analisou-se o perfil dos respondentes do estudo, que agregou os aspectos de sexo, idade, estado civil, conclusão do ensino médio, período cursado, se possui outra graduação, com quem reside, se possui dependentes financeiros, escolaridade dos pais, atividade profissional e renda familiar, como destacado na Tabela 1 a seguir.



Tabela 1: Perfil dos respondentes da pesquisa

Características dos discentes		Adm.		Contábeis		Total	
		Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Sexo	Masculino	22	36,7	37	48,1	59	43,1
	Feminino	38	63,3	40	51,9	78	56,9
Idade	Até 20 anos	16	26,7	13	16,9	29	21,2
	Entre 21 e 30 anos	28	46,7	52	67,5	80	58,4
	Entre 31 e 40 anos	16	26,7	10	13,0	26	19,0
	Entre 41 e 50 anos	-	-	02	2,6	02	1,5
	Acima de 50 anos	-	-	-	-	-	-
Estado civil	Solteiro(a)	44	73,3	65	84,4	109	79,6
	Casado(a)	11	18,3	08	10,4	19	13,9
	União Estável	05	8,3	03	3,9	08	5,8
	Divorciado(a)	-	-	01	1,3	01	0,7
	Viúvo(a)	-	-	-	-	-	-
Conclusão do ensino médio	Somente em escola pública	41	68,3	44	57,1	85	62,0
	Somente em escola privada	17	28,3	26	33,8	43	31,4
	Em pública e em privada	02	3,3	07	9,1	09	6,6
Período cursado	1º e 2º período	06	8,3	12	15,6	17	12,4
	3º e 4º período	23	38,3	23	29,9	46	33,6
	5º e 6º período	21	35,0	18	23,4	39	28,5
	7º e 8º período	11	18,3	24	31,2	35	25,5
Possui outra graduação	Sim	01	1,7	05	6,5	06	4,4
	Não	59	98,3	72	93,5	131	95,6
Reside com outras pessoas	Sozinho(a)	-	-	07	9,1	07	5,1
	Pais	40	66,7	46	59,7	86	62,8
	Cônjuge	06	10,0	10	13,0	16	11,7
	Filhos(as)	-	-	02	2,6	02	1,5
	Amigos(as)	-	-	-	-	-	-
	Outros(as)	14	23,3	12	15,6	26	19,0
Dependentes financeiros	Sim	10	16,7	21	27,3	31	22,6
	Não	50	83,3	56	72,7	106	77,4
Escolaridade do pai/mãe/Responsável	Não alfabetizado	01	1,7	04	5,2	05	3,6
	Ensino fundamental	17	28,3	19	24,7	36	26,3
	Ensino médio	35	58,3	30	39,0	65	47,4
	Ensino superior	05	8,3	19	24,7	24	17,5
	Pós-graduação	02	3,3	05	6,5	07	5,1
Atividade profissional	Trabalhando	31	51,7	48	62,3	79	57,7
	Estagiando	17	28,3	17	22,1	34	24,8
	Apenas estudando	12	20,0	12	15,6	24	17,5
Renda mensal	Não possui rendimento	13	21,7	07	9,1	20	14,6
	Até 1 salário mínimo	28	46,6	32	41,6	60	43,8
	Entre 1 a 3 salários mínimos	19	31,7	36	46,8	55	40,1
	Entre 3 a 5 salários mínimos	-	-	01	1,3	01	0,7
	Entre 5 a 10 salários mínimos	-	-	01	1,3	01	0,7
	Acima de 10 salários mínimos	-	-	-	-	-	-
Total		60	43,8	77	56,2	137	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2022).



Diante os dados da Tabela 1, percebe-se que a maioria dos discentes tanto do curso de administração como de ciências contábeis, apresentaram resultados semelhantes para a maior parte das características analisadas, sendo que em sua maioria, os discentes são do sexo feminino (56,9%), concentram-se na faixa etária entre 21 e 30 anos (58,4%), apresentam estado civil solteiro(a) (79,6%), cursaram o ensino médio somente em escola pública (62,0%), estão cursando entre o 3º e 4º período (33,6%) e não possuem outra graduação (95,6%).

Outros aspectos foram analisados, constatando que os discentes, em maioria, moram com os pais (62,8%), não têm dependentes financeiros (77,4%), os pais ou responsáveis apresentam maior escolaridade de ensino médio (47,4%) e estão trabalhando (57,7%). Apenas a renda mensal que divergiu entre os discentes dos cursos analisados, sendo que os de administração possuem renda de até 1 salário mínimo (46,6%) e os de contábeis têm renda entre 1 a 3 salários mínimos (46,8%).

4.2 DIMENSÕES DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Para se analisar o nível de educação financeira dos discentes participantes da pesquisa, faz-se necessária uma análise nas suas três dimensões, iniciando pelo comportamento financeiro, como representado a seguir.

Tabela 2: Comportamento financeiro

Afirmativas	Administração		Contábeis	
	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão
Gerencio da melhor forma o meu dinheiro	3,88	0,613	3,60	1,055
Anoto e controlo meus gastos pessoais (ex.: planilha de receitas e despesas mensais)	4,00	1,207	3,31	1,369
Estou satisfeito(a) com o sistema de controle de minhas finanças	3,70	1,293	3,17	1,380
Todo mês tenho dinheiro suficiente para poder pagar minhas despesas pessoais e fixas da casa	4,15	0,939	3,77	1,276
Ao decidir por um produto financeiro ou empréstimo, considero opções de diferentes empresas/bancos	4,23	0,998	3,62	1,338
Pago integralmente as faturas de meu cartão de crédito para evitar a cobrança de juros	4,60	0,848	4,21	1,080
Guardo parte de minha renda todo mês	3,12	1,462	2,79	1,525
Comparo os preços ao fazer uma compra	4,40	0,978	3,92	1,222
Eu evito comprar por impulso	3,52	0,892	3,51	1,284
Costumo juntar dinheiro para comprar um produto à vista do que o comprar a prazo	3,20	1,482	3,04	1,437

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Sobre o comportamento financeiro, ou seja, o domínio dos discentes sobre os assuntos financeiros e de acordo com as médias das assertivas, percebe-se que os tanto os discentes de administração como os de contábeis analisados, com os valores respectivos, apresentam os comportamentos de pagar integralmente as faturas do cartão de crédito para evitar a cobrança de juros (4,60 e 4,21), comparam os preços ao fazer uma compra (4,40 e 3,92), consideram opções de diferentes empresas/bancos ao decidir por um produto financeiro ou empréstimo (4,23 e 3,62)



e todo mês eles têm dinheiro suficiente para poder pagar as despesas pessoais e fixas da casa (4,15 e 3,77).

Outros pontos de destaque, refere-se aos discentes de administração, que anotam e controlam os gastos pessoais utilizando, por exemplo, planilha de receitas e despesas mensais (4,00) e aos discentes de contábeis, que gerenciam da melhor forma o seu dinheiro (3,60). No geral, observou-se um comportamento financeiro mediano para a grande maioria das afirmativas e ainda, que os discentes de administração apresentaram maiores médias em relação aos de contábeis, inferindo que detêm de um maior comportamento financeiro e os valores do desvio-padrão, considerados baixos, reforçam essa ideia, corroborando os estudos de Melo e Moreira (2021) e Potrich, Vieira e Paraboni (2013).

Na sequência, analisou-se os aspectos relacionados a atitude financeiras dos discentes, conforme Tabela 3 a seguir.

Tabela 3: Atitude financeira

Afirmativas	Administração		Contábeis	
	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão
É importante controlar as despesas mensais	4,98	0,129	4,90	0,307
É importante estabelecer metas financeiras para o futuro	4,93	0,252	4,83	0,441
É importante poupar dinheiro mensalmente	4,83	0,376	4,87	0,338
O modo como gerencio o dinheiro hoje irá afetar meu futuro	4,22	1,415	4,44	1,045
É importante ter e seguir um plano de gastos mensal	4,95	0,220	4,78	0,503
Ao comprar a prazo, é importante comparar as ofertas de crédito disponíveis.	4,72	0,524	4,74	0,523
É importante investir regularmente para atingir metas de longo prazo	4,75	0,600	4,49	0,737
Considero mais satisfatório poupar o futuro que gastar dinheiro no presente	4,12	1,462	3,92	1,265

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

De acordo com a Tabela 3, os aspectos sobre a atitude financeira, que avalia a importância reconhecida ao controle e gestão das questões financeiras, constatou-se que os discentes de ambos os cursos analisados tiveram atitudes financeiras bem semelhantes, com destaque para as afirmativas, com seus respectivos valores, de considerar importante controlar as despesas mensais (4,98 e 4,90), de ter e seguir um plano de gastos mensal (4,95 e 4,78), estabelecer metas financeiras para o futuro (4,93 e 4,83) e poupar dinheiro mensalmente (4,83 e 4,87).

De modo geral, os discentes analisados apresentaram uma atitude financeira mais adequada, percebido pelos valores mais elevados das médias e os valores mais baixos do desvio-padrão, que se espera por esses resultados, demonstrando que esses discentes sabem reconhecer a importância do controle de suas finanças e gestão das questões financeiras. Assim, os achados desta pesquisa vão de encontro ao estudo de Melo e Moreira (2021), que constataram a atitude financeira como uma das dimensões mais adequadas para a análise da educação financeira.

Por fim, foi possível analisar os aspectos que estão ligados ao conhecimento financeiro, como destacado na Tabela 4 a seguir.



Tabela 4: Conhecimento financeiro

Questões	Alternativas	Adm.		Contábeis	
		Freq.	%	Freq.	%
Suponha que você tenha R\$ 100,00 em uma conta poupança rendendo a uma taxa de juros de 10% ao ano. Depois de 5 anos, qual o valor que você terá na poupança?	Mais do que R\$ 150,00* Menos do que R\$ 150,00 Exatamente R\$ 150,00 Não sei	28	46,7	32	41,6
Suponha que José herde R\$10.000,00 hoje e Pedro herde R\$10.000,00 daqui a 3 anos. Devido à herança, quem ficará mais rico?	José* Pedro São igualmente ricos Não sei	36	60,0	25	32,5
Suponha que você viu o mesmo televisor em duas lojas diferentes pelo preço inicial de R\$ 1.000,00. A loja A oferece um desconto de R\$ 150,00, enquanto a loja B oferece um desconto de 10%. Qual é a melhor alternativa de compra?	Loja A (desc. de 150,00)* Loja B (desc. de 10%) Não sei	60	100,0	69	89,6
Suponha que você realizou um empréstimo de R\$ 10.000,00 para ser pago após um ano e o custo total com os juros é R\$ 600,00. A taxa de juros que irá pagar nesse empréstimo é de:	0,3% 0,6% 3% 6%* Não sei	49	81,7	56	72,7
Quando a inflação aumenta, em consequência, o custo de vida sobe. Essa afirmação é:	Verdadeira* Falsa Não sei	57	95,0	71	92,2
Considerando um longo período (ex.: 10 anos), qual ativo, normalmente, oferece um maior retorno?	Poupança Títulos públicos Ações* Não sei	34	56,7	41	53,2
Suponha que um investidor distribui o seu investimento entre diferentes ativos, o risco de perder dinheiro.	Aumenta Permanece inalterado Diminui* Não sei	40	66,7	27	35,1
Um empréstimo de duração de 15 anos exige pagamentos mensais, normalmente, maiores do que um empréstimo de 30 anos. Contudo, os juros pagos ao final daquele empréstimo serão menores do que neste. Essa afirmação é:	Verdadeira* Falsa Não sei	46	76,7	48	62,3
Percentual médio de acertos		73,0%		60,0%	

*Alternativa correta da questão.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Conforme os dados da Tabela 4, para a dimensão conhecimento financeiro, que mensura a transformação do conhecimento que o indivíduo possui na teoria em ações reais, constatou-se que no geral, os discentes de administração apresentaram um melhor desempenho médio (73%) quando comparados com o desempenho dos discentes de contábeis (60%), uma diferença média de 13%, porém, apesar dessa diferença, os discentes são classificados como nível intermediário de conhecimentos financeiros, pois concentraram-se em uma mesma faixa de acertos (60 a 79%), de acordo com a escala proposta Volpe e Chen (1998).

Percebe-se ainda que, os discentes apresentaram maior conhecimento financeiro sobre aspectos de juros, inflação, investimento, financiamento e risco. Os resultados encontrados apresentaram divergências com o estudo de Melo e Moreira (2021), tendo em vista que estes autores constataram haver um maior desempenho sobre os aspectos de conhecimento financeiro de discentes de cursos de ciências contábeis, em comparação com os de administração.

Como o nível de educação financeira compreende a análise das dimensões financeiras de comportamento, atitude e conhecimento, desse modo, pode-se inferir que os discentes



apresentaram um nível médio/intermediário, sendo capazes de identificar o domínio sobre os assuntos financeiros simples, avaliar a importância reconhecida ao controle e gestão das questões financeiras e transformarem o conhecimento que possui na teoria em ações reais, para que dessa forma, possam tomar melhores decisões para alcançar o bem-estar financeiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscando atingir o objetivo do estudo de analisar o nível de educação financeira de discentes de cursos da área de gestão e negócios de IES privadas do Rio Grande do Norte, pode-se inferir que o mesmo foi alcançado.

Inicialmente, analisou o perfil dos participantes da pesquisa, constatando que os discentes apresentaram um perfil diverso, mas em sua maioria, são do sexo feminino, têm entre 21 e 30 anos, são solteiros(as), cursaram o ensino médio somente em escola pública, estão cursando entre o 3º e 4º período do curso, não possuem outra graduação e além disso, moram com os pais, não têm dependentes financeiros, os pais ou responsáveis possuem o ensino médio completo, estão trabalhando e apresentam renda familiar de até 1 a 3 salários mínimos.

Para verificar o nível de educação financeira, analisou-se as dimensões do comportamento financeiro, atitude financeira e conhecimento financeiro dos alunos dos cursos analisados na pesquisa, constatando que os discentes de administração detiveram de um maior nível de educação financeira, quando comparados com os discentes de contábeis, mas verificou-se que ambos discentes apresentaram um comportamento financeiro médio, atitude financeira adequada e um conhecimento financeiro intermediário, especialmente no que tange os aspectos de juros, inflação, investimento, financiamento e risco.

A pesquisa apresenta contribuições de cunho teórico, quando busca contribuir para as discussões sobre a temática e a representatividade dos estudos que tratam da educação financeira, como também contribuições práticas, principalmente em se analisar o conhecimento sobre as finanças das pessoas, auxiliá-las no processo de tomada de decisão e fornecer informações para os cursos de graduação que tratam da educação financeira em seus currículos, afim de melhorar o processo de ensino-aprendizagem e a formação profissional.

Entretanto, algumas limitações foram percebidas durante o desenvolvimento do estudo, especialmente por se tratar apenas de dois cursos de duas instituições de ensino superior, o que não se pode generalizar os resultados. Por isso, sugere-se para pesquisas futuras a realização da análise em cursos de outras instituições de ensino ou de outras categorias administrativas, bem como em outras regiões do país, buscando comparar os resultados encontrados.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, J. P.; LUCENA, W. G. L. Educação Financeira: Uma Análise de Grupos Acadêmicos. **E&G Economia e Gestão**, Belo Horizonte, v. 18, n. 49, jan./abr. 2018.

BERNHEIM, B. D.; GARRETT, D. M. The effects of financial education in the workplace: Evidence from a survey of households. **Journal of public Economics**, v. 87, n. 7-8, p. 1487-1519, 2003.

BEZERRA NETA, A. **Um estudo sobre o conhecimento em finanças de estudantes da Paraíba com base na I Olimpíada Paraibana de Educação Financeira**. 2018. 61f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

BRUHN, M.; LEÃO, L. S.; LEGOVINI, A.; MARCHETTI, R.; ZIA, B. O Impacto da Educação Financeira no Ensino Médio: evidências de uma avaliação em larga escala no Brasil. **American Economic Journal: Applied Economics**, v. 8, n. 4, p. 256-95, 2016.



CHEN, H.; VOLPE, R. P. An analysis of personal financial literacy among college students. **Financial Services Review**, v. 7, n. 2, p. 107-128, 1998.

CORREIA, T. S.; LUCENA, W. G. L.; GADELHA, K. A. L. A Educação Financeira como um diferencial nas decisões de consumo e investimento dos estudantes do curso de Ciências Contábeis na grande João Pessoa. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 9, n. 3, 2015.

DIAS, C. O.; ARENAS, N. C. S.; ARENAS, M. V. S.; SILVA, R. M. P. Perfil de educação financeira dos acadêmicos dos cursos de ciências contábeis, administração e economia de uma instituição federal de ensino superior brasileira. **Brazilian Applied Science Review**, v. 3, n. 5, p. 2190-2211, 2019.

DOMINGOS, R. Diagnosticar, Sonhar, Orçar e Poupar (DESOP) - **Educação Financeira – Metodologia e Perfil financeiro para adultos**. 2018. Disponível em: <https://www.dsop.com.br/educacao-financeira/>. Acesso em 04 set. 2022.

ERGÜN, K. Financial literacy among university students: A study in eight European countries. Balikesir University Research Department of International Relations, Balikesir, Turkey. **International Journal of Consumer Studies**, v. 42, p. 2–15, 2018.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L.; CHAN, B. L. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real**. 2 ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

HUSTON, S. J. **Measuring financial literacy**. The journal of consumer affairs. 2010. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1745-6606.2010.01170.x>. Acesso em: 22 out. 2022.

LEAL, S. C.; DOS SANTOS, D. V.; COSTA, P. S. Perfil de Educação Financeira dos Discentes de Graduação e Pós-Graduação de Instituições de Ensino Superior Brasileiras. **Revista de Casos e Consultoria**, v. 11, n. 1, p. 11134-11134, 2020.

LIZOTE, S. A.; LANA, J.; VERDINELLI, M. A.; SIMAS, J. Finanças Pessoais: um estudo envolvendo os alunos de Ciências Contábeis de uma instituição de ensino superior. **Revista da UNIFEPE**, ISSN 2177-742X, Brusque, v. 1, n. 19, set./dez., 2016.

MARQUES, M. F. S.; TAKAMATSU, R. T.; AVELINO, B. C. Finanças pessoais: uma análise do comportamento de estudantes de Ciências Contábeis. **Race: Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 17, n. 3, p. 819-840, 2018.

MELO, J. M.; MOREIRA, C. S. Educação Financeira Pessoal: Um estudo com discentes de Ciências Contábeis. **RC&C -Revista Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 13, n. 2, p. 151-169, mai./ago. 2021.

MODERNELL, Á. **Como implantar educação financeira nas escolas?** 2014. Disponível em: <http://maisativos.com.br/novosite/artigo-como-implantar-educacao-financeira-nas-escolas/>. Acesso em: 07 set. 2022.



OECD. **Advancing National Strategies for Financial Education A Joint Publication by Russia's G20 Presidency and the OECD**. 2013. Disponível em:

<http://www.oecd.org/finance/financial-education/G20_OECD_NSFinancialEducation.pdf>. Acesso em: 30 out. 2022.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K.M.; CERETTA, P. S. Nível de alfabetização financeira dos estudantes universitários: afinal, o que é relevante? In: **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 12, n.3, p.314-333, 2013.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. In. BEUREN, I. M. (Org). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SANTOS, M. I. C.; SILVA, M. R. Educação financeira e tomada de decisão sob a ótica dos discentes do curso de ciências contábeis. **Revista Conhecimento Contábil**, Mossoró/RN, v. 12, n. 1, p. 01-16, jan./jun., 2022.

SILVA, W. J.; CARRARO, W. B.; SILVA, M. A Contabilidade como Instrumento de controle e planejamento financeiro pessoal. II Congresso de Contabilidade da UFRGS. **Anais...** Porto Alegre, RS, Brasil, 2017.

VERDINELLI, M. A.; LIZOTE, S. A. Relações entre Finanças Pessoais e as Características dos Estudantes Universitários do Curso de Ciências Contábeis. 5º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças & Iniciação Científica em Contabilidade. **Anais...** São Paulo, 2014.

WORTHINGTON, A. C. Predicting financial literacy in Australia. **Financial Services Review**, v. 15, p. 59-79, jan., 2009.

YAMAMOTO, R. G.; BARBERO, E. R. **Educação Empreendedora: Uma proposição de conteúdos de finanças para cursos de graduação em administração**. 29º ENANGRAD. Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP, ago., 2018.



PERCEPÇÃO DISCENTE SOBRE ATIVIDADES PRÁTICAS E ESTÁGIO NOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DAS IES FEDERAIS

Maria Clara Rodrigues do Nascimento

Graduada em Ciências Contábeis
Faculdade do Complexo Educacional Santo André – FACESA
E-mail: claramaria2028@gmail.com

Letícia Tuanne da Costa Freitas

Graduanda em Ciências Contábeis
Faculdade Católica do Rio Grande do Norte – FCRN
E-mail: leticiatuanne@icloud.com

Geison Calyo Varela de Melo

Doutorando em Administração e Controladoria
Faculdade Católica do Rio Grande do Norte – FCRN
E-mail: geisoncalyo@hotmail.com

Annady Raquel Pereira da Silva

Mestre em Ciências Contábeis
Faculdade do Complexo Educacional Santo André – FACESA
E-mail: annandyrachel@hotmail.com

Lucas Gabriel de Souza Galvão

Mestrando em Administração
Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA
E-mail: acesso.lucas09@gmail.com

RESUMO

As discussões acerca das atividades práticas e de estágio se fazem necessárias no âmbito do ensino superior, tanto para construção do conhecimento como para a formação profissional. Dessa forma, o objetivo do estudo é analisar a percepção discente sobre as atividades práticas e de estágio nos cursos de Ciências Contábeis das IES públicas brasileiras à luz do Enade. Assim, desenvolveu-se uma pesquisa descritiva, quantitativa e documental, com discentes desses cursos que realizaram o Enade 2018 e os resultados apontam maior frequência de discentes das instituições federais, no Sudeste e Nordeste do país, com um desempenho médio no exame e apresentaram um perfil diversificado. Destacaram um maior nível de concordância em relação aos aspectos ligados as atividades práticas e de estágio desses cursos, com maior predominância dos discentes de instituições estaduais, porém, foi visto um nível de discordância maior entre os discentes das federais.

Palavras-chave: Percepção Discente. Atividades Práticas. Estágio. Ciências Contábeis.

1 INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, as discussões sobre o processo de formação educacional e profissional vêm crescendo, sendo pauta constante nas Instituições de Ensino Superior (IES) e com foco na busca pela qualidade e satisfação para o público principal em formação (SANTANA *et al.*, 2021). Assim, para se alcançar esses aspectos, o processo de ensino-aprendizagem não deve estar limitado apenas



as atividades desenvolvidas em sala de aula, espera-se que considere o conjunto de componentes curriculares que estão previstos no regimento do curso, dentre eles, as atividades práticas e de estágio (CUNHA; VOGT; BIAVATTI, 2015).

Desta maneira, uma formação profissional pautada em um conhecimento adquirido mediante atividades práticas, abre caminhos para uma melhor construção desse conhecimento e reflexão das situações reais que o discente se deparará. Além do mais, é possível identificar a relação entre teoria e prática, a complementação do ensino e aprendizagem, bem como o aperfeiçoamento prático, técnico, cultural, científico e de relacionamento humano (PINTO, 2018; CASSUNDÉ *et al.*, 2017; RAIA; MELZ, 2011).

Em consonância, as atividades práticas e de estágio representam um momento de uma possível aproximação da realidade acadêmica com o mercado de trabalho, em que o discente, futuro profissional, poderá praticar os conceitos e definições aprendidos no decorrer do curso ou até mesmo identificar suas afinidades com a área de atuação, então, esse é o momento de conhecer o ambiente de atuação, de se colocar na posição profissional, de deixar de lado as possíveis incertezas e partir para a ação (ALCANTARA; MARQUES; MARQUES, 2020).

Nesse contexto, a área da Contabilidade se configura como uma das áreas de grandes contrapontos acerca da formação profissional, tendo em vista que é considerada uma ciência social aplicada e apresenta uma carência dessa proximidade prática, para conseguir ter maior imersão sobre o que se pratica no mercado contábil (SANTANA *et al.*, 2021). Além disso, as pesquisas nacionais e internacionais têm revelado um distanciamento (lacunas) que existe na formação e qualificação dos discentes de Ciências Contábeis nas IES, especialmente quando se trata de atividades práticas e de estágio (SOUSA; MIRANDA, 2019).

Dessa forma, o estudo norteia-se pela seguinte questão de pesquisa: **Qual a percepção discente sobre as atividades práticas e de estágio nos cursos de Ciências Contábeis das IES públicas brasileiras à luz do Enade?** E para tanto, o objetivo do estudo consiste em analisar a percepção discente sobre as atividades práticas e de estágio nos cursos de Ciências Contábeis das IES públicas brasileiras à luz do Enade. Cabe destacar que a escolha pelo campo de estudo nas IES públicas se deve ao fato do seu crescimento nas últimas décadas e a relevância em se analisar os aspectos inerentes a sua realidade (MANDELLI, 2016).

Portanto, o desenvolvimento da pesquisa justifica-se levando em conta a necessidade no incremento das discussões acerca da temática sobre atividades práticas e de estágio nos cursos de Ciências Contábeis, tendo em vistas as dificuldades ainda existentes nesse processo e o pouco conhecimento sobre o funcionamento desses aspectos que integram o currículo dos cursos, inclusive na sua contribuição para o desenvolvimento prático dos discentes que serão os futuros profissionais do mercado e ainda, contribuir com o debate e reflexões envolvendo a relevância da experiência prática discente ao exercício profissional da contabilidade (SOUSA; MIRANDA, 2019).

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 ENSINO SUPERIOR E O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Conforme é percebido na história e evolução do ensino superior no Brasil, houve uma forte influência de contrastes culturais, heterogeneidade e desigualdades sociais, que refletiu diretamente na educação do país e em seu desenvolvimento, nas modalidades de acesso e no perfil de formação dos universitários, que foi reforçado com a promulgação da Constituição Federal de 1988, principalmente com o aumento significativo na quantidade de instituições de ensino superior no país (LIMA *et al.*, 2016).

Dessa forma, o ingresso no ensino superior é visto sob diversas óticas, sendo que para muitos discentes funciona como uma expectativa de uma vida profissional estável, em que se busca uma estabilidade profissional e financeira, e partindo dessa premissa, é válido refletir que o intuito



das instituições de ensino não é apenas capacitar seus discentes, mas também de qualificação, no desenvolvimento intelectual para exercício da profissão de maneira ética e de forma autônoma (CUNHA; VOGT; BIAVATTI, 2015).

Nesse sentido e no âmbito da educação superior, algumas preocupações ainda surgem quando se trata de qualidade e satisfação, tendo em vista que esses aspectos refletem de forma direta na formação profissional dos discentes. Sendo assim, Ferreira (2015) aponta que um dos meios existentes para se mensurar a qualificação profissional dos concluintes de cursos de graduação, que isso reflete também na satisfação dos mesmos, é com a aplicação de exames externos às instituições de ensino, como por exemplo, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

Em complemento, o ENADE compreende um dos principais indicadores de qualidade do ensino superior, criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, substituindo o Exame Nacional de Cursos (Provão) e permite avaliar o desempenho dos graduandos em relação aos componentes e competências curriculares desenvolvidos por esses concluintes durante a sua graduação, apresenta ainda, caráter obrigatório e o discente que não responder ao questionário do estudante e realizar o certame, não obterá o grau de seu curso (INEP, 2018).

Nesse cenário, inclui-se o curso de Ciências Contábeis, que carrega consigo um legado de evolução e desenvolvimento ao longo dos anos, como aponta Bezerra (2017) e destaca que o curso foi criado por meio Decreto-Lei nº 7.988/1945, intitulado de Ciências Contábeis e Atuariais, com duração mínima de quatro anos, compreendendo os componentes curriculares como Contabilidade Geral, Bancária, Privada, Pública, entre outros e somente com a criação Lei nº 1.401/1951, o curso foi desmembrado em dois, passando a ser curso de graduação em Ciências Contábeis e graduação em Ciências Atuariais.

Posteriormente, o Conselho Federal de Educação (CFE), mediante Parecer nº 397/62, provocou mudanças expressivas no ensino de Ciências Contábeis no país, passando a dividir os cursos nos ciclos de formação básica, expandindo o conhecimento para outras áreas como Matemática, Estatística, Direito e Economia (GEMAQUE, 2010) e de formação profissional, ampliando as áreas de estudo para Contabilidade Comercial, de Custos, Auditoria e Análise de Balanços, e assim, o curso de Ciências Contábeis passou a um novo patamar de evolutivo, buscando uma formação ampla, multidisciplinar e voltada para o mercado (MASCULINO JUNIOR; ALMEIDA, 2017).

Em complemento, Mandelli (2016) destaca que o Ministério da Educação (MEC), por meio da Resolução nº 10 de 2004, do Conselho Nacional de Educação (CNE), promulgou as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o curso de Ciências Contábeis, indicando que o curso deve proporcionar condições para que o futuro profissional de contabilidade apresente compreensão das questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nas diversas organizações; desenvolver o domínio nas funções que compreendem apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções atuariais e de quantificações de informações, de forma inovadora; e ainda, despertar a capacidade crítico-analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação.

Dessa forma, as diretrizes estabelecidas pelo MEC para o curso de Ciências Contábeis devem contemplar um perfil profissional que revele a responsabilidade social de seus egressos e da atuação técnica e instrumental, tendo em vista que a graduação é voltada para quem tem um perfil de organização e aptidão para lidar com números, bem como é uma área com um vasto leque para atuação, colaborando para o desenvolvimento de competências e habilidades para o profissional atuar ou investir no campo acadêmico e no mercado (OLIVEIRA, 2018).

2.2 ATIVIDADES PRÁTICAS E ESTÁGIO NOS CURSOS DE CONTABILIDADE

Conforme destacam Santana *et al.* (2021), desde o incremento da legislação acerca do curso de Ciências Contábeis que existe uma preocupação crescente com as questões voltadas para o



processo de ensino-aprendizagem, seja na formação acadêmica ou profissional do seu público-alvo e esse fato não é exclusividade apenas neste curso, essas discussões se fazem presentes em todo o ensino superior e essa preocupação é geral, especialmente quando se trata dos aspectos ligados a preparação do discente para o mercado de trabalho, que entra em cena a contribuição das atividades práticas e de estágio durante o curso.

O desenvolvimento de atividades práticas e de estágio são primordiais para a inserção dos discentes no mercado de trabalho, sendo que durante a graduação, os discentes necessitam desenvolver as competências individuais e organizacionais adquiridas no curso, e isso torna-se importante quando a aplicabilidade se dá no que foi aprendido durante o percurso de sua formação intelectual. Dessa forma, a competência profissional é a junção dos conhecimentos, das habilidades e das atitudes necessárias a um indivíduo, para que ele possa exercer com qualidade suas atividades técnicas e comportamentais ligadas as práticas laborais (TORRES; SILVA; FALK, 2011).

Segundo Alcantara, Marques e Marques (2020) o papel do estágio curricular faz-se relevante na formação dos discentes durante o curso de Ciências Contábeis, possibilitando a oportunidade de desenvolver suas habilidades na área contábil e aprender na prática os procedimentos vistos em sala de aula, bem como sua importância vai além do crescimento profissional, mas também para aprender a lidar com as adversidades e como se portar no ambiente de trabalho, sendo esses pontos ainda considerados como as maiores adversidades que os discentes passam quando se deparam com o mercado de trabalho.

Desta maneira, espera-se que a preparação para atuação no mercado de trabalho é realizada durante o curso, através do estágio curricular e das atividades práticas para pôr em prática o que foi aprendido, sendo relevante para além da teoria e acima de tudo, possibilitar ao discente o desenvolvimento de habilidades que muitas vezes não são aprendidas em sala de aula, mas sim, no ambiente de trabalho ou pelo menos em um espaço que crie uma atmosfera semelhante ao que o discente encontrará no mercado, criando responsabilidade ainda maior do que o exigido pela vida acadêmica (TORRES; SILVA; FALK, 2011; SANTOS *et al.*, 2017).

No curso de Ciências Contábeis, o estágio curricular tem o papel fundamental de gerar conhecimentos ao discente sobre essa área de atuação, com objetivo de demonstrar atividades práticas do dia a dia, do mercado de trabalho e ações contínuas de um profissional contábil, e assim, torna indispensável a sua aplicabilidade no curso e o desenvolvimento de mecanismos que melhorem, cada vez mais, as atividades práticas dentro do curso, tendo em vista que em cursos como o de Ciências Contábeis, o conteúdo é aplicado em sala, o discente participa e ainda interage com o ambiente organizacional (SANTANA *et al.*, 2021).

2.3 ESTUDOS EMPÍRICOS ANTERIORES

Para o desenvolvimento do estudo, realizou-se um levantamento bibliográfico acerca de estudos que abordassem relações de atividades práticas e de estágio nos cursos de Ciências Contábeis, com uma análise temporal de cinco anos. As consultas ocorrem nas plataformas de pesquisa Google Acadêmico e Portal de Periódicos da Capes, utilizando alguns descritores de consulta, como “atividades práticas e estágio em Ciências Contábeis”, “atividades práticas em Ciências Contábeis”, “estágio em Ciências Contábeis”, entre outros. Os achados da consulta foram dispostos no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1: Estudos sobre atividades práticas e de estágio nos cursos de Ciências Contábeis

Auto/Ano	Objetivo	Principais resultados
Santos <i>et al.</i> (2017)	Analisar a contribuição da disciplina de estágio para os acadêmicos de contabilidade da Faculdade ITOP.	Os resultados apontam que o estágio curricular apresenta pontos positivos como o desenvolvimento intelectual do aluno, além de experiência profissional adquirida, porém os pontos negativos elencados são a falta de tempo e falta de oportunidade de estágio. Foi constatado ainda que o acadêmico de ciências contábeis pode executar diversas



		funções em diversas áreas, pois um contador possui o conhecimento amplo de diversas áreas de atuação em diversos segmentos. Assim, o contador está habilitado a trabalhar nas áreas de custos, finanças, patrimônio, empreendedorismo, recursos humanos, gestão de empresas e demais áreas.
Bezerra (2017)	Investigar a percepção dos discentes de ciências contábeis sobre a contribuição do estágio na sua formação profissional e acadêmica na Universidade Federal da Paraíba.	De acordo com os resultados obtidos, foi constatado que o estágio apesar de ser muito restrito a alunos em estado avançado do curso, impactam na formação das competências e habilidades dos discentes, e alteram sua visão quanto a contabilidade e sobre qual área desejam seguir após o término do curso. Portanto, conclui-se que apesar do estágio não ser uma prática tão incentivada no âmbito acadêmico, ele proporciona mudanças significativas para o discente, preparando este futuro profissional para atuar no mercado de trabalho.
Oliveira (2018)	Analisar a percepção dos alunos dos cursos de graduação em Administração e em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília que realizaram estágio supervisionado.	Os resultados obtidos no teste, corroboram a expectativa de que a realização do estágio contribui na formação acadêmica dos estudantes de ambos os cursos sendo uma ferramenta de aprendizado prático, e também evidenciam questões a serem observadas para a melhoria da experiência de estágio, tais como o nível de insatisfação de alguns estagiários com a atenção dada pela IES à realização do estágio, e condições de estágio em discordância com a legislação, sendo esse problema mais apontado em estágios realizados em órgãos públicos.
Sousa e Miranda (2019)	Investigar como as IES organizam e operacionalizam o estágio curricular supervisionado nos cursos de Ciências Contábeis no Brasil à luz da Teoria Experiencial de Aprendizagem de David Kolb.	Verificou-se que 97% das instituições investigadas estabelecem o Estágio Supervisionado como uma atividade a ser desempenhada individualmente; a carga-horária para a realização da atividade é bastante heterogênea; a maior parte das instituições estabelecem as responsabilidades dos alunos, mas não dos demais envolvidos; o propósito central do Estágio Supervisionado evidenciado é expor o aluno a situações práticas, sendo possível visualizar os estágios do ciclo de aprendizagem experiencial de Kolb nas regulamentações da maioria das IES investigadas.
Alcantara, Marques e Marques (2020)	Analisar como são percebidas as expectativas sobre o estágio curricular supervisionado pelos acadêmicos do curso de Ciências Contábeis.	Os resultados mostram que, em geral, as expectativas dos estagiários quanto ao estágio foram alcançadas. Especialmente as relacionadas com habilidades de comunicação e relacionamento interpessoal, a preparação profissional e a experiência prática para a escolha da carreira e a possibilidade de conhecimento das empresas e da prática contábil. Os estudantes consideraram a realização do estágio uma experiência relevante para a sequência da carreira de contador.
Santana <i>et al.</i> (2021)	Comparar os acadêmicos concludentes que estão imersos no mercado de trabalho e os que não estão sobre a importância do estágio supervisionado no curso de Ciências Contábeis.	Os resultados alcançados respondem que há uma compreensão quanto ao descompasso da prática contábil acadêmica com a prática contábil mercadológica, bem como um entendimento de que o currículo de ciências contábeis precisa passar por uma atualização de conteúdos. No entanto, a maioria dos alunos concludentes não observa a ausência de temas relevantes sobre a contabilidade tratados no estágio, mas evidenciam que o currículo de ciências contábeis da IES atende parcialmente as suas necessidades de formação.

Fonte: Elaboração própria (2022).

Conforme os estudos destacados no Quadro 1, percebe-se que houve um crescimento nos estudos realizados, tendo em vista a presença de pelo menos uma pesquisa relevante por ano, nos últimos cinco anos, o que corrobora a relevância em se estudar a temática. Ainda, é possível destacar que os estudos analisados focam no estágio curricular como sendo apenas a principal atividade prática utilizada pelos cursos de Ciências Contábeis, sendo que há outras atividades curriculares práticas a serem analisadas, que pode ser entendido como uma lacuna de pesquisa e confirma a necessidade desenvolvimento deste estudo.



3 METODOLOGIA

Com o intuito de atender ao objetivo do estudo, que consiste em analisar a percepção discente sobre as atividades práticas e de estágio nos cursos de Ciências Contábeis das IES públicas brasileiras à luz do Enade, desenvolveu-se um estudo descritivo, quanto aos objetivos; quantitativo, quanto a natureza; e documental, quanto aos procedimentos de coleta de dados.

Dessa forma, o estudo descritivo busca descrever as principais características de uma determinada população e, ainda, determinar possíveis relações entre as variáveis analisadas (GRAY, 2012). Ainda, apresenta a natureza quantitativa por mensurar as variáveis por meio da quantificação dos dados coletados e mediante técnicas estatísticas, para a compreensão do fenômeno a ser investigado (RAUPP; BEUREN, 2013). E por último, a pesquisa documental é caracterizada pela utilização de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GRAY, 2012).

A pesquisa compreende como amostra os discentes concluintes dos cursos de Ciências Contábeis das IES públicas brasileiras, que se submeteram ao exame ENADE no triênio de 2018, última avaliação realizada, e para uma melhor análise e visualização dos resultados, a amostra é composta por 1.386 discentes das IES públicas estaduais e 2.160 discentes das IES públicas federais, totalizando 3.546 discentes.

Ao serem convocados para realizarem o exame ENADE, esses discentes responderam um questionário obrigatório para os participantes, composto por perguntas fechadas, ligadas aos aspectos sociodemográficos, econômicos e educacionais de cada participante. Os dados de cada questionário foram compilados e divulgados no próprio *website* do INEP, para consulta pública e utilização diversa. Dessa forma, para coleta de dados desta pesquisa, utilizou-se os Microdados ENADE, provenientes das respostas dos discentes que realizaram o exame.

Os dados foram operacionalizados por meio do *Software Microsoft Excel* e analisados mediante uso do programa estatístico *Statistical Package for the Social Science - SPSS®* - versão 25. A técnica de análise dos dados utilizada foi a estatística descritiva serve para organizar, resumir e apresentar dados estatísticos, descrevendo as principais características de uma população (CRESWELL, 2010) e para esta pesquisa, utilizou-se a frequência absoluta e a porcentagem. Por fim, os dados foram dispostos em tabelas, para uma melhor visualização dos resultados e confrontados com a literatura existente.

4 RESULTADOS

Esta seção se destina a apresentação dos principais resultados do estudo, iniciando as discussões sobre número de discentes por categoria administrativa da IES e região brasileira, seguido pela nota geral no Enade em 2018 por aluno, do perfil dos participantes do Enade em 2018 e por fim, a percepção discente sobre atividades práticas e de estágio.

Primeiramente, apresenta-se o quantitativo de discentes convocados para a realização do Enade no ano de 2018 e os resultados estão dispostos de acordo com a categoria administrativa (estadual e federal) e de acordo com a região do país, conforme Tabela 1.

Tabela 1: Quantitativo de discentes por categoria administrativa da IES e região brasileira

DISCENTES POR IES/ REGIÃO	NORTE		NORDESTE		CENTRO- OESTE		SUDESTE		SUL		TOTAL	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
ESTADUAIS	26	1,9	401	28,9	115	8,3	331	23,9	513	37,0	1.386	39,1
FEDERAIS	219	10,1	679	31,4	247	11,4	788	38,5	227	10,5	2.160	60,9
TOTAL	245	6,9	1.080	30,5	362	10,2	1.119	31,5	740	20,9	3.546	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2022).



De acordo com a Tabela 1, percebe-se que a maior número de discentes convocados para o exame Enade em 2018 concentra-se nas universidades federais, com um total de 2.160 participantes, representados por 60,9%, e em contrapartida, as universidades estaduais com um total de 1.386 participantes, representados por 39,1%. Já no que tange a representação por regiões brasileiras, os dados mostram que existe uma maior concentração desses discentes nas regiões Sul (37,0%) e Nordeste (28,9%), no âmbito das universidades federais, e nas regiões Sudeste (38,5%) e Nordeste (31,4%), no âmbito das universidades estaduais.

Os resultados podem ser explicados levando em consideração os dados do Censo da Educação Superior do ano de 2020, último censo divulgado pelo INEP, que apresentaram uma evolução no quantitativo de cursos de Ciências Contábeis e aumento do número de matrículas e concluintes desses cursos, principalmente nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil (INEP, 2020).

A seguir, destaca-se a nota geral obtida pelos discentes convocados para o exame Enade em 2018, de acordo com a categoria administrativa, como disposto na Tabela 2.

Tabela 2: Nota geral no Enade 2018 por aluno

PONTUAÇÃO	IES ESTADUAIS		IES FEDERAIS	
	FREQ.	%	FREQ.	%
0 pontos	02	0,1	03	0,1
Até 20 pontos	81	5,9	104	4,8
Entre 20,1 e 40 pontos	711	51,3	932	43,1
Entre 40,1 e 60 pontos	328	23,7	712	33,0
Entre 60,1 e 80 pontos	41	3,0	134	6,3
Entre 80,1 e 100 pontos	02	0,1	07	0,3
NA	221	15,9	268	12,4
Total	1.386	100,0	2.160	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Em conformidade com a Tabela 2, observa-se que tanto os discentes das universidades estaduais como das federais, tiveram uma pontuação semelhante, a maioria desses discentes concentrou a pontuação na faixa entre 20,1 e 40 pontos, sendo 51,3% e 43,1% para os alunos das universidades estaduais e federais, respectivamente. Uma boa parte dos discentes também se concentrou na faixa de pontuação entre 40,1 e 60 pontos, sendo 23,7% e 33,0% para os alunos das universidades estaduais e federais, respectivamente, mas que de modo geral, ainda é possível identificar um melhor desempenho dos discentes das universidades federais.

No geral, o desempenho dos discentes no Enade 2018 não foi considerado alto, pode-se inferir que foi mediano e essa tendência é visualizada desde o primeiro exame Enade nos cursos de Ciências Contábeis, em 2006, que alcançou um desempenho baixo, mas constatou um crescimento na média discente nos triênios seguintes de avaliação, como os anos de 2009, 2012 e 2015, apresentando uma evolução ao longo dos anos (CAMARGO *et al.*, 2016).

Na sequência, realizou-se um levantamento sobre as principais características desses discentes, para se traçar um perfil dos mesmos, em que foi possível analisar aspectos como o sexo, idade, cor/raça, estado civil, atividade remunerada, renda familiar e turno do curso de graduação. Os resultados estão dispostos na Tabela 3.



Tabela 3: Perfil dos participantes do Enade 2018

CARACTERÍSTICAS		ESTADUAIS		FEDERAIS	
		FREQ.	%	FREQ.	%
SEXO	Masculino	739	53,3	1266	58,6
	Feminino	647	46,7	894	41,4
IDADE	Até 20 anos	04	0,3	02	0,1
	Entre 21 e 30 anos	1.110	80,1	1.737	80,4
	Entre 31 e 40 anos	234	16,9	333	15,4
	Entre 41 e 50 anos	32	2,3	67	3,1
	Acima de 50 anos	06	0,4	21	1,0
COR/RAÇA	Branca	690	49,8	1.019	51,2
	Preta	89	6,4	207	10,4
	Amarela	40	2,9	41	2,1
	Parda	365	26,3	671	33,7
	Indígena	03	0,2	10	0,5
	Não declarou	199	14,4	41	2,1
ESTADO CIVIL	Solteiro(a)	985	71,0	1.734	80,2
	Casado(a)	177	12,8	198	9,2
	Divorciado(a)	22	1,6	20	0,9
	Viúvo(a)	-	-	01	0,1
	Outro	26	1,9	36	1,7
	Não declarou	176	12,7	171	7,9
ATIVIDADE REMUNERADA	Não está trabalhando	419	30,2	993	46,0
	Trabalha eventualmente	58	4,2	109	5,0
	Trabalha até 20 h/sem	58	4,2	107	4,9
	Trabalha entre 20 a 40 h/sem	130	9,4	260	12,1
	Trabalha 40 h/sem ou mais	545	39,3	520	24,1
	Não declarou	176	12,7	171	7,9
RENDA FAMILIAR	Até 1,5 salário mínimo	240	17,3	371	17,2
	De 1,5 a 3 salários mínimos	308	22,2	420	19,4
	De 3 a 4,5 salários mínimos	237	17,1	335	15,5
	De 4,5 a 6 salários mínimos	123	8,9	218	10,2
	De 6 a 10 salários mínimos	164	11,8	313	14,5
	De 10 a 30 salários mínimos	121	8,7	275	12,7
	Acima de 30 salários mínimos	17	1,3	57	2,6
	Não declarou	176	12,7	171	7,9
TURNO DO CURSO	Matutino	400	28,9	370	17,1
	Vespertino	-	-	83	3,8
	Integral	20	1,4	898	41,6
	Noturno	966	69,7	809	37,5
TOTAL		1.386	100,0	2.160	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

De acordo com os dados apresentados, os discentes que se submeteram ao exame em 2018 são, em maioria, do sexo masculino, tanto nas instituições estaduais (53,3%) como nas federais (58,6%), mas pode-se constatar que não apresenta uma diferença significativa quando comparado com o sexo feminino nas estaduais (46,7%) e nas federais (41,4%). Já em relação a idade, a maioria dos discentes está representada por um público mais jovem, entre 21 e 30 anos, em ambas categorias administrativas, sendo 80,1% nas estaduais e 80,4% nas federais. No que tange a cor/raça, a maioria se autodeclarou como branco, 49,8% nas estaduais e 51,2% nas federais, e uma boa parte como pardo, 26,3% nas estaduais e 33,7% nas federais.

Em relação ao estado civil, a grande maioria dos discentes afirmou estar solteiro(a), tanto nas estaduais (71,0%) como nas federais (80,2%) e quando questionados se exercem alguma atividade remunerada, a maior dos discentes das estaduais declarou que trabalha 40h semanais ou mais, enquanto que a maioria nas federais não está trabalhando (46,0%). Sobre a renda familiar,



percebeu-se que os discentes, em ambas instituições, apresentaram faixas salariais bem diversas e representativas, entretanto a que mais se destacou foi a faixa de 1,5 a 3 salários mínimos, com 22,2% nas estaduais e 19,4% nas federais. Por fim, com relação ao turno que o discente cursa a graduação, nas estaduais a grande maioria afirmou cursar no turno noturno (69,7%), já nas federais a maior parte cursa no turno integral (41,6%).

No geral, constata-se que os discentes analisados neste estudo apresentaram um perfil bem diversificado, mostrando uma evolução e pluralidade nos cursos de Ciências Contábeis das universidades públicas do Brasil, em especial, quando analisam-se os principais aspectos sociodemográficos desses discentes e essa evolução é percebida ao longo dos anos, conforme é apontado por Melo *et al.* (2021).

Por último, analisou-se a percepção dos discentes que se submeteram ao Enade 2018 sobre as atividades práticas e de estágio no decorrer do seu curso, ou seja, sobre como o curso ofertou as atividades práticas e estágio, bem como todo o suporte necessário para a realização dos mesmos, como é destacado na Tabela 4 a seguir.

Tabela 4: Percepção discente sobre atividades práticas e de estágio

AFIRMATIVAS	ITENS	ESTADUAIS		FEDERAIS	
		FREQ.	%	FREQ.	%
O curso favoreceu a articulação dos conhecimentos teóricos em sala com as atividades práticas abordadas.	(1) Nível de discordância	479	34,6	944	43,7
	(2) Nível de concordância	666	48,1	934	43,2
	(3) Não se aplica/Não sei	241	17,4	282	13,1
As atividades práticas são suficientes para relacionar a teoria com a prática, contribuindo para sua formação.	(1) Nível de discordância	525	37,9	985	45,6
	(2) Nível de concordância	599	43,2	820	38,0
	(3) Não se aplica/Não sei	262	18,9	355	16,4
Os ambientes e equipamentos que foram destinados às aulas práticas são adequados ao curso.	(1) Nível de discordância	323	23,3	523	24,2
	(2) Nível de concordância	686	49,5	1.063	49,2
	(3) Não se aplica/Não sei	377	27,2	574	26,6
Os equipamentos e materiais que foram disponíveis para as aulas práticas são adequados para o número de discentes.	(1) Nível de discordância	329	23,7	528	24,5
	(2) Nível de concordância	723	52,2	1.128	52,2
	(3) Não se aplica/Não sei	334	24,1	504	23,3
Os conteúdos das disciplinas do curso favoreceram a atuação em estágios ou em atividades de iniciação profissional.	(1) Nível de discordância	328	23,7	738	34,2
	(2) Nível de concordância	801	57,8	1.153	53,4
	(3) Não se aplica/Não sei	257	18,5	269	12,4
O estágio supervisionado proporcionou experiências diversificadas para a sua formação profissional.	(1) Nível de discordância	157	11,3	298	13,8
	(2) Nível de concordância	400	28,9	734	34,0
	(3) Não se aplica/Não sei	829	59,8	1.128	52,2
Foram oferecidas oportunidades para os estudantes realizarem intercâmbios e/ou estágios no país.	(1) Nível de discordância	426	30,7	887	41,1
	(2) Nível de concordância	514	37,1	802	37,1
	(3) Não se aplica/Não sei	446	32,2	471	21,8
Foram oferecidas oportunidades para os estudantes realizarem intercâmbios e/ou estágios fora do país.	(1) Nível de discordância	495	35,7	1.002	46,4
	(2) Nível de concordância	426	30,7	672	31,1
	(3) Não se aplica/Não sei	465	33,6	486	22,5

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Pelos resultados da Tabela 4, percebe-se que, quando indagados sobre se o curso favoreceu a articulação dos conhecimentos teóricos em sala com as atividades práticas abordadas, os discentes das instituições estaduais concordaram em 48,1%, enquanto os discentes das federais discordaram em 43,7% e a mesma proposição foi vista com a concordância de 43,2% dos discentes



das estaduais sobre as atividades práticas serem suficientes para relacionar a teoria com a prática, contribuindo para sua formação, e os das federais também discordaram em 45,6%.

As afirmativas em que tanto os discentes das estaduais como das federais se posicionaram em concordância, estão relacionados aos ambientes e equipamentos que foram destinados às aulas práticas são adequados ao curso (49,5% das estaduais e 49,2% das federais), como também aos equipamentos e materiais que foram disponíveis para as aulas práticas são adequados para o número de discentes (52,2% para ambas) e ainda, em relação aos conteúdos das disciplinas do curso se favoreceram a atuação em estágios ou em atividades de iniciação profissional (57,8% das estaduais e 53,4% das federais).

No que tange ao estágio supervisionado se proporcionou experiências diversificadas para a sua formação profissional, tanto os discentes das instituições estaduais como das federais, afirmaram “não se aplica ou não sei”, com 59,8% e 52,2%, respectivamente, o que pode inferir que o aluno não conseguiu visualizar algum suporte para o desenvolvimento das atividades práticas e de estágio ou não soube responder. Já quando indagados se foram oferecidas oportunidades para a realização de intercâmbios e/ou estágios no país, 37,1% dos discentes das estaduais concordaram que sim, em contrapartida, 41,1% dos discentes das federais afirmaram que não. E por fim, boa parte dos discentes tanto das estaduais como das federais, afirmaram que não foram oferecidas oportunidades para os estudantes realizarem intercâmbios e/ou estágios fora do país, representados por 35,7% e 46,4%, respectivamente.

De modo geral, pode-se inferir que, pelo nível de concordância, os discentes das instituições estaduais apresentaram uma maior satisfação em relação aos aspectos ligados as atividades práticas e de estágio, quando comparado com os discentes das instituições federais, porém não de forma generalizada, tendo em vista que, pelos dados de discordância e de não se aplica/não sei, percebe-se que ainda apresentam valores consideráveis, ou seja, ainda tem o que melhorar nesses aspectos analisados. Assim, os resultados apresentados corroboram os estudos de Santana *et al.* (2021) e Cunha, Vogt e Biavatti (2015) ao destacarem a necessidade das constantes discussões sobre os aspectos formativos, bem como no que refere-se as atividades práticas e de estágio como uma das estratégias para construção do conhecimento e profissionalismo.

Como também, vale ressaltar que, quando se trata de atividades práticas e de estágio nos cursos de Ciências Contábeis nas universidades públicas, percebe-se a existência de múltiplos desafios que precisam ser superados, para melhorarem no quesito de formação profissional dos discentes, associando ao conhecimento teórico passado em sala de aula e sua relação com a prática profissional, em que o aluno tem o primeiro contato com o mercado de trabalho, como é apontado nos estudos de Cassundé *et al.* (2017), Pinto (2018) e Sousa e Miranda (2019).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do objetivo do estudo, percebe-se que o mesmo foi atendido, tendo em vista que foi possível analisar a percepção discente sobre as atividades práticas e de estágio nos cursos de Ciências Contábeis das IES públicas brasileiras à luz do Enade. Pela análise, concluiu-se que a maioria dos discentes que submeteram ao exame no ano de 2018 era de universidade federal, com maior concentração nas regiões Sudeste e Nordeste do país e ainda, apresentou desempenho considerado mediano, na faixa média entre 20,1 e 40 anos.

Com relação ao perfil traçado desses discentes analisados, constatou-se que a maioria pertence ao sexo masculino, é um público jovem entre 21 e 30 anos de idade, autodeclarado de cor branca, estado civil solteiro(a) e com renda familiar de 1,5 a 3 salários mínimos, ambos percebidos nas duas categorias administrativas. Já observando a atividade remunerada e o turno do curso, apresentou-se divergências entre as instituições estaduais e federais, sendo que nas estaduais, os discentes em maioria afirmaram que trabalham 40h semanais ou mais e cursam a graduação no turno noturno, enquanto que nas federais, os discentes em maioria declararam que não estão trabalhando e cursam a graduação no turno integral.



Sobre a percepção acerca das atividades práticas de estágio, a maioria dos discentes das universidades estaduais concordou que o curso favoreceu a articulação dos conhecimentos teóricos em sala de aula com as atividades práticas abordadas, que as atividades práticas são suficientes para relacionar a teoria com a prática, contribuindo para sua formação e ainda, que foram oferecidas oportunidades para os estudantes realizarem intercâmbios e/ou estágios no país, enquanto que os discentes das universidades federais, em sua maioria, discordam desses aspectos.

Ambos os discentes das instituições analisadas, em maioria, concordaram com os aspectos de que os ambientes e equipamentos que foram destinados às aulas práticas são adequados ao curso, os equipamentos e materiais que foram disponíveis para as aulas práticas são adequados para o número de discentes e os conteúdos das disciplinas do curso favoreceram a atuação em estágios ou em atividades de iniciação profissional. Além do mais, em relação se o estágio supervisionado proporcionou experiências diversificadas para a sua formação profissional, os discentes afirmaram que essa realidade não se aplica ou não souberam responder e por fim, discordaram de que foram oferecidas oportunidades para os estudantes realizarem intercâmbios e/ou estágios fora do país.

A pesquisa apresenta contribuições nos âmbitos teóricos e práticos, sendo que buscar contribuir para as discussões acerca da temática e incrementar aos estudos científicos sobre a temática e de forma prática, apresentar a realidade que os cursos de Ciências Contábeis estão inseridos, neste caso sobre o aspecto das atividades práticas e de estágio, contribuindo para que esses cursos sejam capazes de desenvolverem estratégias e ações educacionais que auxiliem no processo de ensino e aprendizagem, bem como na formação profissional do discente.

Porém, no decorrer do desenvolvimento do estudo, algumas limitações foram observadas, por exemplo, como a análise foi realizada com base nos microdados do Enade, discentes dos cursos de Ciências Contábeis que não participaram do exame, não foram analisados nesta pesquisa e ainda, por contemplar apenas discentes de cursos de instituições públicas. Dessa forma, como sugestão para pesquisas futuras, acredita-se que a expansão da amostra para discentes de instituições privadas e um comparativo com as instituições públicas, poderia trazer uma análise diferenciada ou até mesmo uma comparação entre os discentes por região brasileira.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA, C. C. V.; MARQUES, K. C. M.; MARQUES, C. Percepção dos alunos do curso de ciências contábeis sobre o estágio curricular obrigatório. **RC&C - Revista Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 12, n. 2, p. 73-88, mai./ago., 2020.

BEZERRA, J. V. L. **O estágio no curso de Ciências Contábeis: a percepção dos discentes da Universidade Federal da Paraíba na sua formação acadêmica e profissional**. 2017. 50f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

CASSUNDÉ, F. R. S. A.; OLIVEIRA, M. V. S.; ALENCAR, M. T. C.; RODRIGUES, N. F. M.; RODRIGUES, E. E. D. [Re]Pensando o Estágio na Formação Profissional dos Estudantes de Administração: Um Estudo sobre a Produção Científica Brasileira na Área. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 18, n. 3, p. 594-623, 2017.

CUNHA, L. C.; VOGT, M.; BIAVATTI, V. T. Contribuições do Trabalho de Conclusão de Curso e do Estágio Curricular para a aprendizagem: percepção dos alunos dos cursos de Ciências Contábeis. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 26, n. 1, jan./abr., p. 57-78, 2015.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo e quantitativo**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.



FERREIRA, M. A. **Determinantes do Desempenho Discente no Enade em Cursos de Ciências Contábeis**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

GEMAQUE, L. S. B. **Convergência das Normas e Práticas Contábeis Brasileiras às Normas Internacionais e suas implicações no Ensino Superior em Ciências Contábeis**. 2010. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração e Controladoria) – Programa de Pós-graduação em Administração e Controladoria, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real**. 2 ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO

TEIXEIRA - INEP. **Conceitos dos cursos de graduação e das Instituições de Educação Superior estão disponíveis para consulta**. Dez/2018. Disponível em:

http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/conceitos-dos-cursos-de-graduacao-edas-instituicoes-de-educacao-superior-estao-disponiveis-paraconsulta/21206#:~:text=O%20Conceito%20Preliminar%20de%20Cursos,o%20desenvolvim ento%20do%20processo%20formativo. Acesso em: 16 out. 2021.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior - Graduação**. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 25 nov. 2022.

LIMA, J. J. T.; ALONSO, M. M.; PASSAES, F. M.; PASSAES, M. F. VIDAL, F. R. P.; VALLUIS, M. A. A importância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES para a qualidade do ensino superior. **Revista Eletrônica Don Domênico**, n. 8, jun. 2016.

MANDELLI, L. **Aspectos relevantes na prática de Estágio Supervisionado em Ciências Contábeis**. 2016. 61f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Criciúma, 2016.

MASCULINO JUNIOR, A. B.; ALMEIDA, M. S. Possibilidades das práticas interdisciplinares no ensino da contabilidade em cursos de graduação. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, 11., 2017, São Cristóvão. **Anais...** São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas Educação e Contemporaneidade, 2017.

MELO, G. C. V.; MIRANDA, M. C.; SANTOS, S. M.; CATRIB, A. M. F.; CABRAL, A. C. A. Perfil Discente e o Desempenho Acadêmico dos Cursos de Ciências Contábeis das Universidades Federais Brasileiras. **Revista Organizações em Contexto (Online)**, v. 17, p. 303-327, 2021.

OLIVEIRA, A. A. **Contribuição do estágio supervisionado na formação dos alunos dos cursos de graduação em Administração e Ciências Contábeis da Universidade de Brasília**. 2018. 58f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2018.

PINTO, J. D. D. **Estudo exploratório do impacto da formação desenvolvida na Comunidade Intermunicipal do Cávado: representações de trabalhadores, coordenadores e dirigentes**. 2018. 166f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade do Minho, Braga/Portugal, 2018.



- RAIA, F. S.; MELZ, L. J. Percepção dos discentes e docentes sobre estágio supervisionado no curso de ciências contábeis da UNEMAT – campus de Tangará da Serra. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 8, n. 16, p. 111-136, jul./dez., 2011.
- RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. In. BEUREN, I. M. (Org). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- SANTANA, F. B.; NASCIMENTO, E. A.; CORNÉLIO, E. A.; SALES, J. D. A. Uma análise da percepção acadêmica de Ciências Contábeis sobre o estágio supervisionado frente a inserção mercadológica. **Revista ENIAC Pesquisa**, Guarulhos, v. 10, n. 1, fev./ago., 2021.
- SANTOS, E. S.; BILAC, N. B. D.; CUNHA, A. C.; BARBOSA, A. M. A contribuição do estágio supervisionado para os estudantes de contabilidade. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 4, n. 5, p. 201-215, 2017.
- SOUZA, M. A. B.; MIRANDA, G. J. Um estudo a respeito do estágio curricular supervisionado nos cursos de Ciências Contábeis no Brasil com foco na teoria experiencial de aprendizagem. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 16, n. 39, p. 66-88, 2019.
- TORRES, F. B. S.; SILVA, A. P. F.; FALK, J. A. Competências profissionais demandadas aos contadores: adequação das atividades desenvolvidas através do estágio. **ConTexto**, v. 11, n. 20, p. 31-44, 2011.



DESAFIOS E INOVAÇÕES EM PERÍODO PANDÊMICO: visão de microempreendedores individuais

Fernanda Sterfany da Silva

Graduada em Ciências Contábeis pela FACESA
Faculdade do Complexo Educacional Santo André (FACESA)
E-mail: fernansasterfanysilva@gmail.com

Annandy Raquel Pereira da Silva

Doutoranda em Contabilidade pela UFSC
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: annandyraquel@hotmail.com

Geison Calyo Varela de Melo

Doutorando em Administração e Controladoria pela UFC
Universidade Federal do Ceará (UFC)
E-mail: geisoncalyo@hotmail.com

Lucas Gabriel de Souza Galvão

Mestrando em Administração pela UFERSA
Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)
E-mail: acesso.lucas09@gmail.com

RESUMO

Em março de 2020, a covid 19 foi caracterizada pela OMS (organização mundial de saúde) como pandemia, e desde então o mundo foi pego de surpresa, com a paralisação de diversas atividades econômicas, onde apresentou rupturas que começaram a ser sentidas por todo o mundo, e até hoje esses impactos afetam o cotidiano de diversas empresas e organizações, O objetivo desse estudo, foi analisar o perfil dos empresários entrevistados, identificar os desafios que foram impostos a essas empresas no período de pandemia da covid 19 e também consultar as estratégias que foram utilizadas como inovação para a melhoria dos atendimentos aos consumidores dos seus serviços. Esse estudo foi realizado por meio de entrevistas que ocorreram de forma presencial, onde os resultados da primeira parte da pesquisa foram basicamente os mesmos, empresários, jovens, de nível superior, com atuação no mercado inicialmente de forma irregular, e logo após a estabilidade de suas empresas a legalização por meio da abertura do MEI, Já na segunda parte dessa pesquisa conseguimos pontuar as estratégias que foram utilizadas, e também destacar o apoio que esses microempreendedores tiveram nesse período tão difícil de pandemia, com a finalidade de melhorar o atendimento já ofertado pelas empresas, ampliar os horizontes na captação de novos clientes, e na fidelização dos mesmos, as principais estratégias que foram utilizadas foi o marketing digital, as entregas por meio do delivery e a utilização de kit descartáveis no atendimentos aos seus clientes, para finalizar esse estudo tem a função de enfatizar os desafios impostos aos microempreendedores e pontuar as estratégias que eles utilizaram, para enfrentar esse período difícil de crise pandêmica.

Palavras-chave: Covid-19. MEI. Microempreendedores individuais. Pandemia.



1 INTRODUÇÃO

Existem casos, onde a crise começa dentro das próprias empresas, podendo ser originadas de várias maneiras diferentes, já em outros casos, elas podem acontecer de formas involuntárias, fatores externos que venham ou possa vir a afetar de forma drástica algumas empresas, podendo ser eles tecnológicos, econômicos e/ou políticos. Um desses fatores externos foi a pandemia da Covid-19, que colocou o mundo em quarentena.

A pandemia da Covid-19 foi declarada oficialmente uma pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020 (G1, 2020). Desde então, os países enfrentaram suas consequências, como instabilidade social e econômica, isolamento social e fechamento temporário de comércios e atividades não essenciais, desemprego, fechamento de empresas etc.

Stangherlin, João e Oliveira (2020) dissertam que organizações em todo o mundo enfrentaram uma escala sem precedentes e rápida interrupção da força de trabalho, a pandemia afetou a todos, mas muitas pequenas empresas ficaram mais vulneráveis. O impacto da pandemia reflete-se na economia, na sociedade, na saúde, nos serviços e como não poderia ser diferente nas empresas, o novo coronavírus trouxe mudanças na vida empresarial e no comportamento do consumidor, na tomada de decisão e na pressão de mudança pela realidade vigente, ou seja, as empresas devem adaptar suas estratégias para encontrar maneiras para atender às novas demandas do mercado (NASSIF; CORRÊA; ROSSETTO, 2020).

O governo brasileiro lançou programas facilitadores de empréstimo e crédito como o Pronampe, crédito simplificado, tarifa zero etc. para ajudar empresas de diferentes portes e setores, entretanto, a maior parte dos recursos não chegou às micro e pequenas empresas (BOFF, 2021). Segundo o presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas empresas (Sebrae), pelo menos 50% dos micros e pequenos empresários nem tentaram usar o empréstimo por dificuldades burocráticas, somente 22% conseguiram, ou seja, o apoio estatal chegou a 15% das micro e pequenas empresas (SENADO, 2020).

De acordo com Freitas e Barth (2012) as Micro e Pequenas Empresas (MPEs) são frequentemente objeto de pesquisas e debates devido à sua forte presença na economia brasileira, seu enorme impacto na produtividade e na empregabilidade e seu alto potencial de desenvolvimento.

Diante desse contexto, surge a seguinte questão problema: **Quais os desafios e inovações em período pandêmico sob a visão de microempreendedores individuais?** O que culmina no objetivo geral dessa pesquisa, o de investigar os desafios e inovações em período pandêmico sob a visão de microempreendedores individuais. A partir disso elenca-se os seguintes objetivos específicos: a) conhecer o perfil do microempreendedor entrevistado; b) conhecer seu ramo de atuação e c) e conhecer a situação do microempreendedor no período pandêmico.

O estudo em questão se torna relevante pois tem a finalidade de mostrar os desafios e inovações na visão de MEIs durante a pandemia da COVID 19, não somente pela questão financeira, mas também porque eles tiveram que criar maneiras de se readaptar para estarem atendendo as necessidades dos seus consumidores e inovando em suas estratégias, para se manterem no mercado, captando novos clientes e para não perder os que já eram seus.

Essa pesquisa contribui teoricamente, ao passo que agrega a literatura mais um estudo sobre a temática e de forma prática, a divulgação dos resultados deste estudo pode fornecer as agências governamentais, empresários e estudantes informações importantes que promoverão novas pesquisas e práticas aprimoradas para o enfrentamento de emergências pandêmicas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta parte apresenta-se o referencial teórico visando estabelecer embasamentos conceituais e teóricos para posteriores apontamentos e considerações. Serão discutidos o MEI, e a



relação da pandemia com esse tipo de empresário, além de elencados estudos anteriores correlatos ao tema que dão embasamento para a presente pesquisa.

2.1 MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)

O MEI, ou Microempreendedor Individual, é uma categoria trabalhista regulamentada pela legislação brasileira que abrange os microempreendedores com até um empregado, foi criado em 2008 pela Lei Complementar 128 (lei do MEI), que legalizou milhões de assalariados e consequentemente deu acesso a direitos laborais (XAVIER; SILVEIRA, 2022). Quando isso acontece o MEI paga menos impostos e se formaliza por meio de procedimentos burocráticos mais fáceis de legalizar em comparação com outros tipos de empresa (SEBRAE, 2020). O conceito vem do francês *entrepeneurlí*: “aquele que arrisca e começa algo novo”, os empreendedores geralmente ter uma atitude proativa, organizam-se em torno de seu objetivo, são interessados em sua ideia de negócio e assumem riscos por ela (GOMES, 2016).

De acordo com Maria (2013) o MEI é uma das maiores políticas públicas em termos de inclusão social e continua dando subsídios para que os assalariados saiam da informalidade, por outro lado, tal regulamentação do trabalho autônomo também beneficia os sindicatos economicamente por meio da arrecadação. Campanha *et al.* (2017) fazem um breve resumo da legislação que de alguma forma tentou enfrentar o declínio da economia informal dos microempreendedores no Pau-Brasil e o aumento do número de trabalhadores no mercado da economia formal.

O MEI é a figura criada com o objetivo principal de tirar milhões de empreendedores brasileiros da informalidade, essa medida representou verdadeira cidadania para esses segmentos (SILVA, 2021). O MEI é um pequeno empresário com renda bruta máxima de R\$ 81 mil por ano, também, deve exercer uma das cerca de 450 ou mais atividades autorizadas pelo segmento e não deve ser sócio, administrador ou proprietário de outra empresa, e possuir no máximo um funcionário (SEBRAE, 2021). Além disso, a institucionalização do MEI é compreendida como uma política pública de inclusão previdenciária, na qual, os microempreendedores contribuem pelo boleto de Arrecadação do Simples Nacional (DAS), em que 5% de um salário-mínimo será para a contribuição previdenciária (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2019).

Segundo Escher (2015), desde a formalização do MEI em 2008, percebeu-se que o número de microempreendedores individuais aumentou muito, como evidenciado pela incrível marca de 8 milhões somente em 2019 (SEBRAE, 2020). Os números continuam avançando no país, com o MEI respondendo por quase 80% do total de negócios abertos em 2021 (GOVBR, 2021).

Com relação aos tributos, por menor que seja a empresa quando se incluir como do MEI, a empresa é enquadrada no Simples Nacional, caso em que a empresa fica isenta de tributos federais como imposto de renda, PIS, COFINS, CSLL e outros (SERASA, 2018). O MEI tem basicamente duas obrigações de pagamento: o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ou Imposto sobre Serviços (ISS), dependendo do setor (SEBRAE, 2020).

Como qualquer empresa, por mais enxuta que seja, ela deve se preparar para os desafios futuros do mercado, e considerar o modelo de gestão de recursos é importante (CARDOZO; PIENIZ, 2021). De acordo com Cerutti e Carraro (2018), as ferramentas de governança corporativa devem ser aplicadas às organizações independentemente de seu porte ou função, e as ferramentas mais importantes para gerenciar o MEI são: planejamento estratégico, fluxo de caixa, análise de custos e precificação. Entretanto, independentemente do tamanho da empresa, existem requisitos de gestão e desafios a serem enfrentados, em especial, o contexto da pandemia decorrente do Covid-19, que trouxe desafios especiais a todas as empresas (SILVA, 2021).



2.2 PANDEMIA DA COVID-19 E MEI

No final de 2019, surgiram os primeiros relatos da doença respiratória causadas pelo SARS-CoV-2 na cidade chinesa de Wuhan, o que parecia ser uma crise de saúde local logo atingiu proporções graves e foi classificado como pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em março de 2020 (SATOMI *et al.*, 2020). Essa nova realidade trouxe consigo mudanças no comportamento da população e na vida comercial, o aprofundamento da crise econômica e social afetou principalmente as empresas cujos bens e serviços não estão relacionados às necessidades essenciais das pessoas (POREM; KUNSCH, 2020).

Segundo Rezende, Marcelino e Miyajli (2020), os consumidores, principalmente os mais ativos em atividades comerciais, mudam seu comportamento em tempos adversos, seguindo a intuição básica de sobrevivência. Segundo Schreiber, Moraes e Stasiak (2021), a existência atual e a continuidade futura das micro e pequenas empresas foram diretamente afetadas pela pandemia da Covid-19. Eles constataram diminuição de receitas e funcionários nos meses iniciais de isolamento social, as iniciativas implementadas pelo governo ajudaram a cumprir as obrigações financeiras, reduzindo e/ou demitindo funcionários e estendendo os prazos de pagamento de impostos.

Assim como o marketing digital, o *delivery*, que já existia se intensificou como uma opção de ferramenta necessária para a continuidade dos negócios empresariais. “Após o surto do coronavírus no Brasil, muitas autoridades começaram a implementar medidas de proteção como isolamento social e fechamento de empresas para reduzir a propagação da Covid-19 (SEBRAE, 2020). A pandemia obrigou as empresas a se adaptarem aos serviços de *delivery* para se manterem no mercado, tornou-se uma excelente solução, pois as demandas de muitas empresas cresceram com a adoção desse modelo (SEBRAE, 2021).

Para Salomé *et al.* (2021) os efeitos decorrentes da crise pandêmica foram majoritariamente negativos, destacando-se a diminuição de faturamento, aumento de custos, desligamento de colaboradores, redução do horário de trabalho, suspensão de contratos de trabalho etc. No entanto, os autores também apontam que algumas MPEs tiveram resultados positivos, como ampliação dos canais de atendimento, maior alcance e visibilidade nas redes sociais e aumento da receita.

2.3 ESTUDOS ANTERIORES

Neste tópico estão descritos estudos anteriores sobre a temática investigada, com o intuito de saber o que já foi encontrado pela literatura e como esses estudos foram realizados, e assim poder agregar à academia com a presente pesquisa.

Boff (2021) objetivou analisar os principais desafios na gestão de capital de giro das micro e pequenas empresas durante a pandemia da covid-19 no município de Cordilheira Alta estado de Santa Catarina (SC), no setor de prestação de serviços na atividade de manutenção e reparação de veículos. Os resultados mostraram que com a pandemia, as empresas tiveram que se adaptar às diretrizes do governo para o combate ao corona vírus, algumas registraram queda do faturamento e no resultado, e foi destacado dificuldade por parte da empresa em manter os pagamentos em dia, parte delas teve aumento dos custos com pessoal, impostos, energia elétrica etc.

Silva (2021) teve como objetivo de pesquisa, analisar como os desafios que foram impostos pela pandemia da COVID-19 influenciou na inovação de novas estratégias pelos microempreendedores individuais (MEI) da cidade do Recife para conseguirem superar esse momento de crise. Com os resultados dessa pesquisa, conseguiu-se identificar que as inovações de *marketing* e a organizacional foram as estratégias mais utilizadas pelos MEIs na cidade de Recife, esse estudo teve a finalidade de incentivar de várias formas e fazer com que se pudesse pensar mais sobre as dificuldades que são impostas e as diversas estratégias de inovação que podem ser criadas para superar a crise.



Machado *et al.* (2021) tiveram como objetivo apresentar as vantagens em que os profissionais autônomos têm em se formalizarem como Microempreendedores individuais e mencionar as principais e possíveis dificuldades que eles enfrentaram no primeiro ano da pandemia. Observou-se que foi possível identificar que os MEIs estão satisfeitos com a promulgação da Lei Complementar nº 128/2008, que permitiu a formalização de suas empresas, e mencionam as vantagens, como o acesso a direitos previdenciários (INSS), baixo custo para a sua formalização e acesso ao crédito e operações bancárias, mas, em virtude da pandemia, diversas foram as mudanças econômicas, aumentando as dificuldades com: a redução dos recursos financeiros, falta de habilidades com a tecnologia, dificultando a visibilidade do consumidor com a empresa etc., por conta disso, 40% dos microempreendedores não conseguiram cumprir os seus deveres de contribuição com os seus impostos e afirmaram não estarem conseguindo continuar com a manutenção de suas empresas.

Xavier e Silveira (2022) objetivava mostrar o cenário em que os Microempreendedores do norte estavam, com a finalidade de mostrar os desafios, tanto em tempos não pandêmicos como também em períodos de pandemia, e apresentar dados com o objetivo, de que a partir deste e de outros estudos, para que outras pessoas possam avaliar com uma maior profundidade como esses impactos afetam os microempreendedores individuais.

Souza (2022) teve como objetivo, o de analisar a contribuição que o MEI proporcionou aos micros negócios formais sediados no município de Tomé-açu/PA, de acordo com esse estudo e com as informações que foram coletadas dos microempreendedores individuais, tiveram como resultado a identificação do grau de satisfação dos empreendedores do município de Tomé-Açu/PA com a adesão ao MEI. De forma geral, conclui-se que a legalização do MEI apresenta uma maior estabilidade e diminui as possibilidades de riscos para com o empreendedor, apesar que no processo tenha vários desafios, a formalização e os benefícios que são ofertados pela legalidade, é a melhor opção que eles poderiam ter feito pelos seus empreendimentos.

Viana e Viana (2022) tiveram como o objetivo o de apresentar os impactos financeiros dos Microempreendedores, os investimentos e as dívidas, nesse tempo de crise da pandemia da Covid 19, considerando a importância dessa classe no âmbito da geração de receitas para o seu estado no período que mais teve aumento no número de desempregados no país. É possível informar que o impacto causado pela pandemia da COVID 19 para os MEI'S não foi tão avassalador como esperado, e no que se diz a respeito das dívidas, teve uma grande procura na busca de maneiras mais rentáveis de recursos financeiros.

Como pode-se observar, a temática da presente pesquisa ainda é pouco explorada, visto a pouca quantidade de estudos encontrados. Logo, essa pesquisa busca agregar à literatura acerca dos desafios encontrados por microempreendedores individuais em virtude da pandemia da Covid-19, com vistas a discutir se houveram mudanças dos achados dos estudos já realizados anteriormente para o encontrado na presente pesquisa.

3 METODOLOGIA

Essa pesquisa classifica-se quanto à abordagem como qualitativa, por analisar esses desafios e inovações sob a visão dos MEIs frente à pandemia, através de entrevistas com os empresários. Para Minayo (2009), a pesquisa qualitativa fornece respostas a certas questões em um nível de realidade que não pode ser calculado, trabalhando com o universo do significado. Portanto, o estudo é qualitativo na medida em que interpreta as perspectivas dos empresários com relação à temática. E com relação ao fim, a pesquisa é descritiva, pois requer do pesquisador informações sobre o objeto de pesquisa, objetivando descrever fatos e fenômenos de certa realidade. Destarte, segundo Minayo (2009), a entrevista é a metodologia mais utilizada na realização do trabalho campo. É no trabalho de campo, por meio da entrevista e da observação, que ocorre interação entre pesquisador e objeto/sujeito.



A amostra da pesquisa foram dois microempreendedores individuais, um do ramo de alimentação e outro do ramo de estética, ambos localizados na cidade e Assú/RN, escolhidos em virtude da acessibilidade. Estes foram entrevistados de forma presencial, no mês de novembro de 2021. O roteiro da entrevista está no Apêndice A, e foi estruturado em dois blocos, o primeiro refere-se ao perfil dos respondentes e o segundo as perguntas relacionadas ao modo como enfrentaram o período pandêmico. As questões utilizadas nessa pesquisa foram adaptadas dos estudos de Boff (2021) e Silva (2021).

Ressalta-se ainda que, para o tratamento de dados, objetivando manter em sigilo a identidade dos entrevistados e das empresas, prezando pelas normas éticas, foi utilizada nessa pesquisa, para se referir aos empresários, E1 e E2. Diante disso, a próxima seção apresenta os resultados da pesquisa.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção estão descritos os resultados encontrados nessa pesquisa e suas análise, em um primeiro momento é demonstrado o perfil dos empresários de cada empresa, bem como características da própria empresa, e em um momento posterior, estão as respostas dos questionamentos realizados aos empresários na entrevista.

4.1 PERFIL DOS EMPRESÁRIOS E SUAS EMPRESAS

Este primeiro tópico buscou identificar o perfil dos empresários bem como das empresas pesquisadas.

Quadro 1: Perfil dos entrevistados

Indicadores	E1	E2
Idade	26 anos	28 anos
Gênero	Masculino	Feminino
Escolaridade	Ensino Superior	Ensino Superior
Tempo de experiência como empresário	7 anos	10 anos
Ramo da empresa	Alimentação	Estética
Ano de fundação da empresa	2019	2018

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Conforme o Quadro 1 é possível identificar que ambos empresários entrevistados são jovens (26 e 28 anos), um homem e uma mulher, ambos com ensino superior. De acordo com a plataforma DataSebrae (2019), no período de 2011 a 2019, houve uma redução de empreendedores com nível médio, passando de 47% a 39%, e no mesmo período, os MEIs com ensino superior completo saíram de 17% para 31%, um aumento de 14%. Observa-se assim a busca por qualificação desses MEIs.

Observa-se que entre os empresários pesquisados, relativo tempo de experiência como empresário, sendo que um deles é do ramo de alimentação e outra do ramo de estética. E a formalização destas empresas é relativamente recente (2018 e 2019). No estudo Viana e Viana (2022), com relação ao início das atividades, evidenciou-se que a maior parte dos MEI's possui atuação recente, 32% iniciaram suas atividades em 2020, 41% entre 2018 e 2019, e 27% já tinham se formalizados antes de 2018.

Alvarenga (2019) ressalta que somente no primeiro mês de 2019 já eram 379 mil novos microempreendedores, e isso foi por causa da facilidade de formalização que a Lei Complementar nº 128/2008 trouxe, o que tornou o processo mais fácil e tranquilo. Souza e Strickland (2020), observaram uma maior tendência do brasileiro em se envolver com o empreendedorismo no período da pandemia, observado a partir de maior número de formalizações e buscas em sites de pesquisas na internet sobre MEI.



4.2 DIFICULDADES E DESAFIOS SOB A VISÃO DO MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS

Neste tópico são evidenciadas as respostas dos empresários com relação as perguntas realizadas na entrevista. A primeira pergunta foi sobre os principais desafios encontrados por conta da pandemia da Covid-19 e obteve-se as seguintes respostas:

“Em nosso caso, o principal desafio foi porque a pandemia surgiu logo após a gente inaugurar a nossa empresa que foi no ano de 2019 e logo após veio a covid 19 no início de 2020, então como nossa empresa não estava consolidada no mercado era uma empresa muito nova e a mesma chegou exatamente no momento que estávamos em uma crescente e isso dificultou o nosso crescimento, e foi bastante difícil dar continuidade a empresa nesse momento pois tivemos que fechar nossas portas por alguns meses até a liberação do funcionamento normal” (E1).

“Em virtude do meu trabalho ser na área da estética, as pessoas não tinham como prioridade os cuidados não essenciais. Não havia festa nem eventos especiais para que as pessoas pudessem procurar o meu espaço para se produzirem então, nesse momento me vi sozinha e essa foi a pior fase da pandemia em minha vida profissional“ (E2).

Dessa forma, na empresa de alimentação observa-se que a pandemia teve um efeito significativo em virtude de estar recém-aberta ao mercado, o que ocasionou seu fechamento por um tempo, em virtude do *lockdown*, e na empresa de estética a principal dificuldade foi justamente por não ser uma atividade essencial à vida das pessoas, e não estava acontecendo eventos onde as pessoas precisassem utilizar esses serviços.

Para Mckibbin e Fernando (2021), a pandemia apresentou um contexto de crise na economia em todo o mundo, o que impactou, e em particular, aqui no Brasil, os empreendedores por terem enfrentado meses em *lockdown*. Esses autores encontraram que para 33% dos entrevistados, o *lockdown* foi severo, pois tiveram de cumprir com o pagamento do aluguel, mesmo em pleno *lockdown*. Na segunda pergunta, questionou-se se eles acham que a pandemia trouxe algum tipo de facilidade para seu negócio, as respostas foram as seguintes:

“Sim, a pandemia veio nos mostrar que é possível sim a continuidade do nosso projeto, pois ela fortaleceu a modalidade de vendas pelo *delivery*, as pessoas de certo modo foram forçadas a fazerem os seu pedidos pelo atendimento online e receberem os seu pedidos em casa, e com isso criaram o hábito de pedirem o seu alimento, mais também de certo modo deixou a desejar no atendimento presencial devido aos *lockdowns* impossibilitou que os clientes pudessem vim até o nosso estabelecimento e que consumissem presencialmente, que era a principal forma de venda que tinha em nossa empresa” (E1).

“Não, definitivamente a pandemia não me trouxe facilidade nenhuma, mas procuro sempre ver as coisas pelo lado positivo, vejo que a pandemia ensinou as pessoas a se cuidarem mais, ter mais cuidados com a higiene pessoal, e serem mais cuidadosos com a saúde, enquanto tentavam se proteger da covid 19” (E2).

Percebe-se que para o E1, a pandemia incentivou o uso do *delivery*, método que já existia e que foi intensificado na pandemia, e continua pós-pandemia, dessa forma não paralisando as atividades da empresa, mas já para a E2 o *delivery* não tinha como ser aplicado por conta de ser do segmento de estética, mas que a empresária consegue ver um lado bom nisso, pois as pessoas passaram a se cuidar mais.

No estudo de Souza (2022), 57% dos microempreendedores relataram ter tido problemas na pandemia, entretanto, 43% afirmaram ter sido o melhor período para a empresa, e observou-se que essa divergência de opinião foi em virtude da área de atuação de cada um. O entrevistado 5, relatou ter sido obrigado a fechar por um tempo devido o *lockdown*, e seu empreendimento não ter



sido classificado como um ramo essencial, mas já o entrevistado 2, também relatou que teve que fechar, porém conseguiu ofertar seus serviços em domicílio.

Para Salomé *et al.* (2021) a pandemia trouxe inúmeros impactos negativos, entretanto, alguns empreendimentos tiveram impactos positivos, dentre eles: maior visibilidade, aumento de produtos personalizados e a necessidade de aprender a trabalhar com redes sociais. Além do investimento no *marketing* digital e de relacionamento, outras estratégias foram citadas como adotadas pelos empreendimentos que ajudaram nos desafios desse período pandêmico, como: inovação, diminuição de gastos, maior qualidade dos produtos e serviços, adoção de outros meios de pagamento e planejamento financeiro. Por exemplo, o entrevistado 3 diz que “[...] entregamos o nosso produto nas casas, então antes não fazia isso né? É uma nova forma de atuação que traz, né? Para a gente um benefício, né?”

O terceiro questionamento foi se houve alguma interrupção no funcionamento da empresa, e se sim, por qual motivo, obtendo as respostas seguintes.

“Houve em parte, pois como já foi citado anteriormente por causa dos *lockdowns* que as pessoas não podiam sair das suas residências, a gente teve que suspender as nossas atividades por recomendação da prefeitura que era orientado pelo governo do estado, que não se podia colocar mesas para receber os clientes, e dessa forma não tiramos a nossa principal fonte de renda, e assim não tínhamos a necessidade de garçons, e ficamos exclusivamente com o atendimento online e entregas por *delivery*” (E1).

“Houve, primeiro por falta de eventos, segundo por conta do decreto que nos obrigava a baixar as portas do nosso negócio. Como o meu salão é prestador de serviço em relação ao seguimento de festa, como ia trabalhar se não tinha clientes, não tinha festas, nem eventos para eles irem” (E2).

Observa-se que houve a paralisação por conta dos decretos, mas que o E2 conseguiu funcionar com vendas online e *delivery*, enquanto a E2 não teve essa opção, ficando assim sem a fonte de renda. Na terceira pergunta, foram questionados se foram adotadas estratégias inovativas/inovação em seu negócio para prosseguir com o funcionamento, e se sim, quais foram as estratégias adotadas.

“Sim, e se deu dessa forma assim que foram ficando mais maleáveis os *lockdowns*, e que as pessoas foram saindo de suas residências aos poucos, e como o nosso seguimento foi considerado como um seguimento essencial a gente pode voltar as nossas atividades presenciais, mas com algumas restrições, espaçamento entre as mesas, número de pessoas no estabelecimento reduzido, uso de máscara, de álcool em gel, sempre acessível nas mesas, os entregadores tiveram que se adaptar as novas regras de higiene, sempre com cuidado com os nossos clientes e funcionários, e tivemos como essencial a nossa estratégia de *marketing* digital, e o nosso principal foco foi as redes sociais, então intensificamos na criação de conteúdo e no marketing em nossas promoções para que pudéssemos nos manter no mercado nesse período de pandemia” (E1).

“Eu incluí no meu atendimento um kit individual de pincéis para cada cliente e continuei usando vários utensílios descartáveis para não haver contato entre um atendimento e outro, isso fez com que os meus clientes se sentissem confortáveis e sem medo de ser atendidos por mim, e confiasse mais ainda no meu trabalho” (E2).

Observa-se que o E1 cita as como estratégias de inovação o *marketing* digital e a intensificação das redes sociais, já a E2 menciona a inclusão de um kit individual de pincéis para cada cliente com objetos descartáveis.

Ressalta-se que, com a chegada da pandemia, a presença em redes sociais é crucial para os pequenos negócios, seja em vendas online, atendimento ou para conseguir novos clientes (SEBRAE, 2021). No estudo de Silva (2021) que investigou os desafios e inovações desses empreendedores, perguntou-se em quais redes sociais, essas empresas atuavam para ajudar em



seus negócios. Evidenciou-se que, dos 60 respondentes, 85% dos MEIs informaram utilizar o Instagram como principal rede de divulgações para o cliente.

O Instagram tornou-se uma das ferramentas com maior potencial no marketing digital, em virtude do seu grande alcance de visualizações. De acordo com Nunes, Bataghin e Costa (2020) a capacidade de alguém conseguir muitas visualizações, muitas vezes ocasiona maior número de seguidores que podem vir a virar clientes do empreendimento.

Na pesquisa de Silva (2021), questionou-se aos entrevistados acerca das inovações adotadas por estes para enfrentar a pandemia, e observou-se que a maioria citou: ser mais presente nas redes sociais e maior presença com serviços de *delivery*.

E a última pergunta foi se o negócio teve apoio (financeiro ou orientação) de órgãos públicos, e em caso afirmativo, quais. As respostas obtidas estão expostas a seguir:

“Falando em questão financeira teve o Pronamp que foi uma iniciativa do governo federal que tinha como uma liberação de crédito com juros baixos para as empresas que tiveram a saúde das suas empresas prejudicadas, para que com esse dinheiro os empresários pudessem retomar as suas atividades, e ampliasse os horizontes do cenário de que as empresas se encontravam, no início de tudo começamos como MEI tendo somente um funcionário de carteira assinada e no final da pandemia já não éramos mais MEI, fizemos a migração para um porte maior, ME, que possibilitou assinar a carteira de mais funcionários e hoje contamos com uma equipe de 17 funcionários, e com o Pronamp conseguimos abrir uma filial totalmente especializada em *delivery*, costume esse que foi adquirido no período da pandemia e que hoje é uma realidade e facilidade no recebimento dos pedidos, que são feitos pelo atendimento online e nas entregas por *delivery*” (E1).

“O único apoio que recebi foi exatamente o mesmo que outros brasileiros também tiveram a oportunidade de receber, o auxílio emergencial, porém por apenas 6 meses, mais como as coisas foram aos poucos voltando ao normal, foi quando consegui voltar a fazer os meus atendimentos e a não mais precisar da ajuda do auxílio emergencial, os eventos e as festas foram aparecendo e as pessoas que estavam a muito tempo dentro de casa queriam sair bonitas e radiantes e procuravam o meu salão para se produzirem e alcançar o seu objetivo de ficar ainda mais lindas e lindos pelas minhas mãos e assim estamos aqui se acostumando com a nossa nova realidade pós pandemia, sei que talvez não tenha espaço para isso mais quero agradecer a Deus por essa superação e ressaltar que toda a minha família vive da estética, meu pai é cabeleireiro, minha mãe é depiladora, minha irmã é designer de sobrancelhas e eu sou maquiadora e faço penteados, então toda minha família sofreu com a pandemia e infelizmente não tínhamos para onde correr, então levantamos nossas mangas e fomos a luta e vencemos essa pandemia juntos, cada um ajudando ao outro” (E2).

Com relação ao apoio, o E1 menciona o Pronamp que permitiu o crescimento da sua empresa, que agora é Microempresa (ME), e a E2 menciona que recebeu o auxílio emergencial. De acordo com o IBGE (2020), 67,9 milhões de pessoas se beneficiaram através do auxílio emergencial. No estudo de Souza (2022), observou-se que dentre os entrevistados, esse auxílio teve um grande impacto em seus negócios, o entrevistado 2 disse que o auxílio impediu que chegasse à falência, e o entrevistado 1 disse que a partir do auxílio, conseguiu abrir seu próprio negócio.

Boff (2021) em seu estudo encontrou que quase todas as empresas entrevistadas ouviram falar das medidas anunciadas pelo governo, mas que somente quatro conseguiram recursos, muitas mencionam desconhecer tais medidas, o que talvez tenha acontecido com a E2. Assim, as medidas e ajudas precisariam ter sido mais divulgadas. A autora ainda diz que algumas das empresas até tentaram ter acesso a ajuda governamental, mas que por causa da burocracia, não conseguiram recursos para tal pauta.

Destarte, Boff (2021) menciona quais foram as medidas: auxílio emergencial para Microempreendedor Individual (MEI), autônomos e empregados informais, que variava de R\$ 600 e R\$ 1.200; medida que permite suspensão de contratos de trabalho e redução de jornada com



compensação do governo para o funcionário; e linhas de crédito com juros mais baixos para empresas que não demitirem.

Nos achados de Machado *et al.* (2021) para 90% dos MEI investigados, as seis parcelas iniciais do auxílio emergencial do governo federal, no início de 2020, ajudou na manutenção da empresa e no pagamento do DAS MEI, como também auxiliou em despesas do lar, já que tiveram de parar suas atividades por meses, em virtude do *lockdown*. Outra dificuldade mencionada por 90% dos MEI foi o acesso ao Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), que o descreveram como sem eficiência e de difícil acesso. No estudo de Silva (2021), os entrevistados relataram que houve pouco apoio financeiro e falta de orientações por parte do governo.

Pode-se dizer que o mundo pós-pandemia é diferente de antes. Neste momento não é possível prever todas as mudanças, nem o seu impacto na vida das empresas, mas é provável que sejam mudanças que afetarão permanentemente a todos e reduzirão as hipóteses de regresso à forma pré-pandemia. A economia no Brasil sofreu diante da pandemia, todos foram impactados, desde empreendedores, bem como toda a população do país, mas de acordo com a pesquisa de Souza (2022), felizmente, todos os entrevistados continuaram com o seguimento de seus negócios.

A partir dessa pesquisa é possível perceber que tiveram dificuldades, mas que elas foram superadas, e que a própria pandemia conseguiu até trazer algo bom, como os serviços online e de *delivery* para alguns segmentos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como objetivo geral, investigar os desafios e inovações em período pandêmico sob a visão de microempreendedores individuais. Observou-se que a pandemia da covid 19 afetou diversos seguimentos do mercado, com a queda das vendas e consecutivamente da renda desses estabelecimentos, com as empresas seguindo as recomendações de isolamento social e do *lockdown* que foram exigências feitas pelo governo estadual, exigências essas que afetam de forma direta o atendimento presencial que era a maior fonte de capitação de recursos financeiros desses estabelecimentos, essa pesquisa também mostra que os desafios que os MEIs tiveram que enfrentar, ajudaram para que eles pudessem ampliar os horizontes das suas empresas e ter uma nova percepção sobre o mercado, entendendo que nem tudo de ruim tenha somente malefícios, com a superação desses desafios, eles conseguiram ver que teve sim efeito positivo em relação as suas empresas.

A metodologia desse estudo foi de natureza qualitativa, onde foi feito uma entrevista com perguntas abertas e simples, com duas finalidades, a primeira delas foi identificar o perfil dos empresários que foram entrevistados, e a segunda parte com perguntas mais flexíveis sobre os desafios que foram enfrentados e pelas ferramentas e inovações que foram utilizadas nesse período de pandemia da covid-19. E como resultado desse estudo, identificou-se que o perfil dos empresários é basicamente o mesmo, jovens, onde a escolaridade de ambos é ensino superior, com bastante tempo no mercado, porem com pouco tempo de empresas legalizadas, onde a única diferença encontrada foi no ramo de atuação, um na área de alimentação e a outra na área da estética.

Também consegue-se pontuar que ambos tiveram apoio financeiro em seus empreendimentos, um destaca a utilização da linha de crédito do PRONAMP que foi de extrema importância na abertura do seu novo empreendimento que foi totalmente pensado para subir as novas necessidades de mercado no atendimento online especializado, e nas entregas por dele *delivery* com qualificação na rapidez de duas entregas, já a outra empresa utilizou de outro apoio financeiro que foi disponibilizado para microempreendedores individuais e para pessoas que estavam com a sua renda percapita comprometida, que foi o auxílio emergencial, onde contribuiu na sobrevivência desse estabelecimento, e possibilitando que o mesmo não tivesse o seu encerramento, ajudando nos pagamentos com aluguel e manutenção do estabelecimento.



No primeiro caso, temos uma empresa do ramo da alimentação que por sua vez era de caráter essencial, podendo continuar em funcionamento seguindo as recomendações, que mesmo assim enfrentou dificuldades na adaptação no período de pandemia, infelizmente para seguir as recomendações por um período o atendimento presencial deixou de ser ofertado, ficando somente o atendimento online e as entregas por meio de *delivery*, e assim forçando a utilização dessa ferramenta que era pouco explorada pela empresa. Quando tudo começou a se normalizar e os casos de covid 19 diminuíram, foram liberados os atendimentos presenciais novamente e então foi a fase realmente de adaptação ao novo normal, pois agora tinha duas fontes principais de captação de fundos para o estabelecimento, e saber administrar as duas foi de caráter obrigatório para conseguir dá continuidade aos atendimentos.

Já no segundo caso, infelizmente as empresas do ramo da beleza e estética, não foram caracterizadas como essencial e tiveram que manter as portas dos seus estabelecimentos fechadas, primeiro pelas recomendações do estado e segundo porque não tinha festas, nem eventos, onde as pessoas precisassem da utilização desses serviços, mas como já exposto, as duas empresas conseguiram captar fatores positivos no meio desse terrível período pandêmico, e conseguiram notar que as pessoas independentes de irem no salão ou não necessitavam de cuidados pessoais, com sua pele, com seus cabelos, e principalmente com sua higiene pessoal, deu para perceber que as pessoas tinham anseios em se cuidarem mais, não somente para eventos, mais sim, para se sentirem vivos.

A E2 ressalta que mesmo com as portas do estabelecimento fechadas, não parou de fazer seus atendimentos, era solicitada para fazer atendimentos a domicílio, e quando tudo começou a se normalizar, utilizou uma ferramenta de agendamento dos atendimentos presenciais com data e hora marcada, mesmo pós pandemia para evitar as aglomerações que por ventura acontecia constantemente no estabelecimento, também fez a utilização de kits descartáveis que são usados somente para um atendimento e depois descartados de forma correta para evitar a proliferação do vírus da covid-19, e que continua a ser utilizada até hoje, que foi fundamental dar confiabilidade e segurança aos clientes.

Esse estudo limita-se, pois o mesmo foi realizado somente com dois Microempreendedores individuais, com ramos distintos da cidade de Assú/RN, não podendo generalizar esses resultados, entretanto, esse estudo pode servir como uma iniciativa para novas pesquisas com empresários locais e de outros seguimentos da nossa cidade abrangendo um número maior de pessoas, podendo ser realizadas até mesmo em empresas maiores como ME ou empresas do lucro real ou presumido, para tentar obter resultados diferentes do que foi apresentado e/ou compará-los.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, D. **País já tem 8,1 milhões de microempreendedores formais veja atividades em alta entre MEIs.** 2019. Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/04/03/pais-ja-tem-81-milhoes-de%20microempreendedores-formais-veja-atividades-em-alta-entre-meis.ghtml>. Acesso em: 19 nov. 2022.

BOFF, K. C. **Desafios na gestão de capital de giro das micro e pequenas empresas no atual cenário da pandemia da covid-19.** Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Chapecó/SC, 2021.

CAMPANHA, L. J. *et al.* Formulação e implementação convergências e desvios: facetas da política pública do microempreendedor individual no plano local.

Em Gest. Prod., v. 24, n. 3, p. 582-594, 2017.

CARDOZO, S.; PIENIZ, L. P. **Gestão para microempreendedores individuais (MEI):**



Fluxo de caixa como aliado. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ, 2021.

CERUTTI, C.; CARRARO, W. B. W. H. **Proposta de implantação de ferramentas de gestão empresarial para microempreendedor individual**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação de Ciências Contábeis), Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2018.

DATASEBRAE. **Perfil do MEI**. 2019. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/perfil-do-microempreendedor-individual/>. Acesso em: 19 nov. 2022.

GOMES, R. S. **Microempreendedor individual – MEI**: Uma análise de perfil empreendedor no DF. 39f. Monografia (Graduação) – Universidade de Brasília (UnB). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, 2016.

ESCHER, L. A. **Um estudo sobre o grau de inovação do microempreendedor individual de santa rosa em seu negócio**, Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, Santa Rosa, 2015.

FREITAS, E. C.; BARTH, M. De pai para filho: a complexidade e os desafios da gestão das empresas familiares. **Revista de Administração da UFSM**, v. 5, n. 3, p. 549-568, 2012.

MACHADO, V. T. *et al.* Microempreendedor individual: uma análise dos desafios enfrentados na pandemia do covid-19. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 5, p. 49776-49793, 2021.

MARIA, J. P. **Microempresário Individual – Empreendedorismo e Realidade administrativa atual**. 24f. Trabalho de Conclusão de Curso. Ciências Sociais Aplicadas: Administração. UNESC, Santa Catarina, 2013.

MCKIBBIN, W.; FERNANDO, R. The global macroeconomic impacts of COVID-19: Seven scenarios. **Asian Economic Papers**, v. 20, n. 2, p. 1-30, 2021.

MEI e Coronavírus: **confira as informações que impactam o empreendedor**, em SEBRAE, de 04 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/pb/artigos/mei-e-coronavirus%20confira-as-informacoes-que-impactam-empreendedor>. Acesso em: 19 nov. 2021.

MINAYO, M. C. de S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e Descoberta. In. MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F. GOMES, R. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28^a. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

NASSIF, V. M. J.; CORRÊA, V. S.; ROSSETTO, D. E. Estão os empreendedores e as pequenas empresas preparadas para as adversidades contextuais? uma reflexão à luz da pandemia do covid-19. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 9, n. 2, p. 1-12, 2020.

NUNES, W. C. C.; BATAGHIN, F. A.; COSTA, M. A. B. Instragram Marketing: Alavancando as vendas em tempos de Pandemia. **Revista Acadêmica – Ensino de Ciências e Tecnologia**, IFSP, n. 7, 2020.



POREM, M. E.; KUNSCH, M. M. K. Inovação, comunicação e pequenos negócios em tempos de pandemia: relatos de experiência de agentes locais de inovação (Ali). **Comunicação & Inovação**, v. 22, n. 48, 2021.

PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>. Acesso em: 19 nov. 2022.

REZENDE, A. A.; MARCELINO, J. A.; MIYAJI, M. A reinvenção das vendas: as estratégias das empresas brasileiras para gerar receitas na pandemia de COVID-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 2, n. 6, p. 53-69, 2020.

SALOMÉ, F. F. S. *et al.* O impacto da pandemia do COVID-19 na gestão financeira das micro e pequenas empresas do setor varejista de Cláudio/MG. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 6, 2021.

SATOMI, E. *et al.* Alocação justa de recursos de saúde escassos diante da pandemia de COVID-19: considerações éticas. **Einstein (São Paulo)**, São Paulo, v. 18, eAE5775, 2020.

SCHREIBER, D.; MORAES, M. A.; STASIAK, L. O impacto da crise pelo Covid-19 nas micro e pequenas empresas. **Revista Vianna Sapiens**, v. 12, n. 1, p. 30-30, 2021.

SEBRAE. **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas**. Tendências de negócios para 2021. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae>. Acesso em 19 nov. 2022.

SEBRAE. **O impacto da pandemia de coronavírus nos pequenos negócios 2020**. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae>. Acesso em 19 nov. 2022.

SENADO. Ajuda do governo só chegou a 15% das micro e pequenas empresas. 2020.

Disponível em:

<https://www.bing.com/search?q=https%3A%2F%2Fwww12%3Asenado%3Aleg%3Abr%2Fnoticias%2Fmaterias%2F2020%2F10%2F13%2Fajuda-do-governo-so+chegou-a-15-das-micros-e-pequenas-empresas%23%3A~%3Atext%3Dsegundo%25+20o%2520presidente%2520do%2520sebrae%3Bseja%2520c%252015%2525%2520do%2520total&cvid=76d60037cea34baa905ad58a26055e12&aqs=edge.0.69i59.1359j0j4&FORM=ANAB01&PC=LCTS>
. Acesso em: 19 nov. 2021.

SERASA, 2018. Disponível em: <https://empresas.serasaexperian.com.br>. Acesso em: 19 nov. 2021.

SILVA, C. B. N. **Os desafios e as inovações do microempreendedor individual da cidade do Recife em tempos de pandemia da Covid-19**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Administração), Faculdade Damas da Instrução Cristã, Recife-PE, 2021.

SOUSA, H. K. B. Percepção de vantagens, desvantagens e desafios de Microempreendedores Individuais do Município de Tomé-Açu-PA durante a pandemia do COVID-19. Trabalho de Conclusão do Curso (Bacharelado em Administração), Universidade Federal Rural da Amazônia, Tomé-Açu/PA, 2022.



SOUZA, C.; STRICKLAND, F. **Procura para abertura do MEI disparou em meio à pandemia.** Correio Braziliense, 2020.

<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2020/10/4880178-procura-para-abertura-do-mei-disparou-em-meio-a-pandemia.html>. Acesso em: 19 nov. 2022.

STANGHERLIN, A.; JOÃO, D. M.; OLIVEIRA, J. N. D. Os desafios enfrentados pelos pequenos empreendedores durante a pandemia da covid-19. **Observatório Socioeconômico da COVID-19.** 2020.

VIANA, C. C.; VIANA, L. F. Microempreendedor individual - MEI: dívidas e investimentos em época da pandemia Covid - 19. **BIUS - Boletim Informativo Unimotrisaúde em Sociogerontologia**, v. 32, n. 26, 2022.

XAVIER, A. C. O.; SILVEIRA, H. E. Microempreendedor individual na região norte e seus desafios: ênfase nos desafios enfrentados na pandemia de Covid-19. **Revista Novos Desafios**, v. 2, n. 1, p. 19-32, 2022.



CONTEXTO BRASILEIRO DE ATAQUES A BANCOS E CUSTOS COM SEGURANÇA PRIVADA

Francisca Juliana de Andrade Araújo
Mestra em Administração e Controladoria
Universidade Federal do Ceará
E-mail: juliana18andrade@hotmail.com

Ítalo Carlos Soares do Nascimento
Doutorando em Administração e Controladoria
Universidade Federal do Ceará
E-mail: italocarlos25@gmail.com

Maria Naiula Monteiro da Silva
Doutora em Engenharia de Produção
Universidade Federal do Ceará
E-mail: naiula@ufc.br

Jandeson Dantas da Silva
Doutor em Administração
Universidade do Estado do RN
E-mail: jandeson.dantas@hotmail.com

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo geral investigar a relação entre custos com segurança privada e ataques a bancos no Brasil. Para tanto, foi realizada uma pesquisa quantitativa, exploratória, descritiva e documental. A análise de dados foi realizada por meio das medidas de estatística descritiva, análise de *clusters*, análise de variância e correlação de *Pearson*. Os resultados indicaram que os arrombamentos a bancos no Brasil seguiram crescentes até 2014, mas em 2015 sofreram uma redução de 59%, enquanto os assaltos cresceram até 2013, caíram em 2014, mas voltaram a crescer em 2015. No que se refere à variável custos com segurança privada nas instituições bancárias, constatou-se uma queda em 2012; porém, nos anos seguintes, esses custos seguiram crescentes. A correlação de *Pearson* não demonstrou relação significativa entre os custos com segurança privada e ataques a bancos no Brasil. Desse modo, não se pode afirmar que os custos com segurança privada das instituições bancárias estão associados, estatisticamente, nem com os assaltos nem com os arrombamentos a bancos no Brasil.

Palavras-chave: Custos. Segurança privada. Instituições bancárias. Ataques a bancos. Prevenção Situacional do Crime.

1 INTRODUÇÃO

A segurança privada no Brasil surgiu por determinação legal, nos anos 1960, motivada pelo aumento de ações criminosas contra as agências bancárias, principalmente, ataques repentinos e violentos, como assaltos (juridicamente conhecido como roubo) e outras modalidades de crimes, como arrombamentos a caixas eletrônicos e até extorsão mediante sequestro (AQUINO, 2010). O decreto 1.034 de 1969 tornou obrigatória a contratação ou formação de segurança privada pelas



instituições financeiras brasileiras, que incluem os bancos, as caixas econômicas, suas agências e postos de atendimento (BRASIL, 1983).

Desde então, devido à natureza do negócio e à obrigatoriedade legal de investir em segurança privada, o setor bancário tem despendido valores expressivos com esses serviços (CUBAS, 2002; RICARDO, 2008). De acordo com Maragno e Borba (2014), os custos com segurança dos bancos brasileiros têm aumentado gradativamente ao longo dos anos a fim de atingir níveis adequados de segurança nessas instituições que são vítimas constantes de ações criminosas.

Segundo os dados dos relatórios anuais da Federação Brasileira de Bancos (2015a), os investimentos com segurança no setor bancário passaram de 3 bilhões em 2003 para 9 bilhões em 2015. Esse montante é referente, principalmente, à contratação de pessoal de segurança, além de aquisição de equipamentos, como câmeras e portas giratórias. Além disso, medidas preventivas como a redução de numerários nas agências e implementação de cofre com dispositivos de tempo também têm sido crescentes no setor bancário brasileiro com a finalidade de aumentar a sensação de segurança e reduzir o número de ataques a bancos no país.

Neste contexto, a pesquisa foi norteada pela seguinte problemática central: **Qual a relação entre os custos com segurança privada e os ataques a bancos no Brasil?** Tomando por base constatações de estudos anteriores, onde os resultados evidenciaram relações negativas entre a implementação de medidas de prevenção situação do crime e as ocorrências de delitos, no presente estudo foram testadas as seguintes hipóteses:

H1: Há uma relação inversa entre os custos com segurança privada e o número de assaltos às instituições bancárias brasileiras;

H2: Há uma relação inversa entre os custos com segurança privada e o número de arrombamentos a bancos no Brasil.

O objetivo geral do trabalho foi investigar a relação entre custos com segurança privada e ataques a bancos no Brasil. Tendo-se como objetivos específicos: (1) analisar o contexto brasileiro de ataques a instituições bancárias; (2) verificar a evolução dos custos com segurança privada nas instituições bancárias; (3) investigar a relação entre os custos com segurança privada e as ocorrências de assaltos a bancos no Brasil e; (4) avaliar a relação entre os custos com segurança privada e as ocorrências de arrombamentos a bancos no Brasil.

Nos últimos anos, diversos estudos têm voltado sua atenção para a questão da segurança privada (CUBAS, 2002; THUMALA; GOOLD; LOADER, 2010; VILAR, 2009). Porém, embora evidenciado um crescente interesse pelo tema, grande parte dos estudos nessa área se restringem a aspectos legais ou expansão da segurança privada (COSTA, 2013). Os custos com segurança privada, apesar de representarem dispêndios de valores expressivos para as pessoas físicas e jurídicas, ainda é um assunto pouco explorado (COSTA, 2013; OLIVEIRA *et al.*, 2014).

2 TEORIAS DA OPORTUNIDADE

As teorias baseadas nas oportunidades foram desenvolvidas a partir dos pressupostos da criminologia ambiental, a partir da década 1970, quando os resultados de uma série de pesquisas realizadas pelo Departamento de Investigações do *Home Office* britânico sugeriram que o ato delituoso resultava não somente da motivação do indivíduo, como era defendido pelas teorias da criminologia tradicional, mas também de oportunidades que lhes são propícias para a realização de determinado crime (CLARKE, 1995, 1997).

Nessa nova abordagem, a atenção é transportada do criminoso para o evento criminal. O crime deixa de ser visto como um fenômeno causal e aleatório e passa a ser considerado um ato seletivo em que o infrator analisa as oportunidades a fim de escolher o alvo e o momento oportuno para cometer o delito (MOLINA; GOMES, 1997). A prevenção do crime, na criminologia ambiental, não tem como objetivo eliminar tendências criminosas ou inadimplentes, mas apenas tornar um determinado alvo menos atraente para os criminosos (CLARKE, 1997).



A partir dessa perspectiva, vários teóricos racionais desenvolveram estudos que tinha como objetivo comum a relação entre fatores situacionais e comportamento criminal. O que resultou em um conjunto de teorias que tem como pressuposto que “a ocasião faz o ladrão” denominadas teorias da oportunidade (COHEN; FELSON, 1979; CORNISH; CLARKE, 1986; FELSON; CLARKE, 1998).

As teorias da oportunidade baseiam-se em 10 princípios descritos por Felson e Clarke (1998): (i) A oportunidade desempenha um papel causal em todos os crimes; (ii) As oportunidades de crimes são altamente específicas, cada tipo de crime tem situações favoráveis diferentes; (iii) Oportunidades de crime estão concentradas no tempo e no espaço, os crimes de acordo com sua categoria parecem se concentrar em locais e horários específicos; (iv) Oportunidades de crime dependem de atividades diárias, os ofensores geralmente atuam em lugares que lhes são comuns; (v) Um crime produz oportunidades para outro; (vi) Alguns produtos oferecem oportunidades de crime mais tentadores, de acordo com as características que determinado bem possui; (vii) Mudanças sociais e tecnológicas produzem novas oportunidades de crime; (viii) Os crimes podem ser reduzidos por meio da redução de oportunidades; (ix) Redução das oportunidades não costuma deslocar crime, apesar de algumas críticas referentes ao deslocamento do crime, nenhum estudo encontrou o deslocamento como consequência da redução de oportunidades; (x) Focar na redução das oportunidades pode produzir quedas na prática de outros crimes, é o que se pode chamar de difusão de benefícios.

Dentro da perspectiva de que o crime é fruto de oportunidades encontradas por potenciais delinquentes, destacam-se duas teorias: teoria das escolhas racionais e teoria das atividades de rotina que, apesar de focarem em aspectos distintos, têm como pressupostos básicos que a criminalidade pode ser reduzida por meio da redução de oportunidades (AGRA, 2012).

A teoria das atividades de rotina e a teoria das escolhas racionais trazem enfoques diferentes dentro da perspectiva da criminologia ambiental. Enquanto a primeira é focada na sociedade como possível vítima, a segunda tem um direcionamento para o infrator. Desse modo, em conjunto elas sugerem que a sociedade pode modificar as oportunidades de crimes e o infrator toma decisões em resposta a essas mudanças (FELSON; CLARKE, 1998). A teoria das escolhas racionais e a teoria das atividades de rotina são as bases teóricas que servem de pilares para os pressupostos da prevenção situacional do crime (AGRA, 2012).

Em 1980, Clarke desenvolveu a PSC que pode ser definida como um conjunto de medidas que têm como estratégia a redução de oportunidades de crimes por meio de alterações no ambiente (CLARKE, 1983, 1997; CRAWFORD, 1999; MOREIRA, 2013). As medidas de PSC podem ser adaptadas para reduzir delitos de diversas tipos e motivações. Em relação aos crimes contra a propriedade, como é o caso de assaltos e arrombamentos, Clarke (1992) desenvolveu medidas práticas de prevenção baseadas em três objetivos principais: (1) aumentar os esforços para o infrator, por meio de implementação de barreiras que dificultem o acesso ao alvo; (2) aumentar os riscos inerentes à ação criminosa, como investir em vigilância e monitoramento e; (3) tornar a ação menos gratificante, reduzindo possíveis benefícios do crime.

2.1 Custos com segurança privada nos bancos e sua relação com as teorias da oportunidade

A segurança privada brasileira surgiu, legalmente, nos anos 1960, motivada pelo aumento dos assaltos às agências bancárias. Intensificando-se após 1968 quando grupos guerrilheiros passaram a liderar constantes ataques a bancos em protesto contra o regime militar. A fim de coibir essas ações delituosas, em 1969, com o decreto 1.034, tornou-se obrigatória a contratação ou formação de segurança privada pelas instituições financeiras que incluem os bancos, as caixas econômicas, suas agências e postos de atendimento. (CUBAS, 2002; RICARDO, 2008).

Além das instituições financeiras, a segurança privada passou a ser demandada por outros tipos de instituições e até por pessoas físicas. A demanda por serviços de segurança privada é diversa e inclui os setores comercial, industrial, setor de serviços (ensino, lazer, transporte,



comunicações), setor público e até complexos residenciais (MOREIRA, 2013). Porém, conforme o estudo realizado pela Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (2013), no Brasil, o setor bancário é um dos maiores contratantes dos serviços de segurança privada.

Conforme os dados da Federação Brasileira de Bancos (2014), o aumento dos investimentos em segurança privada nos bancos, aliado à parceria com a segurança pública, têm resultado na redução do número de assaltos a bancos no país, que passou de 1.903 casos para 369, uma redução de 81%, entre os anos de 2000 a 2010. Nos anos seguintes, entre 2011 e 2013, o número de assaltos apresentou um crescimento, porém, novas medidas de segurança geraram uma queda em 2014.

Entretanto, de acordo com os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2015), quando, além dos assaltos, são considerados outros tipos de ataques, como as ocorrências em postos de atendimento bancário (PAB), postos avançados de atendimento (PAA) e arrombamentos de caixas eletrônicos, o número de roubos seguiu crescente nos últimos anos. Entre os anos de 2010 a 2015, os roubos a instituições bancárias cresceram, aproximadamente, 12%. Além disso, cabe ressaltar as disparidades entre os estados. Em 2011, por exemplo os 1.564 casos registrados, 324 foram no estado do Paraná enquanto Piauí, Roraima e Amapá não registraram nenhum caso

De acordo com a Federação Brasileira de Bancos (2014) os investimentos em segurança bancária por parte dos bancos passaram de 3 bilhões em 2003 para mais de 9 bilhões em 2015. Esse montante é referente, principalmente, à contratação de pessoal de segurança e aquisição de equipamentos, como câmeras e portas giratórias. Ademais, medidas preventivas como a redução de numerários nas agências e implementação de cofre com dispositivos de tempo também têm sido crescentes no setor bancário brasileiro, com a finalidade de aumentar a sensação de segurança e reduzir o número de ataques a bancos ocorridos no país.

Tendo como base as teorias que embasam a PSC, os seus princípios referentes a crimes contra a propriedade e as definições e finalidade dos serviços de segurança privada, tem-se que os custos com segurança privada nas instituições bancárias brasileiras podem ser associados aos esforços para redução de crimes, defendidos pelas teorias da oportunidade (Quadro 1).

Quadro 1: Custos com segurança privada nos bancos brasileiros e sua relação com a PSC

Teorias das oportunidades apresentadas	Principais pressupostos	Prevenção do crime, conforme cada teoria	Princípios fundamentais da PSC para reduzir crimes	Custos com segurança privada nos bancos brasileiros
Teoria das escolhas racionais	O infrator realiza uma análise de custo-benefício antes da decisão de cometer determinado delito e só decidirá por cometê-lo se os benefícios forem maior que os riscos.	A prática de atos ilícitos pode ser inibida a partir da redução dos benefícios ou aumento dos esforços que os potenciais delinquentes teriam com determinada ação	1. Aumentar os esforços 2.Reduzir os benefícios	Cofres com dispositivos de tempo, cadeados; portas-giratórias. Sistemas utilizados em caixas eletrônicos que danificam as cédulas quando o caixa sofre explosão
Teoria das atividades de rotina	Um crime ocorre quando há convergência no tempo e no espaço de três fatores: (1) um agente motivado; (2) um alvo atraente e; (3) a ausência de guardiões eficazes,	A prevenção de crimes pode ser realizada por meio de medidas que dificultem o acesso ao alvo e aumente os riscos.	3.Aumentar riscos	Contratação de pessoal de segurança, e sistema de monitoramento eletrônico

Fonte: Elaborado pelos autores.



A partir da análise do Quadro 1, observa-se que os custos com segurança privada estão elencados em paralelo com os objetivos da PSC, ou seja, são referentes a ações que têm como finalidade: aumentar os esforços/custo do ato criminoso (implementação de cofres, alarmes e portas- giratórias); reduzir benefícios oriundos das ações (danificação de células quando os caixas são explodidos) e/ou; aumentar os riscos inerentes ao crime (contratação de vigilantes e sistemas de monitoramento eletrônico). Desse modo, considerando os pressupostos das duas teorias supracitadas, o aumento dos custos com segurança privada dos bancos brasileiros, direcionados a qualquer um desses três objetivos, deve inibir a prática de ataques a instituições bancárias (FELSON; CLARKE, 1998).

2.2 Contribuições empíricas sobre segurança privada e a relação com a criminalidade

Apesar de as pesquisas que tratam diretamente de custos com segurança privada serem escassas (COSTA, 2013; OLIVEIRA *et al.*, 2014). Nos últimos anos o tema tem despertado o interesse dos pesquisadores, uma vez que somente entre 2014 a 2016, foram encontrados 4 trabalhos que tratam diretamente sobre o tema, todos no Brasil, e são referentes a custos de segurança no sistema bancário brasileiro (MARAGNO; BORBA, 2014); um estudo de casos em um complexo turístico de praia (OLIVEIRA *et al.*, 2015); um estudo de caso em uma companhia energética do Ceará (FERREIRA FILHO *et al.*, 2015) e; um estudo em empresas salineiras do Rio Grande do Norte (SILVA *et al.*, 2016).

Maragno e Borba (2014) estimaram os custos com segurança privada e verificaram sua relação com os lucros e às receitas dos bancos brasileiros. Por meio de uma correlação de Pearson e regressão linear encontrados que, em média, os custos de segurança dos bancos brasileiros aumentaram gradativamente entre os anos de 2008 e 2013. Ademais, os autores encontraram uma possível concentração representada pelos bancos Itaú, Bradesco, BB, Santander e CEF.

Oliveira *et al.* (2015) investigaram a influência exercida por menores custos com segurança pública e pelos índices de criminalidade nos custos com segurança privada em um complexo turístico de praia no Ceará. Os resultados da regressão linear múltipla sugeriram que os níveis de custos de segurança privada do complexo turístico do Beach Park não são influenciados nem pelos custos com segurança pública do Estado do Ceará, nem pelos níveis de criminalidade na Região Metropolitana de Fortaleza.

Já Ferreira Filho *et al.* (2015) pesquisaram a relação entre o custo com segurança patrimonial e o desempenho organizacional da Cia. Energética do Ceará. Por meio de correlação de Pearson, sugeriu-se que quanto maior a aplicação de recursos em vigilância, para o combate às perdas patrimoniais, maior será o retorno sobre os ativos da empresa.

Silva *et al.* (2016) realizaram um levantamento documental cujo objetivo foi identificar a relação dos gastos com segurança pública, custos com segurança privada e índices de rentabilidade, comparando-se empresas salineiras do estado do Rio Grande do Norte. Por meio da técnica estatística de correlação de Pearson, concluiu-se que os gastos públicos com segurança influenciam a variação do comportamento dos custos com segurança privada e o comportamento destes influenciam a variação do comportamento dos índices de rentabilidade (ROA, EBITDA).

Nascimento *et al.* (2019), por meio de pesquisa quantitativa e de campo, identificaram os fatores determinantes do custo com segurança privada sob a ótica dos discentes de Ciências Contábeis. Por meio da análise fatorial exploratória, constatou-se que dentre os fatores determinantes do custo com segurança privada, os mais influentes foram: “Crescimento do crime e da sensação de insegurança” e “Ineficiência do Estado na promoção da segurança pública”.

Melo *et al.* (2021) analisaram as características da produção científica na área de custos com segurança privada. Para tanto, foi realizado um estudo bibliométrico, descritivo e com utilização de métodos quantitativos, compreendendo teses, dissertações e artigos produzidos acerca do tema custos com segurança privada. Os resultados demonstraram que a maioria dos



trabalhos produzidos são de autores com título de doutorado; as instituições mais prolíferas estão situadas da região Nordeste; os temas mais recorrentes abordados de forma correlata são segurança privada e segurança pública; o *framework* adotado foi a Teoria Econômica do Crime e quanto aos aspectos metodológicos, verificou-se que foram classificados pelos autores como abordagem quantitativa, finalidade descritiva e com a coleta de dados secundários.

Ademais, muitos estudos têm sido realizados tratando indiretamente do assunto por meio da investigação da eficácia de medidas preventivas de segurança privada. Nesse sentido, foram encontradas pesquisas que relacionaram crimes contra a pessoa e contra a patrimônio com medidas específicas de segurança privada (LEE; HOLLINGER; DABNEY, 1999; ZIMMERMAN, 2014) e trabalhos que focaram em prevenção de crimes específicos contra a propriedades, como roubos, furtos e assaltos (BENSON, 1998; FARRINGTON *et al.*, 1993; EXUM *et al.*, 2010; HAYES; DOWNS; BLACKWOOD, 2012; O'NEILL; MCGLOIN, 2007; WOOLDRIDGE, 1970; PIZA; CAPLAN; KENNEDY, 2013; XU, 2011). No Quadro 2, estão resumidos os estudos mapeados sobre a relação entre as medidas de segurança privada e a criminalidade com seus objetivos, locais da pesquisa, variáveis de segurança utilizadas e principais resultados.

Quadro 2: Resumo dos estudos que relacionam criminalidade e segurança

Autor / Ano	Objetivos	Tipos de crimes/ local	Variáveis de segurança privada	Resultados
Benson (1998)	Verificar a continuidade da eficácia da segurança privada na solução de casos de roubos nas estradas	Roubo nas estradas/ EUA	Vigilantes privados	Os roubos solucionados pelos vigilantes privados foram de 30,9% enquanto que a polícia pública solucionou 21,4% dos casos
Exum <i>et al.</i> (2010)	Verificar a utilização de suas estratégias na redução do número de furtos em lojas de conveniência e restaurantes <i>fast food</i>	Furtos em lojas de conveniência e restaurantes/ Carolina do Norte, EUA	Obstrução de janelas; Reorganização dos itens críticos; Alarmes; Câmeras e; Vigilantes	Os resultados indicaram que os efeitos preventivos apareceram em um tipo de estabelecimento ou no outro, mas não em ambos
Farrington <i>et al.</i> (1993)	Avaliar a eficácia das técnicas de prevenção situacional do crime na prevenção de furtos	Furtos em lojas/ Grã-Bretanha	Marcação eletrônica; Reformulação do espaço das lojas; Implantação de um guarda uniformizado	A introdução de câmeras de segurança causou uma redução duradoura nos furtos; O redesenho no <i>layout</i> causou uma diminuição imediata de furtos, mas não duradoura; o guarda uniformizado não teve efeito sobre furtos.
Hayes, Downs e Blackwood (2012)	Testar a eficácia na teoria da PSC para reduzir furtos de determinados produtos em farmácias norte americanas	Furtos em farmácias/ EUA	Barreiras de vidro para proteger os itens críticos; Reorganização dos itens críticos em lugares estratégicos	As perdas de produto diminuíram nas lojas de teste em comparação com o controle após a implementação dessas medidas.
Lee, Hollinger e Dabney (1999)	Analisar a relação entre incidentes criminais e segurança privada	Crimes diversos em <i>Shoppings centers</i> / EUA	Presença de vigilância; n° de horas/ semanais de seguranças e; custos com segurança privada	Os resultados encontrados, mostraram que não há uma relação direta entre os crimes ocorridos nos shoppings e custos com segurança privada de cada <i>shopping</i> Americanos
O'Neill e McGloin (2007)	Investigar a eficácia das técnicas de prevenção situacional do crime para redução de crimes violentos e	Roubo de forma geral c/ ou s/ uso de violência e; Vandalismo/	Portas monitoradas; Portões fechados p/ o almoço; Mochilas	Os resultados indicaram que escolas que tinham portas monitoradas estavam propensos a relatar menos crimes contra a propriedade



	de propriedades nas escolas.	EUA	transparentes; Uniformes; Detectores de metais e; CCTV.	
Piza, Caplan e Kennedy (2013)	Testar a influência de diversos fatores de nível micro sobre as mudanças nos níveis de criminalidade dentro de áreas com CCTV de Newark, NJ.	Assaltos; Roubos; Assassinato; Tirroteios; furtos/ Newark, NJ, EUA.	Implementação de CCTV, Obstrução das câmeras por meio de objetos.	A aplicação da CCTV mostrou relação com a redução de crimes em geral; as obstruções ao CCTV foram relacionadas ao aumento dos níveis de roubo de carros e redução de crimes violentos.
Wooldridge (1970)	Verificar a eficácia dos serviços de segurança privada nos Estados Unidos para redução de crimes nas estradas	Roubo nas estradas/ EUA	Vigilantes privados	Depois da adoção de vigilantes, os prejuízos referentes a roubos de cargas caíram 92,7%.
Xu (2011)	Examinar como as estratégias da revênção situacional do crime são usados na zona urbana contemporânea da China	Roubos e assaltos/China.	Proibição do uso de motocicletas em determinadas regiões.	Os resultados da pesquisa confirmaram que a proibição de motocicletas reduziu significativamente o número de roubos e assaltos na China
Zimmerman, (2014)	Estimar os impactos que os investimentos em segurança privada têm nas taxas de criminalidade nos Estados Unidos	Homicídio; Estupro; Roubo com e sem agressão; Furtos/ EUA	Guardiões; Investigadores; Detetives; Sistemas de segurança/alarme	Entre os achados, Destaca-se um impacto negativo entre as taxas de emprego de sistema de segurança / alarme e os crimes contra a propriedade.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme é possível observar no Quadro 2, grande parte dos estudos encontrados foram realizados nos EUA e a relação entre custos com segurança privada e incidentes criminais foi testada indiretamente por meio de fatores como quantidade vigilantes e/ou equipamentos de segurança privada com alguma variável específica como índice de criminalidade. Os principais tipos de crimes considerados foram roubos e furtos. Em relação aos resultados, a maioria dos estudos encontraram relações negativas entre a implementação de medidas de prevenção situação do crime e as ocorrências de delitos, ou seja, quando foram implementadas as medidas de PSC os roubos e /ou furtos sofreram reduções.

Ademais, o mapeamento desses estudos permite observar que as pesquisas que abordam direta ou indiretamente os custos com segurança privada ainda são escassos, sobretudo na América do Sul. No Brasil, apesar de evidências de um crescente interesse pelo tema nos últimos 2 anos, os estudos sobre a temática ainda são escassos e fragmentadas. Ademais, em relação ao setor bancário, que é o foco desse trabalho, o único estudo encontrado (MARAGNO; BORBA, 2014), restringe-se a análises dos custos com segurança privada, lucros e receitas das instituições bancárias. Desse modo, o presente estudo visa a contribuir para preencher a lacuna na literatura empírica brasileira, uma vez que explora outras variáveis que permitem verificar a evolução dos custos com segurança privada nas instituições bancárias, além de considerar as análises para os maiores e menores bancos, separadamente. Ademais, em paralelo com os custos com segurança privada nas instituições bancárias, será analisado o contexto brasileiro de ataques a bancos no país, facilitando uma análise comparativa das duas variáveis.



3 METODOLOGIA

Esta pesquisa é classificada como quantitativa, já que tem o propósito de medir relação entre duas variáveis: custos com segurança privada e ataques a bancos no Brasil (ROESCH, 2006); exploratória, uma vez que está relacionada a temas pouco explorados (ROESCH, 2006) e; descritiva visto que visa coletar informações sobre determinada população e medir as variáveis de forma independente (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

A população da pesquisa é composta por todas as instituições bancárias associadas à Federação Brasileira de Bancos até março de 2016. A entidade está posicionada como uma das principais representantes do setor bancário nacional e conta com 121 instituições bancárias associadas, que respondem por 97% do patrimônio líquido e 98% dos ativos totais de todo o segmento bancário no Brasil (FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS, 2015b).

A amostra é intencional e, portanto, não probabilística e se constituiu nos bancos associados à FEBRABAN que divulgaram os custos com segurança privada, de pelo menos dois anos, entre o período de 2011 a 2015. Nessas condições, foram encontrados dados de 34 bancos. Apesar da redução da amostra, cabe ressaltar que, em 2014, os 34 bancos que a compõem detinham, aproximadamente, 77 dos ativos totais e 72% dos lucros líquidos do sistema financeiro do país, de acordo com os dados do Banco Central do Brasil (2014).

A coleta de dados foi dividida em duas etapas. Primeiro coletou-se os dados referentes aos custos com segurança privada nas instituições bancárias brasileiras, colhidas diretamente das demonstrações contábeis dos bancos, bem como os números de agências, lucros e ativos de cada banco, considerando o horizonte temporal de 2011 a 2015, divulgados pelo Banco Central do Brasil. Na segunda etapa, foram coletados os dados referentes aos ataques a instituições bancárias, a partir dos estudos semestrais divulgados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT). A Pesquisa Nacional de Ataques a Bancos é elaborada, desde o primeiro semestre de 2011, por meio de uma parceria da Contraf-CUT com a Confederação Nacional dos Vigilantes e prestadores de serviços (CNTV) e o apoio dos sindicatos e engloba os números de assaltos e arrombamentos a bancos divulgados por estado. As entidades consideram como fonte de dados, além das secretarias estaduais de segurança pública, as notícias da imprensa, informações de sindicatos e federações de vigilantes e bancário, a fim de neutralizar as perdas de dados por causa da alta taxa de sub-registros que pode existir nesse tipo de crime (SANTOS; KASSOUF, 2008). Ressalte-se que os dados relativos aos exercícios sociais de 2016 a 2019 ainda não estão disponíveis. Por este motivo, o lapso temporal da pesquisa corresponde ao período de 2011 a 2015.

Para o tratamento dos dados, os custos com segurança privada foram relativizados com base no número de agência de cada instituição e os ataques a bancos no Brasil foram relativizados com base no número de agências de cada estado brasileiro. Desse modo, as análises foram realizadas a partir do índice de custo com segurança privada por agência e o número de ataques a bancos por agência. Os dados foram tratados, a princípio, separadamente por meio do *software* SPSS, versão 22.0. As técnicas utilizadas foram estatísticas descritiva, análise de *clusters* e Análise de variância (ANOVA). Por fim, a relação entre as variáveis foi testada por meio de análises descritivas e correlação de *Pearson*.

O coeficiente de correlação de *Pearson* determina o grau de associação entre duas variáveis X e Y e o resultado (r) pode variar de - 1 a +1 sendo que quanto mais próximo das extremidades, mais explicativo se mostra. Diz-se que não há correlação se r for nulo e existe correlação perfeita se r for $|1|$. Em relação à representatividade do coeficiente de correlação entre as extremidades, Collins e Hussey (2005) classificam a correlação como: (1) baixa, quando os valores estiverem entre $|0,01|$ e $|0,39|$; (2) média, se forem entre $|0,40|$ a $|0,69|$; (3) alta, quando resultam em r entre $|0,70|$ a $|0,89|$ e; (4) muito alta, se r for maior que $|0,90|$.



4 ANÁLISE DE RESULTADOS

4.1 Contexto brasileiro de ataques a bancos

Como primeiro passo para a análise dos dados, foram desenvolvidas a análise descritiva do número de ataques a instituições bancárias por estado brasileiro ao longo dos anos da pesquisa. Os dados de ataques são referentes a somatória dos assaltos e arrombamentos e foram relativizados pelos números de agências distribuídas por estado. Os resultados das medidas de estatística descritiva estão expostos na Tabela 1. O painel A é referente aos valores totais de ataques por agência e nos painéis B e C estão as análises das variáveis por agência dos assaltos e arrombamentos separadamente.

Tabela 1: Estatística descritiva dos ataques, assaltos e arrombamentos por agência a instituições bancárias

	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	Percentis		
						5	0	5
Painel A- Estatística descritiva dos ataques/AG								
s/AG-2011								
Ataque	,095	,077	,074	,017	,299	,044	,077	,111
s/AG-2012								
Ataque	,153	,136	,110	,024	,566	,080	,136	,186
s/AG-2013								
Ataque	,175	,132	,134	,021	,582	,106	,132	,198
s/AG-2014								
Ataque	,178	,147	,110	,034	,458	,111	,147	,221
s/AG-2015								
Ataque	,083	,082	,049	,013	,213	,048	,082	,114
Painel B- Estatística descritiva dos assaltos/AG								
s/AG-2011								
Assalto	,034	,026	,031	,000	,111	,011	,026	,059
s/AG-2012								
Assalto	,056	,036	,049	,007	,214	,018	,036	,083
s/AG-2013								
Assalto	,058	,049	,048	,010	,201	,017	,049	,071
s/AG-2014								
Assalto	,050	,039	,034	,013	,138	,026	,039	,068
s/AG-2015								
Assalto	,052	,042	,033	,000	,131	,029	,042	,070
Painel C- Estatística descritiva dos arrombamentos/AG								
b/AG-2011								
Arrom	,061	,046	,056	,000	,220	,026	,046	,073
b/AG-2012								
Arrom	,098	,064	,078	,000	,352	,045	,064	,139
b/AG-2013								
Arrom	,117	,095	,091	,000	,382	,052	,095	,142
b/AG-2014								
Arrom	,128	,094	,085	,021	,355	,065	,094	,176
b/AG-2015								
Arrom	,032	,020	,025	,000	,091	,017	,020	,047

Fonte: Dados da Pesquisa.

A partir do painel A, é possível perceber que o número de ataques por agência bancária no país apresentou uma média crescente entre os anos de 2011 a 2014, porém em 2015 a média foi a menor dentre os anos considerados, apresentando uma queda de aproximadamente, 53%, em relação ao ano anterior. Verifica-se ainda que, em todos os anos considerados, a distribuição do



número de ataques a instituições bancárias nos estados brasileiros apresenta uma discrepância entre o número mínimo e máximo de ataques, confirmada pelos desvios padrão. Esses resultados estão de acordo com os indicados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2015) em relação ao crescimento de ataques até 2014 e também referente a distribuição desigual entre os estados.

A análise do painel B e C permite uma melhor compreensão do contexto dos ataques a bancos no Brasil. É possível verificar que as ocorrências de arrombamentos predominaram no comportamento do total de delitos. A redução de ataques, em 2015 pode ser justificada pela redução de casos de arrombamentos registrados no último ano, de aproximadamente, 75% em relação ao ano anterior (painel C). Quando se considera somente os assaltos (painel B), a média cresceu entre 2011 e 2013, sofreu uma pequena redução em 2014, mas volta a crescer em 2015. Os resultados estão de acordo com o comportamento dos dados de assaltos a bancos divulgados pela Federação Brasileira de Bancos (2014) até 2014.

A fim de complementar os resultados das estatísticas descritivas foram realizadas as análises de *clusters*, considerando os índices por agência de assaltos e arrombamentos a bancos, além da análise de variância, conforme a tabela 2. As análises foram realizadas para cada ano da pesquisa, de acordo com os painéis D, E, F, G e H.

Tabela 2: Análises de clusters dos índices de ataques a bancos

Painel D- Análises de clusters dos índices de ataques- 2011				
	<i>Cluster 1</i>	<i>Cluster 2</i>	<i>Cluster 3</i>	ANOVA- Sig
Assalto/AG 2011	0,017	0,0754	0,0749	0,00
Arrombamentos/AG 2011	0,0454	0,0204	0,1741	0,00
Casos/2011	19	4 (AP, PA, ES, BA)	4 (PB, AL, PI, MT)	
Painel E- Análises de clusters dos índices de ataques- 2012				
Assaltos/AG2012	0,045	0,055	0,214	0,01
Arrombamentos/AG2012	0,045	0,147	0,352	0,00
Casos/2012	15	11	1 (MT)	
Painel F- Análises de clusters dos índices de ataques- 2013				
Assalto/AG2013	0,033	0,079	0,149	0,00
Arrombamento/AG2013	0,063	0,166	0,311	0,00
Casos/2013	17	7	3 (AL, PB, RN)	
Painel G- Análises de clusters dos índices de ataques- 2014				
Assalto/AG2014	0,039	0,049	0,098	0,05
Arrombamento/AG2014	0,071	0,162	0,294	0,00
Casos/ 2014	16	7	4 (PB, PI, RN, TO)	
Painel H- Análises de clusters dos índices de ataques- 2015				
Assalto/AG2015	0,032	0,044	0,097	0,00
Arrombamento/AG2015	0,015	0,06	0,041	0,00
Casos/2015	14	7 (AL, AM, MA, MG, PB, PE e PI)	6 (AP, RN, RO, RS, SC e TO)	

Fonte: Dados da Pesquisa.

A partir da Tabela 2, é possível identificar as características de cada agrupamento. Percebe-se, por exemplo, que em 2011 (painel D) a maioria dos estados brasileiros (19) estão agrupados no *cluster 1*, apresentando as menores médias dos índices de assaltos e arrombamentos no país. Nota-se ainda que os estados que compõem o *cluster 2* tiveram os maiores índices de assaltos,



porém os menores índices de arrombamentos, indicando que os crimes se diferem tanto entre os estados como entre os tipos. Resultados que convergem com o segundo princípio da oportunidade descrita por Felson e Clarke (1998) que diz que as oportunidades de crimes são altamente específicas, cada tipo de crime tem situações favoráveis diferentes. Em contrapartida, no cluster 3 estão os estados que registraram os maiores índices de arrombamentos e também altos índices de assaltos. Dentre os estados que se destacaram com maiores índices (cluster 3) estão Paraíba, Alagoas, Piauí e Mato Grosso. Ademais, os estados de Amapá, Pará, Espírito Santo e Bahia concentraram os maiores valores de assaltos, mas se destacaram também por terem os menores índices de arrombamentos.

Nos anos seguintes, entre 2012 a 2014, os agrupamentos tiveram comportamento semelhante entre si. É possível identificar que o cluster 1 continua agrupando a maioria dos estados que têm como características os menores índices de assaltos e arrombamentos. No cluster 2 ficaram os estados com índices moderados das duas variáveis e no terceiro clusters concentram-se poucos estados cujos índices são altos quando comparados com os demais.

Em 2015 (painel H), o *cluster 1* permanece sendo o grupo com mais estados brasileiros (14), embora essa concentração seja menor em relação aos anos anteriores. Houve menor concentração também nos outros *clusters*, sendo que 7 estados concentraram os maiores índices de arrombamentos, enquanto outros 6 foram os responsáveis pelos maiores índices de assaltos no ano, com diferença significativa entre os grupos. Cabe ainda destacar a pequena diferença entre os valores dos *clusters 2 e 3*.

A análise conjunta dos *clusters* dos cinco anos pesquisados permite observar que a maioria dos estados brasileiros apresenta índices menores de assaltos e arrombamentos (*clusters 1*) em todos os anos e uma pequena quantidade detém os maiores índices de assaltos e/ou de arrombamentos por agência. A maior concentração de ataques por agências ocorreu em 2012, quando apenas Mato Grosso compôs o *cluster 3*, apresentando os valores mais elevados tanto de assaltos como de arrombamentos. Nos demais anos, os estados do Nordeste (Alagoas, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Maranhão, Pernambuco) predominaram entre os estados com maiores índices de assaltos e/ou arrombamentos. Esses achados estão em conformidade com o terceiro princípio da oportunidade que diz que os crimes, de acordo com sua categoria, parecem se concentrar em locais específicos (FELSON; CLARKE, 1998).

4.2 Custos com segurança privada

Para verificar a evolução dos custos com segurança privada nas instituições bancárias, foi realizado, primeiramente, as análises das estatísticas descritivas, conforme a Tabela 3, onde foram considerados os custos com segurança privada das instituições bancárias relativizados pelos números de agências que elas possuem.

Conforme a Tabela 3, constata-se que os índices de custos com segurança privada sofreram uma queda em 2012, mas a partir de 2013 cresceram gradativamente. Esses achados estão em conformidade com os resultados de Maragno e Borba (2014), exceto no que concerne à redução de 2012. Em relação aos valores extremos, observa-se que há diferenças elevadas entre os mínimos e máximos, sobretudo nos últimos 3 anos, confirmadas pelos desvios padrão e percentis.

Tabela 3: Estatísticas descritiva dos índices de custos com segurança privada por agência

<i>Índices de custo/agência</i>		2011	2012	2013	2014	2015
N	Válido	29	30	32	34	34
	Ausente	5	4	2	0	0
Média		0,175	0,160	0,262	0,349	0,385
Mediana		0,133	0,132	0,159	0,178	0,207
Desvio Padrão		0,123	0,124	0,429	0,572	0,757



Mínimo		0,009	0,005	0,001	0,008	0,008
Máximo		0,500	0,600	2,459	3,100	4,500
Percentis	25	0,082	0,086	0,110	0,128	0,137
	50	0,133	0,132	0,159	0,178	0,207
	75	0,225	0,218	0,237	0,291	0,326

Fonte: Dados da Pesquisa.

A fim de complementar a discussão sobre a evolução dos custos, as análises de *clusters* foram realizadas considerando, além os custos com segurança privada e dos números de agências, os lucros, os ativos e os índices de custos por agência. Os resultados originaram dois *clusters* que foram identificados como maiores e menores bancos e as diferenças entre eles foram verificadas por meio de análises de variância. Os resultados estão expostos na Tabela 4, apresentados separadamente por ano, conforme os painéis G, H, I, J e K.

Tabela 4: classificação dos clusters por instituição bancária

	Maiores bancos	Menores bancos	ANOVA (sig)
Painel G- Classificação dos clusters das instituições bancárias 2011			
Custos_2011	530,400	14,404	,000
Agências_2011	3.687,600	98,208	,000
Lucro_2011	4.764,450	104,297	,000
Ativo_2011	671.868,077	25.279,692	,000
Índice_Custo_2011	0,159	0,178	,750
Casos/2011	5	24	
Painel H- Classificação dos clusters das instituições bancárias 2012			
Custos_2012	616,000	36,273	0,000
Agências_2012	4.187,250	194,462	0,000
Lucro_2012	5.691.765,250	110.020,000	0,000
Ativo_2012	874.224,649	43.348,050	0,000
Índice_Custo_2012	0,155	0,161	0,931
Casos/2012	4	26	
Painel I- Classificação dos clusters das instituições bancárias 2013			
Custos_2013	666,750	38,005	0,000
Agências_2013	4.323,000	187,750	0,000
Lucro_2013	5.846.756,750	115.642,143	0,000
Ativo_2013	970.262,255	43.027,746	0,000
Índice_Custo_2013	0,160	0,277	0,618
Casos/2013	4	28	
Painel J- Classificação dos clusters das instituições bancárias 2014			
Custos_2014	730,667	63,801	0,000
Agências_2014	4.691,333	281,129	0,000
Lucro_2014	8.008.215,667	227.162,355	0,000
Ativo_2014	1.108.583,795	78.458,711	0,000
Índice_Custo_2014	0,154	0,367	0,547
Casos/2014	3	31	
Painel K- Classificação dos clusters das instituições bancárias 2015			
Custos_2015	799,940	64,825	0,000



Agências_2015	4577,333	283,581	0,000
Lucro_2015	8370175,667	251244,226	0,000
Ativo_2015	1209825,206	86915,632	0,000
Índice_Custo_2015	0,173	0,405	0,619
Casos/2015	3	31	

Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com as variáveis: custos, agências, lucros e ativos, a amostra foi dividida em dois grupos, com diferença significativa entre eles. Observa-se que os *clusters* dos maiores bancos são compostos por uma pequena quantidade de bancos, em todos os anos, sobretudo em 2014 (painel J) e 2015 (painel K) quando apenas 3 bancos detêm os maiores indicadores, corroborando com os resultados de Maragno e Borba (2014) quando sugerem que há uma concentração no setor bancário.

Constata-se ainda, a partir das médias dos custos absolutos, que tanto os maiores como os menores bancos têm investido mais em segurança privada ao longo dos anos considerados (painéis G, H, I, J e K). Esses resultados estão em conformidade com os dados da Federação Brasileira de Bancos (2014) quando diz que os investimentos por parte das instituições em segurança bancária foram crescentes nos últimos anos. Porém em relação aos índices de custos por agências, os grupos não são diferentes entre si, ou seja, a diferenças entre os custos com segurança privada dos bancos é devida as diferenças entre os números de agências bancárias.

Ademais, ressalta-se que os maiores bancos, conforme os critérios estabelecidos foram: BB, Itaú, Bradesco em todos os anos, sendo que em 2011 o banco Santander e a CEF foram inclusos e este último também esteve entre os maiores bancos em 2012 e 2013. Resultados semelhantes aos encontrados por Maragno e Borba (2014) quando sugerem que existe uma concentração bancária no Brasil representada pelos bancos Itaú, Bradesco, BB, Santander e CEF.

Tomando como base, o contexto brasileiro de ataques a instituições bancárias, que foi analisada por estado, e a evolução dos custos com segurança privada pelos bancos brasileiros, realizou-se a análise descritiva da relação entre os custos com segurança privada e as ocorrências de ataques a bancos nos cinco anos considerados.

4.3 Relação entre os custos com segurança privada e os ataques a bancos no Brasil

A fim de testar estatisticamente a associação entre os custos com segurança privada e os ataques a bancos no Brasil, foi realizada uma correlação entre as variáveis estudadas, considerando os ataques a bancos e os custos com segurança privada por ano. Por meio do teste Kolmogorov-Smirnov, constatou-se a normalidade da distribuição, portanto a correlação que utilizada foi a de *Pearson*, considerando os assaltos e arrombamentos por agências entre 2011 e 2015, e os custos com segurança privada no mesmo período. Os resultados constam na Tabela 5.

Na Tabela 5 estão sintetizados os resultados das correlações, considerando as amostras e subamostras adquiridas a partir das análises de *clusters*, abrangendo as médias dos custos absolutos e relativos aos números de agências. Percebe-se que a maioria das correlações, conforme as classificações de Collins e Hussey (2005) podem ser classificadas como baixas, variando entre | 0,04 | a | 0,17.



Tabela 5: Correlação entre as variáveis

	Assalto/AG	Arrombamento/AG	Total/AG
Custos/AG	0,2796 (0,649)	-0,1258 (0,840)	-0,0554 (0,930)
Custos/AG - Maiores Bancos	0,0415 (0,947)	-0,7980 (0,106)	-0,7055 (0,183)
Custos/AG - Menores Bancos	0,2852 (0,642)	-0,1104 (0,860)	-0,0405 (0,948)
Custo-maiores bancos	0,5514 (0,335)	-0,1025 (0,870)	0,0212 (0,973)
Custo-menores bancos	0,5372 (0,351)	0,0192 (0,976)	0,1271 (0,839)
Média dos Custos	0,4503 (0,447)	-0,1772 (0,776)	-0,0664 (0,916)

Fonte: Dados da Pesquisa.

Ademais, verificou-se que não houve correlação significativa entre nenhuma das variáveis. Desse modo, não se pode afirmar que os custos com segurança privada nas instituições bancárias e os ataques a bancos (assaltos e arrombamentos) estão relacionados entre si. Os resultados encontrados foram semelhantes aos achados de LEE; HOLLINGER; DABNEY (1999), que não encontraram relação entre índices de crimes e os custos com segurança privada nos *shoppings* americanos e; de EXUM *et al.* (2010), em relação à implementação de técnicas da PSC e a criminalidade em lojas de conveniência e restaurantes *fastfood* nos EUA.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo geral investigar a relação entre custos com segurança privada e os ataques a bancos no Brasil. Para o alcance desse objetivo, foram definidos quatro objetivos específicos: (1) analisar o contexto brasileiro de ataques a instituições bancárias; (2) verificar a evolução dos custos com segurança privada nas instituições bancárias; (3) investigar a relação entre os custos com segurança privada e as ocorrências de assaltos a bancos no Brasil e; (4) avaliar a relação entre os custos com segurança privada e as ocorrências de arrombamentos a bancos no Brasil. A fim de atender aos objetivos elencados, foram utilizadas as medidas de estatística descritiva, análise de *clusters* e ANOVA, além da correlação de *Pearson*.

Em relação aos ataques a bancos por agência no território brasileiro, que engloba o número de assaltos mais o número de arrombamentos, observou-se que as ocorrências de assaltos no país cresceram entre 2011 a 2013, caíram em 2014, mas voltaram a crescer em 2015. Já os arrombamentos seguiram crescentes até 2014, porém em 2015 sofreram uma queda de 59% em relação ao ano anterior, representando o ano com menores registros de ataques no país. Em relação a distribuição de ataques no território brasileiros, verificou-se que uma pequena quantidade de estados brasileiros detém os maiores índices de assaltos e/ou de arrombamentos por agência, enquanto a maioria dos estados apresentaram índices menores, em todos os anos. A maior concentração de ataques por agências ocorreu em 2012, quando apenas Mato Grosso compôs o *cluster* 3, destacando-se pelos maiores índices de assaltos e de arrombamentos. Nos demais anos, os estados do Nordeste (Alagoas, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Maranhão, Pernambuco) predominaram entre os que apresentaram os maiores índices de ataques no país.

No tocante à evolução dos custos com segurança privada nas instituições bancárias brasileiras, constatou-se que os índices de custos por agências sofreram uma queda em 2012, mas a partir de 2013 cresceram gradativamente. Ademais, verificou-se que há uma concentração do setor bancário, não só em relação aos números de agências bancárias, mas também relativos aos lucros, ativos e custos com segurança privada. Destarte, uma pequena quantidade de bancos detém valores elevados de todas as variáveis enquanto a maioria das instituições pertence ao grupo com



baixos indicadores. Devido à essa concentração, verificou-se que os maiores bancos (BB, ITAU, BRADESCO, SANTANDER, CEF) apesar de desembolsarem valores elevados de custos com segurança privada, quando referentes aos índices de custos por agências, os seus custos com segurança privada não se diferem dos bancos menores.

Por fim, referente à associação entre os custos com segurança privada e os assaltos e arrombamentos a bancos, a análise de correlação não demonstrou relação significativa entre as variáveis consideradas. Rejeitando-se, desse modo, as hipóteses 1 e 2, ou seja, os custos com segurança privada das instituições bancárias não demonstraram relação com os assaltos nem com os arrombamentos a bancos no país. Porém, a rejeição das hipóteses não significa, necessariamente, que as variáveis não têm ligação entre si. O horizonte temporal de 5 anos foi uma das limitações da pesquisa, devido, principalmente, à ausência de dados referentes aos ataques a bancos e à recente divulgação dos custos com segurança privada por parte das instituições bancárias brasileiras. Além disso, a falta de dados que possibilitassem a relação direta das variáveis, como os ataques por instituição bancária, restringiu as análises dos dados.

Entretanto, este estudo traz algumas contribuições no campo teórico e empírico de pesquisas sobre o tema em questão. Como contribuição teórica, a relação entre os princípios da PSC, como segurança privada e criminalidade pode ser replicada em outros segmentos, uma vez que são conceitos pouco explorados no Brasil e se adequam a uma variedade de contextos, desde iluminação do ambiente até implementação de câmeras e segurança armada. No que concerne às contribuições empíricas, os resultados podem impulsionar futuras pesquisas tanto referente aos ataques a bancos no país, como aos custos com segurança privada.

Como possível extensão deste trabalho, sugere-se, em relação ao contexto brasileiro de ataques a bancos, investigar fatores que podem influenciar na concentração dos maiores índices de assaltos e/ou arrombamento em alguns estados brasileiros, segundo as teorias da PSC, como gastos com policiamento e número de vigilantes bancários. Além disso, as análises podem considerar outras abordagens teóricas com a implementação de indicadores sociais, como renda e escolaridade. Ademais, recomenda-se observar a evolução dos custos com segurança privada em outros setores, como setor público, que é um dos maiores contratantes dos serviços de segurança privada, bem como relacioná-la com outros indicadores de criminalidade, como roubos e furtos.

REFERÊNCIAS

AGRA, Cândido da. (Coord.). **A Criminologia: Um arquipélago interdisciplinar**. Ed. 1. Porto: U. Porto, 2012.

AQUINO, Jânia Perla Diógenes de. Redes e conexões parciais nos assaltos contra instituições financeiras. **DILEMAS: Revista de estudos de conflito e controle social**. Ceará, v. 3, n. 10, p.75-100, 2010.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Dados Selecionados de Entidades Supervisionadas - IF.data**, 2014. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/informes/?wicket:interface=:0:2:::>. Acesso em: 24 set. 2021.

BENSON, B. L. Crime Control Trough Private Enterprise. **The Independent Review**, Oakland, Estados Unidos da América, v. 2, n. 3, p. 341-371, 1998.

BRASIL. **Regulamento**: Lei nº 7102 de 20 de junho de 1983. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7102.htm. Acesso em: 26 set. 2021.



CLARKE, R. **Situational Crime Prevention**: Its Theoretical basis and practical scope, In crime and justice: An Annual Review of Research, eds. Michael Tonry and Norval Morris, Chicago, IL, University of Chicago Press, 1983.

CLARKE, R. **Situational crime prevention**: Successful case studies. ed. 1. Guilderland, NY: Harrow and Heston, 1992

CLARKE, R **Building a Safer Society**: strategic approaches to crime prevention. v.19. p. 91-150. Crime and Justice, 1995.

CLARKE, R. **Situational crime prevention**. Monsey, NY: Criminal Justice Press, 1997.

COHEN, L.E; FELSON, M. Social Change and crime rate trends: A routine activity approach. **American Sociological Review**. v. 44, p. 588-608, 1979.

CORNISH, D. B; CLARKE, R. V. **The reasoning criminal**: Rational choice perspectives on offending. New York, NY: Springer, 1986.

COSTA, P. C. A. **Assumir o Risco pelos Outros**: os trabalhadores da segurança privada. 2013. 112 f. Dissertação de Mestrado (em Engenharia de Segurança e Higiene Ocupacionais). Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2013.

CRAWFORD, Adam. **The Local Governance of Crime**: Appeals to community and partnerships. New York: Oxford UP, 1999

CUBAS, Viviane de Oliveira. **A expansão das empresas de segurança privada em São Paulo**. 2002. 175f. Dissertação de Mestrado (em sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

EXUM, M. Lyn et al. An examination of situational crime prevention strategies across convenience stores and fast-food restaurants. **Criminal justice policy review**, v. 21, n. 3, p. 269-295, 2010.

FARRINGTON, D. P et al. **An experiment on the prevention of shoplifting**. In R. V. Clarke (Ed.), crime prevention studies. p. 93-119. Monsey, N.Y: Criminal Justice Press, 1993.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS. **Relatório Anual**, 2014. Disponível em: http://relatorioanual.febraban.org.br/pt/06.htm#seguranca_bancaria. Acesso em: 03 mar. 2021.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS. **Relatório anual**, 2015a. Disponível em: <https://relatorioanual2015.febraban.org.br/pt/destaques-institucionais.htm#ambiente-operacional>. Acesso em: 22 set. 2021.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS. **Associados**, 2015b. Disponível em: <https://portal.febraban.org.br/pagina/3164/12/pt-br/associados>. Acesso em: 24 set. 2021.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES. **Estudo do setor de segurança privada**, IV, 2013. Disponível em: http://www.fenavist.com.br/static/media/essegs/IV_ESSEG.pdf. Acesso em: 22 set. 2021.



FELSON, Marcus; CLARKE, R.V. Opportunity Makes the Thief: Practical theory for crime prevention. **Police Research Series Paper 98**. Londres: Home Office, 1998.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública**, IX., 2015. Disponível em:
http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario_2015.retificado_.pdf. Acesso em: 28 set. 2021.

FERREIRA FILHO, José et al. Custos com Segurança Patrimonial Privada e o Desempenho Organizacional em uma Companhia Energética do Ceará. **GESTÃO. Org**: Revista eletrônica de gestão organizacional, v. 13, p.381-395, 2015.

HAYES, Read; DOWNS, Daniel M.; BLACKWOOD, Robert. Anti-theft procedures and fixtures: a randomized controlled trial of two situational crime prevention measures. **Journal of experimental criminology**, v. 8, n. 1, p. 1-15, 2012.

LEE, Gang; HOLLINGER, Richard C.; DABNEY, Dean A. The relationship between crime and private security at US shopping centers. **American Journal of Criminal Justice**, v. 23, n. 2, p. 157-177, 1999.

MARAGNO, L. M. D; BORBA, J. A. Estimando possíveis custos de segurança no sistema bancário brasileiro. CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, XXI, 2014, Natal. **Anais...** Natal: Associação Brasileira de Custos, 2014.

MELO, G. C. V. **Produção científica em custos com segurança privada**: um estudo bibliométrico no período de 2003 a 2017. In: NASCIMENTO, I. C. S. et al. (Orgs.) **Produção Bibliométrica em Contabilidade**. Mossoró-RN: Edições UERN, 2021.

MOLINA, Antônio García-Pablo de; GOMES, Luiz Flávio. **Criminologia**. 2.ed. São Paulo: RT, 1997.

MOREIRA, S. R. N. **A Percepção dos Cidadãos face aos agentes de segurança privada**. 2013, 125 f. Dissertação de Mestrado (em Criminologia). Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2013.

NASCIMENTO, I. C. S. et al. Fatores Determinantes do Custo com Segurança Privada sob a Ótica dos Discentes de Ciências Contábeis. In: XXVI Congresso Brasileiro de Custos. **Anais...** Curitiba, 2019.

OLIVEIRA, F. D et al. Custo com segurança privada: um assunto pouco estudado. CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, XXI. **Anais...** Natal, 2014.

OLIVEIRA, F. D et al. Custos com segurança privada: um estudo de caso em um complexo turístico de praia do Ceará. CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS-ABC, XXII. **Anais...**Paraná, 2015.

O'NEILL, Lauren; MCGLOIN, Jean Marie. Considering the efficacy of situational crime prevention in schools. **Journal of criminal justice**, v. 35, n. 5, p. 511-523, 2007.



PIZA, Eric L.; CAPLAN, Joel M.; KENNEDY, Leslie W. Analyzing the influence of micro-level factors on CCTV camera effect. **Journal of Quantitative Criminology**, v. 30, n. 2, p. 237-264, 2014.

RICARDO, C. de M. Mecanismos de control sobre la seguridad privada em el Brasil. América Latina Hoy. **Revista de Ciencias Sociales**, Salamanca, v. 50, p. 53-60, 2008.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2013.

SANTOS, Marcelo Justus dos; KASSOUF, Ana Lúcia. Existe explicação econômica para o sub-registro de crimes contra a propriedade? **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 5-27, 2008.

SILVA et al. A relação dos índices de rentabilidade e dos gastos com segurança pública com os custos com segurança privada: estudo comparativo entre indústrias salineiras. CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, XX, Ceará. **Anais...Fortaleza**, 2016.

THUMALA, A.; GOOLD, B.; LOADER, I. A tainted trade? Moral ambivalence and legitimation work in the private security industry. **The British Journal of Sociology**, v. 62. n. 2, p. 283-303, 2010.

VILAR, F. S. de O. **O Mercado da Segurança Privada**: a construção de uma abordagem a partir da sociologia econômica. 2009. 200f. Dissertação de Mestrado (em Sociologia). Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

WOOLDRIDGE, William C. **Uncle Sam, The Monopoly Man**. Arlington House, 1970.

XU, Jianhua. Drive-away policing and situational crime prevention in China: an analysis of motorcycle ban (jinmo) policy in Guangzhou. **International journal of offender therapy and comparative criminology**, 2011.

ZIMMERMAN, P. R. The deterrence of crime through private security efforts: Theory and evidence. **International Review of Law and Economics**, v. 37, p. 66-75, 2014.



**PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NAS INSTITUIÇÕES
DE ENSINO SUPERIOR DE MOSSORÓ/RN SOBRE A DISCIPLINA ÉTICA E
LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL**

Paula Andréa da Costa Maia

Graduada em Ciências Contábeis – UERN

E-mail: p.andrea27@hotmail.com

Maria Zilda Rosado Costa Neta

Graduada em Ciências Contábeis

Faculdade Católica do Rio Grande do Norte – FCRN

E-mail: zildarosadocont@gmail.com

Ítalo Carlos Soares do Nascimento

Doutorando em Administração e Controladoria – UFC

Docente do curso de Ciências Contábeis – FCRN

E-mail: italocarlos25@gmail.com

Geison Calyo Varela de Melo

Doutorando em Administração e Controladoria – UFC

Docente do curso de Ciências Contábeis – FCRN

E-mail: geisoncalyo@hotmail.com

Wênika Preston Leite Batista da Costa

Doutora em Administração – UNP

Docente do curso de Ciências Contábeis – UERN

E-mail: wenykapreston@hotmail.com

RESUMO

A pesquisa objetivou analisar a percepção dos alunos sobre a disciplina de ética oferecida por instituições de ensino superior no curso de Ciências Contábeis. A metodologia utilizada baseou-se em pesquisa de campo, descritiva e qualitativa. A população compreende 44 alunos do curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte e da Universidade Federal Rural do Semi-Árido matriculados no décimo e nono período, respectivamente, sendo que o levantamento de dados realizou-se por meio de questionário de pesquisa com 14 questões, aplicado de forma presencial com os mesmos. Como principais resultados, observou-se que os estudantes consideram que a Ética deve realmente ser uma disciplina obrigatória na grade curricular do curso de graduação em Ciências Contábeis, sendo fundamental em sua formação. A pesquisa apontou ainda que 65,9% dos respondentes avaliam que na metodologia docente a legislação é ofertada e explorada de maneira detalhada. Porém, uma parcela de 56,8% afirma que há uma carência na exploração de atividades extracurriculares que envolvam a educação ética, compreendendo-se assim que os entrevistados não buscam apenas o saber das regras para exercer sua atividade de maneira ética. De forma geral, os discentes revelam-se satisfeitos com o ensino da disciplina Ética e Legislação profissional nas instituições de ensino em questão.

Palavras-chave: Graduandos. Ética Profissional. Formação Profissional.



1 INTRODUÇÃO

A prática contábil é necessária para dar suporte ao sistema econômico global, uma vez que gera informações que auxiliam nas inúmeras tomadas de decisões no meio empresarial. Dessa forma, urge a demanda por profissionais contábeis cada vez mais comprometidos em obter os conhecimentos necessários para desempenhar suas funções de forma íntegra e responsável. Assim, o sistema econômico saudável necessita de profissionais contábeis comprometidos com valores éticos e morais (DAVOODIFAR, 2015).

Para Cavalcante (2009), o contador contribui para o desenvolvimento das empresas, conduzindo informações que resultam na execução dos serviços e desempenho dos produtos; em melhores alternativas de investimentos; na definição do preço de venda; em decisões comerciais; entre outros segmentos considerados relevantes à administração.

Dessa forma, a ciência contábil, assim como qualquer outra ciência, necessita ter a ética como um instrumento de orientação para que sua aplicação seja feita da forma correta e o profissional receba o respeito e valor que merece. Nesse sentido, espera-se que os profissionais contábeis estejam sempre prontos para agir eticamente em um mercado cada vez mais competitivo, de forma a fornecer informações úteis e opinar nas decisões das entidades.

A mídia, no Brasil, veicula notícias sobre condutas antiéticas do governo e de empresários, em especial da área contábil, que praticam fraudes, sonegações e manipulação de verbas públicas, ocasionando perdas à sociedade (MORAES, SILVA e CARVALHO, 2010; OLIVEIRA, JESUS, SILVA et al., 2014).

Embora a educação ética seja abordada na literatura, segue inexplorada na maioria dos cursos de contabilidade, em especial em países em desenvolvimento (SIMPSON, ONUMAH e OPPONG-NKRUMAH, 2015). Da mesma forma, a eficácia da educação ética na contabilidade tornou-se pauta de diversos estudos, apontando resultados mistos quanto à melhora do raciocínio moral dos estudantes (SORENSEN, MILLER e CABE, 2015).

Nesse sentido, é necessário que os estudantes de ciências contábeis façam exercícios de aprimoramento no que concerne a procedimentos profissionais de sua área, levando sempre em consideração o Código de Ética do Profissional Contábil e do Conselho Federal de Contabilidade, além ainda do código de conduta e órgão fiscalizador.

Neste viés, a pesquisa pretende resolver a seguinte problemática: **qual a percepção dos alunos sobre a disciplina de ética oferecida por instituições de ensino superior no curso de Ciências Contábeis?** O objetivo geral desse trabalho é, portanto, analisar a percepção dos alunos sobre a disciplina de ética oferecida por instituições de ensino superior no curso de Ciências Contábeis. Como objetivos específicos, essa pesquisa pretende: identificar o perfil dos estudantes matriculados no curso de Ciências Contábeis; verificar se, na percepção dos discentes, as disciplinas que tratam de Ética e Legislação foram suficientes para o exercício da profissão contábil e analisar a perspectiva dos discentes acerca da conduta ética e sua influência na imagem do profissional contábil.

O interesse em realizar essa pesquisa surge da necessidade de minimizar os problemas de desvios ocorridos cada vez mais dentro da atividade da contabilidade. Cabe ressaltar que o decreto que normatiza a abordagem ética nos cursos de Contabilidade é a Lei de N° 9.295/1946, definindo as atividades dos contadores. Faz-se necessário esclarecer que a Resolução CFC N° 960/03 regulamenta a Contabilidade dentro de seus conselhos e a CFC N° 803/96 é quem aprova o Código de Ética Profissional do Contabilista (LUZ, 2011).

Diante disso, o presente estudo se mostra relevante a partir do momento que se compreende o quão fundamental é o entendimento dos estudantes sobre as normas ético-disciplinares que configuram a regência da profissão contábil.



2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL

O código de ética foi expressivamente estimulado pelo conflito entre a autonomia das profissões e as demandas públicas, e por sua vez tem por desígnio proporcionar uma orientação de conduta profissional em circunstâncias ambíguas, ou seja, em dilemas éticos (FRANKEL, 1989; LISBOA, 2010). O conteúdo do código de ética é formulado pelo coletivo, baseado em discussões dos profissionais que formam uma respectiva classe (BORGES e MEDEIROS, 2007).

O conselho Regional de Contabilidade (CRC) do Rio Grande do Sul, em suas obras, traz um breve histórico sobre o Código de Ética Profissional:

O V Congresso Brasileiro de Contabilidade realizado na cidade de Belo Horizonte - MG, em 1950, foi um marco importante no estudo e no debate do tema Código de Ética Profissional, em nosso País, na área contábil. Na ocasião surgiu a primeira codificação de normas a orientar a conduta ética dos Contadores e Técnicos em Contabilidade brasileiros. Em 1970, o Conselho Federal de Contabilidade, atendendo determinação expressa no art. 10 do Decreto-Lei nº 1.040-69, aprovou mediante a Resolução nº 290, o Código de Ética Profissional do Contabilista, que, por vinte e seis anos, orientou como deveria ser a conduta dos profissionais da Contabilidade no exercício de suas atividades. Assim, em 1996, o CFC editou a Resolução nº 803, aprovando o vigente Código de Ética (CRC RS, 2009).

Na profissão contábil, o código de ética pode ser compreendido como uma relação de práticas de comportamento que se espera serem observadas no exercício da profissão. Ainda de acordo com o (CRC RS, 2009), a ética deve ser a base da construção de uma vida profissional, onde exercer a profissão com zelo e honestidade é o dever de todo contabilista que está comprometido com a sociedade, com colegas e com a classe.

Sá (2010) cita que falar sobre ética é mencionar também uma parte essencial não só na vida pessoal como também na vida de qualquer profissional.

De forma geral, o intuito do código de ética está compreendido no bem-estar da sociedade, de forma a estimular a honestidade e a integridade das atividades e dos relacionamentos internos e externos das organizações (LISBOA, 2010; LOPES DE SÁ, 2012).

Diante do exposto, o profissional contábil necessita ter um maior comprometimento ético, integridade nas suas ações e relações. O Decreto-Lei nº 9.295/46 cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições dos profissionais contábeis, e dá outras providências. A fim de que contribua de forma positiva com a imagem da classe, tem-se então a Resolução nº 803/1996 (CFC), estando exposto no quadro 1 a seguir um breve resumo com suas principais atribuições:

Quadro 1: Atribuições éticas dos profissionais da Contabilidade em resumo da resolução 803/96

DEVERES	Exercer a profissão com zelo; Guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional lícito; Manifestar a qualquer tempo, a existência de impedimento para o exercício da profissão; Ser solidário com os movimentos de defesa da dignidade profissional; Cumprir os Programas Obrigatórios de Educação Continuada estabelecidos pelo CFC; Auxiliar a fiscalização do exercício profissional; A conduta do Profissional da Contabilidade com relação aos colegas deve ser pautada nos princípios de consideração. Respeito, apreço e solidariedade, em consonância com os postulados de harmonia de classe.
---------	---



PROIBIÇÕES	Fazer publicidade desrespeitosa que resulte na diminuição do colega, da Organização Contábil ou da classe; Assumir serviços que cause prejuízo moral ou desprestígio para a classe; Auferir qualquer provento em função do exercício profissional que não decorra exclusivamente de sua prática lícita Assinar documentos ou peças contábeis elaborados por outrem; alheio à sua orientação, supervisão e fiscalização; Solicitar ou receber do cliente ou empregador qualquer vantagem que saiba para aplicação ilícita; Prejudicar, culposa ou dolosamente, interesse confiado a sua responsabilidade profissional; Recusar-se a prestar contas de quantias que lhe forem, comprovadamente, confiadas; Reter abusivamente livros, papéis ou documentos, comprovadamente confiados à sua guarda; Iludir ou tentar iludir a boa-fé do cliente; Intitular-se com categoria profissional que não possua, na profissão contábil.
PENALIDADES	Advertência reservada; Censura reservada; Censura pública

Fonte: Arruda *et al.* (2010).

Conclui-se que a Resolução n. 803/1996 (CFC) veio para regulamentar a profissão contábil de forma a dar vários princípios norteadores para a ação e execução dos trabalhos exercidos pelos profissionais. No seu artigo primeiro traz os objetivos da resolução, que é fixar a forma pela qual se deve conduzir os Profissionais da Contabilidade, quando no exercício profissional e nos assuntos relacionados a profissão e à classe.

O CEPC, instituído pela Resolução acima citada, vem apresentar os princípios éticos da profissão contábil, que por sua vez regulam a conduta quanto a deveres, proibições, critérios de precificação e penalidades no caso de descumprimento. Corroborando, Onyebuchi (2011) afirma que o código de ética influencia de forma direta a conduta e o julgamento das práticas, e que a tomada de decisões dos contabilistas envolve dilemas ou conflitos em termos éticos.

Para Fortes (2002), o código de ética profissional do contabilista, como fonte orientadora do comportamento dos profissionais da classe contábil brasileira, tem por objetivo firmar a maneira pela qual os profissionais da contabilidade devem ser conduzidos, principalmente nos exercícios das suas atividades e prerrogativas instituídas na legislação em vigência.

Os dilemas éticos abrangem situações morais em que a opção deve ser escolhida com base em duas alternativas igualmente não desejáveis (FERNANDO, 2012). Além disso, tais dilemas podem ser originados de variadas fontes de comportamentos e atitudes.

Ainda de acordo com Fernando (2012), o resultado de dilemas éticos abrange situações/problemas nas quais regras de decisão normalmente são vagas e conflituosas, não sendo havendo possibilidade antevê-la com precisão ou saber se foi adequada.

De forma geral, a condição fundamental para se ter um Código de Ética ativo é a existência de uma liderança dentro da organização que seja a principal defensora e praticante dos princípios nele contidos.

Onyebuchi (2011) vem destacar que os códigos de ética são suscetíveis a passar por modificações com o tempo, sendo necessário revisá-los e alterá-los regularmente, habituando-se aos ambientes socioeconômicos, administrativos, às mudanças na legislação, entre outros fatores.

2.1.1 Modificações no Código de Ética

O Código de Ética Profissional do Contador (CEPC) passou por algumas alterações, e dentre elas está a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, onde em seu artigo segundo aplica uma Redação em que a fiscalização do exercício da profissão contábil, assim entendendo-se os profissionais habilitados como contadores e técnicos em contabilidade, será exercida pelo Conselho Federal de Contabilidade e pelos Conselhos Regionais de Contabilidade. Além disso, a referida Lei também inclui, em seu artigo sexto, a regulamentação acerca dos princípios contábeis, do Exame de Suficiência, do cadastro de qualificação técnica e dos programas de educação continuada; e edita Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional.

No que diz respeito ao registro da carteira profissional do contador, de acordo com o Art. 12 da Lei nº 12.249, os profissionais a que se refere este Decreto-Lei somente poderão exercer a



profissão após a conclusão regular do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, reconhecido pelo Ministério da Educação, aprovação em Exame de Suficiência e registro no Conselho Regional de Contabilidade a que estiverem sujeitos, sendo, em caso contrário, considerado como infração.

Outra Redação dada pela Lei nº 12.249, de 2010, foi em relação a anuidade, onde os profissionais registrados nos Conselhos Regionais de Contabilidade são obrigados ao pagamento da mesma, devendo efetuar o pagamento até 31 de Março de cada ano, de forma que, no primeiro ano de exercício da profissão, será realizado por ocasião de ser expedida a carteira profissional. Após esta data, serão acrescidas de multa, juros de mora e atualização monetária, nos termos da legislação vigente. Em seu Art. 27, é tratado acerca das penalidades ético-disciplinares aplicáveis por infração ao exercício legal da profissão.

De forma geral, essa mudança tem por finalidade a adequação dos profissionais contábeis aos demais em relação ao código de ética aplicáveis em outros países.

Outra alteração foi em relação ao Pronunciamento Técnico CPC 49 – Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria (correspondente à IAS 26 – Accounting and Reporting by Retirement Benefit Plans), onde o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) ofereceram à Audiência Pública Conjunta a minuta do mesmo, onde esteve disponível no site do CFC entre 24 de novembro de 2017 e 24 de fevereiro de 2018 para que os profissionais pudessem conhecer e opinar sobre o conteúdo que revoga a Resolução CFC nº 803/1996 – e alterações posteriores – e transforma o Código na Norma Brasileira de Contabilidade Profissional Geral (NBC PG) 01.

A minuta da Norma, que tem por objetivo fixar a conduta do contador, quando no exercício da sua atividade e nos assuntos relacionados à profissão e à classe, está de acordo com os padrões internacionais de ética da profissão contábil. O Código se aplica também às prerrogativas profissionais dos técnicos em contabilidade.

De acordo com Schnorr (2017), quando aprovada, a NBC PG 01 vai alterar também, de forma significativa, o Manual de Fiscalização do Sistema CFC/CRCs, uma vez que contempla hipóteses que, anteriormente, não estavam previstas. “A Norma dá uma nova visão a respeito das possíveis infrações cometidas pelos profissionais, com enquadramentos que visam coibir a atuação indevida”, afirma o conselheiro. Este documento estabelece também os princípios aplicados nas demonstrações contábeis de planos de benefícios de aposentadoria. O novo pronunciamento terá vigência para exercícios sociais que se iniciarem a partir de 1º de janeiro de 2019.

2.3 EDUCAÇÃO ÉTICA NA CONTABILIDADE

Nas atividades desenvolvidas pelas profissões, qualquer que seja, é necessário respeitar a ética que se estabelece dentro das diretrizes de cada atuação. Conforme Laffinn (2011), os docentes precisam ter um projeto Político-Pedagógico para que o discente seja um futuro profissional com visão democrática e crítica quanto as suas atividades.

Dessa forma, dentro das universidades existe a preocupação intensa para junto aos discentes desenvolver uma definição de ética, levando em consideração cada personalidade.

Os discentes precisam ser estimulados através de jogos, pois estes têm a capacidade de estimular os indivíduos a trabalhar dentro de diversas dinâmicas, levando em consideração os dilemas éticos que as empresas criam e que os profissionais precisam saber contornar, sem denegrir sua imagem pessoal (BONOCIELLI JR, 2010).

A educação ética é considerada fundamental no desenvolvimento dos profissionais e demais indivíduos da sociedade (GIBSON, 2002; PROCARIO-FOLEY e MCLAUGHLIN, 2003; O’LEARY, 2012). As instituições de ensino precisam de um quadro de valores e raciocínio ético em disciplinas específicas, como, por exemplo, ética na contabilidade, mas também em disciplinas gerais, de forma a preparar os estudantes para serem profissionais com conhecimento processual para tomar decisões éticas no mundo dos negócios (PROCARIO-FOLEY e MCLAUGHLIN, 2003; BERNARDI e BEAN, 2006; GRAHAM, 2012).



Segundo Rao, Friedman e Cox (2009), apesar do aumento dos esforços apresentados na literatura sobre a educação ética, sua implementação nas instituições de ensino ainda não é suficiente. Já Anzeh e Abed (2015) destacam que os países desenvolvidos enfatizam a inclusão de disciplinas de ética, especialmente no curso de contabilidade.

Os estudantes do curso de contabilidade precisam ter compreensão e raciocínio ético. Além disso, Melé (2005) destaca que a educação ética na contabilidade precisa, ao mesmo tempo, envolver o conhecimento sobre normas e princípios, valores (bens morais) e virtudes. Portanto, na contabilidade, essa educação tem por objetivo instruir os estudantes e gerar um compromisso moral dos futuros contadores diante da sociedade (ANZEH e ABED, 2015).

Lopes, Ribeiro Filho, Vasconcelos e Pederneiras (2006) realizaram uma investigação em torno do comportamento ético do profissional contábil. Os achados do estudo mostraram que “os preceitos da ética devem estar exaustivamente presentes durante todo o processo ensino-aprendizagem de construção do conhecimento formal e informal dos saberes do bacharel em Ciências Contábeis”.

Depois, Moraes, Silva e Carvalho (2010) analisaram a atitude de estudantes da área contábil quando confrontados com questões antiéticas. Foram considerados alguns fatores individuais apresentados por outros autores como capazes de influenciar o posicionamento ético de um indivíduo ao proporem modelos de tomada de decisão no campo da Ética em Negócios. Os resultados da análise “demonstraram que três das quatro variáveis independentes influenciaram a disposição de agir, em um ou mais dos quatro cenários propostos”.

A educação ética tem sido considerada como uma possibilidade para incentivar a consciência ética e a tomada de decisão, e, apesar de ser abordada na literatura, Simpson, Onumah e Oppong-Nkrumah (2015) afirmam que a mesma segue inexplorada na maior parte dos cursos de contabilidade, especialmente em países em desenvolvimento.

2.2.1 Disciplina Ética e Legislação Profissional na UERN e na UFERSA

De acordo com informações encontradas no site oficial da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, o objetivo geral do curso de Ciências Contábeis é formar profissionais capacitados para a organização e execução de serviços de contabilidade em geral, de modo a participar do controle e planejamento de empresas (UERN, 2012).

Nesse sentido, o perfil a ser formado versa entre ter sólido conhecimento nas áreas de formação básica, geral e profissional das Ciências Contábeis; ter formação ética; e ter a capacidade de aplicação das técnicas básicas e das novas tendências no exercício profissional contábil (UERN, 2012).

No que concerne às cadeiras voltadas para a Ética, o Campus Central da UERN em Mossoró/RN oferece uma cadeira obrigatória na Matriz Curricular vigente. No segundo período o discente terá a disciplina de Legislação e Ética em Contabilidade, que tem como ementa os seguintes dados: Ética geral; Ética profissional; A Ética na profissão contábil; Legislação da profissão contábil. Além disso, sua ementa tem como objetivo “compreender os deveres e proibições da profissão contábil, no sentido de contribuir de forma ética com o crescimento da classe e da sociedade de forma geral” (UERN, 2012).

Já em relação à UFERSA, o Campus Central de Mossoró/RN também oferece apenas uma disciplina obrigatória na sua atual Matriz Curricular, onde no terceiro período o estudante verá a matéria Ética e Legislação Profissional, que se configura com a seguinte ementa: Conceitos; Ética geral, empresarial e profissional; Código de ética profissional do contabilista; Processo, infrações e penalidades; Responsabilidades civil, criminal, fiscal e social; Legislação do exercício profissional (UFERSA, 2015).

Neste viés, a ementa base do curso diz respeito a “desenvolver noções e conceitos de ética e comportamento ético a partir dos conceitos fundamentais de ‘dever’, ‘obrigação’, ‘valores éticos’ e ‘valores morais’, de forma que o discente possa refletir sobre suas ações e atitudes. Promover as



noções do que é ser ‘justo e injusto’, ‘certo e errado’, ‘correto e incorreto’ no campo do comportamento humano em sociedade, e conhecer e saber aplicar os códigos de ética profissional e empresarial na solução de conflitos de comportamento” (UFERSA, 2015).

Não obstante às cadeiras obrigatórias, a UERN em seu Campus Central ainda oferece como optativas voltadas à Ética com embasamento contábil os seguintes componentes curriculares: Ética; Ética I e Ética II. Já a UFERSA não oferece nenhuma cadeira optativa na sua Matriz Curricular.

3 METODOLOGIA

Quanto aos objetivos, a pesquisa é classificada na modalidade descritiva. Segundo Andrade (2008), a pesquisa descritiva preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, de modo que o pesquisador não interfira neles. Nesse sentido, propõe-se analisar a percepção dos alunos sobre a disciplina de ética oferecida por instituições de ensino superior no curso de Ciências Contábeis

Quanto aos procedimentos adotados, a pesquisa é classificada como de campo e bibliográfica. Respaldo-se na concepção de Gil (2010), o uso de questionários para colher informações de um grupo caracteriza uma pesquisa como sendo de campo. A pesquisa bibliográfica consiste naquela realizada a partir do registro publicado, deparado em livros, artigos, teses, etc. (SEVERINO, 2007).

Quanto à forma de abordagem, a pesquisa valeu-se do emprego de recursos qualitativos. De acordo com Ponte (2006), a pesquisa qualitativa se desenvolve em uma situação natural, enriquecido com dados descritivos obtidos a partir do contato direto do pesquisador com a situação estudada.

O universo explorado nessa pesquisa abrange os alunos do curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte e da Universidade Federal Rural do Semi-Árido matriculados no último período, totalizando 44 entrevistados.

A seleção se fez necessária, uma vez que a pesquisa busca verificar se a disciplina ética e legislação profissional lecionada na graduação contribuiu para estarem aptos a exercer a profissão quanto as responsabilidades civil e penal. Portanto, os alunos na fase de encerramento do curso têm uma maior percepção acerca disso.

No que diz respeito aos procedimentos de coleta de dados, a pesquisa reuniu fontes primárias, em que foram colhidas informações por meio de um questionário contendo 13 (treze) perguntas fechadas e 1 (uma) aberta, no qual foi elaborado em formato impresso e aplicado nas salas de aula do nono e décimo período da UFERSA e da UERN, respectivamente, e por fontes secundárias, por meio do qual seus dados foram fundamentados no estudo bibliográfico de livros, revisas, artigos e revistas eletrônicas.

Foram aplicados 44 formulários delimitados em 3 (três) blocos: um primeiro, contendo 3 (três) questões, cujo objetivo foi identificar o perfil dos respondentes, buscaram levantar informações como sexo, faixa etária e exercício da função contábil, um segundo, contendo 7 (sete) questões, que por sua vez buscaram levantar a opinião dos discentes quanto a disciplina Ética e Legislação profissional, questionando sobre seus aspectos de metodologia docente e da próprias universidades como um todo, além de opiniões acerca da conduta a ser seguida pelo profissional contábil, e um terceiro e último, com 4 (quatro) questões, que abordaram questionamentos relacionados ao Código de Ética e a profissão contábil em seus aspectos de conduta adequada e de punições, no caso de má conduta.

Objetivando enriquecer a pesquisa sobre vertentes diferenciadas, as questões que compõem o questionário tiveram como base os artigos de Feil, Diehl e Schuck (2016), e Freitas, Diehl e Macagnan (2011), publicados nas revistas Ebape FGV e Repec (Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade), respectivamente, tendo vista que os mesmos atendiam o problema de pesquisa.



Para Mattar (1999), as fontes primárias contemplam os dados ou informações que não foram antes coletados e que são pesquisados com o propósito de atender às necessidades específicas da pesquisa em andamento, sendo fontes secundárias os levantamentos bibliográficos pertinentes ao assunto, que colocam o pesquisador em contato direto com tudo que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto.

A pesquisa foi efetivada em cerca de 4 meses, mais precisamente entre Abril e Agosto de 2018, sendo que, preliminarmente, realizou-se a coleta de informações acerca dos assuntos abordados nesse estudo, conforme mencionado anteriormente, para, posteriormente, chegar-se a uma estrutura de aplicação dos questionários.

Utilizando o Excel (versão *Windows* 2010), foram desenvolvidos quadros com os dados obtidos com a pesquisa para calcular os valores percentuais referentes a cada questão, o que serviu como base para a análise dos dados. Adicionalmente, para melhor visualização dos resultados, foram construídas tabelas no Word (versão *Windows* 2010). Ao final, visando melhor explicação e compreensão acerca dos mesmos, realizou-se um acareamento com o mensurado no referencial.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 ANÁLISE DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS

Inicialmente, ao segregar os pesquisados por gênero, conforme Tabela 1, dos 44 participantes da pesquisa, 56,8% são do sexo feminino e 43,2% do sexo masculino, observando-se uma prevalência de mulheres.

Tabela 1: Gênero dos respondentes

Gênero	Quantidade	%
Feminino	25	56,8
Masculino	19	43,2
Total	44	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Em âmbito nacional, de acordo com o Censo da Educação Superior de 2013, jovens do sexo feminino são maioria entre os acadêmicos do curso de ciências contábeis, dado evidenciado nas 191.293 matrículas comparadas ao número de 136.733 matrículas de alunos do sexo masculino (INEP, 2014).

Noutra questão, do ponto de vista etário, verificou-se a alta participação de pessoas com idade entre 20 e 24 anos (47,7%), a maioria, seguida de 29,5% entre 25 e 29 anos, 13,6% entre 30 e 34 anos e 4,5% tanto para os discentes entre 35 e 39 anos quanto para aqueles com idade entre 40 e 44 anos, conforme se observa na Tabela 2.

Tabela 2: Faixa etária

Faixa etária	Quantidade	%
Entre 20 e 24 anos	10	15,6
Entre 25 e 29 anos	30	46,9
Entre 30 e 34 anos	13	20,3
Entre 35 e 39 anos	11	17,2
Acima de 39 anos	0	0
Total	44	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Visando compreender melhor a relevância da ética dentro do mercado de trabalho, o primeiro questionamento feito para os alunos foi se eles já atuavam em alguma empresa fosse como estagiário ou colaborador efetivo ou se são somente estudantes. A Tabela 3 mostra que a maioria deles apenas cursam graduação em Ciências Contábeis (56,8%), seguido daqueles que



fazem estágio na área de contabilidade (25%), e dos que trabalham na área de contabilidade (18,2%).

Tabela 3: Ocupação profissional

Ocupação	Quantidade	%
Trabalho na área de contabilidade	8	18,2
Faço estágio na área de contabilidade	11	25,0
Apenas curso graduação em ciências contábeis	25	56,8
Total	44	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

O resultado diverge com o encontrado na pesquisa de Matsuura (2008), desenvolvida com estudantes do curso de Ciências Contábeis da cidade de São Paulo, que buscou identificar quais as motivações e as dificuldades enfrentadas por eles no decorrer do curso. Em um dos questionamentos da pesquisa, o autor procurou saber qual é a atividade desenvolvida pelos respondentes, e obteve a seguinte resposta: 57,7% trabalham na área contábil, 26,7% trabalham em outras áreas, 13% fazem estágio e 2,6% não trabalham, apenas cursam graduação em ciências contábeis. Isso implica dizer que os dados da Tabela 3 não podem ser generalizados.

4.1.1 A disciplina Ética e Legislação Profissional

Nesta seção, procura-se elucidar questões e inferências acerca da opinião dos discentes quanto a disciplina Ética e Legislação Profissional, questionando sobre seus aspectos de metodologia docente e das próprias universidades como um todo, além de opiniões acerca da conduta a ser seguida pelo profissional contábil.

Inicialmente, investigou-se se os discentes consideram que a Ética deve realmente ser uma disciplina obrigatória na grade curricular do curso de graduação em Ciências Contábeis, conforme citado no subtópico 2.4.1 do referencial teórico. Como observado na Tabela 4, dos 44 participantes da pesquisa, 100% deles concordam com o questionamento.

Tabela 4: Ética na grade curricular

Opinião	Quantidade	%
Concordo	44	100,0
Não concordo	0	0,0
Total	44	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Percebe-se que todos os entrevistados apontam a disciplina Ética como fundamental em sua formação. Os mesmos sabem a relevância de realizar seu trabalho de modo que não prejudique seu cliente, seja ele jurídico ou pessoa física.

Os resultados convergem com os achados de Melé (2005), Bean e Bernardi (2006), e Rao, Friedman e Cox (2009), onde afirmam que os estudantes do curso de contabilidade necessariamente precisam ter compreensão e raciocínio ético, e que a educação ética na contabilidade deve envolver, além de valores e virtudes, o conhecimento sobre normas e princípios, que são adquiridos na graduação.

Na Tabela 5 pode-se investigar o que os alunos consideram acerca da metodologia aplicada pelos docentes na disciplina Ética e Legislação profissional quanto ao exercício da profissão contábil. A partir dos dados coletados e evidenciados abaixo, percebe-se, uma expressiva proporção dos respondentes que consideram como suficiente a metodologia aplicada, verificando-se um significativo percentual de 65,9%. Uma parcela de 34,1% a consideram insuficiente e nenhum respondente a consideram irrelevante (0%).



Tabela 5: Metodologia docente

Opinião	Quantidade	%
Suficiente	29	65,9
Insuficiente	15	34,1
Irrelevante	0	0
Total	44	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Estudos empíricos internacionais sobre a educação ética em cursos de contabilidade mostram que a educação ética é benéfica, considerando que a combinação de metodologias contribuiu nas respostas mais éticas pelos estudantes analisados após a educação, porém, o desafio relaciona-se à aplicação do melhor método de ensino (O'LEARY, 2009).

A seguir, foi perguntado se, além do conteúdo ministrado na disciplina Ética e Legislação profissional, a instituição de ensino promoveu algum evento relacionado à mesma. É compreensível que a sala de aula apenas não atende as necessidades dos alunos, dessa maneira, espera-se que a administração explore atividades extracurriculares, tais como: palestras, seminários e ações de conscientização.

Das 44 respostas, 25 alunos afirmaram que a instituição não se preocupa com essas informações e atividades, o que representou a maioria (56,8%). 15 respondentes se sentem atendidos nesse quesito, o que corresponde a 34,1%, e 4 alunos (9,1%) afirmaram não ter uma opinião formada, conforme Tabela 6.

Tabela 6: Evento relacionado à Ética

Opinião	Quantidade	%
Realizou	15	34,1%
Não realizou	24	56,8%
Não tenho uma opinião formada	4	9,1%
Total	44	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Diante disso, percebe-se que a faculdade precisa se posicionar diante da situação. Freitas, Diehl e Macagnan (2011), afirmam que os currículos escolares precisam ser adequados a fim de suprir as deficiências constatadas, de forma a incentivar as universidades a promover eventos formativos direcionados a sanar as carências éticas encontradas. Corroborando tal assertiva, Figueiredo (2013) salientam que as atividades são relevantes porque ao passo que as regras são repassadas, alguns dos alunos as confunde com moral e a recepção da informação dentro de sala não se torna eficaz.

Diante disso, os alunos foram então questionados se eles fizeram parte dos eventos que a universidade promoveu sobre Ética, e, dos 15 participantes que deram resposta positiva na questão anterior, 66,7% afirmaram que sim e 33,3% afirmaram que não participaram, conforme Tabela 7.

Tabela 7: Participação no evento

Opinião	Quantidade	%
Sim	10	66,7%
Não	5	33,3%
Total	15	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

A participação nesses eventos é necessária para enfrentar os desafios que a profissão oferece, e mais uma vez o estudo de Freitas, Diehl e Macagnan (2011) corrobora, afirmando que o esclarecimento, a informação e a orientação auxiliam o estudante a discernir entre as diversas situações de conflito ético, para que sua atuação profissional seja honrosa e honesta.



Sendo ainda questionados sobre a disciplina Ética e Legislação profissional, foi perguntando se as normas ético-disciplinares que regulamentam a profissão contábil foram abordadas em outras disciplinas do curso de Ciências Contábeis. Como observado na Tabela 8, dos 44 participantes da pesquisa, 59,1%, a maioria, afirmaram que não, e apenas 40,9% afirmaram que sim.

Tabela 8: Abordagem em outras disciplinas

Opinião	Quantidade	%
Sim	18	40,9%
Não	26	59,1%
Total	44	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Segundo Rao, Friedman e Cox (2009), apesar do aumento dos esforços apresentados na literatura sobre a educação ética, sua implementação nas instituições de ensino ainda é escassa. No mesmo sentido, segundo Anzeh e Abed (2015), os países desenvolvidos enfatizam a inclusão de disciplinas de ética, especialmente no curso de contabilidade

As instituições de ensino precisam de um quadro de valores e raciocínio ético em disciplinas específicas, como, por exemplo, ética na contabilidade, mas também em disciplinas gerais, de forma a preparar os estudantes para serem profissionais com conhecimento processual para tomar decisões éticas no mundo dos negócios (PROCARIO-FOLEY e MCLAUGHLIN, 2003; BERNARDI e BEAN, 2006; GRAHAM, 2012).

Dando continuidade, quando questionados a respeito dos professores e suas metodologias acerca da ética em outras disciplinas, os 18 participantes que deram resposta positiva na questão anterior confirmam que seus professores são preocupados com a temática e listaram os seguintes componentes curriculares que contemplam informações a respeito: direito tributário, teoria da contabilidade, controladoria, perícia contábil, auditoria contábil, planejamento tributário.

A seguir, investigou-se se o entendimento acerca da profissão contábil mudou após concluir a disciplina de Ética e Legislação Profissional. Das 44 respostas, 35 alunos afirmaram que depois das aulas entendem melhor sobre a ética e a relevância de sua atuação, o que representou a maioria (79,5%). Entretanto, 7 deles dizem que suas percepções não foram alteradas, o que corresponde a 15,9%, e 2 alunos (4,5%) afirmaram não ter uma opinião formada, conforme Tabela 9.

Tabela 9: Entendimento sobre a profissão contábil

Opinião	Quantidade	%
Sim	35	79,5%
Não	7	15,9%
Não tenho uma opinião formada	2	4,5%
Total	44	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Vale salientar que o intuito é garantir que os discentes mudem sua opinião a respeito de sua atuação no mercado depois de formados. Feil, Diehl e Schuck (2016), em um dos questionamentos acerca do perfil sócio-profissional dos estudantes, esclareceram que entre os alunos do curso de ciências contábeis pesquisados, 82,2% concordaram que a disciplina Ética e Legislação Profissional contribui na formação profissional, achado inferior aos 92% do estudo de Oliveira, Jesus, Silva et al. (2014) e Lima, Prazeres, Araújo et al. (2014).



4.1.2 O Código de Ética e sua influência sobre o profissional de Contabilidade

Nessa seção, abordam-se questionamentos relacionados ao Código de Ética e a profissão contábil em seus aspectos de conduta adequada e de punições, no caso de má conduta, conforme se observa a seguir.

Entre os alunos do curso de ciências contábeis pesquisados, 100% deles concordaram que a conduta ética influencia na imagem do profissional contábil, conforme Tabela 10.

Tabela 10: Conduta ética *versus* profissão contábil

Opinião	Quantidade	%
Sim	44	100%
Não	0	0%
Não tenho uma opinião formada	0	0%
Total	44	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Convém citar a pesquisa realizada por Alves (2007) acerca da adesão do contabilista ao seu código de ética, onde concluiu que nem todos os profissionais que consideravam o CEPC relevante como guia de conduta estavam dispostos a segui-lo.

Quando consultados acerca da suficiência/insuficiência do Código de Ética do Contabilista sobre a conduta ética, e, conforme dados da Tabela 11, verificou-se que 30 dos 44 alunos consideram que o CEPC é suficiente para nortear uma adequada conduta ética, o que representa 68,2%, seguido de 29,5%, que o consideram insuficiente. Apenas 1 aluno não tem uma opinião formada (2,3%).

Tabela 11: Suficiência/insuficiência do CEPC

Opinião	Quantidade	%
Suficiente	30	68,2%
Insuficiente	13	29,5%
Não tenho uma opinião formada	1	2,3%
Total	44	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Onyebuchi (2011) afirma que o código de ética influencia de forma direta a conduta e o julgamento das práticas, e que a tomada de decisões dos contabilistas envolve dilemas ou conflitos em termos éticos.

Para Fortes (2002), o código de ética profissional do contabilista, como fonte orientadora do comportamento dos profissionais da classe contábil brasileira, tem por objetivo firmar a maneira pela qual os profissionais da contabilidade devem ser conduzidos, principalmente nos exercícios das suas atividades e prerrogativas instituídas na legislação em vigência.

Dando continuidade, Nascimento et al. (2011), o Código de Ética Profissional do Contabilista (CEPC) apresenta os deveres a fim de auxiliar sobre as penalidades que se relaciona a infrações e também o contato com os colegas de atuação.

Nesse sentido, a questão seguinte buscou identificar se os discentes têm ou já tiveram conhecimento de algum caso de punição ao profissional contábil por má conduta. De acordo com os dados apresentados na Tabela 12, 68,2% responderam que sim e 31,8% que não.

Tabela 12: Conhecimento acerca da punição por má conduta

Opinião	Quantidade	%
Sim	14	31,8%
Não	30	68,2%
Total	44	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.



Por fim, buscou-se investigar se a punição é suficiente para coibir a má conduta do profissional. Assim, entre as 44 opiniões, não há nenhuma que não esteja formada, de modo que 54,5% consideram suficiente e 45,5%, insuficiente.

Tabela 13: Percepção quanto a punição a má conduta ética

Opinião	Quantidade	%
Suficiente	20	45,5%
Insuficiente	24	54,5%
Não tenho uma opinião formada	0	0%
Total	44	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Fortes (2002) menciona que, na aplicação de sanções éticas, o código de ética prevê a possibilidade de circunstâncias atenuantes, como, por exemplo, falta cometida em defesa de prerrogativa profissional, ausência de punição anterior e a relevância de serviços prestados à Contabilidade.

O CEPC traz, no Capítulo V, art. 12º (CFC, 1996), as penalidades e as circunstâncias atenuantes. Neste mesmo Capítulo, no art. 13º, menciona-se que o julgamento das questões éticas é incumbência dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC), que funcionam como Tribunais Regionais de Ética e Disciplina.

Figueiredo (2013) aponta que na atualidade é mais fácil empresas e colaboradores trabalharem de maneira em que a ética não aparece, pois são muitas organizações atuando ao mesmo tempo com o mesmo negócio. O autor entende que o aumento de negócios e a expansão do mercado abre brecha para atuação de profissionais que não se importam com maneiras antiéticas de se trabalhar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa objetivou analisar a percepção dos alunos sobre a disciplina de ética oferecida por instituições de ensino superior no curso de Ciências Contábeis. A análise das evidências aponta que a educação adquirida durante a graduação influencia diretamente nas atitudes éticas.

Atendendo ao primeiro objetivo específico, por meio do primeiro bloco de questões, foi possível identificar o perfil dos estudantes matriculados no curso de Ciências Contábeis da UERN e da UFERSA, que em sua maioria são mulheres com idade entre 20 e 24 anos.

O quarto subtópico do referencial teórico abordou as disciplinas obrigatórias das duas universidades abordadas na pesquisa, enfatizando àquelas voltadas para a Ética profissional, constatou-se que não há influência negativa das disciplinas sobre os estudantes em relação ao exercício da profissão contábil, porém, aponta-se como relevante a necessidade da academia estar atenta à composição curricular, de forma a contemplar disciplinas dessa natureza e preparar seu corpo docente para quando esse tema for abordado ou debatido em sala de aula durante a formação profissional.

Por meio do terceiro bloco das questões de pesquisa, o terceiro e último objetivo específico foi atingido, onde foi percebido que os discentes assumem que depois das aulas entendem melhor sobre a ética e sobre a relevância de sua atuação. Verificou-se ainda que 100% dos entrevistados concordaram que a conduta ética influencia na imagem do profissional contábil.

A pequena quantidade de pesquisados que se dispôs implicou em uma limitação da pesquisa. É recomendável para futuras pesquisas a reaplicação e aperfeiçoamento da metodologia utilizada na análise deste estudo em outras cidades ou em outros grupos amostrais, a fim de serem encontrados outros resultados e/ou permitir um comparativo. Além da abrangência e alcance de estudantes em maior número, sugere-se, para que os resultados sejam ainda melhores e mais expressivos, a aplicação da pesquisa com graduandos pela Universidade Potiguar (UNP), Faculdade Católica do Rio Grande do Norte (FRCN) e outras instituições.



REFERÊNCIAS

- ALVES, F. J. S. et al. Um estudo empírico sobre a importância do código de ética profissional para o contabilista. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 18, n. Edição especial, p. 58-68, 2007.
- ANDRADE, M. M. de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação noções práticas**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- ANZEH, B. A.; ABED, S. The extent of accounting ethics education for bachelor students in Jordanian universities. **Journal of Management Research**, v. 7, n. 2, p. 121-143, 2015.
- BERNARDI R. A.; BEAN, D. F. Ethics in accounting education: the forgotten stakeholders. **The CPA Journal**, v. 76, n. 7, p. 1-5, 2006.
- BORGES, E.; MEDEIROS, C. Comprometimento e ética profissional: um estudo de suas relações junto aos contabilistas. **Revista Contabilidade & Finanças**, n. 44, p. 60-71, 2007.
- BRASIL. Lei n.º 12.249, de 11 de junho de 2010. Altera os Decretos-Leis nos 9.295, de 27 de maio de 1946, 1.040, de 21 de outubro de 1969. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/uparq/lei12249.pdf>.
- BRASIL. **Decreto-Lei n.º 9.295, de 27 de maio de 1946**. Dispõe a criação do Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do profissional contábil, e dá outras providências. Brasília, 1946.
- CAVALCANTE, C. H. L. Percepção dos alunos iniciantes e concluintes do curso de ciências contábeis sobre a profissão contábil. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.etecnico.com.br/paginas/mef13754.htm>.
- CFC – Conselho Federal de Contabilidade. **Código de Ética Profissional**. 2009. Disponível em: <https://cfc.org.br/destaque/codigo-de-etica-profissional-do-contador-esta-em-audiencia-publica/>.
- CLEMENTE, L. S. **Fatores determinantes do julgamento ético dos profissionais da contabilidade no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Controladoria Empresarial). São Paulo, 2013.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução nº 803, de 10 de outubro de 1996. Aprova o Código de Ética Profissional do Contabilista – CEPC**. Disponível em: <http://www.institucionacional.com.br/downloads/C%C3%B3digo%20de%20C%C3%89tica%20do%20Profissional%20Contador.pdf>.
- CRANE, A.; MATTEN, D. **Business ethics: a European perspective – managing corporate citizenship and sustainability in the age of globalization**. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- CRISTINA, N.; FLORINA, P. M. Ethics in accounting. **Annals of the University of Oradea, Economic Science Series**, v. 17, n. 3, p. 1352, 2008.
- DAVOODIFAR, M. H. Challenging ethic facing the professional accounting in the today world. **Journal of Applied Environmental and Biological Sciences**, v. 5, n. 4, p. 89-94, 2015.



- DELLA, F. V. A. et al. Ética no horizonte do profissional contábil. **Revista Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 2, n. 1, p. 1-13, 2015.
- DIEHL, C. A.; FREITAS, A. C.; MACAGNAN, C. B. A percepção sobre ética de estudantes de curso de graduação em ciências contábeis. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 5, n. 1, p. 21-49, 2011.
- DIEHL, L.; FEIL, A.A.; SCHUCK, R. J.; Ética profissional e estudantes de contabilidade: análise das variáveis intervenientes. *Revista Ebape FGV*, v. 15, n. 2, p. 256-273, 2017.
- FERNANDO, A. C. **Business ethics and corporate governance**. New Delhi: Pearson Education, 2012.
- FERRELL, O. C.; FRAEDRICH, J.; FERREL, L. **Ética empresarial**: dilemas, tomadas de decisões e casos. Rio de Janeiro: Ernesto Reichmann, 2001.
- FORTES, José Carlos. **Ética e Responsabilidade do Contabilista**. Fortaleza: Fortes, 2002.
- FRANKEL, M. S. Professional codes: why, how, and with what impact? **Journal of Business Ethics**, v. 8, p. 109-115, 1989.
- GIBSON, K. Going beyond intuitions: reclaiming the philosophy in business ethics. **Teaching Business Ethics**, v. 6, n. 2, p. 151-166, 2002.
- GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.
- GRAHAM, A. The teaching of ethics in undergraduate accounting programmes: the students' perspective. **Accounting Education**, v. 21, n. 6, p. 599-613, 2012.
- GUILHEM, D.; FIGUEIREDO, A. M. Ética e moral. **INTERthesis**, v. 5, p. 29-46, 2008.
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior 2013**. 2014. Disponível em:
http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2014/coletiva_censo_superior_2013.pdf.
- KABIR, M. H. Ethics and independence in accountancy profession. In: **CONTINUING PROFESSIONAL DEVELOPMENT**, 2009, Dhaka. [s.n]... Dhaka: ICAB, 2009.
- LAFFIN, M. **Contabilidade e Ensino: mediações pedagógicas**. Florianópolis: Núcleo de publicações de CED – UFSC, 2011.
- LIMA, M. E. B. et al. Ética em contabilidade: um estudo sobre a percepção dos discentes acerca da ética profissional. **Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI**, v. 1, n. 2, p. 121-134, 2014.
- LISBOA, L. P. **Ética geral e profissional em contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LOPES DE SÁ, A. **Ética profissional**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2012.



LOPES, J. E. G. et al. Uma análise avaliativa de atitudes de estudantes de ciências contábeis e dilemas éticos sob uma perspectiva de gênero, maturidade acadêmica e ambiente institucional. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 14, n. 51, p. 209-222, 2006.

LUZ, P. H. **A percepção dos alunos de ensino superior em ciências contábeis a respeito das normas ético disciplinares da profissão contábil**. Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/121041/296013.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

MACHADO, L. B.; ALMEIDA, F. M. M.; SIMAO, F. P. Aplicabilidade do código de ética entre os profissionais contábeis de guaçuí-ES. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 9.; 2012, Resende. **Anais...** Resende: Seget, 2012.

MATSUURA, Adriana Alvarenga. **Motivações e dificuldades de estudantes do curso de Ciências Contábeis no período noturno da cidade de São Paulo**. 2008. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Fundação escola de comercio Álvares Penteado - FECAP, São Paulo, 2008.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de Marketing: Metodologia, Planejamento** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MELÉ, D. Ethical education in accounting: integrating rules, values and virtues. **Journal of Business Ethics**, v. 57, n. 1, p. 97-109, 2005.

MORAES, M. C. C.; SILVA, A. M. C.; CARVALHO, F. A. A. O comportamento dos futuros contabilistas perante diferentes dilemas éticos. **Pensar Contábil**, v. 12, n. 48, p. 22-30, 2010.

NASCIMENTO, C et al. **O tema “ética” na percepção dos alunos de graduação de ciências contábeis em universidades da região sul do Brasil**. ISSN 1807-1821, UFSC, Florianópolis, v.7, n°14, p. 75-96, jul./dez., 2010.

O’LEARY, C. An empirical analysis of the positive impact of ethics teaching on accounting students. **Accounting Education: An International Journal**, v. 18, n. 4/5, p. 505-520, 2009.
O’LEARY, C. Semester-specific ethical instruction for auditing students. **Managerial Auditing Journal**, v. 27, n. 6, p. 598-619, 2012.

OLIVEIRA, R. R. et al. Percepção dos estudantes de ciências contábeis de uma instituição de Ensino Superior do Rio de Janeiro sobre a disciplina ética. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 11.; 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: [s.n], 2014.

ONYEBUCHI, V. N. Ethics in accounting. **International Journal of Business and Social Science**, v. 2, n. 10, p. 275-276, 2011.

OTALOR, J. I.; EIYA, O. Ethics in accounting and the reliability of financial information. **European Journal of Business and Management**, v. 5, n. 13, p. 73-81, 2013.

PARKER, L. D. Professional accounting body ethics: in search of the private interest. **Accounting, Organizations and Society**, v. 19, n. 6, p. 507-525, 1994.

PIMENTA, C. P.; SOUZA, D. G. Responsabilidade civil e ética do profissional contador. **Revista Científica SMG**, v. 1, n. 2, p. 38-58, 2014.



PINHO, R. C. A. **Ética nas relações interpessoais e profissionais**. Janeiro, 2012.

PROCARIO-FOLEY, E. G.; MCLAUGHLIN, M. T. A propaedeutic for a framework: fostering ethical awareness in undergraduate business students. **Teaching Business Ethics**, v. 7, n. 3, p. 279-301, 2003.

RAO, H. V.; FRIEDMAN, B.; COX, P. L. The impact of ethics courses on accounting majors attitudes towards business ethics. **SBAJ**, v. 9, n. 2, p. 70-88, 2009.

REGINATTO, V. A. **Análise de Conteúdo do código de ética dos profissionais de administração**. Porto Alegre, 2012.

SÁ, A. L. **Ética profissional**. 9. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SIMPSON, S.; ONUMAH, J. M.; OPPONG-NKRUMAH, A. Ethics education and accounting programmes in Ghana: does university ownership and affiliation status matter? **International Journal of Ethics Education**, v. 1, n. 1, p. 1-14, 2015.

SMITH, L. M. A fresh look at accounting ethics (or Dr. Smith goes to Washington). **Accounting Horizons**, v. 17, n. 1, p. 47-49, 2003.

SORENSEN, D. P.; MILLER, S. E.; CABE, K. L. Developing and measuring the impact of an accounting ethics course that is based on the moral philosophy of Adam Smith. **Journal of Business Ethics**, p. 1-17, 2015.

UERN. **Matriz curricular do curso de Ciências Contábeis do Campus Central**. 2012.

Disponível em:

http://www.uern.br/cursos/servico.asp?fac=FACEM&cur_cd=1012100&grd_cd=20071&cur_nome=Ci%EAncias+Cont%E1beis&grd_medint=10&item=grade.

UFERSA. **Matriz curricular do curso de Ciências Contábeis do Campus Central**. 2015.

Disponível em: <https://contabeis.ufersa.edu.br/matriz-curricular/>.

VAZ, G. A et. al. **A ética como diferencial no mercado**. Capivari-SP 2010.



CONTRIBUIÇÃO DA CONTABILIDADE PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Ana Letícia Saldanha Maia

Graduada em Ciências Contábeis - UERN

E-mail: leticiasaldanha23@gmail.com

Saulo Medeiros Diniz

Doutorando em Ciências Contábeis - UNISINOS

E-mail: saulodiniz@uern.br

Keliane de Melo Ramalho

Mestranda em Ciências Contábeis – UFRN

E-mail: keliane.melo.14@gmail.com

Sabrina Paulino de Oliveira

Mestranda em Ciências Contábeis – UFRN

E-mail: sabrinauern@gmail.com

RESUMO

Considerando a relevância das micro e pequenas empresas para a economia brasileira, o presente estudo objetiva identificar quais contribuições a contabilidade gera para essas organizações. Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, para o levantamento dos dados foram realizadas três entrevistas com contadores, contendo perguntas abertas e semiestruturadas, cujo roteiro foi adaptado do instrumento de Silva *et al.*, (2019), permitindo assim reflexões acerca das vivências dos contadores quanto às contribuições que a contabilidade possibilita para as micro e pequenas e empresas. Os resultados da pesquisa apontam que os conhecimentos do contador são relevantes para o crescimento dessas empresas, observou-se que há déficit de planejamento e formação apropriada advinda dos empresários. Ademais, constatou-se uma resistência dos empreendedores em recorrer às ferramentas contábeis, o que se destacou como contribuições o fundamental relacionamento do contador com esses empreendedores, devendo haver uma maior compreensão e comprometimento de ambos. Em síntese, os achados dessa pesquisa remetem a visão do contador quanto a esse porte de empresas, como suas especialidades poderão influenciar de forma positiva, a importância dos serviços de assessoria prestados aos empreendedores, comprovando que o uso da contabilidade pode contribuir de forma favorável para o avanço da organização.

Palavras-chave: micro e pequenas empresas, planejamento, contribuições.

1 INTRODUÇÃO

O ser humano demanda a necessidade do controle de suas finanças para progredir o âmbito da sua vida financeira, e quando envolve um patrimônio a zelar essa relevância aumenta consideravelmente. De acordo com Almeida *et al.* (2019) é nesse momento que se inicia a função da contabilidade, que é planejar, controlar, gerenciar e registrar as ações que contribuirão para o desenvolvimento desse patrimônio.

Como descrito por Moraes e Barreto Júnior (2019), diante do cenário competitivo que existe atualmente, é fundamental que empresas busquem estratégias e um bom planejamento para que a partir disso possam fazer decisões corretas que contribuam para sustentar uma boa posição no



mercado, então, não importa o tamanho da organização, desde às micros ou grandes empresas, elas estarão sujeitas a constante concorrência e ao essencial uso das informações contábeis.

Em concordância com isso, Santos *et al.* (2018) afirmam que o planejamento desempenha um papel significativo na existência das empresas, especialmente nas pequenas empresas, que geralmente são entendidas como iniciantes no mercado. É a partir do ato de planejar que existirá a capacidade de enfrentar as eventualidades de maneira ágil e confiante, e conseqüentemente instituir o melhor caminho para o sucesso.

Dessa forma, os micros e pequenos empresários devem buscar o acesso aos conhecimentos da Ciência Contábil, considerando que os dados e informações oferecidos por ela são ferramentas que auxiliam na gestão e para as tomadas de decisões que surgirão diariamente durante a existência da empresa (MARTINS, 2018).

Por meio desse cenário, Cardoso *et al.* (2019) asseguram que ainda é observado uma resistência quanto a relação entre contadores e os micros e pequenos empreendedores, existe a falta de comunicação, e muitas reclamações apresentadas por parte dos empresários no que diz respeito ao apoio dos profissionais da contabilidade, visto que a argumentação do contador com relação ao planejamento, orçamento, análise de custos entre outros procedimentos são caracterizados como fundamentais para esse relacionamento.

Logo, para que aconteça um bom desenvolvimento dessas empresas, a ferramenta principal é que o proprietário busque os serviços contábeis, pois serve como um suporte, controle e um planejamento adequado em todas as atividades realizadas na organização e torna-se o recurso essencial para o prosseguimento das micro e pequenas empresas no meio empresarial e na economia brasileira (ALMEIDA *et al.*, 2019)

Sendo assim, o presente estudo busca responder a seguinte questão de pesquisa: Quais contribuições da contabilidade para micro e pequenas empresas? Diante do exposto, o estudo objetiva identificar quais contribuições a contabilidade gera para micro e pequenas empresas. Este fato refere-se a perspectiva do contador em relação a esses tipos de empresas, como suas especificidades conseguiram intervir de maneira instrutiva, a relevância da assessoria desempenhada aos empresários, constatando que a utilização das ferramentas contábeis pode colaborar de forma proveitosa para o desenvolvimento do negócio.

Espera-se como contribuições que a fundamental interação entre o contador e o micro e pequeno empreendedor seja ativa e uma persistência advinda dos mesmos em compreender a pertinência do relacionamento entre ambos. A relevância dessa pesquisa está pautada em entender o papel do contador no progresso das micro e pequenas empresas, de forma que é fundamental tanto para área contábil como para os próprios empresários, principalmente pelo fato de que o sucesso das empresas de pequeno porte dispõe de uma significativa influência na economia brasileira, atualmente (JACOMETE, 2018).

A estrutura desse estudo está disposta em cinco seções, partindo desta introdução, incluindo aspectos referentes à temática. Seguidamente, são apresentados pontos fundamentais sobre as micro e pequenas empresas na economia brasileira, contabilidade e processo decisório, contribuições da contabilidade as MPE's e estudos correlatos que integram pesquisas relacionadas ao tema. Após, os procedimentos metodológicos usados para atingir o objetivo. Na sequência, a apresentação e discussão dos resultados, e considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste ponto são expostos os principais conhecimentos teóricos que conduziram o estudo, os quais são fundamentais para a compreensão do objeto de investigação, particularmente: micro e pequenas empresas na economia brasileira, Contabilidade e processo decisório, contribuições da contabilidade às micro e pequenas empresas e estudos correlatos.



2.1 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NA ECONOMIA BRASILEIRA

O conceito de empreendedorismo é assimilado à inovação ou agregação de valor a algo que já existe de uma forma diferenciada, particularizada, evoluindo assim para um negócio no qual se torna uma geração de renda e de empregos, podendo também produzir influências positivas para economia, as pessoas que decidem empreender são intituladas de empreendedores, elas dispõem como características o ato de desenvolver, inovar, criar, idealizar, tem a capacidade de correr riscos calculados, dentre outras (MARQUES FILHO *et al.*, 2021).

No que se refere a classificação do porte das empresas, elas podem ser classificadas pelo faturamento bruto anual, método que auxilia o governo na cobrança tributária e diante das instituições financeiras, ou pela quantidade de funcionários existentes, essa forma dispõe da contribuição de três organizações Brasileiras, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) (MARCELINO *et al.*, 2020; ZICA; MARTINS, 2008).

Acrescentado a essa categorização, no sentido de agregar mais uma forma de diferenciação e para os efeitos legais, os valores das receitas brutas são: igual ou abaixo de 360.000,00 reais para as microempresas e para empresas de pequeno porte superior à 360.000,00 reais e igual ou inferior a 4.800.000,00 reais (SEBRAE, 2018).

Rebouças *et al.* (2020) registram que diariamente é fundada milhares de pequenas empresas com o intuito de lucrar, como constatado, essas organizações vêm desempenhando uma função importante para economia, entretanto, a maioria delas passam por dificuldades no momento de gerenciar e controlar suas atividades, dessa maneira, surge a indagação para os empreendedores sobre a utilidade da contabilidade.

Com a finalidade de assegurar a relevância das micro e pequenas empresas para economia brasileira, uma exploração produzida pelo Sebrae (2018), comprovou isso, os dados obtidos foram que elas equivalem cerca de 98,5% do total de empresas privadas, correspondem a 27% do PIB e são responsáveis por 52% dos empregos formais que existe no país, isto significa que elas empregam mais do que empresas de médio e grande porte.

A entidade também identificou que o Estado do Rio Grande do Norte está entre os seis estados do nordeste brasileiro que possuem as maiores quantidades de micro e pequenas empresas, concluindo que 77,3% das empresas que existem na região são registradas no regime Simples Nacional, no qual é o que enquadra as microempresas (ME) e as empresas de pequeno porte (EPP) (SEBRAE, 2022).

Santos e Lima (2018) enfatizam que embora as micro e pequenas empresas sejam fortes aliadas ao desenvolvimento do Brasil por motivo de representarem uma parcela significativa na economia, elas, até então, ainda enfrentam uma certa falência nos aspectos referentes a planejamento e gestão.

Mesmo essas micro e pequenas empresas possuindo um tratamento diferenciado e benéfico pela legislação brasileira no que se refere a redução de imposto e simplificação no momento do recolhimento por meio do Regime Tributário Específico para os Pequenos Negócios, o chamado Simples Nacional, ainda assim, elas necessitam de um acompanhamento contábil, para uma orientação em suas atividades administrativas. Geralmente quando os empreendedores resolvem abrir as micro e pequenas empresas é essencial que seja feito uma verificação sobre a concorrência, público-alvo, fornecedores e várias outras informações importantes para o futuro promissor da organização (MATOS, 2017).

2.2 CONTABILIDADE E PROCESSO DECISÓRIO

A Contabilidade é a ciência que cuida do patrimônio, pois é necessário um conjunto de informações para que as empresas possam tomar boas decisões em seu cotidiano organizacional e



como resultado conquistar uma satisfatória administração patrimonial, e a contabilidade tem essa finalidade, fornecer esses elementos no âmbito econômico, financeiro e estrutural como ferramentas para o bom funcionamento das organizações (PAIVA; SIQUEIRA, 2020).

Na visão de Batista e Lotti (2017) a maioria das pessoas julgam a contabilidade como apenas um cumprimento de obrigações fiscais, na ideia de ser a atividade que serve para favorecer exclusivamente o governo, no entanto, essa ciência além de atender às exigências do governo busca também cumprir exigências organizacionais contribuindo com os gestores, administradores e usuários interessados nos conhecimentos contábeis, a fim de colaborar como as melhores soluções para problemas financeiros presentes e futuros, com a finalidade de evitar prejuízos.

Ainda em relação a definição da contabilidade como apoio ao processo decisório, Rebouças *et al.* (2020) reforçam que a Ciência Contábil é uma ferramenta importante para o auxílio nas tomadas de decisões e na avaliação das negociações, por meio do reconhecimento, mensuração, registro e evidenciação de conhecimentos que proporcionam um melhor controle dos recursos e isso faz com que diminua a mortalidade precoce das empresas, como exposto, principalmente das micro e pequenas empresas.

Diferentes estudos analisaram esse papel da contabilidade como apoio na gestão das empresas de pequeno porte, bem como o de Almeida *et al.* (2019) que pesquisaram sobre a contabilidade como ferramenta importante para contribuir com o empreendedor voltado para a área de confecção do Centro *Fashion* em Fortaleza-CE. Os pesquisadores buscaram averiguar se o empreendedor julga importante a contribuição e o valor que a contabilidade oferece para os negócios.

O estudo referenciado identificou que os micros e pequenos empreendedores ainda relutam em reconhecer a importância da contabilidade como ferramenta para favorecer a gestão em tomadas de decisões, alguns deles até declararam achar útil para empresa, porém, a maioria ainda julga a contabilidade apenas como instrumento para cumprimento de obrigações fiscais.

Sendo que, no que diz respeito às estratégias que colaboram para o processo decisório Cruz *et al.* (2019) defendem que a elaboração delas é relativa para cada micro ou pequena empresa, pois será de acordo com o comportamento e atributos individuais delas, fazendo-se que seja uma conduta analítica e reativa, o que justifica a necessidade de possuir um agente para analisar e obter técnicas com o intuito de obter frequentemente um progresso.

Mendes e Montibeler (2022) acrescentam que para as empresas se manterem em meio a competitividade mercadológica é relevante a adesão de estratégias, referindo-se a gestão estratégica de custos como uma ferramenta para isso, dado que, é por meio dela que aplica-se a análise dos custos, diminuição de perdas e gastos de capital sendo capaz de gerar dados precisos e técnicas que facilitam o procedimento de tomada de decisão, o que é uma vantagem para que as micro e pequenas empresas mantenham-se no mercado.

Mesmo em meio a essa resistência, é essencial que aconteça essa ligação do contador com os empreendedores de pequeno porte, para que juntos possam conduzir essas MPEs, devido a relevância dessas empresas para a economia brasileira, visto que, são as principais responsáveis por garantir empregos e renda no país (SANTOS; LIMA, 2018).

2.3 CONTRIBUIÇÕES DA CONTABILIDADE ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Em meio a evolução da economia, nota-se um número significativo de pessoas buscando uma fonte de renda, no qual tentam criar seus próprios negócios e isso ocasiona a abertura de novas micro ou pequenas empresas, mas o mercado está em constante avanço, cheio de tecnologias, e isso causa a primordialidade de melhorias em relação a atualização na área dos negócios, pois não é somente um ganho financeiro a curto prazo, é preciso ganhar permanência (SOUZA *et al.*, 2018).

Nas micro e pequenas empresas o planejamento é fundamental, é um método que transmite segurança, podendo ser um importante aliado na busca da eficiência, que contribui com os administradores de determinada organização a buscarem a melhor direção para alcançar seus



objetivos, seja na área produtiva ou financeira, intencionando a presunção de resultados indesejáveis para que assim possam se prevenir e alcançar a lucratividade (MENDONÇA *et al.*, 2017).

É nesse cenário que Cunha e Silva (2018), definem a contabilidade como instrumento do estudo das variações encontradas nos bens, direitos e obrigações de uma empresa, ela compõe-se de várias técnicas que são usadas para demonstrar ao empreendedor suas particularidades e as melhores escolhas no momento de efetuar o controle e planejamento das suas atividades diárias.

Ao compreender a influência das micro e pequenas empresas para economia, é justificável a importância de mantê-las no mercado, Mendes (2020) destaca que dispor de um acompanhamento contábil é primordial para isso, pois, no momento de crise ou no caso de ser apontado algum problema que seja capaz de prejudicar o andamento das atividades da organização torna-se mais fácil encontrar estratégias e resolver quando há registros e atuação da contabilidade, visto que ela faz toda diferença.

Dessa maneira, a contabilidade compreende ferramentas que auxiliam a administração das micro e pequenas empresas, não apenas no que diz respeito ao tratamento das obrigações tributárias e trabalhistas, mas na colaboração aos empreendedores de pequeno porte, disponibilizando dados, referências, explicações e ideias para auxiliar os momentos de tomadas de decisões, nas compras, vendas, investimentos, admissões, dentre outros (SILVA, 2020).

Como apontam Souza *et al.* (2018), o contador atua em uma empresa desde a abertura até o fechamento, as informações que esse profissional oferece é útil para toda a rotina do empreendimento, como controle financeiro, no qual evita atrasos e multas de pagamentos, na área tributária onde há o planejamento e apuração dos tributos analisar o fluxo de caixa, entre diversas atuações no dia a dia dessas empresas, para que assim possam oferecer soluções para tornar uma gestão eficiente.

Dumer (2018) aponta que para sustentar as estratégias usadas pelos contadores para contribuir com o planejamento e tomada de decisões das empresas de pequeno porte é pertinente que eles analisem e forneçam informações relacionadas às atividades que envolve o controle do patrimônio, mediante ao balanço patrimonial, o controle de custos e despesas em relação aos produtos, por meio da contabilidade de custos, controle da gestão financeira, pelo fluxo de caixa, entre outras.

No entanto, Callado e Melo (2018) mostram que a contabilidade só poderá contribuir no processo de progresso dessas micro e pequenas empresas quando for solicitada, visto que a maioria dos micros e pequenos empresários tomam suas decisões fundamentadas apenas de maneira intuitiva, no entanto, foi verificado que com o acompanhamento do profissional contábil acontece um desenvolvimento satisfatório no processo de tomada de decisão e gestão.

2.4 ESTUDOS CORRELATOS

Como contribuição para a pesquisa, foi realizado um estudo bibliográfico por meio da plataforma Google Acadêmico, onde foram filtrados trabalhos publicados a partir do ano de 2018, e utilizadas palavras chaves, como: micro e pequenas empresas, contabilidade, empreendedorismo, entre outras. Desse modo, identificou-se pesquisas em formato de artigos científicos que colaboraram para o levantamento deste referencial e que apresentaram temas similares a este.

Quadro 1: Artigos científicos semelhantes ao tema.

Autores	Título	Objetivo geral
Santos <i>et al.</i> (2018)	A importância do planejamento financeiro para o sucesso das micros e pequenas empresas	Identificar a importância do planejamento financeiro para as micro e pequenas empresas



Dumer (2018)	Importância e utilização da contabilidade de custos nas micro e pequenas empresas: uma análise comparativa com outras ferramentas contábeis pela matriz de Slack	Questionar micro e pequenos empreendedores acerca da utilização da contabilidade de custos no controle das suas empresas comparativamente com o uso das outras informações conduzidas por essa ciência, que são as patrimoniais, o controle financeiro e a apuração de resultados
Souza <i>et al.</i> (2018)	Um estudo sobre a importância do profissional de contabilidade para o crescimento de pequenas empresas	Demonstrar que as ferramentas que um contador pode oferecer são equipamentos importantes para o crescimento das pequenas empresas
Silva <i>et al.</i> (2019)	Empreendedorismo e contabilidade: o contador como influência direta no sucesso de micro e pequenas empresas do município de venda nova do imigrante – es	Analisar como a função do contador é capaz de influenciar na prosperidade de micro e pequenas empresas do município de Venda Nova do Imigrante - ES.
Silva (2020)	A contabilidade como ferramenta de gestão para as micro e pequenas empresas	Apresentar sobre a contabilidade como instrumento de gestão para as micros e pequenas empresas.

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Os estudos apresentados possuem relevância para a sociedade, visto que, apresentaram conclusões acerca dos seus objetivos voltadas a identificar soluções aos seus determinados problemas. Santos *et al.* (2018) concluíram que é por meio do planejamento que estas empresas têm a melhor orientação para alcançar seus objetivos, visto que o proprietário que busca essa ferramenta disporá de um conhecimento aprofundado sobre a real situação financeira do próprio empreendimento.

Da mesma maneira, Souza *et al.* (2018) confirmaram que as ferramentas que um contador pode oferecer às micro pequenas empresas são equipamentos poderosos para mantê-las no mercado, sendo que é através dos relatórios contábeis que se entende a saúde de determinada empresa e possíveis soluções que poderão ser necessárias, então o empreendedor e o contador deve manter uma relação de muita confiança, visto que, qualquer tomada de decisão necessita do auxílio contábil.

Assim sendo, Dumer (2018) obteve através das pesquisas que os instrumentos mais importantes para a gestão das MPEs são os dados dos fluxos de caixa, da contabilidade de custos, da DRE e do balanço patrimonial, respectivamente. Em contrapartida, Silva *et al.* (2019) constataram que os proprietários das MPEs reconhecem os contadores apenas como cumpridores das obrigações legais e não como também um auxiliar essencial para a tomada de decisões da empresa.

Por último, Silva (2020) chegou à conclusão, através do seu estudo, que a Ciência Contábil detém de instrumentos relevantes para fornecer uma boa gestão a essas empresas de micro e pequeno porte, e juntamente fornecer informações primordiais para que o gestor possa tomar as decisões corretas e garantir-se que está seguindo o caminho certo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir o objetivo desta pesquisa, que é identificar quais contribuições a contabilidade gera para as micro e pequenas empresas, o estudo é caracterizado como descritivo, no qual Silveira (2011) afirma que é quando o pesquisador trata de uma realidade, descrevendo-a e interpretando-



a, sem nenhuma interferência, geralmente é por meio de coleta de dados efetuadas a partir de questionários e observações sistemáticas.

A pesquisa foi desenvolvida por intermédio do método de estudo multicaso, que para Yin (2015) é característico de natureza empírica, que busca investigar o fenômeno na conjuntura em que ele ocorre, principalmente quando não há clareza entre o fenômeno e o contexto, portanto, o intermédio do método é interessante para essa pesquisa, pois este permitirá um maior aprofundamento nos resultados, bem como dará uma maior fortaleza a pesquisa por meio das evidências coletadas.

A coleta de dados é de natureza qualitativa, que segundo Cardano (2017) e Kauark *et al.* (2010) é quando trata de analisar uma melhor compreensão do que se pretende investigar, com a intenção de um aprofundamento na análise, observando as concepções e perspectivas dos respondentes oriundas da sua área de trabalho, lidando com fatos particulares e subjetivos. Trata-se de um estudo transversal, pois foi realizado um levantamento e análise de dados em um único período.

Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se um questionário adaptado de Silva *et al.* (2019) que é estruturado com perguntas abertas, este, auxiliou os questionamentos do roteiro para as entrevistas semiestruturada, onde primeiramente foram enviados convites para a rede social *Whatsapp* e posteriormente a esse contato, para os que aceitaram contribuir com essa pesquisa, também foi enviado, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para a participação dos mesmos.

As entrevistas foram feitas com contadores da cidade de Mossoró-RN e regiões circunvizinhas, em que estes prestam ou já prestaram serviço para empresas privadas, com o intuito de descrever e explicar o posicionamento desses profissionais em relação às melhores decisões e direcionamentos para as micro e pequenas empresas, pois, são esses profissionais que possuem as melhores informações para ser transmitidas ao empreendedor.

Os participantes foram entrevistados de forma presencial, não havendo a necessidade dos participantes se identificarem, optou-se pela preservação da identidade desses profissionais. Os convites foram enviados no período de 01 de julho de 2022 a 13 de julho de 2022, onde houve o retorno com a data e horário das entrevistas e foram realizadas, com duração em média de dez minutos cada diálogo, após finalizadas elas foram transcritas. Cabe ressaltar, que há a preocupação e os cuidados do protocolo para estudo de caso, com a intenção de satisfazer o rigor metodológico e aos critérios de qualidade da pesquisa qualitativa (FLICK, 2009).

No roteiro para as entrevistas dispõem de 12 perguntas que orientaram a sua condução, com as seguintes dimensões investigadas: Formação e identidade profissional, Características de formação geral do micro e pequeno empresário, Característica do tipo de serviço e Contribuições da contabilidade. Conforme evidenciado no Quadro 2.

Quadro 2: Estrutura dos relatos

Dimensão analisada	Questões norteadoras
Formação e Identidade Profissional	1. Qual a sua idade, ano de formação e seu maior grau de titulação?
	2. Em média, quantas micro e pequenas empresas você já desenvolveu trabalhos? Quais os principais segmentos?
	3. Relate sua experiência com micro e pequenas empresas.
Características de formação geral do	4. Em sua opinião, qual o nível de conhecimento do empreendedor sobre planejamento?
	5. E em relação ao mercado, concorrência, gestão de negócios?



micro e pequeno empresário	6. Qual o nível de capacitação/formação do micro e pequeno empreendedor para estar à frente da administração de uma empresa?
Característica do tipo de serviço	7. Quais os tipos de serviços mais solicitados pelo empresário?
	8. Qual a frequência de procura por orientações? Em quais situações?
	9. Em algum momento você é solicitado pelo gestor para realizar um detalhamento sobre a situação da empresa?
Contribuições da contabilidade	10. Você como contador, busca prestar orientação contábil aos clientes para a tomada de decisões?
	11. Como você avalia a relevância do contador para o sucesso das micro e pequenas empresas?
	12. Comente contribuições que os contadores poderão utilizar para manter essa relação com os micros e pequenos empreendedores.

Fonte: Adaptado de Silva *et al.* (2019).

Como técnica de análise de dados foi realizada a análise de conteúdo (BARDIN, 2010), com o intuito de obter códigos e categorias que estão presentes nas transcrições das entrevistas que se constituiu por meio do auxílio do pacote *Office* e por meio do *software* ATLAS.ti 9®, primeiramente foi feita uma pré-análise, explorando o material através da codificação e categorização, posteriormente o tratamento dos resultados obtidos e interpretação, ao qual foi produzido um comparativo com o levantamento da literatura para a busca dos achados da pesquisa.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

Esta seção apresenta, inicialmente, as informações que caracterizam os participantes deste estudo, logo após, os dados relacionados com o propósito geral apontado para a pesquisa. Foi atribuída uma ordem numérica a cada respondente para que seja preservado o anonimato, em concordância com o que foi elucidado na metodologia. A caracterização dos participantes é evidenciada no Quadro 3.

Quadro 3: Caracterização dos Participantes

Entrevistado	Idade	Ano de formação	Tempo de atuação	Grau de titulação
Contador 01	36 anos	2009	13 anos	Graduação
Contador 02	47 anos	2001	21 anos	Mestrado
Contador 03	30 anos	2015	7 anos	Mestrado

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

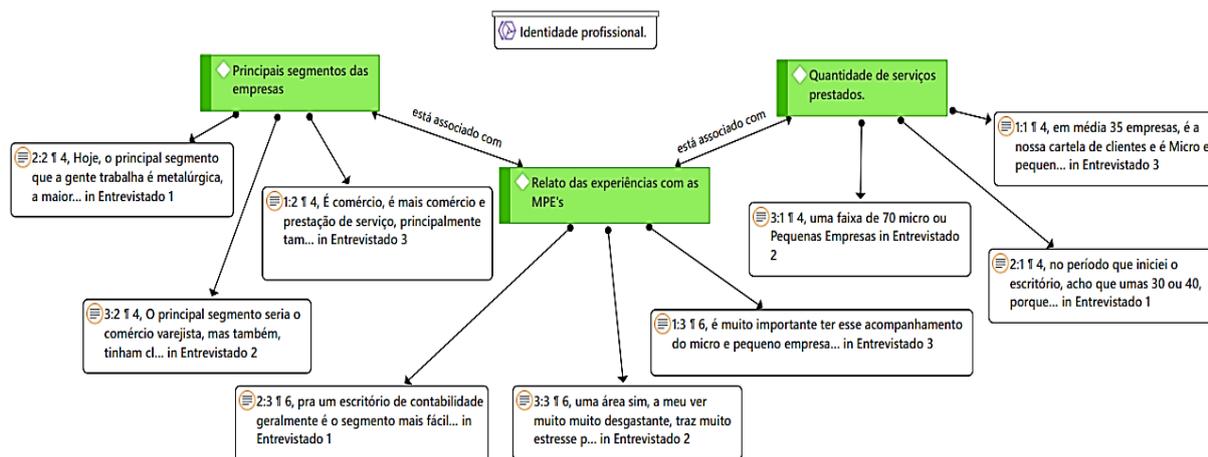
O Quadro 3 apresenta algumas características dos contadores entrevistados, citando a idade, onde é possível identificar uma predominância da faixa etária entre 30 e 47 anos. Todos possuem um considerável tempo de atuação na área, o que se compreende uma significativa experiência adquirida. E o grau de titulação mais mencionado entre os respondentes foi o Mestrado.



4.2 FORMAÇÃO E IDENTIDADE PROFISSIONAL

Conforme demonstrado neste estudo, existe a necessidade de abordar a dimensão que compreende a formação e identidade profissional. A Figura 1, apresenta a média de quantidade de serviços prestados evidenciando experiências e principais segmentos desenvolvidos, contribuindo para o processo de qualificação no que se refere à formação profissional.

Figura 1: Identidade Profissional



Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

De acordo com o relato dos participantes, ao serem questionados a quantidade de serviços que os mesmos executam, é possível identificar a forte presença de micro e pequenas empresas existentes nas suas cartelas de clientes, concordando com o que Santos e Lima (2018) afirmaram, que as MPE's são responsáveis por uma cota-parte considerável na economia, sendo assim, colaborando diretamente com o desenvolvimento do país.

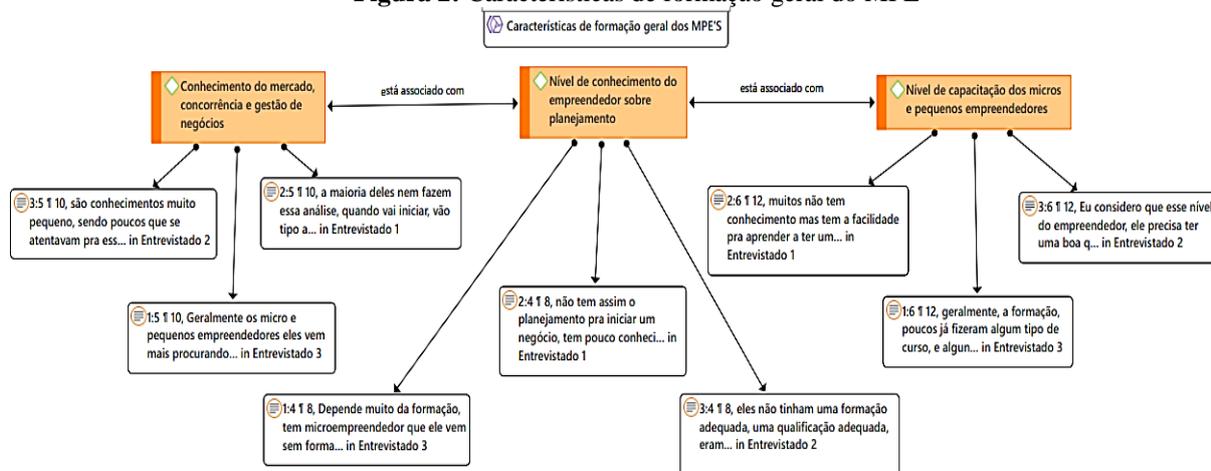
No que concerne a experiência dos contadores entrevistados com as micro e pequenas empresas, foi mencionado a facilidade de lidar com essa categoria, pontualmente relacionado com o que Matos (2017) pontuou, que esses portes de empresas possuem o privilégio disponibilizado pela legislação brasileira, pois dispõem de um Regime Tributário Específico para os Pequenos Negócios, no qual existe uma diminuição nos impostos e para fazer a arrecadação é mais simples, como o próprio nome do sistema utilizado para fazer essa movimentação é chamado, Simples Nacional.

4.3 CARACTERÍSTICAS DE FORMAÇÃO GERAL DO MICRO E PEQUENO EMPRESÁRIO

A Figura 2 está relacionada à visão dos contadores respondentes sobre características de formação geral do micro e pequeno empreendedor, evidenciando a capacitação deles, principalmente em relação a planejamento, mercado e gestão de negócios.



Figura 2: Características de formação geral do MPE



Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

No que tange o nível de capacitação dos empreendedores, foi percebido que a preponderância é de nenhuma formação, iniciam apenas com o conhecimento a nível de mercado, com a experiência adquirida com o cotidiano. Almeida *et al.* (2019) procederam uma pesquisa em que relaciona este quesito, na qual constataram através de questionamento que a escolaridade desses empresários está entre nível médio e superior (completo e incompleto), enquanto a experiência de mercado geralmente é em torno de dois anos de atuação no determinado ramo empresarial.

Conforme a pergunta sobre o nível de conhecimento do empreendedor sobre planejamento, identificou-se que não é observado uma dedicação do mesmo para desenvolver o ato, sendo esse nível considerado fraco, em contrapartida, Almeida *et al.* (2019) constatou que 76% dos micro e pequenos empreendedores que participaram do seu estudo desempenham um planejamento, mas, exclusivamente 68% averiguam se de fato conquistaram o que foi planejado.

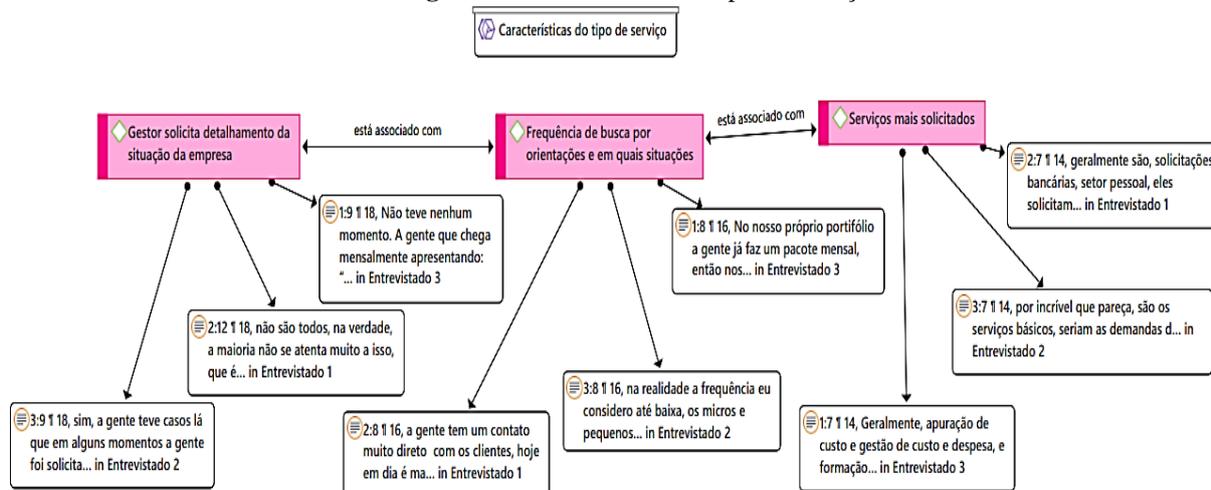
Para Mendonça *et al.* (2017), quando se refere a planejamento nas micro e pequenas empresas, remete a uma técnica de segurança, visto que, é por meio dela que será encontrado o melhor caminho para realizar as metas e objetivos, associando a eficiência a cada decisão, sendo possível compreender a forma de evitar consequências indesejáveis e buscar o método que melhor irá contribuir para conquistar a lucratividade desejada.

4.4 CARACTERÍSTICA DO TIPO DE SERVIÇO

Com o objetivo de identificar as características relacionadas aos serviços solicitados, a Figura 3 apresenta as respostas que replicam o assunto, destacando a frequência de busca por orientações, detalhamento sobre as empresas e os serviços mais solicitados.



Figura 3: Características do tipo de serviço



Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

A respeito dessa procura do gestor ao contador para detalhamento da situação da empresa ou alguma orientação, identificou-se uma frequência baixa. Há situações em que essa rotina de orientações é efetuada mesmo sem haver essa demanda, onde o contador propõe um pacote de serviços que inclui essa análise mensalmente e conseqüentemente a transferência de instruções.

É o que Santos e Lima (2018) pronunciam, que mesmo existindo essa recusa dos empreendedores, é relevante que exista essa relação frequente do contador com eles, para que seja possível direcionar essas micro e pequenas empresas, principalmente por motivo de serem primordiais para a economia do Brasil e estarem sendo garantidoras de empregos e rendas para a população. Além disso, Silva *et al.* (2019) acrescentam que esses micros e pequenos empresários não identificam os profissionais contábeis como um colaborador no momento das tomadas de decisões, mas sim, apenas como responsáveis pelas obrigações legais.

Ademais, as pessoas geralmente dispõem-se a pensar que o contador tem a função exclusivamente de cumprir obrigações fiscais, e com isso beneficiar unicamente o governo, todavia, a contabilidade é uma ciência que busca sim cumprir as reivindicações da governança, mas da mesma forma ela contribui com o âmbito organizacional, auxiliando aos administradores com as ferramentas contábeis, com a finalidade de contribuir com as resoluções das adversidades financeiras existentes ou que venham a surgir, a fim de impossibilitar um prejuízo (BATISTA; LOTTI, 2017).

Na questão sobre os serviços mais solicitados, os contadores responderam que geralmente os empresários buscam pelo serviço do setor pessoal, como folha de pagamento, solicitações bancárias, e ainda, relacionado a formação de preço, sendo a gestão de custo e despesa. É o que corresponde com as pesquisas de Dumer (2018), nas quais atingiu como resultado que as ferramentas mais relevantes para a gestão dessas empresas com esse porte são as informações das seguintes ferramentas, de modo respectivo, fluxos de caixa, contabilidade de custos, demonstração do resultado do exercício e balanço patrimonial.

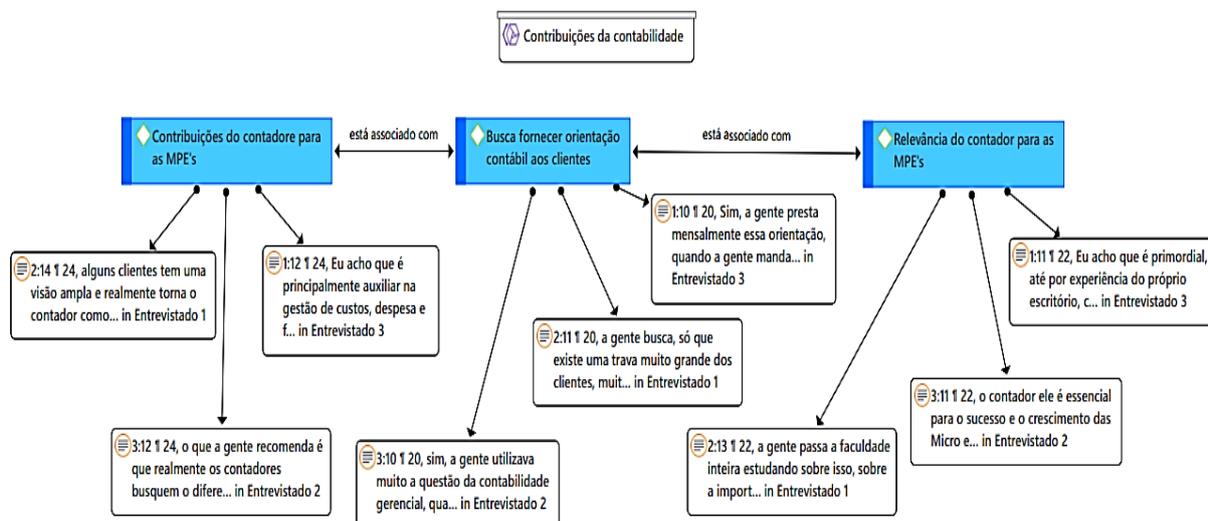
4.5 CONTRIBUIÇÕES DA CONTABILIDADE

Como representado na Figura 4, na qual expõe-se as contribuições da contabilidade segundo a visão dos contadores entrevistados, foram mencionados os seguintes questionamentos, se eles buscam fornecer orientação contábil aos clientes, qual a relevância dos contadores para as



micro e pequenas empresas e quais as contribuições do contador para as MPE's.

Figura 4: Contribuições da contabilidade



Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Para o primeiro questionamento, os respondentes destacaram que procuram fornecer orientações, inclusive alguns prestam esse serviço mensalmente, quando vão enviar um guia de imposto, por exemplo, explicam detalhadamente o que o cliente está pagando e o motivo do valor. Porém, houve também reclamações de que o empresário dificulta no momento de passar as informações necessárias para que possa ser feita uma análise dos âmbitos da empresa e eles possam fornecer as orientações mais seguras.

Isso harmoniza-se com a conclusão de Silva (2020), que a contabilidade possui ferramentas relevantes para proporcionar um gerenciamento adequado para, também, esse porte de empresa, e simultaneamente conceder noções essenciais para os proprietários exercerem as escolhas certas e assim prosperar com o seu negócio, para isso é fundamental que sejam disponibilizados explicações, dados e ideias nas circunstâncias de aquisições, investimentos, contratações, vendas e outras.

Quando se trata da relevância dos contadores para as micro e pequenas empresas, os respondentes não hesitaram em afirmar que são primordiais. O primeiro respondente destacou que infelizmente os empresários não vislumbram da mesma forma, o que acaba rompendo o relacionamento de ambos. Mendes (2020) acentua que o auxílio contábil faz total diferença, visto que, em uma ocasião de instabilidade ou contratempo que venha a comprometer o desenvolvimento da empresa, recorrer às ferramentas que são fornecidas pelos contadores para encontrar soluções e estratégias faz com que descomplique.

Não obstante, Callado e Melo (2018) acrescentam que só poderá existir essa colaboração contábil para o crescimento dessas micro e pequenas empresas quando dispuser de uma solicitação, dado que, grande parte dos proprietários dessas organizações usam suas próprias estratégias nas quais, geralmente são procedentes das suas intuições, sendo que, já foi comprovado que o auxílio do contador resulta em progresso e segurança para a gestão e tomadas de decisões.

Ao ser retratado as contribuições que a contabilidade pode oferecer às micro e pequenas empresas, o desfecho foi que os contadores devem buscar um diferencial, apresentando as atividades que essa ciência dispõe, para que esse relacionamento, contador e empreendedor, seja mais acessível, sendo apresentado como referência o contador que oferece um serviço de gestão de custo, despesa e formação de preço de venda, em razão de ser uma das maiores



necessidades do público-alvo.

Esse resultado é compatível com o estudo de Souza *et al.* (2018), que destacou o acompanhamento do profissional contábil para uma empresa como algo primordial, pois, ele desempenha seus serviços a partir da própria abertura até mesmo o encerramento, o que significa que a sua utilidade é relevante durante todo o cotidiano do negócio, nos serviços como: verificação financeira, tendo o controle para que seja evitado multas por atraso, na tributação, fazendo a análise e planejamento para evitar tantos impostos, averiguar o fluxo de caixa, entre outros.

Cunha e Silva (2018) robustece quando definem a contabilidade como ferramenta de análise das mutações de um empreendimento, a partir dos bens, direitos e obrigações, por meio de estratégias que são utilizadas para apresentar da maneira mais simples para os empreendedores, a fim de auxiliar os mesmos no planejamento e controle de suas atividades executadas diariamente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desse contexto, essa pesquisa objetivou identificar quais contribuições a contabilidade gera para micro e pequenas empresas. Utilizou-se uma análise qualitativa, por intermédio de explicações adquiridas de um questionário constituído por perguntas abertas. A amostragem foi de três respondentes, onde foi sucedido o objetivo apontado, pretendendo buscar-se entender por meio dos contadores respondentes as suas perspectivas no que diz respeito a sua formação e identidade profissional, características de formação geral do micro e pequeno empresário, característica do tipo de serviço solicitado e contribuições da contabilidade.

Os principais achados dessa pesquisa correlata com a experiência de contadores acerca da convivência com micro e pequenos empreendedores, é válido observar alguns aspectos: o reconhecimento da oportunidade de existir uma facilidade vinda da legislação para essa categoria, a falta de planejamento e formação adequada, a contrariedade no que diz respeito a importância das ferramentas contábeis e a aceitação dos empresários, a relevância do contador para a evolução da organização e os principais serviços que aproximam os contadores com as MPE's.

Por conseguinte, o que constata é que necessita de uma compreensão maior advinda dos empreendedores em referência aos serviços dos contadores e uma dedicação mais capaz proveniente dos contadores que portam clientes que dispõe de micro e pequenas empresas. Os resultados corroboraram com os estudos anteriores, nos quais concluíram que o contador capacitado apresenta ferramentas essenciais para oferecer um direcionamento pertinente aos gerenciadores dessas empresas, e em consequência, prolongar o tempo de existência delas no mercado, a partir das decisões tomadas corretamente.

Esse estudo colaborou para o meio acadêmico, no qual identificou sugestões e predisposições para futuras pesquisas, como também para o meio social, pois proporciona a progressão do relacionamento entre o contador e o micro e pequeno empreendedor por intermédio dos resultados alcançados que demonstram as contribuições da ciência contábil para as empresas mencionadas.

Como limitações da pesquisa, cabe salientar que o estudo foi alcançado meramente com três contadores respondentes e somente no Rio Grande do Norte, de tal maneira que os resultados não podem ser generalizados, em consequência às diversas vivências retratadas por outros profissionais e em outros estados. Portanto, recomenda-se para pesquisas futuras, a investigação da contribuição da contabilidade para as micro e pequenas empresas com uma maior quantidade de contadores e em outras regiões brasileiras, com a finalidade de se chegar a novas percepções e realizar um comparativo com as pesquisas relacionadas à temática e os achados aqui alcançados.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. M.; FERREIRA, A. M. C.; PESSOA, R. A.; PINHO, F. C.; STEFE, R.; SILVA, F. F. Empreendedorismo e contabilidade como ferramenta para auxiliar os micros e pequenos empreendedores do comércio de confecções do centro *fashion*. In: Conexão Unifametro 2019: diversidades tecnológicas e seus impactos sustentáveis xv semana acadêmica. **Anais [...]**. Fortaleza- CE, 2019.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições, 2010.

BATISTA, D. R.; LOTTI, O. A. **A contabilidade como instrumento de gestão empresarial**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Ciências Contábeis), Centro Universitário de Anápolis (UniEvangélica), Anápolis - GO, 2017.

CALLADO, A. A. C.; MELO, W. A. Ferramentas e informações gerenciais em micro e pequenas empresas. **Revista Raunp**, Lagoa Nova v. 10, n. 3, p. 53-65, 2018.

CARDANO, M. **Manual de pesquisa qualitativa**. Uma contribuição da teoria da argumentação. Petrópolis: Vozes, 2017.

CARDOSO, L. L.; BERNARDO, W. S.; MOREIRA, M. A. Elementos de contribuição da contabilidade para a sobrevivência de micro e pequenas empresas. **Revista de empreendedorismo e inovação sustentáveis**, Curitiba – PR, v.4, n 2, 2019.

CHUPEL, J. F.; SOBRAL, E.; BARELLA, L. A. A importância da contabilidade para microempreendedor Individual. **Revista Eletrônica da Faculdade de Alta Floresta**, Alta Floresta- MT, v. 3, n. 2, p 64-82, 2014.

CUNHA, E. F.; SILVA, M. N. M. **A contribuição da contabilidade gerencial para a sobrevivência das micro e pequenas empresas**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Ciências Contábeis), Centro Universitário de Anápolis (UniEvangélica), Anápolis - GO, 2018.

CRUZ, J. E.; OLIVEIRA, L. C. S.; NUNES, D. M. S.; Hoffmann, V. E. Elaboração de Estratégias e Comportamento Estratégico em Micro e Pequenas Organizações Contábeis. **Revista da micro e pequena empresa**, Campo Limpo Paulista, v.13, n.2, 2019.

DUMER, M. C. R. Importância e utilização da contabilidade de custos nas micro e pequenas empresas: uma análise comparativa com outras ferramentas contábeis pela matriz de slack. **Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI**, v. 5, n. 2, Floriano-PI, p.147-165, 2018.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre – RS. Artmed editora, 2008.

JACOMETE, B. O. **O papel das micro e pequenas empresas na economia brasileira**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Ciências Econômicas), Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca, Franca, 2018.

KAUARK, F. S.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H. **Metodologia da pesquisa: um guia prático**. 1. ed. Via Litterarum. Itabuna/Bahia, 2010.



MAIORIA DAS EMPRESAS DO SIMPLES NO RN ESTÁ NO SEGMENTO DE SERVIÇOS. **Sebrae**, 2022. Disponível em: <https://rn.agenciasebrae.com.br/2022/01/25/maioria-das-empresas-do-simples-no-rn-esta-no-segmento-de-servicos/>. Acesso em: 18 jul. 2022.

MARQUES FILHO, E. G.; CARVALHO, M. L.; PINHEIRO, M. S. S.; FIGUEIREDO, L. S.; ARAGÃO, J. A.; SOUSA, E. A.; LOPES, A. M. B. A visão do contador sob a perspectiva do empreendedorismo nos escritórios de contabilidade. **Research, Society And Development**, São Paulo, v. 10, n. 9, 2021.

MARTINS, R. B. **Ferramentas de contabilidade gerencial adotadas por micro e pequenas empresas**. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Ciências Contábeis), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

MATOS, W. A. Educação empreendedora: sua importância como fator de redução da mortalidade precoce das micro e pequenas empresas. **Revista Educação**, Guarulhos – SP, v.12, n.2, p 24-30, 2017.

MENDES, S. D. **A importância da contabilidade como instrumento de gestão nas empresas: uma análise dos impactos do coronavírus nas micro e pequenas empresas da cidade de João Pessoa/PB**. 2020. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Ciências Contábeis), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, 2020.

MENDES, R. C.; MONTIBELER, E. E. Gestão Estratégica de Custos: um estudo sobre sua aplicação e utilização em Micro e Pequenas Empresas do Setor de Serviços. **ABCustos**, São Leopoldo: Associação Brasileira de Custos, v. 17, n. 1, 2022.

MENDONÇA, S. A. T.; RUZZÃO, A. P. A.; SANTOS, J. E.; AZADINHO, L. Z. O planejamento estratégico como ferramenta: um estudo sobre a eficiência das micro e pequenas empresas brasileiras. **Administração de Empresas em Revista**, vol. 16, n°. 17, Curitiba, p 50-68, 2017.

MORAIS, R. A. C; BARRETO JÚNIOR, A.C. A Importância da Contabilidade Gerencial para Microempresas e Empresa de Pequeno Porte. **Id on Line Revista multidisciplinar e de psicologia**, v.13, n. 43, p. 903-921, 2019.

PAIVA, F. C. S.; SIQUEIRA, E. S. A contabilidade como instrumento de gestão para a sustentabilidade das organizações. **Revista Colóquio: Administração e Ciência**, Mossoró-RN, v.02, 2020.

REBOUÇAS, A. B.; ALMEIDA, L. S.; SILVA, U. B.; ANDRADE, M. R. Contabilidade como ferramenta de apoio ao processo decisório: fatores explicativos para a utilização ou não, percepções dos gestores das micro e pequenas empresas do município de Maragogipe-Ba. *In*: Congresso Brasileiro de Custos – Associação Brasileira de Custos 27., 2020, São Leopoldo – RS. **Anais [...]**. São Leopoldo – RS, 2020.

SANTOS, J. A.; TOFOLI, E. T.; SILVA, I. C. A importância do planejamento financeiro para o sucesso das micros e pequenas empresas. **Colloquium Socialis**, Presidente Prudente-SP, v. 02, n. Especial 2, Jul/Dez, 2018, p.782-789.



SANTOS, P. V. S.; LIMA N. V. M. Fatores de impacto para sobrevivência de micro e pequenas Empresas (mpes). **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, Paraná, v. 3, n. 5, p. 54-77, set-out, 2018.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Perfil das microempresas e empresas de pequeno porte**. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RO/Anexos/Perfil%20das%20ME%20e%20EPP%20-%202004%202018.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

SILVA, K. B.; MARIANO, F.; COSTA, M. O.; ROSSI, D.; BELLON, L.; GUISSO, D. Empreendedorismo e contabilidade: o contador como influência direta no sucesso de micro e pequenas empresas do município de Venda Nova do Imigrante – ES. *In: Seminário Científico do UNIFACIG - 5, Jornada de Iniciação Científica do UNIFACIG - 4, Coqueiro - Manhuaçu - MG Anais [...].* Coqueiro -Manhuaçu – MG, 2019.

SILVA, V. S. A contabilidade como ferramenta de gestão para as micro e pequenas empresas. **Revista científica BSSP**, Goiânia – GO, v.1, n. 2, 2020.

SILVEIRA, C. R. **Metodologia da pesquisa**. 2. ed. Florianópolis Publicações do IF-SC, 2011.

SOUZA, M. F.; PINTO, L. G.; BORGES, A. F. S.; SANTOS, I. D. M.; SOUZA, A. V. N. Um estudo sobre a importância do profissional de contabilidade para o crescimento de pequenas empresas. *In: Congresso de gestão, negócios e tecnologia da informação. Anais [...].* Aracaju - SE, 2018.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman; 2015.

ZICA, R. M. F.; MARTINS, H. C. “Sistema de garantia de crédito para micro e pequenas empresas no Brasil: proposta de um modelo”. **Revista de Administração Pública**, vol. 42, n. 1, 2008.

MARCELINO, J. A.; REZENDE, A. A.; MIYAJI, M. Impactos iniciais da covid-19 nas micro e pequenas empresas do estado do paraná – Brasil. **Revista Boletim de Conjuntura**, Boa Vista - RR, v.2, n.5, 2020.

*III Jornada Acadêmica de Gestão da FCRN
22 a 24 de maio de 2023*



RESUMOS



INOVAÇÃO E MARKETING: A necessidade de estratégias elaboradas

Carlos Augusto Magalhães Costa

Docente da Faculdade Católica do RN
E-mail: contato@carloaugusto.pro.br

Wendy Karla Medeiros de Souza Bezerra

Docente da Faculdade Católica do RN
E-mail: wendybezerra@gmail.com

Carlos André Silva Gadelha

Graduando em Administração (FCRN)
E-mail: carlosadm540@gmail.com

Sávio Kleiff Neves de Sousa

Graduando em Administração (FCRN)
E-mail: saviokleiff@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir a relação entre gestão, inovação e *marketing*, buscando compreender como as empresas podem utilizar a inovação como estratégia de diferenciação e competitividade no mercado. Para tanto, foi realizado um estudo exploratório, com revisão da literatura de autores renomados na área, como Kotler e Las Casas, com foco em conceitos e práticas relacionadas à disciplina de *marketing* e sua relação com a inovação. Os resultados da revisão indicam que a inovação é fundamental para a sobrevivência e o crescimento das empresas em um mercado cada vez mais competitivo e dinâmico. Através da inovação, as empresas podem criar produtos e serviços que atendam melhor as necessidades dos clientes, gerando maior valor percebido e vantagem competitiva. A gestão da inovação deve ser planejada e estruturada, envolvendo desde a geração de ideias até a comercialização do produto ou serviço. Nesse contexto, o *marketing* tem um papel importante na gestão da inovação, pois é responsável por identificar as necessidades e desejos dos clientes, avaliar o potencial de mercado e promover o lançamento do produto ou serviço inovador. A ética em *marketing* é fundamental para garantir a confiança e a fidelidade dos clientes, evitando práticas enganosas ou manipuladoras. Conclui-se, portanto, que a gestão da inovação e o *marketing* estão intimamente relacionados, sendo necessária uma abordagem integrada para obter resultados efetivos. A utilização da inovação como estratégia de negócio exige planejamento, investimento e comprometimento da empresa, mas pode gerar benefícios significativos em termos de competitividade, crescimento e satisfação do cliente.

REFERÊNCIAS

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. **Marketing 4.0: do tradicional ao digital**. São Paulo: Sextante, 2017.

LAS CASAS, A. L. **Administração de marketing: conceitos, planejamento e aplicações à realidade brasileira**. São Paulo: Atlas, 2001.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2000.



PRESENÇA DO GÊNERO FEMININO ENTRE DISCENTES DO CURSO DE ODONTOLOGIA DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL

Thaís Tâmara Soares do Nascimento
Acadêmica em Odontologia – UNIRB
E-mail: thaistamarasoares@gmail.com

Andressa Liliane dos Santos
Acadêmica em Odontologia – UNIRB
E-mail: andressa.liliane@gmail.com

Ítalo Carlos Soares do Nascimento
Doutorando em Administração e Controladoria – UFC
E-mail: italocarlos25@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A odontologia, historicamente, é caracterizada como uma profissão masculina. No entanto tem-se discutido que ela passou por um processo de feminização. A entrada da mulher no mercado de trabalho por volta de meados da década dos anos 70 contribuiu para a crescente inserção da mulher em diversas áreas tidas como exclusivamente masculina, o processo de modernização e de mudança cultural alteraram a identidade feminina (BALDISSERA; GRECCA; SANTOS, 2010).

Assim, segundo estudos realizados observa-se que as mulheres estão cada vez mais ocupando as universidades e os cursos de diversas áreas, em especial, no curso de odontologia, objeto de estudo do presente trabalho (RICIOLI; SPOSTO; NAVARRO, 2013). A consolidação dessas mudanças mencionadas é a justificativa para o estudo realizado.

Diante disso, surge a seguinte pesquisa: **Como se caracteriza a participação feminina entre os discentes do curso de Odontologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)?** Desta forma, o objetivo da pesquisa é verificar a presença do gênero feminino entre os discentes do curso de Odontologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) no período de 2014 a 2018.

2 METODOLOGIA

A pesquisa classifica-se quanto ao seu objetivo como descritiva; quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa quantitativa; e quanto ao procedimento técnico adotado, recorreu-se à pesquisa documental. Os dados foram obtidos no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), cujo recorte temporal foi o período de 2014 a 2018.

Os dados coletados foram analisados através de técnicas da estatística descritiva, com indicação de frequências, médias; e foram tratados com o auxílio com o auxílio do *software* estatístico *Statistic Package for Social Sciencies* (SPSS) – versão 22.0. Cabe ressaltar que os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa seguiram as recomendações do estudo de Souza *et al.* (2022), que realizaram pesquisa semelhante no curso de Ciências Contábeis.

3 RESULTADOS

Para o alcance do objetivo do estudo – verificar a presença do gênero feminino entre os discentes do curso de Odontologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) no período de 2014 a 2018 –, inicialmente, a Tabela 1 apresenta a distribuição dos discentes por gênero, compreendendo-se os ingressantes nos anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018.



Tabela 1: Distribuição dos discentes por gênero

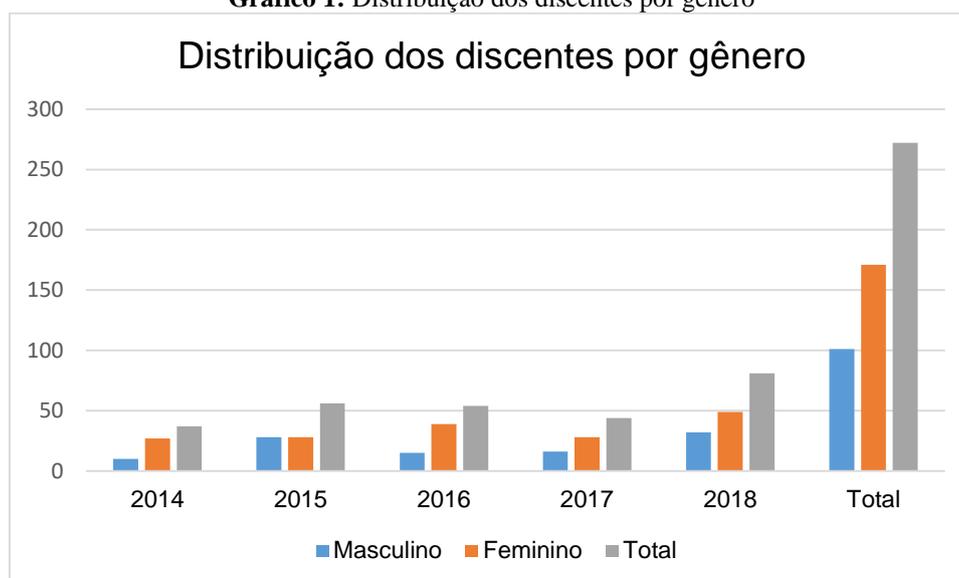
Ano de ingresso	Masculino	Feminino	Total
2014	10	27	37
2015	28	28	56
2016	15	39	54
2017	16	28	44
2018	32	49	81
Total	101	171	272

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme Tabela 1, constatou-se que, ao longo dos cinco anos analisados, houve um maior ingresso de discentes do gênero feminino e que dentro dos 272 discentes com matrícula ativa, 171 são do gênero feminino, o que corresponde à 62,86%.

Em seguida, o Gráfico 1, apresenta-se a representatividade dos discentes do curso de graduação em Odontologia da UFPB, por gênero, ao longo dos anos, compreendendo-se o período de 2014 a 2018.

Gráfico 1: Distribuição dos discentes por gênero



Fonte: Dados da pesquisa.

Por fim, para uma melhor visualização de forma quantitativa, por meio da Tabela 2, realizou-se a estatística descritiva para a variável gênero, indicando-se a média, desvio-padrão, mínimo, máximo e variância.

Tabela 2: Estatística descritiva da variável gênero

Variável		Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo	Coefficiente de Variação
Gênero	Masculino	20,20	9,338	10	32	87,200
	Feminino	34,20	9,628	27	49	92,700

Fonte: Dados da pesquisa.

Com os resultados, verificou-se, em média a maior presença entre o gênero feminino (34,20%), comparada à média do gênero masculino, que foi de 20,20%, demonstrando assim um crescimento exponencial das mulheres no curso, ratificando resultados de pesquisas anteriores.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressalta-se a relevância deste estudo em se demonstrar que hoje as mulheres possuem mais oportunidades, e que estão inseridas em todas as áreas, especialmente na odontologia, tendo em vista era uma área tida como masculina. Como limitações, destaca-se o fato da análise ter sido realizada em apenas uma instituição de ensino e em recorte temporal de cinco anos. Por este motivo, sugere-se para futuras pesquisas a ampliação do estudo com todas as universidades federais do país, bem como a ampliação do lapso temporal e utilização de outras técnicas estatísticas.

REFERÊNCIAS

BALDISSERA, Renata Dos Santos; GRECCA, Fabiana Soares; SANTOS, Régis Burmeister. Participação das mulheres na graduação da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Revista da Faculdade de Odontologia de Porto Alegre**, v. 51, n. 1, p. 27-30, 2010.

RICIOLI, Sandra Regina; SPOSTO, Maria Regina; NAVARRO, Cláudia Maria. Análise quantitativa das cirurgiãs-dentistas graduadas pela faculdade de odontologia de Araraquara-UNESP: 1923 a 1993. **Revista de Odontologia da UNESP**, v. 24, n. 2, p. 433-439, 2013.

SILVA, J. S. *et al.* PRESENÇA DO GÊNERO FEMININO ENTRE OS DISCENTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL. **Revista UNEMAT de Contabilidade**, v. 11, n. 21, p. 20-31, 2022.

ISBN: 978-65-80565-02-3

CBL



9 786580 565023



FACULDADE
CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE